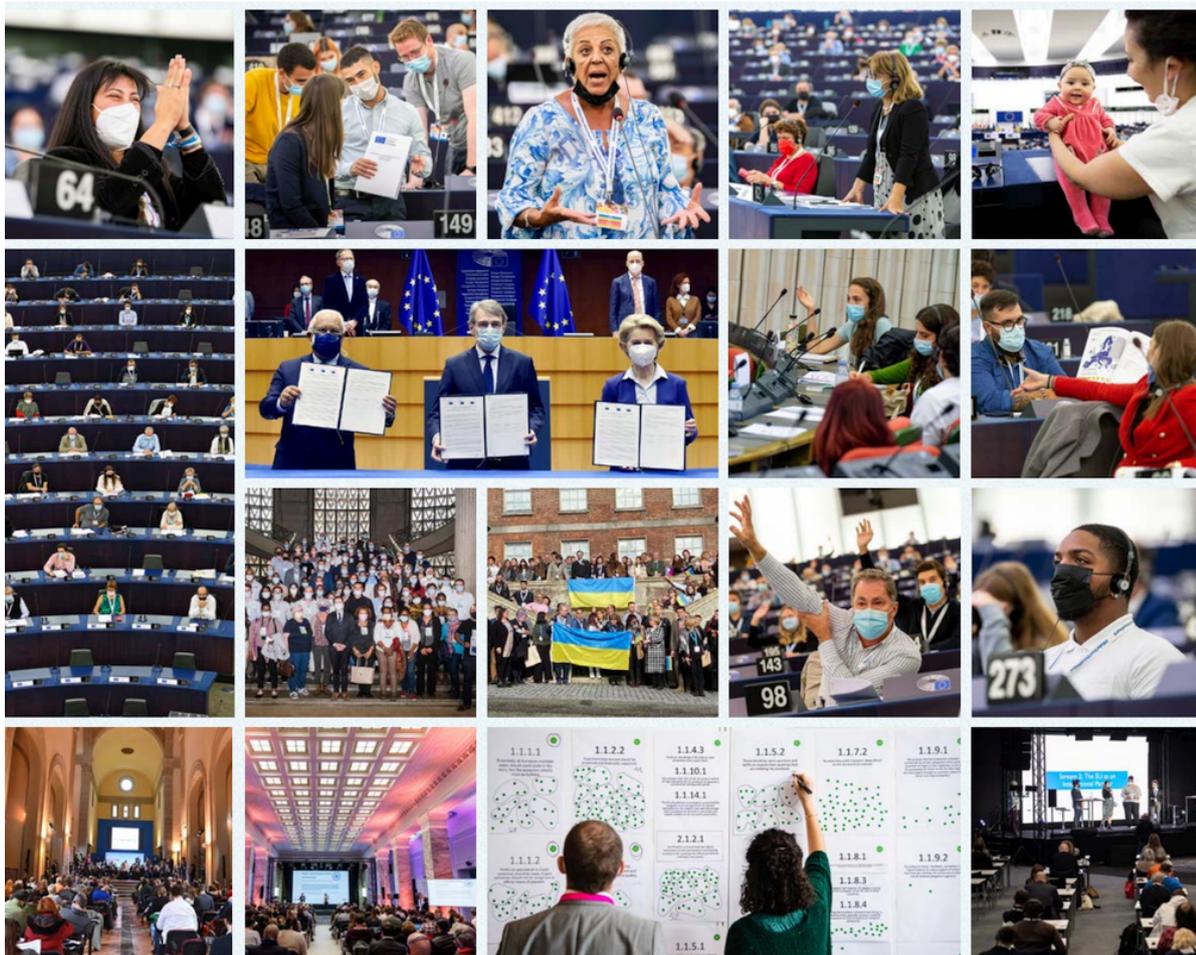


Conferência sobre o futuro da Europa

RELATÓRIO DE RESULTADOS FINAIS

maio de 2022



O futuro é
em suas mãos

 Conferência
sobre o Futuro da Europa



Eŭropo
Demokratio
Esperanto

**Documento preparado por Pierre Dieumegard
pela Europa-Democracia-Esperanto**

O objetivo deste documento «provisório» é permitir a um maior número de pessoas na União Europeia compreender os documentos produzidos para a União Europeia (e financiados pelas suas contribuições). O documento original em francês em formato pdf foi formatado usando o software Libre Office. A tradução para todas as línguas oficiais da União Europeia é feita através de <https://webgate.ec.europa.eu/etranslation>.

Fizemos este trabalho devido à necessidade de um melhor multilinguismo na União Europeia: sem traduções, grande parte da população é excluída do debate. **É desejável que a administração da União Europeia assuma a tradução de documentos importantes, a fim de que todos os europeus possam compreender o que se trata e debater em conjunto o seu futuro comum.**

Para uma boa comunicação direta entre os cidadãos europeus, para traduções fiáveis, a língua esperanto internacional seria muito útil devido à sua simplicidade, regularidade e precisão.

Na Internet:

Federação Eŭropo-Demokratio-Esperanto: <https://e-d-e.org/> (ou www.demokratio.eu)

Associação Europa-Democracia-Esperanto (França): <https://e-d-e.fr/>

Documentos europeus em todas as línguas oficiais: <http://www.europokune.eu/>

Em comparação com o documento original, existem algumas alterações (melhorias?):

- alguns erros ortográficos foram corrigidos. Talvez tenha havido outros erros?
- o layout foi harmonizado, e todas as páginas são numeradas adequadamente (o documento inicial era uma justaposição de arquivos pdf separados com numeração independente).
- as notas finais foram transformadas em notas de fim de secção (na parte inferior das páginas).
- os documentos inicialmente sob a forma de imagens foram transformados em tabelas para serem facilmente traduzidos.

Tabela de Conteúdos

| | |
|--|-----|
| I. A arquitetura da conferência..... | 7 |
| 1. Declaração comum..... | 8 |
| 2. Regulamento interno..... | 9 |
| 3. Eventos relacionados com a conferência..... | 9 |
| 4. Implementação da plataforma digital multilingue..... | 9 |
| 5. Painéis dos Cidadãos Europeus..... | 10 |
| 6. Painéis nacionais de cidadãos..... | 10 |
| NÃO, NÃO, NÃO, NÃO. Contributos dos cidadãos para a conferência..... | 11 |
| A. Plataforma digital multilingue..... | 12 |
| B. Painéis dos Cidadãos..... | 17 |
| C. Eventos organizados no âmbito da conferência..... | 28 |
| III. A Assembleia Plenária da Conferência..... | 38 |
| A. Papel e funcionamento da Assembleia Plenária..... | 39 |
| B. Grupos de trabalho..... | 40 |
| C. Resumo cronológico..... | 42 |
| IV. As propostas da Assembleia Plenária..... | 49 |
| Alterações climáticas e ambiente..... | 50 |
| «Saúde»..... | 60 |
| Reforçar a economia, a justiça social e o emprego..... | 67 |
| «A UE no mundo»..... | 82 |
| Valores e direitos, Estado de direito, segurança..... | 95 |
| «Transformação digital»..... | 105 |
| «Democracia europeia»..... | 113 |
| «Migrações»..... | 122 |
| Educação, cultura, juventude e desporto..... | 131 |
| Considerações finais da Comissão Executiva..... | 139 |
| Anexo I — Recomendações dos quatro painéis de cidadãos europeus..... | 142 |
| Painel dos Cidadãos Europeus 1: Uma economia mais forte, justiça social e emprego/educação, cultura, juventude e desporto/transformação digital..... | 143 |
| Painel dos Cidadãos Europeus 2: «Democracia europeia; valores e direitos, Estado de direito, segurança..... | 161 |
| Painel dos Cidadãos Europeus 3: Alterações climáticas e ambiente/saúde..... | 175 |
| Painel dos Cidadãos Europeus 4: «A UE no Mundo/Migração»..... | 193 |
| II A — Painéis nacionais: Bélgica..... | 207 |
| II B Painéis Nacionais: França..... | 222 |
| Introdução..... | 225 |
| Apresentação dos principais resultados..... | 228 |
| Apresentação dos painéis de conferências regionais..... | 230 |
| Compromissos metodológicos e vieses..... | 232 |
| Segunda parte: apresentação dos resultados da consulta «Words to Youth»..... | 248 |
| Conclusão..... | 251 |

| | |
|---|-----|
| II C Painéis Nacionais: Alemanha..... | 252 |
| II D Painéis Nacionais: Itália..... | 258 |
| 4. Programa de trabalho..... | 265 |
| 6. Avaliação final pelos participantes..... | 274 |
| II E Painéis Nacionais: Lituânia..... | 277 |
| II F Painéis Nacionais: Países Baixos..... | 286 |
| III — Referências aos resultados dos eventos nacionais..... | 339 |
| IV — Referência ao relatório da plataforma digital multilingue..... | 340 |



Introdução

Em 10 de março de 2021, o Presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli, o Primeiro-Ministro português António Costa, em nome do Conselho da UE, e a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, assinaram a Declaração Conjunta sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa. O compromisso que assumiram foi simples: trata-se de um exercício centrado nos cidadãos, baseado numa abordagem da base para o topo, para garantir que todos os europeus tenham uma palavra a dizer sobre o que esperam da União Europeia e desempenhem um papel cada vez maior na definição do futuro da União. Por outro lado, a sua tarefa era extremamente difícil: o objetivo era organizar, pela primeira vez, um exercício transnacional, multilingue e interinstitucional de democracia deliberativa que envolvesse milhares de cidadãos europeus, bem como intervenientes políticos, parceiros sociais, representantes da sociedade civil e partes interessadas fundamentais, na aceção do artigo 16.º do Regimento da Conferência.

Em 9 de maio de 2022, após meses de intensas deliberações, a Conferência concluiu os seus trabalhos, apresentando às três instituições da UE um relatório sobre os seus resultados finais com 49 propostas. Estas propostas correspondem às expectativas dos cidadãos europeus sobre nove temas: Uma economia, justiça social e emprego mais fortes; Educação, cultura, juventude e desporto; Transformação digital; Democracia europeia; Valores e direitos, Estado de direito, segurança; As alterações climáticas e o ambiente; Saúde; A UE no mundo; e migração. Todos estes temas são apresentados no presente relatório final, que visa também fornecer uma panorâmica das diferentes atividades desenvolvidas no contexto deste processo único, a Conferência sobre o Futuro da Europa.

Liderados por três copresidentes (Guy Verhofstadt para o Parlamento Europeu; Ana Paula Zacarias, Gašper Dovžan e Clément Beaune, sucessivamente para o Conselho da UE; e Dubravka Šuica para a Comissão

Europeia) e liderada por um Conselho Executivo (igualmente composto por representantes das três instituições, bem como por observadores das principais partes interessadas), a conferência foi uma experiência sem precedentes de democracia deliberativa transnacional. Demonstrou igualmente a sua relevância histórica e importância no contexto da pandemia de COVID-19 e da agressão russa contra a Ucrânia. A Conferência sobre o Futuro da Europa resultou na criação de uma plataforma digital multilingue para que os cidadãos europeus possam contribuir nas 24 línguas da UE e na organização de quatro painéis de cidadãos europeus, seis painéis nacionais de cidadãos, milhares de eventos nacionais e locais e sete assembleias plenárias da conferência. É o resultado de uma vontade sem precedentes das instituições da UE, dos Estados-Membros, mas também e sobretudo dos cidadãos europeus, de debater as prioridades da União Europeia e os desafios que esta enfrenta e de adotar uma nova abordagem do projeto europeu.

No entanto, este é apenas o começo. Em conformidade com o texto fundador da conferência, as três instituições analisarão rapidamente a forma de aplicar eficazmente o presente relatório, cada uma no âmbito das suas competências e em conformidade com os Tratados. A determinação das três instituições a este respeito é primordial.

I. A arquitetura da conferência

A Conferência sobre o Futuro da Europa¹ foi um processo novo e inovador, que abriu um novo espaço de debate com os cidadãos, a fim de analisar as prioridades e os desafios da Europa, com vista a estabelecer a legitimidade democrática do projeto europeu e promover a adesão dos cidadãos aos nossos valores e objetivos comuns. A conferência foi um exercício centrado nos cidadãos, baseado numa abordagem da base para o topo, com o objetivo de garantir que os europeus tenham uma palavra a dizer sobre o que esperam da União Europeia. Trata-se de uma iniciativa conjunta do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão Europeia, agindo em pé de igualdade com os Estados-Membros da União Europeia.

¹ <https://futureu.europa.eu/>

1. Declaração comum

Em 10 de março de 2021, a Declaração Conjunta sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa (a «Declaração Conjunta») foi assinada pelo falecido Presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli, o Primeiro-Ministro português António Costa, em nome do Conselho da UE, e pela Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, abrindo caminho a este exercício democrático europeu sem precedentes, aberto e inclusivo, que confere um lugar central aos cidadãos.

A Conferência foi colocada sob a autoridade dos Presidentes das três Instituições, na qualidade de Presidência Conjunta. A Presidência conjunta foi assistida por um Conselho Executivo, copresidido por um membro de cada uma das três instituições da UE.

Em conformidade com a Declaração Comum, foram criadas as seguintes estruturas:

- um conselho executivo, que supervisionou a organização da conferência. Era composto por representantes das três instituições da UE (três membros e quatro observadores, respetivamente), bem como por observadores da Troica Presidencial da Conferência dos Organismos dos Assuntos Comunitários (COSAC) dos parlamentos nacionais da União Europeia. O Comité das Regiões, o Comité Económico e Social Europeu e os representantes dos parceiros sociais foram convidados na qualidade de observadores;
- um secretariado conjunto, assegurando a igualdade de representação das três instituições, que apoiou o trabalho do Conselho Executivo. Em especial, a equipa — liderada por três copresidentes das três instituições — supervisionou a organização e os preparativos das reuniões do Conselho Executivo, das Assembleias Plenárias da Conferência e dos Painéis dos Cidadãos Europeus. Em cooperação com os prestadores de serviços, foi responsável pela gestão da plataforma digital multilingue e pela apresentação de relatórios sobre os principais marcos ao longo do processo.

A composição única desta equipa permitiu uma colegialidade constante do trabalho e garantiu sinergias e ganhos de eficiência em todas as áreas;

- uma assembleia plenária da conferência (ver capítulo III para mais informações), que permitiu debater as recomendações formuladas pelos painéis nacionais e europeus de cidadãos, agrupadas por temas, no pleno respeito dos valores da UE e da carta da conferência^{II}, e sem que o resultado dos debates fosse previamente determinado ou o seu âmbito limitado a domínios políticos predefinidos. Os contributos recolhidos na Plataforma Digital Multilingue foram igualmente debatidos, sempre que adequado. Foram criados nove grupos de trabalho temáticos para fornecer contributos para preparar os debates e as propostas do plenário.

II https://futureu.europa.eu/uploads/decidim/attachment/file/4595/Conference_Charter_fr.pdf



2. Regulamento interno

Em 9 de maio de 2021, o Conselho Executivo aprovou o regulamento interno da Conferência, estabelecido em conformidade com a Declaração Conjunta sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa, que estabelece as bases e os princípios da Conferência.

O regulamento interno define o quadro de trabalho das diferentes estruturas da conferência e as suas interações.

3. Eventos relacionados com a conferência

De acordo com a Declaração Conjunta, cada Estado-Membro ou instituição da UE pode organizar eventos sob os auspícios da Conferência, em função das suas especificidades nacionais ou institucionais, e dar novos contributos para a Conferência (ver Capítulo II.C para mais informações).

Por conseguinte, as instituições e organismos da UE, os Estados-Membros, as autoridades regionais e locais, a sociedade civil organizada, os parceiros sociais e os cidadãos foram convidados a organizar eventos em parceria com a sociedade civil e as partes interessadas a nível europeu, nacional, regional e local, num vasto leque de formatos em toda a Europa, e a publicar os resultados destes eventos na plataforma digital. Realizaram-se vários milhares de eventos deste tipo, nos quais participaram cerca de 650 000 participantes.

4. Implementação da plataforma digital multilingue

A plataforma digital multilingue (ver capítulo II.A para mais informações) foi criada para permitir que os cidadãos partilhem as suas ideias e enviem contributos em linha, em conformidade com a Declaração Conjunta. Foi o principal centro de contributos e informações aos cidadãos sobre as diferentes partes da conferência e um instrumento interativo para partilhar e debater as ideias e contributos da multiplicidade de eventos organizados no contexto da conferência. A plataforma foi lançada oficialmente em 19 de abril de 2021. Mais de 17.000 ideias foram publicadas na plataforma.

Ao longo da conferência, foram elaborados relatórios sobre os contributos apresentados na plataforma.

As contribuições recolhidas através da Plataforma foram tidas em conta pelos painéis dos cidadãos europeus e foram debatidas e debatidas na sessão plenária da Conferência.

5. Painéis dos Cidadãos Europeus

Em conformidade com a Declaração Conjunta, os painéis de cidadãos europeus, organizados em torno dos principais temas da conferência, constituíram um elemento central e particularmente inovador da conferência (ver capítulo II.B para mais informações).

Um total de 800 cidadãos selecionados ao calhas que representam a diversidade sociológica e geográfica da UE e agrupados em quatro painéis de 200 cidadãos reuniram-se para três sessões deliberativas por painel. Os painéis de cidadãos europeus formularam recomendações que contribuíram para as deliberações gerais da Conferência, em especial nas assembleias plenárias da Conferência.

Os copresidentes do Conselho Executivo estabeleceram conjuntamente as modalidades práticas para a organização dos painéis de cidadãos europeus, em conformidade com a Declaração Comum e o regulamento interno, e informaram previamente o Conselho Executivo.

O Conselho Executivo tem sido regularmente informado dos progressos realizados na criação e organização dos painéis de cidadãos europeus.

6. Painéis nacionais de cidadãos

De acordo com a Declaração Conjunta, os Estados-Membros poderiam organizar painéis nacionais. Para ajudar os Estados-Membros que planeiam organizar painéis nacionais de cidadãos, os copresidentes aprovaram orientações e transmitiram ao Conselho Executivo em 26 de maio de 2021, a fim de assegurar que os painéis nacionais são organizados de acordo com os mesmos princípios que os painéis de cidadãos europeus. Estas orientações incluíam princípios de boa deliberação, com base nas orientações da OCDE^{III}. Cada Estado-Membro pode decidir se deve ou não organizar um painel de cidadãos nacionais. Um total de seis Estados-Membros organizou um (Bélgica, França, Alemanha, Itália, Lituânia e Países Baixos).

Em conformidade com a Declaração Conjunta, as recomendações dos painéis nacionais de cidadãos foram apresentadas e debatidas nas assembleias plenárias da conferência, em paralelo com as recomendações dos painéis de cidadãos europeus.

III III OCDE, Participação Inovadora dos Cidadãos e Novas Instituições Democráticas, 2020 — <https://www.oecd.org/gov/open-government/innovative-citizen-participation-new-democratic-institutions-catching-the-deliberative-wave-highlights.pdf>.

NÃO, NÃO, NÃO, NÃO. Contributos dos cidadãos para a conferência

A. Plataforma digital multilingue

A plataforma digital multilingue foi lançada em 19 de abril de 2021 e foi o ponto de contacto central da conferência. Através dele, todos puderam participar da conferência: todos os cidadãos da UE e de outros países, a sociedade civil, os parceiros sociais e várias outras partes interessadas.

A plataforma foi desenvolvida especificamente para a conferência, utilizando o Decidim, um software livre europeu dedicado à participação dos cidadãos. Em tal escala e nível de interatividade e multilinguismo, esta conquista foi uma primeira, não só europeia, mas também global. Todas as contribuições estavam disponíveis nas 24 línguas oficiais da UE através da tradução automática. O debate foi estruturado em torno de dez temas:

«Alterações climáticas e ambiente», «Saúde», «Uma economia mais forte, justiça social e emprego», «A UE no mundo», «Valores e direitos, Estado de direito, segurança», «transformação digital», «democracia europeia», «Migração», «Educação, cultura, juventude e desporto» e «Outras ideias».

Foi possível participar na plataforma de várias maneiras diferentes.

Qualquer um que quisesse poderia compartilhar suas ideias sobre um dos dez temas. Também foi possível comentar as ideias dos outros. A plataforma possibilitou, assim, um verdadeiro debate pan-europeu entre os cidadãos.

Os participantes podem também subscrever ideias, indicando que apoiaram os contributos de outro utilizador.

Outra forma importante de contribuir para a conferência foi organizar eventos (virtuais, presenciais ou híbridos), publicá-los na plataforma, comunicar os seus resultados e associá-los a ideias. Foram disponibilizados [guias e material informativo](#) aos organizadores da plataforma para promover a natureza participativa e inclusiva dos eventos.

A Plataforma desempenhou um papel fundamental na transparência de todo o processo e no acesso de todos à informação relacionada com a conferência. Foi aqui que todos puderam encontrar informações sobre os métodos de trabalho e a organização da

própria conferência, por exemplo sobre o próprio processo da conferência (a sessão plenária da conferência e os seus grupos de trabalho, os [painéis de cidadãos europeus](#), os [painéis e eventos nacionais](#) e o [Conselho Executivo](#)). Os debates do plenário e dos seus grupos de trabalho foram transmitidos em direto na Internet, bem como as reuniões dos painéis dos cidadãos europeus. Todas estas informações permanecerão disponíveis na plataforma.

Ao longo do trabalho, foram feitas melhorias na plataforma sempre que possível, adicionando recursos ou mídia visual, por exemplo. Ao longo do tempo, a plataforma também foi tornada mais acessível às pessoas com deficiência.

Todas as contribuições na plataforma foram públicas: todos poderiam aceder a eles, bem como arquivos de dados abertos ligados à plataforma digital, o que garantiu total transparência. A fim de facilitar a recolha e a análise dos contributos, o Centro Comum de Investigação da Comissão desenvolveu uma ferramenta automatizada de análise de texto e uma plataforma de análise, que permitiu uma interpretação multilingue e uma análise aprofundada do conteúdo da plataforma. A plataforma de análise é uma ferramenta que se revelou essencial para fornecer relatórios regulares de um nível uniforme de qualidade em todas as línguas. Além disso, um «data» organizado em março de 2022 pela Comissão Europeia incentivou novas abordagens na análise das séries de dados abertos e contribuiu para a transparência do processo de análise de dados.

A fim de apresentar uma panorâmica das contribuições para a plataforma, um prestador de serviços externo elaborou relatórios, que foram publicados na própria plataforma.

Em setembro, foi publicado um [primeiro relatório intercalar](#): centrou-se nas contribuições

entregues até 2 de agosto de 2021. O [segundo relatório intercalar](#) foi publicado em meados de outubro de 2021, abrangendo os contributos apresentados até 7 de setembro de 2021. O [terceiro relatório intercalar](#) foi publicado em

dezembro de 2021 e abrangeu os contributos até 3 de novembro de 2021. Uma vez que os trabalhos sobre a conferência estavam a entrar na sua fase final, o último relatório para inspirar os trabalhos das assembleias plenárias da conferência foi publicado em meados de março de 2022, tendo em conta os contributos apresentados na plataforma digital até 20 de fevereiro de 2022. Este calendário foi claramente anunciado na plataforma e noutros locais, o que resultou num aumento das contribuições em janeiro e fevereiro de 2022. As contribuições recebidas até 9 de maio serão tratadas no relatório complementar. Foram igualmente disponibilizados relatórios adicionais sobre os contributos apresentados na Plataforma, por Estado-Membro, ao mesmo tempo que os relatórios de setembro e dezembro de 2021 e março de 2022.

Estes relatórios centraram-se principalmente numa análise qualitativa dos contributos publicados na plataforma, a fim de proporcionar uma visão geral do âmbito e da diversidade das ideias propostas na plataforma e debatidas nos eventos. Para o efeito, uma equipa de investigação realizou uma análise textual manual e um conjunto de contributos, utilizando ferramentas analíticas fornecidas pelo Centro Comum de Investigação da Comissão. Isso

esquemas conceituais que permitem visualizá-los rapidamente. A fim de complementar esta abordagem qualitativa com elementos quantitativos, temas, subtemas ou ideias que muitas vezes voltaram ou que foram altamente comentadas ou apoiadas foram mencionadas em cada um dos relatórios. O objetivo era refletir o estado dos debates nas diferentes fases da conferência, incluindo o elevado nível de interesse ou debate gerado por certas ideias. Os relatórios também forneceram uma panorâmica dos dados sociodemográficos dos participantes. Os contribuidores foram convidados a fornecer informações sobre o seu país de residência, nível de escolaridade, idade, sexo e situação profissional; no entanto, o carácter facultativo desta informação limita a clareza que pode ser traçada quanto ao perfil dos participantes. Por exemplo, 26,9 % de todas as contribuições provinham de participantes que não indicavam o seu país de residência.



possibilitou identificar tópicos e subcategorias comuns de assunto, que foram descritos em pormenores sob cada tema e sintetizados em

Desde o lançamento da plataforma, o tema «democracia europeia» tem sido aquele para o qual foi registado o maior número de contributos (ideias, comentários e eventos). Em segundo lugar veio o tema «Mudança climática e meio ambiente». As contribuições apresentadas em «Outras Ideias» ficaram em terceiro lugar, antes de «Valores e Direitos, Estado de Direito, Segurança» e «Uma economia mais forte, justiça social e emprego». Os relatórios sobre as contribuições recolhidas na Plataforma, incluindo os regimes conceptuais, contribuíram de forma valiosa para o trabalho dos painéis de cidadãos europeus. No início de cada uma das três sessões do painel, as principais conclusões do relatório e os esquemas conceituais foram apresentados aos painéis, que receberam links para os relatórios completos. Este é o número de ideias que apareceram na plataforma que se refletem nas recomendações formuladas pelos painéis de cidadãos europeus.

Os relatórios foram também debatidos nas reuniões plenárias da Conferência, a partir da sessão plenária de 23 de outubro de 2021, bem como em reuniões anteriores dos grupos de

propostas elaboradas na reunião plenária da Conferência.

Em 20 de abril de 2022, quase cinco milhões de visitantes únicos tinham visitado a plataforma digital multilingue, na qual mais de 50 000 participantes estavam ativos, 17 000 ideias debateram e mais de 6 000 eventos registados. Por trás destes números estão milhares de cidadãos empenhados que partilham e debatem muitas ideias e organizam uma multiplicidade de eventos originais e inovadores nos diferentes Estados-Membros.

A fim de assegurar que a Plataforma seja um lugar onde os cidadãos de todos os quadrantes e de todos os cantos da Europa se sintam à vontade e encorajados a contribuir para o debate, todos os utilizadores da Plataforma tiveram de subscrever [a Carta da Conferência](#) e as [regras de participação](#). Foi criada uma equipa de moderação e está a trabalhar ao longo da conferência, sob a supervisão do Secretariado Conjunto, em nome do Conselho Executivo, a fim de assegurar o cumprimento da Carta e das Regras de Participação. Não houve qualquer moderação prévia do conteúdo. Quando uma contribuição foi ocultada, o utente recebeu uma mensagem da equipa de moderação explicando o motivo. Os pormenores sobre os princípios e o processo de moderação foram disponibilizados na secção Perguntas Frequentes (FAQ) da plataforma.

Entre 19 de abril de 2021 e 20 de abril de 2022, foram ocultadas 430 ideias (2,4 %), 312 comentários (1,4 %) e 396 eventos (6,0 %). Cerca de 71 % das ideias foram mascaradas porque não continham propostas, sejam spam,

| O que se passa na Conferência sobre o Futuro da Europa? | | |
|--|-------------------------|--------------|
| 52346 | 652532 | 17671 |
| participantes na conferência | participantes no evento | ideias |
| 21877 | 6465 | 72528 |
| observações | eventos | aprovações |
| Estado de participação em 20 de abril de 2022 (fonte: Conferência sobre o Futuro da Europa (europa.eu)) | | |

trabalho. Por conseguinte, os contributos da Plataforma continuaram a enriquecer as

solicitações de utentes, ou porque continham informações pessoais ou uma imagem

associada inadequada; cerca de 17 % das ideias ocultas eram duplicadas. Apenas 11 % das ideias ocultas foram por causa de seu conteúdo ofensivo. A grande maioria dos eventos, 76 %, foram mascarados por serem duplicados ou porque as informações sobre o evento estavam incompletas, a pedido dos organizadores ou por não estarem relacionadas com a conferência.

A possibilidade de contribuir para a Plataforma permaneceu aberta até 9 de maio de 2022. Está previsto um relatório adicional após essa data para completar o resumo de todas as contribuições recebidas durante a conferência.

A participação na plataforma continuou a aumentar ao longo da conferência, mas manteve-se desigual entre os Estados-Membros e os perfis sociodemográficos dos participantes. De um modo geral, a plataforma proporcionou um espaço de reflexão inovador, que permitiu a vários milhares de cidadãos e a várias partes interessadas de toda a Europa e não só participar num debate multilingue em linha sobre questões europeias em todos os Estados-Membros. Revelou-se um instrumento valioso para a democracia deliberativa a nível da UE.



B. Painéis dos Cidadãos

1. Painéis dos Cidadãos Europeus

Os painéis dos cidadãos europeus foram um dos principais pilares da conferência, com os painéis nacionais, a Plataforma Digital Multilingue e o Plenário da Conferência. Estão no centro da Conferência sobre o Futuro da Europa e reuniram cerca de 800 cidadãos de todas as origens e regiões da União Europeia. Embora o conceito de painéis ou assembleias para cidadãos seja utilizado há décadas a nível municipal e seja cada vez mais visível a nível nacional ou regional, a dimensão pan-europeia continua, em grande medida, por explorar neste domínio. Os painéis de cidadãos europeus foram a primeira experiência transnacional e multilingue desta magnitude e nível de ambição. O notável sistema de interpretação que acompanhou o processo conduziu a um diálogo inclusivo, respeitoso e eficaz entre as partes interessadas, garantindo o respeito pelo multilinguismo.

Os painéis de cidadãos europeus foram organizados pelas três instituições com base na declaração comum, no regulamento interno e nas disposições estabelecidas pelos copresidentes, sob a supervisão da Comissão Executiva. Foram apoiados por um consórcio de prestadores de serviços externos, composto por vários peritos no domínio da democracia deliberativa e por uma equipa de apoio logístico. O Conselho Executivo foi mantido informado do trabalho dos painéis, foram fornecidas disposições práticas atualizadas e adaptou o calendário provisório das sessões dos painéis de cidadãos europeus durante o processo, se necessário.

Os participantes nos painéis de cidadãos europeus foram selecionados no verão de 2021. Os cidadãos da UE foram selecionados ao calhas (principalmente contactados pelos 27 institutos nacionais de inquérito coordenados por um prestador de serviços externo) com o objetivo de constituir «painéis» representativos da diversidade da UE, com base em cinco critérios: sexo, idade, origem geográfica (nacionalidade e ambiente urbano/rural), antecedentes socioeconómicos e nível de ensino. O número de cidadãos por Estado-Membro foi calculado de acordo com o

princípio da proporcionalidade degressiva aplicado à composição do Parlamento Europeu, tendo em conta que cada painel deve incluir, pelo menos, um cidadão e um cidadão por Estado-Membro. Dado que a conferência prestou especial atenção aos jovens, um terço dos cidadãos de cada painel tinha entre 16 e 24 anos de idade. Para cada grupo de 200 pessoas, foram selecionados 50 cidadãos adicionais para criar uma reserva.

Foram organizados quatro painéis de cidadãos europeus. Para cada um deles, os temas a debater corresponderam aos temas identificados na plataforma digital multilingue e foram agrupados do seguinte modo:

1. Uma economia, justiça social e emprego mais fortes; educação, cultura, juventude e desporto; transformação digital;
2. Democracia europeia; valores e direitos, Estado de direito, segurança;
- Mudança 3. Climate e ambiente; saúde;
4. A UE no mundo; migração.

Cada painel reuniu-se por três fins de semana. A primeira série de sessões teve lugar em Estrasburgo, a segunda em linha e a terceira em quatro cidades (Dublim, Florença, Varsóvia/Natolin e Maastricht), em instituições públicas de ensino superior e com o apoio das autoridades locais.

PRIMEIRA RONDA DE SESSÕES DO PAINEL

Para a primeira sessão de cada painel, os participantes reuniram-se fisicamente em Estrasburgo. O objetivo da sessão era definir a ordem do dia das deliberações. Os cidadãos que participam nos painéis começaram por refletir e desenvolver a sua visão da Europa, partindo de uma página em branco e identificando as questões a debater, no âmbito dos principais temas do painel. Em seguida, deram prioridade aos temas sobre os quais pretendiam concentrar-se mais profundamente, com vista a formular recomendações específicas às instituições da UE para efeitos de acompanhamento. As discussões e o trabalho coletivo tiveram lugar nos dois formatos seguintes:

- em subgrupos compostos por 12 a 14 cidadãos. Quatro a cinco línguas eram faladas em cada subgrupo, em que os cidadãos podiam expressar-se na sua própria língua. O trabalho dos subgrupos foi orientado por facilitadores profissionais selecionados pelo consórcio de prestadores de serviços externos.

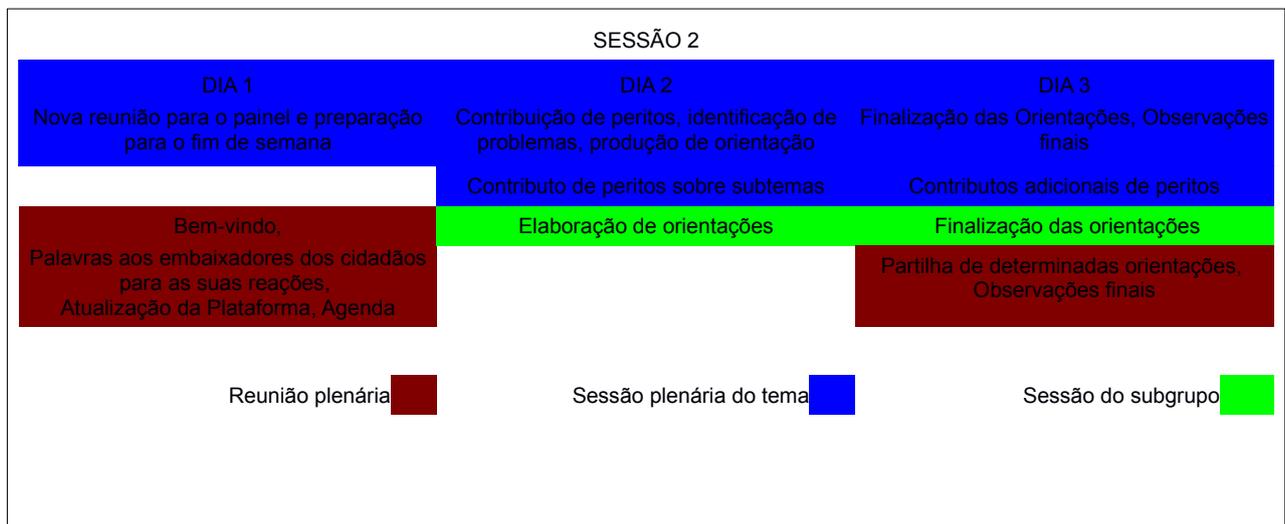
intercalar da Plataforma Digital Multilingue e apresentações de peritos externos de alto nível.

Durante as primeiras sessões, as 20 pessoas convidadas a representar cada um dos painéis no plenário foram selecionadas de entre os cidadãos voluntários; ao fazê-lo, ele foi vigiado pela diversidade de idade e género.

SEGUNDA RONDA DE SESSÕES DO PAINEL

Os painéis de cidadãos europeus prosseguiram os seus trabalhos reunindo-se em linha durante todo o mês de novembro. Para o efeito, foi criado um regime especial: um estúdio em Bruxelas organizou as principais sessões de moderação e plenárias, ao passo que os cidadãos participantes de toda a UE poderiam intervir através de um sistema de ligação e interpretação.

Na segunda ronda de sessões, com o apoio de peritos e verificadores de factos, os cidadãos identificaram e discutiram uma série de



- em sessão plenária, com todos os participantes. As sessões plenárias foram conduzidas por dois moderadores principais. Os temas prioritários resultantes das discussões foram subdivididos em «eixo» (correspondente aos clusters temáticos) e «subeixo» e serviram de base para a segunda série de sessões. Para o efeito, os participantes receberam informações gerais sobre os temas, bem como contributos relevantes, incluindo análises e esquemas conceituais, a partir do primeiro relatório

questões específicas e desenvolveram orientações para cada um dos eixos temáticos identificados durante a primeira sessão. Foi dada especial atenção ao equilíbrio entre homens e mulheres e ao equilíbrio geográfico no âmbito do grupo de peritos, e que cada um destes peritos, através dos seus contributos, informa os cidadãos em profundidade, comunicando factos e/ou progressos no debate e abstando-se de emitir opiniões pessoais. Foram igualmente facultados aos cidadãos os

relatórios intercalares da plataforma digital multilíngue.

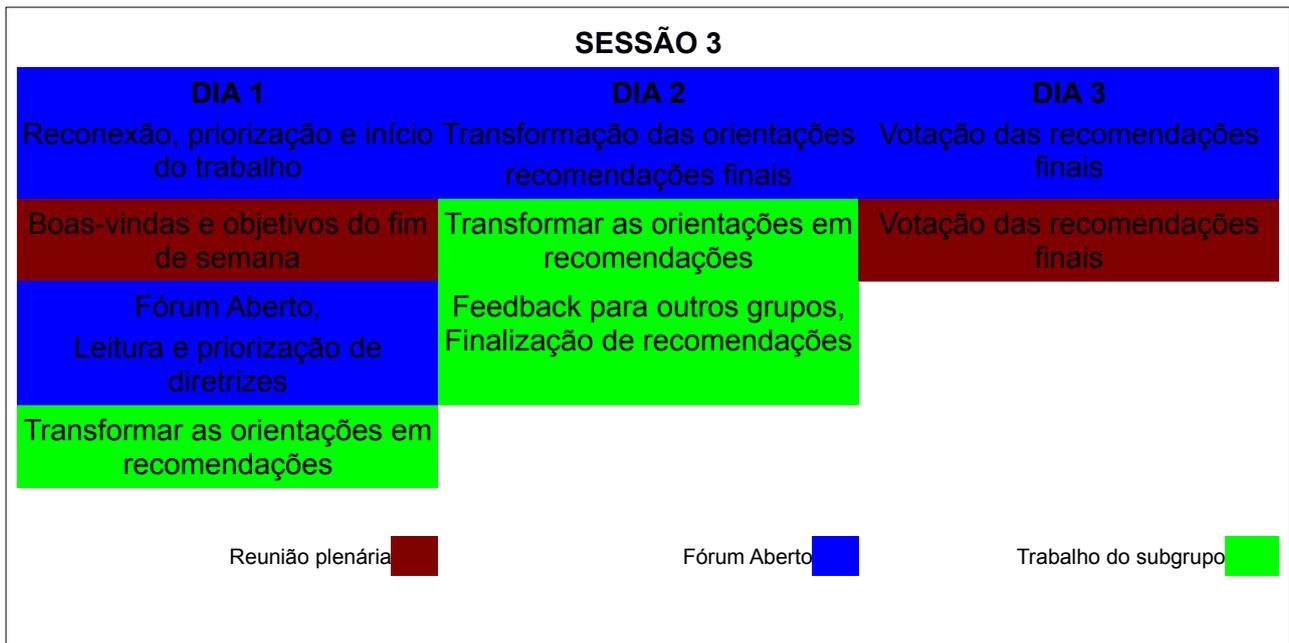
Assim, foram capazes de identificar e discutir questões relacionadas aos temas que lhes foram atribuídos, com base na contribuição dos especialistas sobre os temas abordados e seus próprios conhecimentos e experiências, durante as deliberações realizadas durante a segunda rodada de sessões. Os problemas foram definidos como problemas que exigem soluções ou situações que exigem mudanças.

Em seguida, os cidadãos abordaram estas questões através do desenvolvimento de orientações, o primeiro passo para a formulação de recomendações, que foi o objetivo da terceira série de sessões. Solicitou-se igualmente aos cidadãos que justificassem estas orientações.

As discussões e o trabalho coletivo tiveram lugar em três formatos:

cidadãos. Quatro a cinco línguas foram utilizadas em cada subgrupo para permitir que os cidadãos se expressassem na sua própria língua ou numa língua em que se sentissem confortáveis. Cada subgrupo tinha um facilitador profissional do consórcio de prestadores de serviços externos.

- em sessão plenária dedicada a um fluxo de trabalho. Cada sessão plenária dedicada a um eixo de trabalho reuniu os subgrupos que trabalham no mesmo eixo temático. As sessões plenárias dedicadas a um fluxo de trabalho foram facilitadas por facilitadores profissionais, com interpretação que abrange todas as línguas exigidas pelos participantes.
- em sessão plenária, com todos os cidadãos participantes, para apresentar e encerrar a sessão. As sessões plenárias foram conduzidas por dois principais moderadores do consórcio, com interpretação nas 24 línguas oficiais da UE.



- em subgrupos. Cada um dos quinze subgrupos era composto por doze a catorze

TERCEIRA RONDA DE SESSÕES DO PAINEL

A terceira e última ronda de sessões do painel realizou-se presencialmente em instituições de ensino de quatro Estados-Membros. Devido à pandemia de COVID-19 e às medidas conexas na Irlanda e nos Países Baixos, a terceira sessão dos painéis 1 (Uma economia mais forte, justiça social e emprego); educação, cultura, juventude e desporto; transformação digital) e 4 (a UE no mundo; migração) teve de ser adiada para fevereiro de 2022, em consulta com as autoridades nacionais e os parceiros associados.

As discussões e o trabalho coletivo ocorreram nos seguintes formatos:

- em sessão plenária com todos os participantes, no início da sessão para apresentar o programa e no final da sessão, tal como explicado a seguir. As sessões plenárias foram conduzidas por dois principais moderadores do grupo de deliberação, com interpretação nas 24 línguas oficiais da UE.
- Os cidadãos começaram por examinar todas as orientações desenvolvidas pelo painel durante a sessão 2 como parte de um «fórum aberto». Em seguida, cada cidadão deu prioridade a um máximo de dez orientações por eixo de trabalho. Uma vez concluído este processo de priorização a nível do painel, os cidadãos aderiram ao subgrupo em que já haviam trabalhado durante a sessão 2 e, coletivamente, tomaram nota das orientações do grupo que tinham sido priorizadas pelo resto do painel — uma oportunidade para comparar esta escolha com a sua própria avaliação. Para a preparação das recomendações, foi atribuído a cada subgrupo um intervalo indicativo do número de recomendações a elaborar: de um a três, com um máximo de cinco.
- Cada um dos 15 subgrupos trabalhou para desenvolver orientações para recomendações. Os cidadãos debateram as orientações que receberam mais apoio (na sua ordem de prioridades) e iniciaram o processo de elaboração das recomendações.

Durante a terceira série de sessões, os conhecimentos especializados e a informação não foram trazidos em interação direta com os cidadãos, mas através de um sistema especialmente concebido, um «Recursos e Ponto de Informação». Este sistema foi utilizado para centralizar todos os pedidos de informação e verificação de factos no local e para fornecer aos subgrupos respostas breves e factuais de peritos e verificadores de factos. Este sistema foi concebido para garantir que os contributos dos peritos e dos verificadores de factos são preparados de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e para evitar uma influência indevida nesta fase do processo. Foram igualmente facultados aos cidadãos os relatórios intercalares da plataforma digital multilingue.

Durante o trabalho do subgrupo, foram organizadas sessões de feedback para ajudar os participantes a compreender o trabalho dos outros subgrupos e reforçar as suas recomendações.

As recomendações de cada subgrupo foram então votadas pelo painel no último dia da sessão. Antes da votação, todos os participantes receberam um documento contendo todos os projetos de recomendações produzidos na véspera, para que pudessem lê-los na sua própria língua (tradução automática do inglês). Cada recomendação foi lida em inglês em plenário para permitir que os cidadãos ouvissem a interpretação simultaneamente. Uma após a outra, as recomendações foram postas à votação dos participantes por meio de um formulário on-line. Com base nos resultados das votações finais, as recomendações foram classificadas da seguinte forma:

As recomendações que receberam 70 % ou mais dos votos expressos foram adotadas pela comissão; as recomendações que não cumpriam este limiar foram consideradas não validadas pelo painel. No total, os painéis de cidadãos europeus adotaram 178 recomendações.

O processo de votação foi supervisionado por um comité de votação composto por dois cidadãos que se propuseram desempenhar este papel.

REPRESENTANTES DOS PAINÉIS DE CIDADÃOS EUROPEUS EM SESSÃO PLENÁRIA

As recomendações adotadas pelos quatro painéis de cidadãos europeus foram então apresentadas e debatidas pelos 80 representantes dos painéis de cidadãos europeus na sessão plenária da conferência e nos grupos de trabalho em 21-22 de janeiro de 2022 (painel 2 e 3) e 11-12 de março de 2022 (painel 1 e 4). Os 80 representantes dos painéis de cidadãos europeus (em média, 70 no local e 10 em linha) continuaram a promover e explicar as recomendações dos painéis dos cidadãos europeus em três reuniões consecutivas da Assembleia Plenária e dos grupos de trabalho (em 25-26 de março, 8-9 de abril e 29-30 de abril).

Realizaram igualmente trocas de pontos de vista regulares em reuniões no âmbito da «componente dos cidadãos» (nas reuniões preparatórias em linha e nas reuniões plenárias no local), entre si e com os 27 representantes de eventos nacionais e/ou painéis nacionais. Em 23 de abril, representantes dos painéis de cidadãos europeus reuniram-se em linha com todos os seus homólogos para explicar de que forma as recomendações tinham sido debatidas e incorporadas nas propostas em sessão plenária e para receber as reações de outros participantes do painel. Um grupo de membros do secretariado conjunto e do consórcio apoiou a componente dos cidadãos durante a sessão plenária.

TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO

Todo o processo foi conduzido de forma transparente. As reuniões plenárias dos painéis de cidadãos europeus foram transmitidas em direto, ao passo que os documentos resultantes dos seus debates e deliberações foram disponibilizados ao público na plataforma digital multilingue. O relatório final de cada uma das sessões do painel está disponível na plataforma, juntamente com as recomendações. Os relatórios contêm igualmente informações sobre todos os peritos que apoiaram o trabalho dos painéis.

Enquanto verdadeira inovação democrática, os painéis de cidadãos europeus receberam muita atenção da comunidade científica. Os

investigadores puderam assistir às reuniões dos painéis de cidadãos europeus e observar a conduta, em conformidade com determinadas regras, do trabalho realizado e a privacidade dos participantes.

Painel 1

Uma economia, justiça social e emprego mais fortes; educação, cultura, juventude e desporto; transformação digital

A primeira sessão do painel sobre "Uma economia mais forte, a justiça social e o emprego; educação, cultura, juventude e desporto; transformação digital" teve lugar de 17 a 19 de setembro de 2021 em Estrasburgo. Este painel abordou o futuro das nossas economias e empregos, especialmente após a pandemia, prestando a devida atenção às questões relacionadas com a justiça social. Também abordou as oportunidades e os desafios da transformação digital, um dos temas mais importantes para discussão entre os que dizem respeito ao futuro.

O painel debateu igualmente o futuro da Europa nos domínios da juventude, do desporto, da cultura e da educação. Os cidadãos que participam no painel são bem-vindos pelo copresidente Guy Verhofstadt. Os trabalhos da primeira sessão concluíram sobre a aprovação das cinco vertentes de trabalho: «Trabalhar na Europa», «Uma economia para o futuro», «Uma sociedade justa», «aprender na Europa» e «Uma transformação digital ética e segura».

De 5 a 7 de novembro de 2021, o Painel 1 reuniu-se pela segunda vez, desta vez em formato virtual, e prosseguiu as deliberações da primeira sessão. Durante a segunda sessão, os membros do painel definiram «orientações» para elaborar recomendações concretas (na sua terceira sessão) para cada um dos cinco eixos identificados na primeira sessão. No total,

os cidadãos que participaram no Painel 1 produziram 142 grupos de orientação.

De 25 a 27 de fevereiro de 2022, os cidadãos participantes do Painel 1 reuniram-se pela terceira vez, dando continuidade às deliberações realizadas durante as sessões 1 e 2. Para esta sessão final, os participantes do painel 1 foram organizados no Castelo de Dublin pelo Instituto de Assuntos Internacionais e Europeus (IIEA), com a oportunidade de participar em linha.

com base nas orientações que desenvolveram na sessão 2 como base para o seu trabalho, os cidadãos elaboraram e aprovaram 48 recomendações finais.

Painel 2

Democracia europeia; valores e direitos, Estado de direito, segurança

Sessão 1 do painel sobre "Democracia europeia; valores e direitos, Estado de direito, segurança", teve lugar de 24 a 26 de setembro em Estrasburgo. O painel centrou-se em questões relacionadas com a democracia, como as eleições, a participação fora dos períodos eleitorais, a perceção da distância entre os cidadãos e os seus representantes eleitos, a liberdade dos meios de comunicação social e a desinformação. Abordou igualmente questões relacionadas com os direitos e valores fundamentais, o Estado de direito e a luta contra todas as formas de discriminação. Ao mesmo tempo, concentrou-se na segurança interna da UE, como a proteção dos europeus contra atos de terrorismo e outros crimes. Os oradores são bem-vindos pelo copresidente Gašper Dovžan.

Os trabalhos desta primeira sessão concluíram sobre a aprovação das cinco vertentes de trabalho: «Assegurar o respeito pelos direitos e a não discriminação», «Proteger a democracia e o Estado de direito», «Reformar a UE», «Construir a identidade europeia» e «Reforçar a participação dos cidadãos».

De 12 a 14 de novembro de 2021, o Painel 2 reuniu-se pela segunda vez, em formato virtual, e prosseguiu as deliberações da primeira sessão. Durante a segunda sessão, os membros do painel definiram «orientações» para elaborar recomendações concretas (na sua terceira sessão) para cada um dos cinco

eixos identificados na primeira sessão. No total, os cidadãos que participaram no Painel 2 produziram 124 grupos de orientação.

De 10 a 12 de dezembro de 2021, os cidadãos que participam no Painel 2 reuniram-se para a sua sessão final organizada no Instituto Universitário Europeu de Florença, com a oportunidade de participar em linha. Com base nas orientações que desenvolveram na sessão 2 como base para o seu trabalho, os cidadãos elaboraram e aprovaram 39 recomendações finais.

Painel 3 Alterações climáticas e ambiente; saúde

O painel sobre «Alterações climáticas e ambiente»; saúde" realizou a sua primeira sessão de 1^a 3 de outubro em Estrasburgo. O painel centrou-se nos efeitos das alterações climáticas, nas questões ambientais e nos novos desafios em matéria de saúde para a União Europeia. Abrangeu igualmente os objetivos e as estratégias da UE, como a agricultura, os transportes e a mobilidade, a energia e a transição para sociedades pós-carbono, a investigação, os sistemas de saúde, as respostas às crises sanitárias, a prevenção e estilos de vida saudáveis. O trabalho desta primeira sessão terminou com a aprovação das cinco áreas de trabalho: «Melhores estilos de vida», «Proteger o nosso ambiente e saúde», «Reorientar a nossa economia e consumo», «Rumo a uma sociedade sustentável» e «Cuidado para todos». O relatório final da sessão está disponível na plataforma digital multilingue.

De 19 a 21 de novembro de 2021, o Painel 3 reuniu-se pela segunda vez, desta vez em formato virtual, para prosseguir as deliberações da primeira sessão. Durante a segunda sessão, os membros do painel definiram «orientações» para elaborar recomendações concretas (na sua terceira sessão) para cada um dos cinco eixos identificados na primeira sessão. No total, os cidadãos participantes do Painel 3 produziram 130 grupos de orientação.

De 7 a 9 de janeiro de 2022, os cidadãos do painel 3 reuniram-se para a sessão final que organizaram no Colégio da Europa em Natolin e no Palácio da Cultura e Ciência, com o apoio da cidade de Varsóvia. Foi possível participar online. Com base nas orientações que

desenvolveram na sessão 2 como base para o seu trabalho, os cidadãos elaboraram e aprovaram 51 recomendações finais.

Painel 4 A UE no mundo; migração



Fotografia: painel 3 dos Cidadãos Europeus

O quarto painel, intitulado «A UE no mundo»; migração" reuniu-se pela primeira vez, de 15 a 17 de outubro, em Estrasburgo, durante a qual os participantes debateram, em especial, o papel da UE na cena internacional.



Em especial, foram debatidos os objetivos e as estratégias da UE em matéria de segurança, defesa, política comercial, ajuda humanitária e cooperação para o desenvolvimento, política externa, política de vizinhança da UE e alargamento, bem como a forma como a UE deve lidar com a migração. O copresidente Dubravka Šuica dá as boas-vindas aos cidadãos. Os trabalhos desta primeira sessão concluíram sobre a aprovação das cinco vertentes de trabalho: «Autossuficiência e estabilidade», «A UE como parceiro internacional», «Uma UE forte num mundo em paz», «Migração do ponto de vista humano» e

«Responsabilidade e solidariedade em toda a UE». O relatório final da sessão está disponível na plataforma digital multilingue.

De 16 a 28 de novembro de 2021, o Painel 4 realizou a sua segunda sessão em linha, com base no trabalho realizado durante a primeira sessão. Durante a segunda sessão, os membros do painel definiram «orientações» para elaborar recomendações concretas (na sua terceira sessão) para cada um dos cinco eixos identificados na primeira sessão. No total, os cidadãos que participaram no painel 4 produziram 95 grupos de orientação.

De 11 a 13 de fevereiro de 2022, o painel de 4 cidadãos reuniu-se para a sua sessão final, organizado no Centro de Exposições e Conferências de Maastricht (MECC) pelo Studio Europa Maastricht, em cooperação com a Universidade de Maastricht e o Instituto Europeu de Administração Pública (IEAP). Foi possível participar online.

com base nas orientações que desenvolveram na sessão 2 como base para o seu trabalho, os cidadãos desenvolveram e aprovaram 40 recomendações finais.

2. Painéis nacionais de cidadãos

Em conformidade com a Declaração Conjunta, o

Plenário da Conferência debateu as recomendações dos painéis nacionais e europeus de cidadãos, agrupadas por tema. A fim de assistir os Estados-Membros que planeiam organizar painéis nacionais de cidadãos, as orientações foram aprovadas pelos copresidentes e transmitidas ao

Conselho Executivo em 26 de maio de 2021. Seguiram os mesmos princípios que os painéis de cidadãos europeus e incluíram princípios de boa deliberação, com base num relatório da OCDE^{IV}.

Seis Estados-Membros — Bélgica, França, Alemanha, Itália, Lituânia e Países Baixos — organizaram painéis de cidadãos nacionais que respeitam os princípios estabelecidos nas presentes orientações. As recomendações formuladas por estes painéis nacionais de cidadãos foram apresentadas e debatidas nas reuniões plenárias de janeiro e março, bem como nos grupos de trabalho em sessão plenária, em paralelo com as recomendações dos painéis de cidadãos europeus sobre os mesmos temas.

1) **BÉLGICA**



IV OCDE, Participação Inovadora dos Cidadãos e Novas Instituições Democráticas, 2020 — <https://www.oecd.org/gov/open-government/innovative-citizen-participation-new-democratic-institutions-catching-the-deliberative-wave-highlights.pdf>

Em outubro de 2021, um painel de cidadãos reuniu ao longo de três fins de semana 50 cidadãos selecionados ao acaso, representativos da população em geral, para debater o tema da democracia europeia e a forma como os cidadãos poderiam participar mais nos assuntos europeus.

Este painel foi organizado sob os auspícios de Sophie Wilmès, vice-primeiro-ministro belga e ministro dos Negócios Estrangeiros e dos Assuntos Europeus.

Os cidadãos formularam recomendações sobre cinco temas que escolheram, a saber:

- melhorar a comunicação sobre a União Europeia,
- identificar e combater a desinformação sobre a UE,
- painéis de cidadãos como instrumento de participação,
- o referendo sobre os assuntos europeus,
- melhorar os instrumentos de participação existentes na União Europeia.

O trabalho do Painel dos Cidadãos belgas resultou em 115 recomendações, que foram elaboradas, debatidas e votadas pelos 50 cidadãos belgas selecionados ao acaso.

2) ALEMANHA

Em janeiro de 2022, o Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão organizou um painel de cidadãos nacionais. 100 cidadãos selecionados ao acaso, representativos da população, participaram neste painel online.

Em 5 e 8 de janeiro de 2022, foram organizados cinco seminários de lançamento em linha, cada um com 20 participantes sobre os seguintes temas:

- o papel da Europa no mundo, o clima e o ambiente,
- Estado de direito e valores,
- uma economia mais forte e uma justiça social.



Fotografia: Painel dos Cidadãos Alemães

Os 100 cidadãos selecionados aleatoriamente reuniram-se em 15 e 16 de janeiro de 2022 para debater os desafios relacionados com estas questões e possíveis soluções, e adotaram as suas recomendações. Os participantes desenvolveram duas propostas específicas para cada um dos temas acima referidos.

Os resultados foram apresentados em 16 de janeiro numa conferência final em linha com a participação de Annalena Baerbock, Ministra dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, e Anna Lührmann, Vice-Ministra da Europa e do Clima.

3) FRANÇA

Os painéis de cidadãos foram organizados em França pelo Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros francês, com o apoio do Ministério das Relações com o Parlamento e da Participação Cidadã.



Foram organizados 18 painéis de cidadãos em setembro e início de outubro de 2021 em todas as regiões da França, metropolitanas e ultramarinas. Cada painel reuniu entre 30 e 50 cidadãos selecionados ao acaso, representativos da diversidade da população das regiões. No total, mais de 700 cidadãos participaram dos painéis. O trabalho dos painéis regionais deu origem a uma lista de 101 aspirações, com 515 alterações e 1 301 propostas específicas.

Um total de 100 cidadãos que representam os painéis reuniram-se em Paris, em 16 e 17 de outubro de 2021, para a Conferência Nacional de Síntese para elaborar e adotar as recomendações. No âmbito deste processo, foram identificadas 14 recomendações prioritárias. Abrangendo os nove temas da conferência, as recomendações foram apresentadas ao governo francês, incluindo o Secretário de Estado, Clément Beaune, e constituíram a contribuição do governo francês para a conferência.

4) ITÁLIA



Em março de 2022, foi organizado um painel de cidadãos por um terceiro independente, sob a supervisão do Departamento de Políticas Europeias italiano da Presidência do Conselho de Ministros.

Participaram 55 cidadãos selecionados ao acaso, representativos da sociedade italiana e das suas regiões. Os participantes foram selecionados ao acaso para garantir a presença de diferentes gêneros, idade, origem social, local de residência e situação profissional.

Os cidadãos reuniram-se em linha em 11 e 12 de março de 2022 para debater dois temas da conferência:

- «Uma economia mais forte, justiça social e emprego», e
- «A Europa no mundo».

Em 12 de março de 2022, o painel adotou um total de 58 recomendações, incluindo 33 sobre «Uma economia mais forte, justiça social e emprego» e 25 sobre a «Europa Global». No último dia, os participantes realizaram a verificação e validação do primeiro rascunho das recomendações feitas durante a primeira fase do trabalho.

5) LITUÂNIA

Em nome do Ministério dos Negócios Estrangeiros, um painel nacional de cidadãos foi organizado por um terceiro independente em janeiro de 2022.



Fotografia: Painel dos Cidadãos Lituanos

Reuniu um total de 25 cidadãos selecionados ao acaso com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos, representativos dos diferentes grupos socioeconómicos e regiões da Lituânia.

Em 4 de janeiro de 2022, foi organizada uma sessão de abertura em linha e os cidadãos debateram dois temas:

- o papel e as competências da UE em matéria de política externa;
- o papel económico da UE.

Em 15 de janeiro de 2022, os participantes reuniram-se pessoalmente para formular as principais conclusões dos seus debates. Em 25

de janeiro de 2022, adotaram 21 recomendações numa sessão virtual, 10 das quais centradas no papel e nas competências da UE na política externa e 11 no papel económico da UE.

6) **PAÍSES BAIXOS**

O painel de cidadãos foi organizado por um terceiro independente, com os diálogos intitulados «Visões da Europa» a partir de¹ de setembro. Eles foram divididos em várias partes.

Lançada em¹ de setembro de 2021, a secção em linha incluiu uma pergunta n-ária e um instrumento de seleção simplificado que permite aos cidadãos expressar as suas preferências, desejos e recomendações sobre os nove temas da conferência. O questionário foi distribuído a um grupo representativo



selecionado e inclusivo de 4.000 cidadãos.

Em outubro e novembro de 2021, realizaram-se debates aprofundados em linha e fora de linha com os cidadãos, em especial para chegar aos jovens e a grupos-alvo de difícil acesso.

Foram publicados dois relatórios intitulados «A nossa visão para a Europa»; pareceres, ideias e recomendações (Elze kijk op Europa; Meningen, ideeën en aanbevelingen) e reunindo as 30 recomendações dos cidadãos sobre os nove temas da conferência.

C. Eventos organizados no âmbito da conferência

1. Eventos nacionais

Os Estados-Membros contribuíram para a conferência através de uma vasta gama de eventos e iniciativas. Participaram nestes eventos vários milhares de cidadãos de toda a UE. Um [título específico](#) da Plataforma Digital Multilíngue apresenta uma panorâmica das principais atividades que as autoridades dos Estados-Membros organizaram ou apoiaram. Os eventos foram apresentados nas



assembleias plenárias da conferência de 23 de outubro de 2021 e 25 de março de 2022 por representantes de eventos nacionais e/ou por painéis nacionais de cidadãos, mas também contribuíram para a conferência através de [relatórios](#) da plataforma, enriquecendo assim o debate a nível europeu.

O principal objetivo destes eventos e iniciativas era ouvir os cidadãos e envolvê-los nos debates sobre a União Europeia. A inclusão e o diálogo com os cidadãos foram também uma prioridade, com esforços para incluir pessoas que normalmente não participam em debates relacionados com a UE.

Realizaram-se diferentes tipos de eventos, combinando abordagens centralizadas e descentralizadas, nomeadamente com várias formas de apoio a iniciativas da base para o topo. As atividades e eventos nos Estados-Membros foram organizados por diferentes instituições e intervenientes, incluindo autoridades nacionais, regionais e locais, organizações da sociedade civil, parceiros sociais, associações e cidadãos. Em alguns casos, organizações não governamentais, instituições culturais, grupos de reflexão, universidades e institutos de investigação também participaram ativamente na organização de eventos sobre a conferência. Em muitas destas atividades e eventos, foi dada especial ênfase à participação das gerações mais jovens.

Panorâmica dos principais eventos e iniciativas nos Estados-Membros:

1 Bélgica

Foram organizados vários eventos pelas autoridades federais e regionais. Realizaram-se vários debates com os cidadãos, por exemplo, sobre a UE no mundo e sobre as alterações climáticas e o ambiente. Realizou-se também um diálogo estruturado com os cidadãos sobre «Viver numa região fronteiriça» e uma hackatona sobre «O impacto de estilos de vida saudáveis e das alterações climáticas na qualidade de vida» e «barreiras ao emprego dos jovens».

Além disso, foi organizado um evento sobre a digitalização e a economia sustentável e uma série de debates entre jovens e políticos sobre o tema «A Europa que vos escuta».

2 Bulgária

O exercício búlgaro foi lançado numa cerimónia intitulada «Como ouvir a voz dos cidadãos através da Conferência sobre o Futuro da Europa?», com a participação das autoridades públicas e dos representantes dos cidadãos. Como parte dos eventos organizados, foi estabelecido um diálogo sobre demografia e democracia.

Realizaram-se vários eventos locais nas principais cidades universitárias, com a ajuda dos centros Europe Direct.

3 República Checa

A República Checa organizou debates centrais com o público em geral e eventos de informação destinados às partes interessadas. Estes eventos foram complementados por eventos para jovens e eventos com participação internacional. Em especial, foi organizado um evento transnacional com cidadãos alemães e checos. Realizaram-se vários debates regionais em todo o país, bem como seminários regionais para estudantes do ensino secundário sobre o tema «Decidir sobre a Europa».

4 Dinamarca

Foi organizado um debate nacional amplo e inclusivo, no qual a sociedade civil e outros intervenientes não governamentais desempenharam um papel central. Foi

concedido um conjunto designado de fundos públicos a um grupo de várias organizações, incluindo ONG, meios de comunicação social, organizações de juventude, instituições culturais, grupos de reflexão e institutos de investigação, a fim de apoiar debates e iniciativas criados por organizações não governamentais. Realizaram-se mais de 180 debates, dos quais cerca de metade se destinavam especificamente aos jovens. Além disso, o governo e o parlamento organizaram uma série de eventos oficiais, tais como consultas aos cidadãos e debates.

5 Alemanha

Os eventos na Alemanha envolveram o governo federal, o Bundestag, os estados federais e a sociedade civil. Além dos eventos criados pelo governo federal, mais de 50 eventos regionais foram organizados pelos dezesseis estados federais da Alemanha e cerca de 300 pela sociedade civil.

Os eventos transfronteiriços e os diálogos com estudantes e jovens têm sido um elemento central de muitas iniciativas, colocando os jovens na vanguarda dos debates destinados a moldar o futuro da Europa.

6 Estónia

A Chancelaria do Estado organizou vários eventos, seminários e debates em colaboração com a Representação da Comissão Europeia na Estónia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e outros ministérios, bem como a sociedade civil e as organizações de juventude, entre outros. Em particular, foi realizado um debate com estudantes do ensino médio sobre questões-chave relacionadas com as alterações climáticas, as políticas energéticas e a conferência em geral. Foi também iniciado um debate sobre a «Diplomacia estónia para alcançar os objetivos climáticos».

7 Irlanda

A inclusão e o diálogo com toda a população, especialmente com os jovens, foram o tema central das atividades organizadas na Irlanda. Em cooperação com o Movimento Europeu da Irlanda (IME), foi lançado em 2021 e 2022 um programa de compromissos regionais e setoriais. A primeira fase das reuniões regionais teve lugar em junho e julho, sob a forma de consultas virtuais. A segunda fase dos eventos

regionais assumiu a forma de reuniões públicas presenciais para o início de 2022. Desde julho, um programa de eventos liderados pelo governo está em andamento.

8 Grécia

O Ministério dos Negócios Estrangeiros foi responsável pela coordenação do diálogo nacional. As agências do governo central e local e a sociedade civil foram fortemente incentivadas a organizar debates e outros eventos. Por exemplo, realizaram-se eventos sobre a cooperação euro-mediterrânica, os Balcãs Ocidentais, o desafio demográfico, a migração e a democracia, envolvendo cidadãos e várias partes interessadas.

9 Espanha

O quadro espanhol incluiu seis eventos a nível nacional (por exemplo, uma consulta de cidadãos espanhóis sobre o futuro da Europa) e cerca de 20 a nível regional. Foi também organizado um evento com cidadãos portugueses e espanhóis para debater temas fundamentais de interesse para o futuro das suas regiões e para a UE. A nível regional e local, as autoridades organizaram eventos sobre vários temas, como a cooperação transfronteiriça, o impacto das alterações demográficas, os transportes e a mobilidade sustentáveis, as alterações climáticas, a migração e o futuro das regiões ultraperiféricas.

10 França

O Governo francês realizou uma ampla consulta em linha destinada aos jovens, de maio a julho de 2021. Cinquenta mil jovens franceses manifestaram os seus pontos de vista, inscrevendo dezasseis ideias principais para o futuro da Europa. Os resultados deste exercício foram compilados, juntamente com os resultados do Painel dos Cidadãos franceses, num relatório final, que constitui a contribuição da França para a conferência. O Governo francês incentivou igualmente todos os intervenientes franceses que o desejassem (associações, autoridades locais, funcionários eleitos, representantes da sociedade civil) a organizarem eventos.

11 Croácia

Foi criado um grupo de trabalho para a coordenação das atividades e reuniu ideias e

planos para a realização de atividades a nível nacional. Ministérios, gabinetes centrais do Estado, agências de desenvolvimento regional, universidades, ONG e institutos organizaram eventos sob a forma de conferências, diálogos com os cidadãos e debates com os cidadãos, debates públicos e seminários educativos, com especial destaque para os jovens.

Os temas abordados incluem a migração, a demografia, a neutralidade climática e a economia circular. Foram organizados alguns eventos com outros Estados-Membros e países terceiros vizinhos.

12 Itália

Foram criados vários eventos, centrados, em especial, nos jovens, para chegar ao maior número possível de cidadãos, nomeadamente com o apoio ativo das autoridades locais. Foi lançada uma campanha mediática para sensibilizar, tanto quanto possível, para estes eventos. Estas atividades incluem o Fórum da Juventude UE-Balcã, organizado com jovens dos Balcãs Ocidentais, o Fórum da Juventude «Diálogos Mediterrânicos», com a participação de jovens da vizinhança meridional, bem como concursos para estudantes do ensino secundário e universitário intitulado «A Europa está nas vossas mãos».

13 Chipre

Foram organizadas várias atividades centradas na juventude, envolvendo muitos intervenientes. Realizou-se um evento de lançamento, incluindo um debate com a geração mais jovem sobre as suas expectativas, preocupações e visão para a Europa e Chipre na UE. Foi igualmente conduzido um diálogo aberto sobre o papel dos jovens no debate sobre a Europa e os problemas com que se deparam a nível nacional e europeu. Realizou-se igualmente um evento para debater o futuro da segurança e da defesa europeias.

14 Letónia

Vários eventos foram organizados, incluindo uma discussão on-line em todo o país com estudantes intitulado «O futuro está em suas mãos» sobre questões económicas, sociais e de segurança. Foi criado um inquérito nacional e debates nos grupos de reflexão para recolher a opinião pública sobre os pontos de vista dos cidadãos sobre as futuras prioridades da União

Europeia sobre todos os temas da conferência. Foram realizadas discussões presenciais regionais para sensibilizar as pessoas com 55 anos ou mais para a conferência, bem como discussões presenciais com estudantes do ensino secundário.

15 Lituânia

Os eventos foram organizados principalmente numa base descentralizada e a tónica foi colocada nas diferentes regiões da Lituânia e dos jovens (por exemplo, no âmbito do debate sobre a juventude nos Estados bálticos). Realizaram-se uma série de diálogos com os cidadãos (sobre democracia, digitalização, alterações climáticas, etc.), diálogos transnacionais (por exemplo, com a França, a Irlanda e a Itália) e eventos da sociedade civil. Além disso, as escolas foram incentivadas a abordar a questão do futuro da Europa.

16 Luxemburgo

Foram organizados vários eventos a nível nacional com uma abordagem aberta, inclusiva e transparente. Por exemplo, o Parlamento organizou uma série de eventos em novos formatos, tais como «conversas bistrot». Foi também organizada uma hackathon para estudantes e jovens empresários para debater a bússola digital e a estratégia industrial da UE. Além disso, realizou-se um intercâmbio trinacional entre estudantes do ensino médio alemão, francês e luxemburguês.

17 Hungria

Foi organizada uma vasta gama de eventos em toda a sociedade (mais de 800). Os eventos institucionais incluem conferências internacionais de alto nível organizadas por vários ministérios (por exemplo, sobre o alargamento da UE e a agenda digital) e mesas-redondas com estudantes e organizações de juventude (por exemplo, sobre a integração europeia). Várias organizações organizaram painéis para discutir os seguintes tópicos: as instituições da UE; uma economia mais forte, a justiça social e o emprego, a transformação digital, a educação, a cultura, a juventude e o desporto; valores e direitos, Estado de direito e segurança; ONG; migração; bem como a demografia, a família, a saúde, as alterações climáticas e o ambiente.

18 Malta

Na sequência de um evento de arranque, foi criado um Comité Nacional de Coordenação para promover a iniciativa através de diferentes canais de comunicação e ajudou a orientar o debate através de eventos nacionais e locais.

Os diálogos públicos temáticos (por exemplo, sobre a saúde, os valores europeus e o futuro do trabalho para uma sociedade justa), conferências de imprensa, consultas com as partes interessadas dos setores relevantes e sessões interativas com crianças e estudantes foram organizados em formato físico ou híbrido.

19 Países Baixos

Nos Países Baixos, foi dada ênfase à organização do painel nacional de cidadãos «Visions of Europe — Kijk op Europa», que teve lugar tanto em linha como presencialmente. Baseou-se numa abordagem em duas fases: o primeiro foi reunir as reflexões e opiniões dos cidadãos sobre o «o quê», ou seja, o que eles esperavam e queriam; a segunda fase procurou então compreender os seus pontos de vista subjacentes (o «porquê» e «como») através dos diálogos de grupo.

20 Áustria

As discussões ocorreram em diferentes formatos, nos níveis federal, regional e local. Os «futuros laboratórios» e os «diálogos futuros» permitiram intercâmbios aprofundados com peritos de alto nível sobre diferentes temas e procurar soluções mais abrangentes para o futuro. Além disso, foram organizados vários eventos por e para os conselheiros municipais austríacos responsáveis pelos assuntos europeus. Vários eventos dirigidos diretamente aos jovens e aos estudantes.

21 Polónia

Os eventos foram organizados principalmente no âmbito de uma abordagem descentralizada. A nível regional, os centros regionais de debate internacional organizaram eventos públicos nas 16 regiões polacas em formato físico e virtual. Os temas a debater abrangeram as áreas temáticas da conferência, como a solidariedade em tempos de crise, a agricultura e as novas tecnologias.

Realizou-se igualmente um debate nacional sobre o clima, a digitalização, o mercado interno, a saúde, a UE no mundo e a migração.

22 Portugal

Na sequência do primeiro evento de cidadãos em Lisboa, que deu início à participação dos cidadãos na conferência, foram organizados muitos eventos em parceria com autoridades locais, universidades, escolas, parceiros sociais, organizações de juventude e organizações locais da sociedade civil, entre outros. Por exemplo, foi organizado um evento transnacional com a Espanha para debater temas-chave de interesse para o futuro das regiões de ambos os países e da UE. Além disso, realizaram-se eventos nacionais descentralizados sobre vários temas, como a migração e as parcerias internacionais, o futuro da democracia europeia e a transformação digital.

23 Roménia

Os eventos foram principalmente organizados ou coorganizados pela administração e institutos em particular, com a participação ativa da sociedade civil e de organizações de juventude.

Os debates centraram-se numa vasta gama de temas, como a transição digital, a educação, a saúde, o ambiente, o desenvolvimento sustentável, a economia, a agricultura e as parcerias estratégicas da UE. Os eventos ocorreram na capital e no nível local, e participaram todas as faixas etárias.

24 Eslovénia

A ideia era incentivar um amplo debate em que a sociedade civil desempenhasse um papel central, bem como a participação dos jovens em particular.

O governo organizou um evento de lançamento, que foi seguido de várias iniciativas, como o Fórum Estratégico de Bled, cujo tema principal era o futuro da Europa, com especial destaque para o alargamento da UE e os Balcãs Ocidentais. Outros eventos centraram-se em temas como a política monetária, a neutralidade climática, a juventude e o papel da UE num ambiente internacional multipolar.

25 Eslováquia

Os eventos organizados foram organizados em torno de dois pilares principais. O primeiro pilar foi o projeto «WeAreEU», centrado no público em geral, incluindo debates com estudantes e consultas públicas, e incluindo uma série de eventos regionais organizados no âmbito do WeAreEU Road Show. O segundo pilar foi a convenção nacional sobre a UE, centrada em contributos e análises de peritos em temas como o mercado único, a desinformação e o populismo e as transições digital e ecológica.

26 Finlândia

O Governo organizou uma série de consultas regionais, incluindo «o evento da conferência mais setentrional na UE», sobre vários temas, como o crescimento sustentável, a educação e o Estado de direito. Foi também criado um inquérito para fundamentar o debate.

O Governo organizou eventos em cooperação com cidades, autoridades locais, universidades, ONG e organizações de juventude, bem como com o Parlamento finlandês, o Parlamento Europeu e os Gabinetes de Informação da Comissão Europeia na Finlândia.

consultar uma secção específica da Plataforma Digital Multilingue.

27 Suécia

Os eventos foram organizados principalmente numa base descentralizada como um exercício conjunto entre o governo, o parlamento nacional, os partidos políticos, os parceiros sociais, os representantes locais e regionais, as organizações da sociedade civil e outros intervenientes relevantes na sociedade.

Por exemplo, o Ministro dos Assuntos Europeus da Suécia debateu o futuro da Europa com estudantes de diferentes escolas e



participou em reuniões a nível municipal para debater o futuro da Europa e a democracia com os cidadãos. Os meios de comunicação digitais também foram utilizados para participar em diálogos com os cidadãos através, por exemplo, de sessões de perguntas e respostas. As descrições acima não são exaustivas. Para mais informações sobre eventos nacionais,

2. Encontro de jovens europeus

O [Encontro Europeu da Juventude \(EYE 2021\)](#) realizou-se em 8 e 9 de outubro de 2021 e reuniu 10 000 jovens em linha e o Parlamento Europeu em Estrasburgo para moldar e trocar ideias sobre o futuro da Europa. O EYE *constituiu uma oportunidade única para os jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos interagirem pessoalmente e em linha, inspirarem-se mutuamente e trocarem pontos de vista com peritos, ativistas, influenciadores e decisores, no cerne da democracia europeia.*



Desde maio de 2021, em colaboração com organizações de juventude pan-europeias, foram recolhidas em linha mais de 2 000 propostas de jovens de toda a União Europeia. Além disso, várias sessões, tanto em linha antes do evento como durante o EYE em Estrasburgo, centraram-se na Conferência sobre o Futuro da Europa. Após o evento, as 20 principais ideias levantadas pelos participantes, duas ideias por tema da conferência, foram recolhidas no [Relatório sobre as Ideias da Juventude para a](#)

Conferência sobre o Futuro da Europa, publicado em 23 línguas.

O relatório sobre as ideias da juventude foi apresentado na reunião plenária da Conferência de 23 de outubro por jovens participantes dos painéis de cidadãos europeus que também participaram no EYE 2021. Todas as ideias recolhidas estão disponíveis em: [Search.youthideas.eu](https://search.youthideas.eu).

3. Outros eventos

Para além dos eventos acima referidos, muitas outras instituições e partes interessadas reuniram cidadãos para debater o futuro da

Europa^V.

Ao longo da Conferência sobre o Futuro da Europa, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) tem trabalhado para dar a conhecer e ajudar a sua vasta rede de organizações da sociedade civil nos Estados-Membros a organizar consultas nacionais. No total, apoiou a implantação de 75 eventos, dos quais 33 a nível nacional e 42 a nível central. Destes

VVisite a plataforma digital multilingue para aceder a todas as informações sobre esses eventos.

eventos, 60 % publicaram relatórios na plataforma de conferências e estes 45 eventos, por si só, reuniram mais de 7.300 participantes. Em particular, o CESE lançou as suas atividades em junho de 2021 com uma grande conferência- [Relançar o projeto europeu aos cidadãos](#)- e organizou o seminário «[Interligar a UE](#)» em Lisboa, em novembro de 2021, e um evento de alto nível em Bruxelas, em fevereiro de 2022, intitulado«[Construir a Europa em conjunto](#)». O Comité também incentivou a utilização da plataforma em linha, onde esta carregava 60 novas ideias, e lançou uma vasta campanha de comunicação nas redes sociais, com um público potencial de 32 milhões de pessoas apenas no Twitter, para promover eventos nacionais em inglês e na língua local e forneceu informações antes e depois de cada assembleia plenária e reunião relacionada com conferências.

O Comité das Regiões Europeu (CR) organizou debates temáticos nas suas comissões e reuniões plenárias, bem como 140 eventos a nível local, transfronteiriço e inter-regional, envolvendo 10 000 cidadãos e 200 políticos locais. Além disso, o primeiro [inquérito a 1,2 milhões de políticos locais](#) na UE-27 sobre os seus pontos de vista sobre o futuro da Europa foi publicado em outubro de 2021. Além disso, o Cdr propôs [44 ideias](#) sobre a plataforma digital multilingue. No início de 2022, [um grupo independente de alto nível para a democracia europeia](#) apresentou ideias sobre como melhorar a democracia na UE. O CR adotou uma resolução com propostas para o relatório final da conferência, tendo sido aprovado na [Cimeira Europeia das Regiões e dos Municípios, em março de 2022, um manifesto de 12 pontos elaborado em nome dos milhões de políticos locais e regionais da UE](#). Um relatório intitulado «[Cidadãos, políticos locais e o futuro da Europa](#)» (março de 2022) resume todas as atividades do CR no contexto da conferência.

As três organizações patronais associadas à Parceria Social da UE, [BusinessEurope](#), [SGI Europe](#) e [UEAPME](#), todas publicaram as suas prioridades e contributos na plataforma digital e apresentaram-nas aos grupos de trabalho competentes e ao plenário. Além disso, todos promoveram a conferência, tanto interna como

externamente, e organizaram eventos e dialogaram com as partes interessadas em diferentes fóruns. A Confederação Europeia dos Sindicatos (CES) mobilizou-se para contribuir para a conferência e participou nas reuniões da Assembleia Plenária e dos grupos de trabalho. A CES identificou propostas sindicais para um futuro mais justo para a Europa e publicou-as na plataforma em linha (entre as propostas mais apoiadas). A CES e as suas filiais organizaram eventos e atividades de comunicação para apresentar e debater propostas sindicais.

Representantes da sociedade civil - [a Convenção da Sociedade Civil para a Conferência sobre o Futuro da Europa](#) e o [Movimento Internacional Europeu](#) — organizaram [inúmeros eventos](#) em toda a Europa e estiveram [ativos a nível da sessão plenária](#). A sociedade civil envolveu centenas de organizações da sociedade civil numa abordagem ascendente através de [grupos temáticos](#) para desenvolver propostas conjuntas e abrangentes em [vários domínios políticos abrangidos pela conferência](#). As ideias alimentaram a conferência através da plataforma, grupos de trabalho, reuniões plenárias e em contacto direto com a Comissão Executiva, os copresidentes e o Secretariado Conjunto.

As representações da Comissão Europeia nos Estados-Membros, os centros Europe Direct, os centros de documentação europeia e os gabinetes de ligação do PE informaram ativamente os cidadãos sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa. As Representações da Comissão Europeia comunicaram 1400 atividades que ajudaram a comunicar e implementar a conferência em toda a Europa. Organizaram ou participaram ativamente em mais de 850 eventos, dos quais cerca de 65 % visavam jovens e mulheres para incentivar a sua participação na conferência em geral. Os Gabinetes de Ligação do PE organizaram mais de 1300 atividades promocionais em todos os Estados-Membros.

Foram também organizados seminários temáticos sobre os principais temas da conferência na presença de deputados ao Parlamento Europeu, cidadãos, partes interessadas, autoridades nacionais e regionais e meios de comunicação social locais, a fim de

aumentar a visibilidade da conferência. Os Centros de Documentação Europeia comunicaram mais de 120 ações relacionadas com a comunicação da conferência.

Os Centros Europe Direct comunicaram mais de 1000 eventos temáticos sobre a conferência e mais de 600 atividades promocionais, incluindo um vasto leque de grupos e organizações de jovens. Os Centros de Documentação Europeia comunicaram mais de 120 ações relacionadas com a comunicação da conferência.

III. A Assembleia Plenária da Conferência

A. Papel e funcionamento da Assembleia Plenária

Foi criada uma assembleia plenária da conferência para debater as recomendações formuladas pelos painéis nacionais e europeus de cidadãos, agrupadas por tema, sem que o resultado dos debates fosse previamente determinado ou o seu âmbito limitado a domínios políticos predefinidos.

As contribuições recolhidas na plataforma multilingue foram igualmente debatidas, conforme adequado. A Assembleia Plenária tinha uma composição única: incluiu, pela primeira vez, cidadãos que representam eventos e painéis de cidadãos europeus e nacionais, representantes das instituições da UE e dos seus órgãos consultivos, representantes eleitos a nível nacional, regional e local, bem como representantes da sociedade civil e dos parceiros sociais.

As recomendações foram apresentadas pelos cidadãos e debatidas com eles; o plenário teve então de apresentar as suas propostas numa base consensual^{VI} à Comissão Executiva. O Plenário da Conferência reuniu-se sete vezes entre junho de 2021 e abril de 2022.

A Assembleia Plenária da Conferência foi composta por 108 representantes do Parlamento Europeu, 54 representantes do Conselho e três representantes^{VII} da Comissão Europeia, bem como 108 representantes de todos os parlamentos nacionais em pé de igualdade e cidadãos.

Participaram também oitenta representantes dos painéis de cidadãos europeus, dos quais pelo menos um terço tinha menos de 25 anos, o presidente do Fórum Europeu da Juventude e 27^{VIII} representantes de eventos nacionais e/ou painéis nacionais de cidadãos.

Participaram dezoito representantes do Comité das Regiões e 18 representantes do Comité Económico e Social, seis representantes eleitos dos órgãos de poder regional e seis representantes eleitos das autarquias locais, 12 representantes dos parceiros sociais e oito representantes da sociedade civil. A Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança foi convidada a debater o papel internacional da UE.

Foram igualmente convidados representantes das principais partes interessadas, tais como representantes de parceiros dos Balcãs Ocidentais, da Ucrânia, de grupos religiosos, filosóficos e não confessionais.

As reuniões da Assembleia Plenária são presididas conjuntamente pelos copresidentes da Conferência. As reuniões plenárias da conferência tiveram lugar nos edifícios do Parlamento Europeu em Estrasburgo. Devido à regulamentação aplicável em matéria de saúde e segurança, as primeiras cinco reuniões do Plenário da Conferência realizaram-se em formato híbrido, enquanto as duas últimas foram realizadas pessoalmente. As reuniões plenárias da conferência foram transmitidas em direto e todos os documentos das reuniões foram disponibilizados ao público na plataforma digital multilingue.

VI Deveria ser alcançado um consenso entre, pelo menos, representantes do Parlamento Europeu, do Conselho, da Comissão Europeia e representantes dos parlamentos nacionais, em pé de igualdade. Se a posição dos representantes dos cidadãos em eventos nacionais e/ou painéis de cidadãos europeus ou nacionais for manifestamente divergente, esta posição deve ser incluída no presente relatório.

VII Outros membros da Comissão Europeia foram convidados para o plenário, especialmente quando foram debatidas questões no âmbito das suas pastas.

VIII Um por Estado-Membro.

B. Grupos de trabalho

Em conformidade com o regulamento interno da Conferência, os copresidentes propuseram à reunião plenária da Conferência a criação de nove grupos de trabalho temáticos, com base nos temas da Plataforma Digital Multilingue, a fim de contribuir para preparar os debates e as propostas do Plenário da Conferência, em conformidade com os parâmetros da Declaração Conjunta. Em outubro de 2021, os copresidentes chegaram a acordo sobre o mandato dos grupos de trabalho. Os vários grupos de trabalho abordaram os seguintes temas: As alterações climáticas e o ambiente; Saúde; Uma economia, justiça social e emprego mais fortes; A UE no mundo; Valores e direitos, Estado de direito, segurança; Transformação digital; Democracia europeia; Migração; e Educação, Cultura, Juventude e Desporto.

Os grupos de trabalho apresentaram o seu contributo para a reunião plenária da Conferência examinando as recomendações dos respetivos painéis nacionais e dos painéis de cidadãos europeus, bem como os contributos publicados na Plataforma Digital Multilingue sobre os nove temas reunidos no âmbito da Conferência. Os membros da Assembleia Plenária da Conferência foram divididos entre os nove grupos de trabalho do seguinte modo: doze membros por grupo de trabalho para o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais, seis para o Conselho, três para representantes de painéis nacionais de cidadãos ou eventos nacionais, dois para o Comité das Regiões e dois para o Comité Económico e Social, um ou dois para os parceiros sociais, um para a sociedade civil e outro para os membros eleitos dos órgãos de poder local e regional e representantes dos painéis de cidadãos europeus. Os representantes dos painéis de cidadãos europeus participaram nos trabalhos do grupo de trabalho responsável pelo respetivo painel. Além disso, foram tomadas disposições específicas para permitir que os membros do Colégio de Comissários participem em grupos de trabalho de acordo com as respetivas pastas.

Os grupos de trabalho realizaram debates animados e trabalharam sobre projetos de

propostas elaborados sob a orientação do presidente e porta-voz, selecionados de entre os representantes dos painéis de cidadãos europeus no grupo de trabalho, com a assistência do Secretariado Conjunto. Os grupos de trabalho deveriam trabalhar com base no consenso previsto no artigo 17.º do Regimento da Conferência. O presidente e o porta-voz apresentaram os resultados do grupo de trabalho à Assembleia Plenária. O Presidente do Grupo de Trabalho foi assistido pelo Secretariado Conjunto. O secretariado da conferência conjunta preparou os relatórios de síntese de cada reunião do grupo de trabalho, sob a orientação do presidente e em consulta com os membros do grupo de trabalho.

Os grupos de trabalho reuniram-se à margem das reuniões plenárias da Conferência entre outubro de 2021 e 8 de abril de 2022, bem como em linha, em dezembro de 2021. Alguns grupos de trabalho realizaram reuniões adicionais. As reuniões do grupo de trabalho foram transmitidas em direto a partir de 20 de janeiro de 2022. Os seus relatórios de síntese foram devidamente publicados na secção «Assembleia Plenária da Conferência» sobre a Plataforma Digital Multilingue.

C. Resumo cronológico

ASSEMBLEIA PLENÁRIA INAUGURAL DA CONFERÊNCIA, 19 DE JUNHO DE 2021

A sessão plenária constitutiva da conferência realizou-se em 19 de junho de 2021 num formato híbrido^{IX}. Permitiu que os membros do plenário ouvissem uma apresentação e realizassem um debate geral sobre o objetivo e as expectativas da conferência. Os copresidentes sublinham o caráter sem precedentes deste exercício de democracia deliberativa a nível da UE, que reforçou a democracia representativa, colocando os cidadãos no centro da elaboração de políticas na União Europeia. Os copresidentes também descrevem o funcionamento dos três pilares da conferência: a plataforma digital multilingue, os painéis de cidadãos europeus e nacionais e a Assembleia Plenária.

Além disso, os membros do plenário foram informados da intenção de criar nove grupos de trabalho temáticos, bem como do calendário da conferência. No debate que se seguiu, em que intervieram mais de 150 participantes, foram debatidos vários temas. Uma vez que a seleção dos participantes nos painéis de cidadãos europeus ainda não foi concluída, o Presidente do Fórum Europeu da Juventude e 27 representantes de eventos nacionais e/ou painéis nacionais de cidadãos participaram para representar a componente cidadã.

SEGUNDA ASSEMBLEIA PLENÁRIA DA CONFERÊNCIA, 22-23 DE OUTUBRO DE 2021

A segunda reunião plenária da conferência realizou-se em 22 e 23 de outubro de 2021 num formato híbrido, com a participação, pela primeira vez, de representantes dos painéis de cidadãos europeus. Os membros do plenário tiveram a oportunidade de ouvir uma apresentação sobre o ponto da situação dos quatro painéis dos cidadãos europeus e de realizar um debate. Além disso, os representantes de eventos e painéis nacionais puderam apresentar os eventos organizados a

IX Em 17 de junho de 2021, realizou-se em Lisboa um primeiro evento dedicado aos cidadãos europeus, em formato híbrido, antes da reunião plenária inaugural de 19 de junho, a fim de lançar a participação dos cidadãos na conferência.

nível nacional. Foi apresentado ao Plenário da Conferência um relatório sobre o Encontro Europeu da Juventude (EYE); forneceu uma panorâmica das 20 ideias concretas selecionadas pelos jovens cidadãos que participaram na reunião.

No debate que se seguiu, foi dada ênfase à natureza inovadora da plataforma digital multilingue, que deu aos cidadãos uma voz no capítulo e um lugar para debater em todas as línguas oficiais da UE. Este debate baseou-se no segundo relatório intercalar sobre a Plataforma. Os parceiros dos Balcãs Ocidentais foram convidados a participar nesta reunião plenária como principais partes interessadas.

TERCEIRA ASSEMBLEIA PLENÁRIA DA CONFERÊNCIA, 21-22 DE JANEIRO DE 2022

A terceira reunião plenária da conferência, que teve lugar em 21-22 de janeiro de 2022, foi a primeira dedicada à apresentação oficial das recomendações dos painéis de cidadãos europeus, bem como dos painéis nacionais conexos de cidadãos. Esta sessão plenária foi a primeira a ter lugar após a finalização final das recomendações de alguns painéis de cidadãos europeus, nomeadamente: painéis 2 (Democracia Europeia; valores e direitos, Estado de direito, segurança) e 3 (alterações climáticas e ambiente; saúde). O plenário realizou-se em formato híbrido, com a participação de mais de 400 membros do plenário da conferência, quer no local quer à distância.

Esta sessão plenária foi também marcada pela morte, pouco antes, do Presidente do Parlamento Europeu, David Maria Sassoli. Os copresidentes prestaram homenagem à sua memória na abertura da reunião. Os debates desta sessão plenária foram organizados por tema, sobre os temas abordados pelos painéis dos cidadãos europeus 2 e 3.

Os debates tiveram lugar num formato interativo inovador, incluindo momentos dedicados às reações dos cidadãos, bem como um sistema especial de perguntas «cartão azul», que permitiu intercâmbios espontâneos e animados sobre as recomendações formuladas pelos cidadãos.

QUARTA ASSEMBLEIA PLENÁRIA DA CONFERÊNCIA, 11-12 DE MARÇO DE 2022

A quarta assembleia plenária da conferência foi também dedicada à apresentação de recomendações dos painéis dos cidadãos europeus, bem como de painéis nacionais conexos de cidadãos. Esta sessão plenária teve lugar após a finalização final das recomendações dos dois restantes painéis de cidadãos europeus, a saber: painéis 1 (Uma economia mais forte, justiça social e emprego; educação, cultura, juventude e desporto; transformação digital) e 4 (a UE no mundo; migração).

Tal como na sessão plenária de janeiro, os debates desta plenária foram organizados por tema. Os temas debatidos desta vez foram os dos painéis de cidadãos europeus 1 e 4. Os debates sobre as recomendações formuladas pelos cidadãos deram mais uma vez lugar a intercâmbios animados e aprofundados, apoiados por um formato interativo inovador.

QUINTA ASSEMBLEIA PLENÁRIA DA CONFERÊNCIA, 25-26 DE MARÇO DE 2022

A quinta assembleia plenária marcou a entrada da conferência na sua próxima fase, com o lançamento do processo de definição das propostas do plenário com base nas recomendações dos cidadãos. Por conseguinte, os membros do plenário, tendo-se preparado no quadro temático mais pequeno dos grupos de trabalho, realizaram, pela primeira vez, debates sobre os nove temas da conferência: uma economia, justiça social e emprego mais fortes; educação, cultura, juventude e desporto; transformação digital; Democracia europeia; valores e direitos, Estado de direito, segurança; as alterações climáticas e o ambiente; saúde; a UE no mundo; migração. Esta sessão plenária constituiu também uma oportunidade para os representantes de eventos nacionais organizados nos 27 Estados-Membros da UE apresentarem os resultados das suas iniciativas.

SEXTA ASSEMBLEIA PLENÁRIA DA CONFERÊNCIA, 8-9 DE ABRIL DE 2022

Na sexta reunião plenária da conferência, foi concluída a finalização dos projetos de propostas do plenário.

Uma vez concluídas as últimas reuniões dos grupos de trabalho temáticos, todos os

membros do plenário, através de nove debates de fundo, exprimiram os seus pontos de vista e comentários sobre os projetos de propostas que prepararam nos últimos meses. Este intercâmbio constituiu também uma oportunidade para refletir sobre o processo único de elaboração das propostas do plenário, com base nas recomendações dos cidadãos, e sobre o trabalho realizado desde a sua formulação. Os cidadãos, em particular, salientaram a experiência humana única e o valor acrescentado deste processo de deliberação, que os uniu em torno deste projeto conjunto. Este debate serviu de base aos projetos finais de propostas a apresentar à Assembleia Plenária mais recente da Conferência.

SÉTIMA ASSEMBLEIA PLENÁRIA DA CONFERÊNCIA, 29-30 DE ABRIL DE 2022

A sétima e última assembleia plenária da Conferência sobre o Futuro da Europa foi um marco importante, concluindo um processo de intensas deliberações que durou vários meses com a formulação de 49 propostas. As 49 propostas foram apresentadas e formuladas pelo plenário à Comissão Executiva numa base consensual. Este consenso foi alcançado entre os representantes do Parlamento Europeu, do Conselho, da Comissão Europeia e dos parlamentos nacionais.

Os representantes do Comité das Regiões e do Comité Económico e Social Europeu, os representantes eleitos regionais e locais, bem como os representantes dos parceiros sociais e da sociedade civil manifestaram igualmente o seu apoio ao processo e apoiaram as propostas.

A componente «cidadãos» apresentou a sua posição final sobre as propostas (ver as principais mensagens abaixo).

Na sessão plenária de encerramento (29-30 de abril de 2022), os 108 cidadãos da componente «cidadãos» apresentaram a sua posição final sobre as propostas do plenário. Sua apresentação foi concebida coletivamente e apresentada por 17 deles sob a forma de discurso narrativo, durante o debate final. O texto abaixo é um resumo das principais mensagens de suas intervenções.

**

Em primeiro lugar, agradecemos ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão por nos terem dado a oportunidade de ajudar a moldar o futuro da Europa. Reunimo-nos com colegas europeus de toda a União, de diferentes painéis e eventos, com representantes políticos e atores sociais, e alargámos os nossos horizontes. Crescemos como europeus. Por isso, todos nós fizemos sacrifícios: fomos retirados da nossa vida quotidiana, tirados dias de folga e passados, para os membros do Painel dos Cidadãos Europeus, a nove fins de semana das nossas famílias. Mas tivemos uma experiência incrível e única. Para nós, não foi uma perda de tempo.

Havia altos e baixos ao longo do caminho. Nem sempre recebemos uma resposta às nossas perguntas. Sabemos que levará tempo para que as propostas sejam implementadas. Mas estamos convencidos de que você fará o que for preciso para conseguir isso, por respeito pelo nosso trabalho conjunto. Se nós, os cidadãos, conseguimos superar as nossas diferenças, barreiras linguísticas, trabalhar em conjunto e elevar-nos ao vosso nível, também o podem fazer.

**

Todos percorremos um longo caminho e, agora que o nosso trabalho no plenário acabou, podemos orgulhar-nos disso. Vemos oito temas transversais que conferem um mandato claro e forte para o futuro da Europa.

Em primeiro lugar, uma União Europeia baseada na solidariedade, na justiça social e na igualdade. Com efeito, uma grande preocupação para os cidadãos é encontrar condições e direitos iguais em diferentes domínios: cuidados de saúde, serviços sociais, aprendizagem ao longo da vida, igualdade de oportunidades para as pessoas que vivem em zonas rurais e urbanas, tendo em conta considerações demográficas. No futuro, os europeus em todos os Estados-Membros e regiões devem deixar de ser discriminados devido à sua idade, local de residência, nacionalidade, sexo, religião ou preferências políticas. Devem ser-lhes oferecidos níveis de vida dignos, salários e condições de trabalho. A UE deve ser mais do que uma união económica. Os Estados-Membros têm de mostrar mais solidariedade uns com os outros. Somos uma família e temos de nos comportar como tal em situações de crise.

Em segundo lugar, a UE deve ousar e agir rapidamente para se tornar líder no domínio do ambiente e do clima, acelerando a transição para a energia verde, melhorando a sua rede ferroviária, incentivando transportes sustentáveis e uma economia verdadeiramente circular. Não há tempo a perder. A UE tem de impulsionar a mudança em muitos domínios políticos: agricultura, biodiversidade, economia, energia, transportes, educação, saúde, transformação digital e diplomacia climática. Temos as capacidades de investigação, a força económica e a alavancagem geopolítica para o fazer. Se fizermos do clima uma prioridade, podemos esperar por um futuro próspero.

Em terceiro lugar, a Europa precisa de uma União mais democrática. Os cidadãos europeus adoram a UE, mas sejamos francos: nem sempre é fácil. Chamaste-nos para te ajudar e pediste-nos: como deverá ser a democracia europeia no futuro? E nós respondemos a você: Nós, os cidadãos, queremos uma Europa em que as decisões sejam tomadas de forma transparente e rápida, em que o princípio da unanimidade seja reconsiderado e em que nós, os cidadãos, estejamos regularmente e seriamente envolvidos.

Em quarto lugar, a UE necessita de mais harmonização em alguns domínios e de se aproximar como União. A guerra atinge as nossas portas no Leste, o que exige que estejamos mais unidos do que nunca e que doemos à UE mais competências em matéria de assuntos externos. Esta conferência pode servir de base para a criação de uma Europa mais unida e politicamente coerente. Tudo se resume a esta palavra: União. Não podemos descrever-nos como tal se não conseguirmos alcançar a colaboração que esta conferência demonstrou.

Em quinto lugar, a UE tem de ganhar autonomia e assegurar a sua competitividade global. Ao longo deste processo, falámos sobre a consecução deste objetivo em áreas estratégicas fundamentais: agricultura, energia, indústria, saúde. Temos de evitar a dependência de países terceiros para muitos produtos sensíveis. Temos de tirar partido do talento da nossa mão de obra, prevenir a fuga de cérebros e proporcionar formação adequada aos cidadãos em todas as fases das suas vidas, independentemente do

local onde vivem na UE. Não podemos ter enormes disparidades dentro da UE e jovens sem perspectiva num país, forçados a ir para outro.

Em sexto lugar, o futuro da UE baseia-se nos seus valores. Estes guiaram o nosso trabalho. Quando começámos, ninguém poderia imaginar que uma guerra iria eclodir no nosso continente. Esta luta pela liberdade faz-nos conscientes da oportunidade que temos de viver numa união pacífica. Por trás de todas as nossas propostas, estes valores são expressos: um acolhimento humano e digno dos migrantes, a igualdade de acesso à saúde, a luta contra a corrupção, o apelo à proteção da natureza e da biodiversidade e uma União mais democrática.

Sétimo, no futuro, os cidadãos devem sentir-se mais europeus e conhecer melhor a UE. Trata-se de uma questão transversal que esteve na base do trabalho de todos os painéis. A transformação digital, a educação, a mobilidade e os intercâmbios podem dar substância a esta identidade europeia, que complementa, sem as pôr em causa, as nossas identidades nacionais. Muitos de nós não nos sentimos europeus antes desta Conferência: surgiu aqui, lentamente, trocando uns com os outros. Tivemos a sorte de ter esta oportunidade, mas muitos não. É por isso que a informação, a comunicação e a sensibilização são tão importantes.

Por último, um **oitavo** tema transversal, extremamente importante para nós, é a educação e o empoderamento dos cidadãos em geral. Para esta conferência, decidi convidar cidadãos a partir dos 16 anos de idade. Estamos gratos por isso porque, mais do que nunca, é necessário capacitar os jovens. A elevada taxa de abstenção dos jovens mostra-nos que a ligação entre juventude e política precisa de ser reconectada. Devem também ser responsáveis do ponto de vista económico e social: é ainda demasiado difícil entrar no mercado de trabalho, fazer valer os direitos sociais. Durante a pandemia de COVID-19, sentiram-se abandonados e muitos continuam a sofrer as consequências para a sua saúde mental. Mas todos os europeus precisam de ser capacitados, e não apenas os jovens: através de programas de mobilidade e de aprendizagem ao longo da vida, temos de alargar os horizontes de todos os europeus. Temos também de formar os cidadãos em matéria de democracia, participação cívica e literacia mediática. Precisamos de uma abordagem verdadeiramente holística.

**

Ninguém sabia qual seria o resultado. 27 países, 24 línguas, idades diferentes. No entanto, quando trabalhamos juntos, sentimo-nos ligados: nossos cérebros, nossos pensamentos, nossas experiências. Não somos peritos da UE nem um dos temas da conferência, mas somos peritos da vida real e temos as nossas histórias. Vamos trabalhar, vivemos no campo e nos subúrbios, trabalhamos à noite, estudamos, temos filhos, tomamos transportes públicos. Podemos contar com a nossa diversidade. Chegou-se a um consenso sobre as propostas entre as quatro componentes diferentes e dentro da componente cidadã. Concordamos e apoiamos todas as propostas que estão agora nas suas mãos. Expressamos uma posição divergente sobre a Medida 38.4, terceiro ponto, porque não provém de painéis europeus ou de painéis nacionais e não foi suficientemente debatida no Grupo de Trabalho do Todo. É por isso que não nos pronunciamos sobre a substância ou a pertinência desta medida. Com isto em mente, convidamo-lo a considerar estas propostas como um todo, a implementá-las, e não apenas as que mais se adequam e são facilmente aplicáveis. Fá-lo de forma transparente. Trabalhamos nestas propostas com dedicação e paixão, orgulhamo-nos do nosso trabalho: respeita-o.

A Conferência sobre o Futuro da Europa passou por uma pandemia e assistiu a uma guerra na Europa, demonstrando a sua total solidariedade para com o povo ucraniano. O ano foi agitado para os participantes e para todos os europeus. Mas a Conferência prosseguiu o seu trabalho, contra os ventos e as marés. Em nome dos cidadãos da Conferência, permita-nos concluir enviando-lhe uma simples mensagem: sentimo-nos europeus, sentimo-nos empenhados e escutados no processo de democratização, acreditamos na UE e queremos continuar a acreditar nela. Assim, do fundo dos nossos corações, leia bem as propostas e implemente-as, em prol do futuro da Europa.

Os representantes da componente do Conselho da Assembleia Plenária abstiveram-se de comentar o conteúdo das propostas, mas apoiaram e incentivaram as atividades dos cidadãos e tomaram nota das suas recomendações. Após 9 de maio de 2022, o Conselho determinará a forma de dar seguimento aos resultados da Conferência, no âmbito da sua própria esfera de competências e em conformidade com os Tratados.

O Conselho Executivo da Conferência sobre o Futuro da Europa toma nota das propostas apresentadas pela Assembleia Plenária e apresenta-as como resultado final da Conferência. Fornecendo orientações sobre o futuro da Europa, estas propostas foram obtidas após quase um ano de deliberações, no quadro estabelecido pela Declaração Conjunta e pelo Regulamento Interno da Conferência.



IV. As propostas da Assembleia Plenária



Alterações climáticas e ambiente

1. Proposta: Agricultura, produção alimentar, biodiversidade e ecossistemas, poluição

Objetivo: Produção alimentar segura, sustentável, justa, sensível às alterações climáticas e a preços acessíveis, que respeite os princípios da sustentabilidade e do ambiente e proteja a biodiversidade e os ecossistemas, garantindo simultaneamente a segurança alimentar.

Medidas:

1. Colocar os conceitos de economias verdes e azuis na vanguarda, promovendo uma agricultura e uma pesca eficientes e respeitadoras do ambiente e do clima na UE e em todo o mundo, incluindo a agricultura biológica e outras formas inovadoras e sustentáveis de agricultura, como a agricultura vertical, que permitem uma maior produção com menos fatores de produção, reduzindo simultaneamente as emissões e os impactos ambientais, mas continuando a garantir a produtividade e a segurança alimentar (painel 3 — Recomendações 1, 2 e 10); painel 2 — Recomendação 4).
2. Reorientar os subsídios e reforçar os incentivos à agricultura biológica e sustentável que cumpram normas ambientais específicas e contribuam para a consecução dos objetivos climáticos globais (painel 3 — Recomendações 1 e 12).
3. Aplicar os princípios da economia circular à agricultura e incentivar medidas de combate ao desperdício alimentar (debate no GT, Plataforma Digital Multilingue — PNC).
4. Reduzir significativamente a utilização de pesticidas e fertilizantes químicos, em consonância com os objetivos existentes, continuando a garantir a segurança dos alimentos, e apoiar a investigação para desenvolver alternativas mais sustentáveis e baseadas na natureza (painel 3 — Recomendação 10, debate no GT).
5. Introduzir a certificação das remoções de carbono com base numa contabilidade robusta, robusta e transparente do carbono (debate conjunto).
6. Aumentar a investigação e a inovação, em especial em soluções tecnológicas relacionadas com a produção sustentável, a resistência às pragas e a agricultura de precisão, bem como a comunicação, os sistemas de aconselhamento e a formação dos agricultores e dos agricultores (painel 3 — recomendação 10, debate no Grupo de Trabalho, debate em sessão plenária).
7. Eliminar o dumping social e promover uma transição ecológica justa para melhores empregos no setor agrícola, com condições de segurança, saúde e trabalho de elevada qualidade (debate no GT).
8. Discutir aspetos como o uso de plástico em filmes agrícolas e formas de reduzir o consumo de água na agricultura (PNM).
9. A criação e a produção de carne fundamentadas centraram-se no bem-estar e na sustentabilidade dos animais através de medidas como a rotulagem clara, normas comuns de alta qualidade e de criação e transporte de animais, reforçando a ligação entre os animais e os alimentos para animais (painel 3 — Recomendações 16 e 30).

2. Proposta: Agricultura, produção alimentar, biodiversidade e ecossistemas, poluição

Objetivo: Proteger e restaurar a biodiversidade, a paisagem e os oceanos e eliminar a poluição.

Medidas:

1. Criação, restauração, gestão e expansão de zonas protegidas para a conservação da biodiversidade (Recomendação FR, Painel 3 — Recomendação 11).
2. Criar um sistema de coerção e recompensa para combater a poluição, aplicando o princípio do poluidor-pagador, que deve também ser integrado nas medidas fiscais e com uma melhor sensibilização e incentivos (panel 3 — recomendação 32, recomendação FR, debate em sessão plenária).
3. Alargar o papel dos municípios no planeamento urbano e na construção de novos edifícios que apoiem as infraestruturas azuis e verdes, evitem uma maior impermeabilização dos terrenos e ponham termo a esta, espaços verdes obrigatórios para novas construções, a fim de promover a biodiversidade e as florestas urbanas (painel 3 — recomendação 5, painel 1 — recomendação 18, recomendação FR).
4. Proteger os insetos, em especial as espécies autóctones e polinizadoras, nomeadamente através da proteção contra espécies invasoras e de uma melhor aplicação das regras existentes (painel 1 — Recomendação 18).
5. Apoiar a florestação e a reflorestação, incluindo as florestas destruídas por incêndios, aplicar uma gestão florestal responsável e incentivar uma melhor utilização da madeira para substituir outros materiais. Estabelecer metas nacionais vinculativas em todos os Estados-Membros da UE para a reflorestação por árvores autóctones e flora local, tendo em conta as diferentes situações e especificidades nacionais (painel 3 — recomendação 14, painel 1 — recomendação 18).
6. Aplicar e alargar a proibição dos plásticos de utilização única (PMS).
7. Proteger as fontes de água e combater a poluição dos rios e dos oceanos, nomeadamente através da investigação e da luta contra a poluição por microplásticos, e promover transportes respeitadores do ambiente utilizando as melhores tecnologias disponíveis e criar investigação e financiamento da União para combustíveis e tecnologias marítimas alternativas (MPN, debate no Grupo de Trabalho).
8. Limitar a poluição luminosa (debate no GT).

3. Proposta: Alterações climáticas, energia, transportes

Objetivo: Aumentar a segurança energética europeia e alcançar a independência energética da União, assegurando simultaneamente uma transição justa e proporcionando energia suficiente sustentável e a preços acessíveis para os europeus. Combater as alterações climáticas, conferindo à UE um papel de liderança mundial na política energética sustentável e respeitando os objetivos mundiais de proteção do clima.

Medidas:

1. Alcançar e, sempre que possível, acelerar a transição ecológica, nomeadamente investindo mais nas energias renováveis, a fim de reduzir a dependência energética externa, reconhecendo também o papel dos órgãos de poder local e regional na transição ecológica (debate no GT).
2. Examinar, no âmbito das políticas energéticas, as implicações geopolíticas e de segurança de todos os fornecedores de energia de países terceiros, em especial em termos de direitos humanos, ecologia, boa governação e Estado de direito (debate no Grupo de Trabalho).
3. Reduzir as dependências das importações de petróleo e gás através de projetos de eficiência energética, do apoio a transportes públicos a preços acessíveis, de uma rede ferroviária de transporte de mercadorias de alta velocidade e da expansão do aprovisionamento de energia limpa e renovável (painel 4 — recomendação 2, painel 1 — recomendação 10, recomendações FR e DE).
4. Melhorar a qualidade e a interconectividade, assegurar a manutenção e transformar as infraestruturas e as redes de eletricidade, a fim de reforçar a segurança e permitir a transição para fontes de energia renováveis (painel 1 — recomendação 10, debate no Grupo de Trabalho).
5. Investir em tecnologias capazes de produzir energia renovável, como a produção eficiente de hidrogénio verde, especialmente em setores de difícil eletrificação (painel 3 — recomendação 31, debate no GT).
6. Investir na exploração de novas fontes de energia e em métodos de armazenamento respeitadores do ambiente e, enquanto se aguarda uma solução tangível, realizar investimentos adicionais em soluções ótimas de produção e armazenamento de energia existentes (painel 3 — Recomendações 9 e 31).
7. Tornar obrigatórios os filtros de CO₂ nas centrais elétricas a combustíveis fósseis e prestar apoio financeiro aos Estados-Membros que não dispõem de recursos financeiros para aplicar filtros de CO₂ (painel 3 — Recomendação 29).
8. Assegurar uma transição justa, proteger os trabalhadores e o emprego através de um financiamento adequado para a transição e prosseguir a investigação, reformar o sistema fiscal através de medidas fiscais mais justas e de luta contra a fraude fiscal e assegurar uma abordagem inclusiva da governação na elaboração de políticas a todos os níveis (por exemplo, medidas ambiciosas de reciclagem e melhoria de competências, uma proteção social forte, manter os serviços públicos nas mãos do Estado, manter as regras de saúde e segurança no trabalho) (debate plenária, debate no GT, NPC).
9. Introduzir um pacote de investimento para tecnologias e inovações respeitadoras do clima, que deverá ser financiado através de direitos de importação relacionados com o clima e de taxas de ajustamento do carbono relacionadas com o clima (Recomendação DE).
10. No final de um período de transição, os combustíveis fósseis devem deixar de receber subsídios e não deve ter lugar qualquer financiamento para infraestruturas de gás tradicionais (debate no GT).
11. Aumentar a liderança e o papel e a responsabilidade da UE na promoção de uma ação climática ambiciosa e de uma

transição justa e contribuir para dar resposta a perdas e danos na cena internacional, em que as Nações Unidas devem estar no centro da ação (recomendação NL, debate sobre o grupo de trabalho).

4. Proposta: Alterações climáticas, energia, transportes

Objetivo: Proporcionar infraestruturas modernas, seguras, ecológicas e de qualidade que garantam a conectividade, incluindo nas zonas rurais e insulares, nomeadamente através de transportes públicos a preços acessíveis.

Medidas:

1. Apoiar os transportes públicos e desenvolver uma rede europeia de transportes públicos eficiente, fiável e a preços acessíveis, em especial nas zonas rurais e insulares, através de incentivos adicionais à utilização dos transportes públicos (painel 3 — Recomendação 36, painel 4 — recomendação 2).
2. Investir em comboios noturnos de alta velocidade e estabelecer uma norma única de tecnologia ferroviária respeitadora do ambiente na Europa, a fim de oferecer uma alternativa credível e facilitar a possibilidade de substituir e desencorajar os voos de curta distância (debate no Grupo de Trabalho, NPM).
3. Incentivar a aquisição, tendo em conta a sua acessibilidade económica para os agregados familiares, e a utilização (partilhada) de veículos elétricos que cumpram um bom padrão de vida útil das baterias, bem como investimentos na infraestrutura de carregamento necessária e investimentos no desenvolvimento de outras tecnologias limpas para veículos cuja eletrificação seja difícil de alcançar (painel 3 — recomendação 38).
4. Estabelecer a conectividade de banda larga à Internet e à rede móvel nas zonas rurais e insulares (painel 3 — Recomendação 36).
5. Melhorar as infraestruturas de transportes existentes do ponto de vista ecológico (painel 3 — Recomendação 37).
6. Exigir programas de desenvolvimento urbano para cidades «mais verdes» com menos emissões, com zonas específicas sem automóveis nas cidades, sem prejudicar as zonas comerciais (painel 3 — recomendação 6).
7. Melhorar a infraestrutura das bicicletas e conferir mais direitos e proteção jurídica aos ciclistas e peões, especialmente em caso de acidente com um veículo a motor, garantindo a segurança rodoviária e ministrando formação sobre o código rodoviário (Painel 3 — Recomendação 4).
8. Regular a mineração de criptomoedas, que usam uma quantidade considerável de energia (PNM).

5. Proposta: Consumo, embalagem e produção sustentáveis

Objetivo: Melhorar a utilização e a gestão dos materiais na União, a fim de promover a economia circular, tornar-se mais autónoma e ser menos dependente. Desenvolver uma economia circular, incentivando a produção e os produtos sustentáveis na União.

Assegurar que todos os produtos colocados no mercado da União cumprem as normas ambientais comuns da União.

Medidas:

1. Normas de produção da União mais rigorosas e harmonizadas e um sistema de rotulagem transparente para todos os produtos vendidos no mercado da UE no que diz respeito à sua sustentabilidade/pegada ambiental e longevidade através de um código QR e de um ecoscore ou passaporte digital do produto (painel 3 — recomendações 8, 13, 20 e 21, painel 1 — recomendação 16, painel 4 — recomendação 13).
2. Rever as cadeias de abastecimento mundiais, incluindo a produção agrícola, a fim de reduzir a dependência da UE e os circuitos curtos (PNM).
3. Continuar a prevenir a produção de resíduos através do estabelecimento de objetivos de prevenção e reutilização e do estabelecimento de normas de qualidade para os sistemas de triagem de resíduos (debate no GT, recomendação FR).
4. Eliminar progressivamente as formas de embalagem insustentáveis, regular as embalagens respeitadoras do ambiente e evitar o desperdício de materiais nas embalagens através de incentivos financeiros e sanções, bem como de investimentos em investigação alternativa (painel 3 — recomendações 15 e 25, painel 1 — recomendação 12, painel 4 — recomendação 16).
5. Introduzir um sistema europeu de depósito de embalagens e normas avançadas para os contentores (painel 3 — recomendações 22 e 23, NPC).
6. Lançar uma plataforma de conhecimento da UE sobre a forma de assegurar a utilização sustentável e a longo prazo dos produtos e a forma de os «reparar», incluindo informações disponíveis junto das associações de consumidores (painel 3 — Recomendação 20).
7. Introduzir medidas para combater a obsolescência precoce ou prematura, incluindo a obsolescência planeada, garantir salvaguardas mais longas, promover o direito à reparação e garantir a disponibilidade e acessibilidade de peças sobresselentes compatíveis (painel 3 — recomendação 20, recomendação FR, recomendação DE, painel 1 — recomendação 14).
8. Criar um mercado para as matérias-primas secundárias, tendo em conta as taxas obrigatórias de teor reciclado, incentivando a redução da utilização de matérias-primas (debate no GT).
9. Rápida implementação de uma ambiciosa estratégia têxtil e definição de um mecanismo para os consumidores saberem que o produto cumpre os critérios de sustentabilidade (painel 3 — recomendação 28, debate no GT).
10. Medidas da UE para permitir que os consumidores utilizem mais tempo os produtos e incentivá-los a fazê-lo (painel 3 — Recomendação 20).
11. Reforçar as normas ambientais e aplicar a regulamentação relativa à exportação de resíduos para a UE e para países terceiros (painel 4 — Recomendação 15, NPC).
12. Introduzir medidas destinadas a limitar a publicidade a produtos nocivos para o ambiente através da introdução de uma declaração de exoneração de responsabilidade obrigatória para produtos particularmente nocivos para o ambiente (painel 3 — Recomendação 22).
13. Aplicar normas de fabrico mais rigorosas e condições de trabalho justas ao longo de toda a cadeia de produção e de valor (painel 3 — Recomendação 21).

6. Proposta: Informação, sensibilização, diálogo e modo de vida

Objetivo: Incentivar o conhecimento, a sensibilização, a educação e o diálogo sobre o ambiente, as alterações climáticas, a utilização da energia e a sustentabilidade.

Medidas:

1. Criar uma plataforma interativa cujos factos tenham sido verificados, a fim de fornecer informações científicas diversificadas e regularmente atualizadas no domínio do ambiente (painel 3 — recomendação 33).
2. Apoiar campanhas de sensibilização ecológica, incluindo uma campanha europeia a longo prazo para um consumo sustentável e um estilo de vida (Recomendações DE, NL e FR, Painel 3 — Recomendação 7).
3. Incentivar e facilitar o diálogo e as consultas entre todos os níveis de tomada de decisão, em especial com os jovens e a nível local (Recomendações DE, NL e FR, Painel 3 — Recomendações 27 e 35, debate em sessão plenária).
4. Definição pela União, com a assistência dos Estados-Membros, de uma Carta Europeia comum que incida sobre as questões ambientais e promova a sensibilização de todos os cidadãos para o ambiente (painel 3 — recomendação 7).
5. Proporcionar cursos de formação e materiais pedagógicos para todos, a fim de melhorar os conhecimentos sobre o clima e a sustentabilidade e permitir a aprendizagem ao longo da vida sobre questões ambientais (painel 1 — recomendações 15 e 35, painel 3 — recomendação 24, debate do grupo de trabalho).
6. Integrar a produção alimentar e a proteção da biodiversidade no sistema educativo, incluindo os benefícios dos alimentos não transformados em detrimento dos alimentos transformados, e incentivar a criação de jardins escolares e subsídios para projetos de jardinagem urbana e agricultura vertical (painel 3 — recomendação 5, painel 1 — recomendação 18). Considerar a possibilidade de tornar a biodiversidade um tema obrigatório nas escolas e de sensibilizar o público para a biodiversidade através de campanhas mediáticas e de «concorrências» promovidas em toda a UE (concursos governamentais locais) (painel 3 — recomendação 5, painel 1 — recomendação 18).
7. Reforçar o papel e a ação da União no domínio do ambiente e da educação, alargando as competências da União no domínio da educação para as alterações climáticas e o ambiente e alargando a tomada de decisões por maioria qualificada a temas definidos como «interesse europeu», como o ambiente (recomendações NL e FR).
8. Promover uma dieta vegetal por razões de proteção do clima e preservação ambiental (PNM).



«Saúde»

7.Proposta: Uma dieta saudável e um estilo de vida saudável

Objetivo: Assegurar que todos os europeus tenham acesso a uma educação alimentar saudável e a alimentos saudáveis e a preços acessíveis como base para um estilo de vida saudável, nomeadamente através das seguintes medidas:

Medidas¹:

1. Estabelecer normas mínimas de qualidade e rastreabilidade dos alimentos, nomeadamente limitando a utilização de antibióticos e outros medicamentos veterinários ao estritamente necessário para proteger a saúde e o bem-estar dos animais, em vez de os utilizar de forma preventiva, e assegurar o reforço dos controlos a este respeito. [#23, #17]
2. Educar os cidadãos sobre hábitos saudáveis a adotarem desde tenra idade e incentivá-los a fazer escolhas seguras e saudáveis, tributando os alimentos transformados que não são e tornando facilmente acessível a informação sobre a saúde sobre os alimentos; para o efeito, estabelecer um sistema de avaliação à escala europeia dos alimentos transformados, baseado em conhecimentos científicos e independentes, bem como um rótulo sobre a utilização de substâncias hormonais e de desreguladores endócrinos na produção de alimentos, e, neste contexto, reforçar o controlo e a aplicação das regras existentes e ponderar o seu reforço. [#18, #19, GT]
3. Incentivar o diálogo com os intervenientes na cadeia alimentar, desde a produção até à venda, no âmbito da responsabilidade social das empresas por alimentos saudáveis. [#19, GT]
4. Apoiar, a nível da União, o fornecimento de alimentos saudáveis, variados e a preços acessíveis em estabelecimentos de serviço público, como cantinas escolares, hospitais
5. Investir na investigação sobre as consequências da utilização de antibióticos e os efeitos das substâncias hormonais e dos desreguladores endócrinos na saúde humana. [#17, #18]²

ou estabelecimentos de saúde, nomeadamente através de financiamento específico. [#3, Plenária, GT]

8. Proposta: Reforço do sistema de cuidados de saúde

Objetivo: Reforçar a resiliência e a qualidade dos nossos sistemas de saúde, nomeadamente através de:

Medidas³:

1. A criação de um espaço europeu de dados da saúde, o que facilitaria o intercâmbio de dados de saúde; os registos médicos individuais poderiam ser disponibilizados — numa base voluntária — utilizando um passaporte sanitário eletrónico individual da UE, em conformidade com as regras de proteção de dados. [#41, GT]
2. Condições de trabalho adequadas, nomeadamente através de um diálogo social forte, incluindo salários e modalidades de trabalho, e harmonização das normas de formação e certificação dos profissionais de saúde; devem ser desenvolvidos programas de ligação em rede e de intercâmbio, como um Erasmus para escolas médicas, o que contribuiria significativamente para o desenvolvimento de competências. A fim de conservar os talentos na Europa e permitir que os jovens profissionais alarguem os seus conhecimentos e adquiram experiência profissional, devem ser criados programas de intercâmbio da UE para garantir que os nossos melhores cérebros das ciências da vida não sejam atraídos para países terceiros. [#39, GT]
3. Assegurar a autonomia estratégica a nível da União, a fim de evitar a dependência de países terceiros [4NL2] de medicamentos (em especial princípios ativos) e de dispositivos médicos (incluindo matérias-primas); em especial, deve ser estabelecida a nível da União uma lista de medicamentos e tratamentos essenciais e prioritários, mas também de medicamentos e tratamentos inovadores (como soluções biotecnológicas), com base nas agências europeias existentes e no HERA, a fim de garantir a sua disponibilidade para os cidadãos. Ponderar a possibilidade de organizar um armazenamento estratégico coordenado em toda a União. A fim de alcançar a necessária ação coordenada e a longo prazo a nível da União, incluir a saúde e os cuidados de saúde entre as competências partilhadas entre a União e os seus Estados-Membros, alterando o artigo 4.º do TFUE. [#40, #49, plenário, GT]
4. Prosseguir o desenvolvimento, a coordenação e o financiamento dos programas existentes de investigação e inovação no domínio da saúde, sem comprometer outros programas relacionados com a saúde, em especial para as redes europeias de referência, uma vez que constituem a base para o desenvolvimento de redes de cuidados de saúde para tratamentos altamente especializados e complexos. [#42, #43, GT]
5. Investir nos sistemas de saúde, em especial no domínio público e sem fins lucrativos, nas infraestruturas e na saúde digital, e assegurar que os prestadores de cuidados de saúde respeitam os princípios da plena acessibilidade, acessibilidade dos preços e qualidade dos serviços, assegurando assim que os recursos não são drenados por profissionais de saúde com pouca ou nenhuma preocupação com o interesse público. [#51, GT]
6. Formular recomendações firmes aos Estados-Membros no sentido de investirem em sistemas de saúde eficientes, acessíveis, comportáveis, de qualidade e resilientes, nomeadamente no contexto do Semestre Europeu. O impacto da guerra na Ucrânia na saúde pública demonstra a necessidade de um maior desenvolvimento de sistemas de saúde resilientes e de mecanismos de solidariedade. [#51, GT]

9. Proposta: Uma visão mais ampla da saúde

Objetivo: Adotar uma abordagem holística da saúde, abordando, para além das doenças e tratamentos, a cultura e a prevenção da saúde, e promovendo uma compreensão comum dos problemas enfrentados pelas pessoas doentes ou com deficiência, em consonância com a abordagem «Uma Só Saúde», que deve ser sublinhada como um princípio transversal e fundamental que abrange todas as políticas da União.

Medidas⁵:

1. Melhorar a compreensão das questões de saúde mental e a forma de as resolver, incluindo a primeira infância e o diagnóstico precoce, com base nas boas práticas estabelecidas em toda a União, que devem ser facilmente acessíveis através do Portal de Boas Práticas de Saúde Pública. A fim de aumentar a sensibilização, as instituições da União e as partes interessadas pertinentes devem organizar eventos para o intercâmbio de boas práticas e ajudar os seus membros a divulgá-las no seu próprio círculo eleitoral. Deve ser desenvolvido um plano de ação da UE em matéria de saúde mental, que forneça uma estratégia a longo prazo em matéria de saúde mental, incluindo a investigação, e que aborde igualmente a disponibilidade de profissionais, incluindo para os menores, e a criação de um Ano Europeu da Saúde Mental num futuro próximo.
2. Desenvolver, a nível da UE, um programa educativo normalizado sobre estilos de vida saudáveis, que abranja também a educação sexual. O programa deve também incluir ações que visem um estilo de vida saudável e a proteção do ambiente, bem como a forma como podem ajudar a prevenir muitas doenças, como o ciclismo como um meio saudável de viagem diária. Estaria disponível gratuitamente para os Estados-Membros e as escolas que poderiam, se for caso disso, utilizá-lo nos seus programas. Tal programa abordaria estereótipos sobre pessoas doentes ou deficientes. [#46, GT]
3. Desenvolver formação prática de primeiros socorros, que seria oferecida gratuitamente a todos os cidadãos, e considerar a possibilidade de cursos regulares como uma prática comum para os estudantes, bem como no local de trabalho. Deve também estar disponível um número mínimo de desfibriladores em locais públicos em todos os Estados-Membros. [#50]
4. Alargar a iniciativa Semana da Saúde, que terá lugar em toda a União na mesma semana e durante a qual todas as questões de saúde devem ser abordadas e debatidas. Considere também iniciativas do Ano da Saúde, começando pelo Ano da Saúde Mental. [#44, GT]
5. Reconhecer como um tratamento médico regular para a tributação de produtos contraceptivos hormonais utilizados por razões médicas, por exemplo, em casos de fibromialgia e endometriose, bem como produtos higiénicos femininos. Garantir o acesso a tratamentos reprodutivos para todas as pessoas com problemas de fertilidade. [#45, GT]

10. Proposta: Igualdade de acesso à saúde para todos

Objetivo: Estabelecer um «direito à saúde», garantindo a todos os europeus um acesso equitativo e universal a cuidados de saúde a preços acessíveis, preventivos, curativos e de qualidade.

Medidas⁶:

1. Estabelecer normas de saúde mínimas comuns a nível da União, que abranjam igualmente a prevenção e a acessibilidade dos cuidados de saúde, bem como a proximidade dos cuidados, e prestar apoio ao estabelecimento dessas normas. [#39, GT]
2. Reconhecem a necessidade de ter plenamente em conta o princípio da subsidiariedade e o papel fundamental dos intervenientes locais, regionais e nacionais no domínio da saúde [NL3], a fim de assegurar que possam ser tomadas medidas a nível da União quando o direito à saúde for mais bem tratado. Permitir uma tomada de decisões mais rápida e firme sobre questões fundamentais e melhorar a eficácia da governação europeia para o desenvolvimento da União Europeia da Saúde (por exemplo, pandemia ou doenças raras). [#49, FRsouhait11, plataforma digital]
3. Reforçar a União Europeia da Saúde, explorando todo o potencial do quadro atual e incluir a saúde e os cuidados de saúde entre as competências partilhadas entre a União e os seus Estados-Membros, alterando o artigo 4.º do TFUE. [#49, FRsouhait11, plataforma digital, GT]⁷.
4. Assegurar que qualquer pessoa tem acesso aos tratamentos existentes no primeiro país da UE onde estão disponíveis; para o efeito, melhorar a cooperação transfronteiriça, em especial em matéria de doenças raras, cancro, doenças cardiovasculares e tratamentos altamente especializados, como os transplantações de órgãos e o tratamento de queimaduras graves. Deve ser criada uma rede europeia de transplantação e dádiva de órgãos para todos os doentes europeus que necessitem de transplantação. [plenário e GT]
5. Assegurar cuidados de saúde a preços acessíveis, através de maiores investimentos nos cuidados de saúde, em especial nos cuidados dentários, incluindo a profilaxia, e garantir que os cuidados dentários a preços acessíveis sejam acessíveis a todos no prazo de 15-20 anos. [#48, GT]
6. Assegurar que os tratamentos e os medicamentos em toda a União são de igual qualidade e têm um custo local justo, nomeadamente combatendo a atual fragmentação do mercado interno. [#40, NL3, GT, plenário]
7. Combater a insegurança sanitária, incentivando a prestação de cuidados odontológicos gratuitos às crianças, aos grupos de baixos rendimentos e a outros grupos vulneráveis, como as pessoas com deficiência. Estude também as consequências para a saúde da má habitação. [#48, GT]
8. Ter em conta a dimensão internacional da saúde e reconhecer que os medicamentos devem estar universalmente disponíveis, incluindo nos países mais pobres. [NL2]



Reforçar a economia, a justiça social e o emprego

Introdução

Vivemos em circunstâncias excepcionais e a União Europeia será avaliada pelos seus esforços para sair mais forte das crises atuais, com um modelo de crescimento mais sustentável, inclusivo, competitivo e resiliente. A invasão da Ucrânia pela Rússia e a pandemia de COVID-19 alteraram a face da UE. A conferência terá também de abordar as consequências sociais e económicas desta guerra num contexto pós-pandemia já muito difícil. Ao mesmo tempo, as alterações climáticas continuam a representar uma ameaça para a humanidade e terão um impacto dramático na economia e nas nossas sociedades. Resulta claramente das recomendações recebidas que os cidadãos apelam a uma ação mais forte da UE. Os desafios transnacionais não resolvidos, como a desigualdade, a competitividade, a saúde, as alterações climáticas, a migração, a digitalização ou a tributação justa, exigem soluções europeias adequadas. Resulta igualmente das recomendações e dos debates que precisamos de uma estratégia global para garantir um maior bem-estar dos cidadãos europeus em diferentes aspetos das suas vidas. Alguns elementos desta estratégia estão incluídos nas políticas existentes e podem ser alcançados utilizando plenamente o quadro institucional existente a nível europeu e nacional; outras exigirão novas políticas e, em alguns casos, alterações aos tratados. No entanto, as novas políticas e as alterações aos tratados devem ser encaradas como um meio de melhorar o bem-estar e não como fins em si mesmos. É possível e necessário redefinir a União de modo a garantir a sua autonomia estratégica, o seu crescimento sustentável, a melhoria das condições de vida e de trabalho e o progresso humano, sem esgotar nem destruir os recursos do nosso planeta, sob um contrato social renovado. Estas recomendações visam atingir estes objetivos. As propostas que se seguem devem ser lidas tendo em conta que os cidadãos de toda a Europa formularam uma série de pontos de vista e recomendações. É esta diversidade de pontos de vista que é um dos trunfos incomparáveis da Europa.

11. Proposta: Crescimento sustentável e inovação

Objetivo: Propomos que a UE apoie a transição para um modelo de crescimento sustentável e resiliente, tendo em conta as transições ecológica e digital com uma forte dimensão social no Semestre Europeu e capacitando os cidadãos, os sindicatos e as empresas. Os indicadores macroeconómicos convencionais e o PIB poderiam ser complementados por novos indicadores para dar resposta às novas prioridades europeias, como o Pacto Ecológico Europeu ou o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, e refletir melhor as transições ecológica e digital e o bem-estar das pessoas. Tal poderia ser alcançado através das seguintes medidas:

Medidas⁸:

1. Promover processos de produção mais ecológicos pelas empresas, ajudar as empresas a encontrar as melhores soluções e proporcionar incentivos positivos e negativos. (PCE 11 e 12) e aumentar a produção e o consumo locais (discussões).
2. Trabalhar para uma economia mais sustentável e circular, abordando o problema da obsolescência programada e garantindo o direito à reparação (PCE 14).
3. Examinar a governação económica da União e o Semestre Europeu, a fim de assegurar que as transições ecológica e digital, a justiça social e o progresso social andam a par da competitividade económica, sem ignorar a natureza económica e orçamental do Semestre Europeu. Além disso, é necessário envolver melhor os parceiros sociais e os órgãos de poder local e regional na execução do Semestre Europeu, a fim de melhorar a sua aplicação e responsabilização (plataforma eletrónica, debates).
4. Combater a utilização de embalagens/contentores de plástico de utilização única (PCE 12).
5. Alargar a utilização da tecnologia europeia e torná-la uma alternativa viável à tecnologia estrangeira (discussões).
6. Promover a investigação de novos materiais e tecnologias, bem como a utilização inovadora dos materiais existentes, evitando simultaneamente a duplicação de esforços de investigação (PCE 9, NL 1).
7. Considerar a sustentabilidade, a acessibilidade dos preços e a acessibilidade da energia, tendo em conta a pobreza energética e a dependência de países terceiros, aumentando a percentagem de energia produzida de forma sustentável (CEP 10, LT 3, IT 1.1).
8. Sensibilizar as empresas e os cidadãos para que adotem comportamentos mais sustentáveis e assegurem uma transição justa com base no diálogo social e no emprego de qualidade (CEP 12 e plataforma em linha).
9. Incluir normas sociais, laborais e de saúde ambiciosas, incluindo a saúde e a segurança no trabalho, nos novos acordos comerciais da UE. (LT8)

12. Proposta: Reforçar a competitividade da União e aprofundar o mercado único

Objetivo: Propomos reforçar a competitividade e a resiliência da economia, do mercado único e da indústria da UE e fazer face às dependências estratégicas. Temos de promover uma cultura empresarial na UE, em que as empresas inovadoras de todas as dimensões, em especial as micro, pequenas e médias empresas e as empresas em fase de arranque, sejam incentivadas e possam prosperar, a fim de contribuir para sociedades mais resilientes e inclusivas. É necessária uma economia de mercado forte e viável para facilitar a visão de uma Europa mais social. Tal poderia ser alcançado através das seguintes medidas:

Medidas⁹:

1. Desenvolver uma visão clara da economia europeia e basear-se nos pontos fortes, na qualidade e na diversidade da Europa, tendo simultaneamente em conta as diferenças económicas e outras entre os Estados-Membros, e promover a cooperação e a concorrência entre as empresas. (NL 1 & 2)
2. Consolidar o que foi feito no que respeita à moeda única e à interconexão dos sistemas de pagamento e das telecomunicações. (IT 4.a.2)
3. Reduzir a normalização dos produtos e reconhecer as especificidades locais e regionais em termos de cultura e produção (respeito pelas tradições de produção). (IT 2.2)
4. Reforçar a convergência social e económica ascendente no mercado único, completando as iniciativas existentes, como a União Bancária e a União dos Mercados de Capitais, e implementando uma reforma prospetiva da nossa União Económica e Monetária (discussões).
5. Promover políticas para uma forte base industrial e inovação em tecnologias facilitadoras essenciais, bem como uma política climática virada para o futuro, associada à competitividade industrial com uma forte dimensão social, baseada no diálogo social e no bom funcionamento das relações laborais (discussões).
6. Em todas as novas iniciativas, preste especial atenção às PME, que constituem a espinha dorsal da nossa economia. O princípio de «pensar primeiro as PME» deve ser respeitado em todas as propostas legislativas da UE e o teste PME deve ser reforçado nas avaliações de impacto da Comissão, em conformidade com princípios claros, respeitando plenamente as normas sociais e ambientais e os direitos dos consumidores (discussões).
7. Assegurar a participação das PME nos pedidos de financiamento, nos concursos e nas redes, com o mínimo de esforço administrativo possível. O acesso ao financiamento por parte das PME com projetos de inovação de alto risco deve ser mais desenvolvido por entidades como o Conselho Europeu de Inovação e o Banco Europeu de Investimento (discussões).
8. Criar um melhor quadro para o investimento em I & D construir modelos empresariais mais sustentáveis e ricos em biodiversidade (CEP 10, 11 e 14); foco na tecnologia e na inovação como motores de crescimento. (IT 1.3)
9. Promover o desempenho económico coletivo através de uma indústria autónoma e competitiva. (FR3)
10. Identificar e desenvolver setores estratégicos, incluindo o espaço, a robótica e a IA. (EN 3 & 9)
11. Investir no turismo e na economia cultural, valorizando também os muitos pequenos destinos na Europa. (IT 1.2)
12. Garantir a segurança do aprovisionamento através da diversificação das fontes de matérias-primas/insumos e do aumento do fabrico de bens essenciais na Europa, como a saúde, os alimentos, a energia, a defesa e os transportes. (EN 9, LT 1, IT 1.4)
13. Promover a digitalização das empresas europeias, por exemplo através de um painel de avaliação específico que permita

às empresas comparar o seu grau de digitalização, com o objetivo geral de aumentar a sua competitividade. (A PARTIR DE 2.1)

14. Promover a coesão digital, a fim de contribuir para a coesão económica, social e territorial, tal como definida no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (discussões).
15. Reforçar a cooperação transfronteiriça, a fim de reforçar a coesão e a resiliência dentro e fora das regiões, incentivando o mecanismo transfronteiriço europeu e instrumentos semelhantes (discussões).
16. Reforçar e promover oportunidades de formação transfronteiras, a fim de melhorar as competências da mão de obra europeia e aumentar a competitividade, reforçando simultaneamente as competências dos cidadãos no domínio económico. (DE 2.2, LT7). Promover o comércio entre trabalhadores na Europa através de um Centro Europeu de Emprego; (It 6.1) incentivar os jovens a estudar disciplinas científicas. (IT 1.5)
17. Reduzir a burocracia (autorizações, certificações) onde não é essencial. (IT 2.1)
18. Luta contra a contrafação e a concorrência desleal. (IT 2.4)
19. Assegurar uma maior participação das empresas em fase de arranque e das PME em projetos de inovação, uma vez que reforça a sua força em termos de inovação, competitividade e ligação em rede (plataforma eletrónica, debates).
20. A consolidação e a proteção do mercado único devem continuar a ser uma prioridade; as medidas e iniciativas tomadas a nível nacional e da União não devem prejudicar o mercado único e devem contribuir para a livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais (discussões).
21. As novas iniciativas políticas da UE devem ser sujeitas a um «controlo da competitividade», a fim de analisar o seu impacto nas empresas e no seu ambiente empresarial (custo da atividade económica, capacidade de inovação, competitividade

internacional, condições de concorrência equitativas, etc.). Este acompanhamento está em conformidade com o Acordo de Paris e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo a igualdade entre homens e mulheres, e não prejudica a proteção dos direitos humanos, dos direitos sociais e laborais ou das normas ambientais e de defesa do consumidor. Para o efeito, propomos igualmente a criação de um órgão consultivo europeu para a competitividade para acompanhar a monitorização da competitividade e, em particular, avaliar os efeitos cumulativos da legislação, bem como apresentar propostas para melhorar as condições-quadro adequadas para a competitividade das empresas da UE. Este órgão deve incluir a sociedade civil organizada e os parceiros sociais na sua governação; (discussões)

13. Proposta: Mercados de trabalho inclusivos

Objetivo: Propomos melhorar o funcionamento dos mercados de trabalho, a fim de garantir condições de trabalho mais justas e promover a igualdade de género e o emprego, especialmente para os jovens e os grupos vulneráveis. A UE, os Estados-Membros e os parceiros sociais têm de trabalhar para acabar com a pobreza dos trabalhadores, reforçar os direitos dos trabalhadores das plataformas, proibir os estágios não remunerados e assegurar uma mobilidade laboral justa na União. Temos de promover o diálogo social e a negociação coletiva. Temos de assegurar a plena aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, incluindo os seus grandes objetivos relevantes para 2030, a nível europeu, nacional, regional e local, nos domínios da «igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho» e «condições de trabalho justas», respeitando simultaneamente as competências e os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, e incluir um protocolo sobre o progresso social nos Tratados. Ao fazê-lo, é necessário respeitar as tradições nacionais e a autonomia dos parceiros sociais e cooperar com a sociedade civil. Tal poderia ser alcançado através das seguintes medidas:

Medidas¹⁰:

1. Assegurar que os salários mínimos legais garantam a cada trabalhador uma qualidade de vida digna e semelhante em todos os Estados-Membros. Devem ser definidos critérios claros (por exemplo, custo de vida, inflação, nível acima do limiar de pobreza, salários médios e médios a nível nacional) a ter em conta na fixação do nível do salário mínimo. Os níveis dos salários mínimos legais devem ser revistos regularmente à luz destes critérios, a fim de garantir a sua adequação. Deve ser prestada especial atenção à aplicação efetiva destas regras e ao acompanhamento e acompanhamento da melhoria do nível de vida. Ao mesmo tempo, a negociação coletiva deve ser reforçada e promovida em toda a União (PCE 1 e 30; 4.2; plataforma em linha).
2. Fazer o balanço e continuar a reforçar a aplicação da Diretiva Tempo de Trabalho (Diretiva 2003/88/CE) e de outra legislação pertinente que garanta um equilíbrio saudável entre a vida profissional e a vida familiar, tendo simultaneamente em conta novas políticas nacionais neste domínio (CEP 2).
3. Introduzir ou reforçar a legislação existente em matéria de «trabalho inteligente» e incentivar as empresas a promover esta nova forma de trabalho. (PCE 7) A União deve garantir o direito de desligar, fazer mais para combater o fosso digital no local de trabalho e avaliar as implicações do trabalho remoto para a saúde, o tempo de trabalho e o desempenho. É necessário assegurar uma digitalização justa, baseada nos direitos humanos, na melhoria das condições de trabalho e na negociação coletiva (discussões).
4. Integração das políticas de emprego a nível da UE, em que as políticas ativas do mercado de trabalho continuam a ser centrais e cada vez mais coordenadas (IT 6.2), ao passo que os Estados-Membros se concentram em novos esforços de reforma para criar condições favoráveis à criação de emprego de qualidade (discussões).
5. Tomar medidas para garantir a plena proteção dos direitos sociais e prevalecer sobre as liberdades económicas em caso de conflito, nomeadamente através da introdução de um protocolo sobre o progresso social nos tratados (plataforma em linha, debates).
6. Assegurar a igualdade de género, em consonância com a Estratégia da UE para a Igualdade de Género 2020-2025. A União deve continuar a medir a igualdade de género através de um índice de igualdade de género (atitudes, disparidades salariais, emprego, liderança, etc.), acompanhar a estratégia anualmente, ser transparente quanto aos resultados alcançados, incentivar a partilha de conhecimentos especializados e de boas práticas e criar um possível mecanismo direto de retorno dos cidadãos (por exemplo, um Provedor de Justiça) (PEC 28; It 5.a.1). É necessário

colmatar as disparidades salariais entre homens e mulheres e introduzir quotas para os cargos de direção. As mulheres empresárias devem beneficiar de um maior apoio no ambiente empresarial, tal como as mulheres nas áreas da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (discussões).

7. Promover o emprego dos jovens, nomeadamente através de apoio financeiro às empresas, mas também prestando apoio adicional aos empregadores e trabalhadores (NL 4) e apoio aos jovens empresários e aos jovens trabalhadores por conta própria, por exemplo através de instrumentos educativos e de cursos (discussões).
8. Promover o emprego de grupos desfavorecidos (NL 4), especialmente para as pessoas com deficiência (plataforma em linha).
9. Promover o emprego e a mobilidade social para que as pessoas tenham todas as oportunidades de desenvolvimento pessoal e de autodeterminação. (It 5.a.4 e IT 6.1) Pode haver uma estratégia a longo prazo para garantir que qualquer pessoa na nossa sociedade tenha as competências adequadas para encontrar um emprego e aumentar o seu talento, especialmente a geração mais jovem (discussões). É importante investir em competências adaptadas à evolução das necessidades do mercado de trabalho e promover a aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente através de um programa de intercâmbio em todas as fases da vida, e garantir o direito à aprendizagem ao longo da vida e o direito à formação. (FR 6; Para o efeito, é necessário reforçar a cooperação entre as empresas, os sindicatos e os prestadores de serviços de ensino e formação profissionais (discussões).

14. Proposta: Políticas sociais mais fortes

Objetivo: Propomos reduzir as desigualdades, combater a exclusão social e a pobreza. Temos de pôr em prática uma estratégia global de luta contra a pobreza que poderá incluir, nomeadamente, o reforço da Garantia para a Infância e a Garantia para a Juventude, a introdução de salários mínimos, um quadro europeu comum para os regimes de rendimento mínimo e uma habitação social digna. Temos de assegurar a plena aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, incluindo os seus grandes objetivos relevantes para 2030, a nível europeu, nacional, regional e local, nos domínios da «proteção e inclusão social», respeitando simultaneamente as respetivas competências e os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, e incluir nos Tratados um protocolo sobre o progresso social. Tal poderia ser alcançado através das seguintes medidas:

Medidas¹¹:

1. Reforçar as competências da União no domínio das políticas sociais e propor legislação harmonizada à escala da União para promover as políticas sociais e garantir a igualdade de direitos, incluindo os direitos em matéria de saúde, tendo em conta os regulamentos adotados e os requisitos mínimos em todo o território. (CEP 19 & 21)
A UE poderia apoiar e complementar as políticas dos Estados-Membros, nomeadamente propondo um quadro comum para garantir um rendimento mínimo para que ninguém fique para trás. Estas ações devem ser realizadas no âmbito da plena aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e do seu Plano de Ação (discussões).
2. Não comprometam os direitos sociais (saúde pública, educação pública, políticas laborais). (It 4.a.1)
3. Promover a investigação social e sanitária na UE, seguindo linhas prioritárias consideradas de interesse público e aprovadas pelos Estados-Membros, e prever um financiamento adequado. Tal poderia ser conseguido, em parte, através do reforço da cooperação entre domínios de especialização, países e centros de estudo (universidades, etc.) (CEP 20).
4. Conceder acesso a serviços médicos a todas as pessoas com idade inferior a 16 anos em toda a UE, se estes serviços não estiverem disponíveis no contexto nacional (discussões).
5. Assegurar que a UE, juntamente com os parceiros sociais e os governos nacionais, apoie o acesso específico dos cidadãos a uma habitação social digna, em função das

suas necessidades específicas; o esforço financeiro deve ser partilhado entre os doadores privados, os proprietários, os beneficiários de habitação, os governos dos Estados-Membros a nível central e local e a União Europeia (PEC 25).

15. Proposta: Transição demográfica

Objetivo: propomos abordar os desafios decorrentes da transição demográfica enquanto componente essencial da resiliência global da Europa, em especial as baixas taxas de natalidade e o constante envelhecimento da população, prestando apoio às pessoas ao longo da sua vida. Trata-se de uma ação global destinada a todas as gerações, desde as crianças e os jovens às famílias, à população em idade ativa, aos idosos ainda prontos para trabalhar e aos reformados ou que necessitam de cuidados. Tal poderia ser alcançado através das seguintes medidas:

Medidas¹²:

1. Assegurar serviços de acolhimento de crianças de qualidade, a preços acessíveis e acessíveis em toda a UE, para que as mães e os pais possam conciliar com confiança a vida profissional e familiar. Se for caso disso, tal poderá incluir oportunidades de acolhimento de crianças no local de trabalho ou nas suas proximidades. Em alguns Estados-Membros, as estruturas de acolhimento de crianças durante a noite também estão disponíveis, o que deve servir de exemplo. Além disso, estas medidas poderiam ser acompanhadas de medidas de apoio, tais como taxas reduzidas de IVA sobre o equipamento necessário para as crianças. É essencial prevenir a pobreza infantil e a exclusão social. (CEP 22-26) Reforçar a Garantia para a Infância, garantindo o acesso das crianças necessitadas a serviços como a educação e o acolhimento de crianças, os cuidados de saúde, a nutrição e a habitação, poderia ser um instrumento para alcançar este objetivo (plataforma eletrónica, debates).
2. Estabelecer um apoio específico e a proteção do trabalho dos jovens. As medidas destinadas à população em idade ativa devem incluir o acesso ao conhecimento por parte das mães e dos pais aquando do regresso ao trabalho (CEP 22). O reforço da Garantia para a Juventude poderia ser um instrumento para melhorar o acesso dos jovens com menos de 30 anos a uma boa oferta de emprego, educação contínua, aprendizagem ou estágios. (discussões)
3. Promover o direito à livre circulação da educação na União, nomeadamente através do reconhecimento mútuo de diplomas, graus, competências e qualificações. (discussões)
4. Melhorar a legislação e a sua aplicação, a fim de prestar apoio às famílias em todos os Estados-Membros, por exemplo no que diz respeito à licença parental e aos subsídios de nascimento e de acolhimento de crianças. (PCE 26 e IT 5.a.1) A habitação desempenha um papel crucial no apoio às famílias e deve ser abordada (plataforma em linha, debates).
5. Tomar medidas para garantir que todas as famílias gozem dos mesmos direitos familiares em todos os Estados-Membros. Tal deve incluir o direito ao casamento e à adoção. (PCE 27)
6. Promover uma idade de reforma flexível, tendo em conta a situação específica das pessoas mais velhas. Ao determinar a idade da reforma, é necessário diferenciar-se de acordo com a profissão e, portanto, ter em conta um trabalho particularmente exigente, tanto mental como físico. (PCE 21 e IT 5.a.1)
7. Prevenir a pobreza entre os idosos através da introdução de pensões mínimas. Esses níveis mínimos deverão ter em conta o nível de vida, o limiar de pobreza e o poder de compra no Estado-Membro em causa. (PCE 21)
8. Assegurar uma assistência social e cuidados de saúde adequados aos idosos. Ao fazê-lo, é importante concentrar-se nos cuidados comunitários e nos cuidados residenciais. Do mesmo modo, as medidas devem ter em conta tanto os destinatários como os prestadores de cuidados. (PCE 23)
9. Assegurar o desenvolvimento sustentável e a resiliência demográfica das regiões mais

atrasadas, a fim de as tornar mais dinâmicas e atrativas, nomeadamente através da política de coesão. (plataforma em linha e debates)

10. Tomar medidas coordenadas a nível europeu para recolher dados desagregados por fatores como o género e analisar as tendências demográficas, partilhar boas práticas e conhecimentos e ajudar os Estados-Membros a desenvolver e aplicar políticas adequadas, nomeadamente através da criação de um organismo da UE especializado neste domínio. (plataforma em linha e debates).

16. Proposta: Políticas orçamentais e orçamentais

Objetivo: propomos que a UE incentive investimentos orientados para o futuro, centrados nas transições ecológica e digital com uma forte dimensão social e de género, tendo em conta os exemplos do Next Generation EU e do Instrumento Europeu de Apoio Temporário para atenuar os riscos de desemprego em situações de emergência (SURE). A União deve ter em conta o impacto social e económico da guerra contra a Ucrânia e a ligação entre a sua governação económica e o novo contexto geopolítico, reforçando o seu próprio orçamento com novos recursos próprios. Os cidadãos querem que a tributação se afaste dos cidadãos e das PME e visem os autores de fraudes fiscais, os grandes poluidores e os gigantes digitais, ao mesmo tempo que querem que a UE apoie a capacidade dos Estados-Membros e das autoridades locais para se financiarem e utilizarem os fundos da UE. Este objetivo deve ser alcançado através das seguintes medidas:

Medidas¹³:

1. Harmonizar e coordenar as políticas fiscais nos Estados-Membros da UE para prevenir a evasão e a elisão fiscais, evitar paraísos fiscais na UE e visar a deslocalização na Europa, nomeadamente assegurando que as decisões fiscais possam ser tomadas por maioria qualificada no Conselho da UE. Por outro lado, há recomendações dos painéis de cidadãos de que a tributação é da competência de diferentes países, que têm os seus próprios objetivos e circunstâncias. (PCE 13 e 31, IT 4.b.3, NL 2.3)
2. Promover a cooperação entre os Estados-Membros da UE, a fim de assegurar que todas as empresas da UE paguem a sua quota-parte de impostos; introduzir uma matéria coletável comum do imposto sobre as sociedades (MCCCIS) ou uma taxa efetiva mínima. (NL 3)
3. Assegurar que as empresas pagam impostos onde os lucros são realizados. (PCE 13)
4. Assegurar que a política fiscal apoia a indústria europeia e evita a perda de postos de trabalho na Europa. (PCE 13 e 31)
5. Explorar mais pormenorizadamente a possibilidade de contrair empréstimos conjuntos a nível da União, com vista a criar condições de contração de empréstimos mais favoráveis, mantendo simultaneamente políticas orçamentais responsáveis a nível dos Estados-Membros. (LT 9)
6. Reforçar o acompanhamento da absorção e utilização dos fundos da União, incluindo a nível local e municipal. (LT 10)



«A UE no mundo»

17. Proposta: Reduzir a dependência da UE de intervenientes estrangeiros em setores estratégicos do ponto de vista económico

Objetivo: Propomos que a UE tome medidas para reforçar a sua autonomia em setores estratégicos fundamentais como os produtos agrícolas, os bens económicos estratégicos, os semicondutores, os produtos médicos, as tecnologias digitais e ambientais inovadoras e a energia, através das seguintes medidas:

Medidas:

1. Promoção de atividades de investigação, desenvolvimento e inovação e colaboração entre parceiros públicos e privados neste domínio.
2. Manter uma agenda ambiciosa para as negociações comerciais que possa ajudar a reforçar a resiliência e a diversificação das cadeias de abastecimento, especialmente no que se refere às matérias-primas, partilhando simultaneamente os benefícios do comércio de forma mais justa e com mais parceiros, limitando assim a nossa exposição e dependência de um pequeno número de fornecedores que podem apresentar um risco¹⁴.
3. Maior resiliência das cadeias de abastecimento da UE através da promoção do investimento em setores estratégicos na União, do armazenamento de produtos e dispositivos críticos e da diversificação das fontes de aprovisionamento de matérias-primas essenciais.
4. Novos investimentos na realização do mercado interno e na criação de condições equitativas para tornar a produção e a aquisição destes artigos mais atrativas na União Europeia.
5. Apoio que permita que estes produtos sejam disponibilizados e a preços acessíveis para os consumidores europeus e ajude a reduzir as dependências externas, por exemplo através de políticas estruturais e regionais, reduções fiscais, subsídios, investimentos em infraestruturas e na investigação, promovendo a competitividade das PME, bem como programas de educação, a fim de manter as competências e postos de trabalho correspondentes na Europa, que são relevantes para assegurar as necessidades básicas¹⁵.
6. Um programa europeu de apoio aos pequenos produtores locais em setores estratégicos em todos os¹⁶ Estados-Membros, utilizando melhor os programas e instrumentos financeiros da UE, como o InvestEU.
7. Uma melhor cooperação entre os Estados-Membros para gerir a gestão dos riscos da cadeia de abastecimento.¹⁷

18. Proposta: Reduzir a dependência da UE em relação aos intervenientes energéticos estrangeiros

Objetivo: Propomos que a UE alcance uma maior autonomia em termos de produção e aprovisionamento de energia, no contexto da transição ecológica em curso, através das seguintes medidas:

Medidas:

1. A adoção de uma estratégia para torná-la mais autónoma na sua produção de energia. Um organismo europeu deve integrar as agências europeias de energia existentes, coordenar o desenvolvimento das energias renováveis e promover a partilha de conhecimentos¹⁸.
2. Apoio ativo a projetos de transportes públicos e de eficiência energética, uma rede ferroviária europeia de transporte de mercadorias de alta velocidade, a expansão do aprovisionamento de energia limpa e renovável (incluindo energia solar e eólica), tecnologias alternativas (como o hidrogénio ou a recuperação energética de resíduos) e a transição, nas zonas urbanas, de uma única cultura automóvel para uma cultura de transportes públicos, partilha de automóveis elétricos e ciclismo¹⁹.
3. Assegurar uma transição justa e justa, em especial apoiando os cidadãos vulneráveis, que enfrentam os maiores desafios na transição para a neutralidade climática e que já sofrem de preços mais elevados da energia devido à dependência energética e à recente triplicação dos preços da energia.
4. Maior colaboração na avaliação da utilização da energia nuclear no contexto da transição ecológica em curso para as energias renováveis na Europa, analisando as questões coletivas que poderia resolver ou criar, uma vez que ainda está a ser utilizada por muitos Estados-Membros²⁰.
5. Cooperação com os parceiros internacionais no sentido de os comprometer a alcançar objetivos mais ambiciosos em matéria de alterações climáticas em várias instâncias internacionais, incluindo o G7 e o G20.
6. Associar o comércio externo às medidas políticas em matéria de alterações climáticas (por exemplo, através do lançamento de um pacote de medidas de investimento para tecnologias e inovações respeitadoras do clima, incluindo programas de financiamento)²¹.
7. Compras conjuntas de energia importada e parcerias energéticas sustentáveis, a fim de reduzir a dependência da Europa das importações de energia, nomeadamente no domínio do gás e do petróleo, e desenvolver as fontes de energia nacionais da UE.

19. Proposta: Estabelecimento de normas dentro e fora da UE em matéria de relações comerciais e de investimento

Objetivo: Propomos que a UE reforce a dimensão ética das suas relações comerciais e de investimento através das seguintes medidas:

Medidas:

1. A preservação e a reforma da nossa arquitetura comercial multilateral baseada em regras e a parceria com democracias que partilham as mesmas ideias.
2. Legislação da UE eficaz e proporcionada para garantir que as normas em matéria de trabalho digno são plenamente aplicadas em todas as cadeias de valor mundiais, incluindo nos processos de produção e de abastecimento da UE, e que os produtos importados cumprem as normas éticas qualitativas, o desenvolvimento sustentável e as normas em matéria de direitos humanos, incluindo os direitos laborais e sindicais, oferecendo a certificação de produtos em conformidade com esta legislação da UE²² e participando num processo de diálogo à escala da UE destinado a informar e educar sobre os efeitos ambientais e éticos das alterações estratégicas no comércio internacional.
3. Restrições à importação e venda de produtos provenientes de países que permitem o trabalho forçado e o trabalho infantil, uma lista negra atualizada regularmente de empresas e sensibilização dos consumidores para o trabalho infantil através de informações publicadas através dos canais oficiais da UE²³.
4. Acompanhamento e aplicação dos capítulos sobre comércio e desenvolvimento sustentável aplicáveis nos acordos de comércio livre da UE, incluindo a possibilidade de um mecanismo baseado em sanções de último recurso.
5. A reforma do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) da UE, a fim de incluir disposições rigorosas em matéria de condicionalidade e processos eficazes e adequados de acompanhamento, comunicação e diálogo, a fim de melhorar o impacto que o SPG pode ter no comércio,

nos direitos humanos e no desenvolvimento nos países parceiros, com a possibilidade de retirar as preferências comerciais em caso de incumprimento.

20. Proposta: Estabelecimento de normas dentro e fora da UE para as políticas ambientais

Objetivo: Propomos que a UE reforce a dimensão ambiental das suas relações comerciais através das seguintes medidas:

Medidas:

1. Harmonização e reforço da rotulagem ecológica e apresentação obrigatória de um indicador europeu de impacto ambiental (ecoscore) em todos os produtos de consumo. O ecoscore seria calculado com base nas emissões provenientes da produção e dos transportes, bem como na nocividade do conteúdo, com base numa lista de produtos perigosos. O Ecoscore deve ser gerido e controlado por uma autoridade europeia²⁴.
2. Normas ambientais mais rigorosas para a exportação de resíduos, bem como controlos e sanções mais rigorosos para pôr termo às exportações ilegais. A União deve incentivar os Estados-Membros a reciclarem os seus próprios resíduos e a utilizá-los para produzir energia²⁵.
3. A definição de um objetivo de eliminar as embalagens poluentes através da promoção de embalagens menos poluentes ou de embalagens mais respeitadoras do ambiente²⁶ e do estabelecimento de parcerias com os países em desenvolvimento, apoiando as suas infraestruturas e ponderando acordos comerciais mutuamente benéficos, a fim de os ajudar na sua transição para fontes de energia verde²⁷.
4. A possibilidade de recompensar os países com elevados padrões de sustentabilidade, proporcionando um acesso adicional ao mercado da UE para os seus bens e serviços duradouros, quer unilateralmente através do Sistema de Preferências Generalizadas SPG+, quer bilateralmente através de acordos comerciais negociados ou multilateralmente através de iniciativas no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

21. Proposta: O processo de decisão e a coesão na União

Objetivo: Propomos que a UE melhore a sua capacidade de tomar decisões rápidas e eficazes no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), falando a uma só voz e atuando como um ator verdadeiramente global, de modo a desempenhar um papel positivo no mundo e fazendo a diferença na resposta a qualquer crise, incluindo:

Medidas:

1. Assegurando que, em especial no domínio da PESC, as matérias atualmente tomadas por unanimidade sejam normalmente tomadas por maioria qualificada²⁸.
2. Baseando a cooperação na política de segurança e defesa na bússola estratégica recentemente aprovada e utilizando o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz²⁹.
3. Reforçar o papel da Alta Representante na garantia de que a UE fale a uma só voz³⁰.
4. Acordo sobre uma visão forte e uma estratégia comum para consolidar a unidade e a capacidade de decisão da UE, a fim de preparar a União para novos alargamentos³¹.
5. Ratificando rapidamente os acordos comerciais recentemente celebrados, sem renunciar a uma reflexão e a um debate adequados.

22. Proposta: Transparência da UE e das suas relações com os cidadãos

Objetivo: propomos que a UE, em especial nas suas ações a nível internacional, incluindo as negociações comerciais, aumente a sua acessibilidade aos cidadãos, melhorando a informação, a educação, a participação dos cidadãos e a transparência, em especial:

Medidas:

1. Reforçar os laços com os cidadãos e as instituições locais, a fim de melhorar a transparência, chegar aos cidadãos e comunicar e estabelecer uma melhor ligação com eles sobre iniciativas concretas da UE a nível internacional³².
2. Maior participação dos cidadãos na política internacional da UE e em eventos de participação direta dos cidadãos, como a Conferência sobre o Futuro da Europa, organizada a nível nacional, local e europeu³³ e com a participação ativa da sociedade civil organizada³⁴.
3. O pleno apoio de todas as partes interessadas pertinentes aos cidadãos que optem por participar em organizações da sociedade civil organizada, como tem sido o caso da COVID-19 e da Ucrânia.
4. A afetação de um orçamento específico para o desenvolvimento de programas educativos sobre o funcionamento da UE e os seus valores, que poderia propor aos Estados-Membros, se assim o desejarem, para que possam integrá-los nos seus programas curriculares (primário, secundário e universitário). Além disso, poderia ser oferecido um curso específico sobre a União e o seu funcionamento aos estudantes que desejem estudar noutro país europeu através do programa Erasmus. Os estudantes que escolhem este curso terão prioridade para beneficiar dos programas Erasmus.
5. Melhorar a estratégia da UE para os meios de comunicação social através de uma maior visibilidade nas redes sociais e da promoção ativa dos seus conteúdos; promover a inovação, melhorando a acessibilidade da presença das redes sociais da UE³⁵.

23. Proposta: A UE como líder mundial em paz e segurança

Objetivo: propomos que a UE continue a agir para promover o diálogo e garantir a paz e uma ordem internacional assente em regras, reforçando o multilateralismo e aproveitando as iniciativas de paz da UE de longa data que contribuíram para a atribuição do Prémio Nobel em 2012, reforçando simultaneamente a sua segurança comum através das seguintes medidas:

Medidas³⁶³⁷:

1. Forças armadas comuns, utilizadas para fins de autodefesa e destinadas a impedir qualquer ação militar agressiva de qualquer tipo, com capacidade para prestar assistência em tempos de crise, incluindo em caso de catástrofe natural. Fora das fronteiras europeias, podem ser destacados em circunstâncias excepcionais, de preferência ao abrigo de um mandato jurídico do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, por conseguinte, em conformidade com o direito³⁸ internacional, sem concorrer com a NATO nem duplicar a NATO e respeitar as diferentes relações nacionais com a NATO; a este respeito, deve ser efetuada uma avaliação das relações da UE com a NATO no contexto do debate sobre a autonomia estratégica da UE.
2. Um papel de liderança na construção da ordem de segurança mundial do pós-guerra na Ucrânia, com base na bússola estratégica da UE recentemente adotada.
3. A proteção da sua investigação estratégica e das suas capacidades em setores prioritários como o setor espacial, a cibersegurança, o setor médico e o ambiente³⁹.
4. O reforço das capacidades operacionais necessárias para garantir a eficácia da cláusula de assistência mútua prevista no artigo 42.º, n.º 7, do Tratado da União Europeia, que garante uma proteção adequada da UE a qualquer Estado-Membro atacado por um país terceiro.
5. Uma reflexão sobre a forma de combater a desinformação e a propaganda de forma objetiva e factual.

24. Proposta: A UE como protagonista mundial na construção de relações

Objetivo: Propomos que a UE, nas suas relações com países terceiros:

Medidas:

1. Tirar maior partido do seu peso político e económico coletivo, falando a uma só voz e agindo de forma unida, sem que alguns Estados-Membros dividissem a União por intervenções bilaterais inadequadas⁴⁰.
2. Reforça a sua capacidade de sancionar os Estados, governos, entidades, grupos ou organizações, bem como as pessoas que não cumprem os seus princípios fundamentais, acordos e leis, e garante que as sanções existentes sejam rapidamente aplicadas e aplicadas. As sanções impostas a países terceiros devem ser proporcionais à ação que os desencadeou, ser eficazes e aplicadas em tempo útil⁴¹.
3. Promove o comércio sustentável e baseado em regras, ao mesmo tempo que abre novas oportunidades de comércio e investimento às empresas europeias. Embora os acordos bilaterais de comércio e investimento sejam essenciais para promover a competitividade europeia, são necessárias normas e regras para garantir condições de concorrência equitativas. A UE deve continuar a ser um parceiro ativo e fiável na negociação, celebração e aplicação de acordos comerciais que também estabeleçam elevados padrões de sustentabilidade.
4. Concluiu os principais acordos de cooperação internacional representando a União Europeia e não individualmente⁴².
5. Reformar a política comercial e de investimento da UE para relançar o multilateralismo mundial, com o objetivo de criar empregos dignos e proteger os direitos humanos fundamentais, incluindo os direitos dos trabalhadores e os direitos sindicais, preservar o ambiente e a biodiversidade e respeitar o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas, garantir serviços públicos de qualidade e reforçar a base industrial europeia. A UE deve contribuir para o relançamento do multilateralismo mundial, através de reformas profundas baseadas na democracia e na paz, na solidariedade e no respeito pelos direitos humanos, nos direitos sociais e ambientais, bem como no reforço do papel da OIT.
6. Inclui a luta contra o tráfico de seres humanos e a imigração irregular, bem como a cooperação em eventuais operações de regresso, em acordos de cooperação e de investimento com países terceiros.
7. Desenvolver parcerias com os países em desenvolvimento para apoiar as suas infraestruturas e considerar acordos comerciais mutuamente benéficos para os ajudar na sua transição para fontes de energia verdes⁴³.
8. Desenvolve uma política mais eficaz e unida para regimes autocráticos e híbridos e desenvolve parcerias com organizações da sociedade civil nesses países.
9. Aumenta os recursos das missões de observação eleitoral da UE.
10. Oferece uma perspetiva credível de adesão aos países candidatos e potenciais candidatos, a fim de promover a paz e a estabilidade na Europa e proporcionar prosperidade a milhões de europeus⁴⁴.

NOTA: Vários membros do Grupo de Trabalho consideram que as propostas «Reduzir a dependência da UE em relação a intervenientes estrangeiros no domínio da energia» e «Transparência da UE e suas relações com os cidadãos», em particular, são abrangidas por outros grupos de trabalho. Alguns membros quiseram mencionar, para além da votação por maioria qualificada, alternativas à unanimidade no Conselho, tais como geometria variável, cláusulas de não participação e cooperação reforçada. Alguns membros do grupo de trabalho apelaram à utilização do termo «sustentável» em vez de «ético» na proposta «Definir normas dentro e fora da UE nas relações comerciais e de investimento». Existe uma divergência de pontos de vista quanto à questão de saber se a adesão de novos Estados-Membros deve continuar a exigir o acordo unânime de todos os atuais Estados-Membros. Surgiu uma variedade de pontos de vista sobre o grau desejável de forças armadas conjuntas. Dois membros referiram a perspectiva da unidade irlandesa no caso de a Irlanda do Norte votar nesta direção em conformidade com as disposições do Acordo de Sexta-Feira Santa e a necessidade de a União estar preparada para tal eventualidade.



Valores e direitos, Estado de direito, segurança

25. Proposta: Estado de direito, valores democráticos e identidade europeia

Objetivo: Defender sistematicamente o Estado de direito em todos os Estados-Membros, incluindo:

Medidas⁴⁵:

1. Assegurar que os valores e princípios consagrados nos Tratados da UE e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia sejam não negociáveis e irreversíveis e constituam condições sine qua non para a adesão e a adesão à União. Os valores da UE devem ser plenamente respeitados em todos os Estados-Membros; devem também atuar como padrão internacional e representar um polo de atração através da diplomacia e do diálogo. O alargamento da União não deve comprometer o acervo da UE no que respeita aos valores fundamentais e aos direitos dos cidadãos⁴⁶.
2. Ao tornar os valores europeus uma realidade tangível para os cidadãos da UE, em especial através de uma participação mais interativa e direta, a cidadania europeia deve ser reforçada, por exemplo, através de um estatuto de cidadão da União com direitos e liberdades dos cidadãos, bem como de um estatuto das associações e organizações sem fins lucrativos europeias transfronteiriças. Do mesmo modo, os valores europeus devem ser promovidos através de uma «mala de integração» que inclua elementos educativos e material informativo para os cidadãos. Por último, deve ser criada uma esfera pública europeia dos meios de comunicação audiovisuais e em linha através de novos investimentos da UE, da melhoria das plataformas mediáticas existentes e de um maior apoio aos mais de 500 Gabinetes Europeus de Ligação presentes a nível local⁴⁷.
3. A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia deve ser universalmente aplicável. Além disso, devem ser organizadas conferências anuais sobre o Estado de direito (na sequência do relatório da Comissão sobre o Estado de direito), que reúnam delegações de todos os Estados-Membros, compostas por cidadãos, funcionários, deputados, autoridades locais, parceiros sociais e sociedade civil, selecionadas de forma aleatória e diversificada. É igualmente importante continuar a apoiar as organizações, incluindo as da sociedade civil, que promovem o Estado de direito no terreno⁴⁸.
4. Aplicando efetivamente o chamado Regulamento condicionalidade, avaliando o âmbito de aplicação desse regulamento e de outros instrumentos do Estado de direito, bem como considerando o alargamento do seu âmbito de aplicação a novos domínios, independentemente da sua relevância para o orçamento da União. Todas as vias de recurso necessárias, incluindo as alterações aos Tratados, devem ser consideradas para sancionar as violações do Estado de direito⁴⁹.
5. Promover programas educativos e de comunicação social que coloquem os valores da União no centro do processo de integração dos migrantes e incentivar a interação entre os cidadãos da União e os migrantes, com o objetivo de permitir a sua integração bem-sucedida nas sociedades da União e de sensibilizar os cidadãos da União para as questões relacionadas com a migração.⁵⁰

26. Proposta: Proteção de dados

Objetivo: assegurar aos cidadãos uma política de tratamento de dados mais protetora e melhor, em especial:

Medidas⁵¹:

1. Através da plena aplicação e revisão da legislação em vigor em matéria de proteção de dados, a fim de avaliar a necessidade de reforçar os mecanismos de execução para as entidades que tratam dados pessoais, que atualmente são da competência das autoridades nacionais independentes de proteção de dados, respeitando o princípio da subsidiariedade. Essas entidades devem ser penalizadas de forma mais rigorosa do que na atual aplicação das regras, proporcionalmente ao seu volume de negócios anual (até 4 %), ou mesmo através de uma proibição das suas atividades, e devem ser sujeitas a uma auditoria anual independente⁵²⁵³.

2. Dando maior efeito ao princípio da privacidade desde a conceção ou por defeito, por exemplo, avaliando e desenvolvendo formulários de consentimento de dados que sejam fáceis de compreender, concisos e intuitivos e indiquem claramente o que é necessário e o que não é. Os utilizadores devem poder dar ou retirar o seu consentimento para o tratamento de dados de forma simples, rápida e permanente.^{54 55}

3. Avaliar e introduzir regras mais claras e mais protetoras sobre o tratamento de dados relativos a menores, eventualmente no RGPD da UE, nomeadamente através da criação de uma categoria especial para os dados sensíveis de menores e da harmonização da idade mínima de consentimento nos Estados-Membros. Embora a maior parte da aplicação das regras em matéria de privacidade e sensibilização deva continuar a ser da competência dos Estados-Membros, nomeadamente através de um aumento do investimento e dos recursos a nível nacional, a União deve também desempenhar um papel mais importante, por exemplo através da criação de competências europeias em matéria de

educação cívica em matéria de proteção de dados⁵⁶.

4. Melhor cumprimento dos critérios de elegibilidade aplicáveis às autoridades europeias e nacionais de proteção de dados, em termos de qualificações e adequação, a fim de garantir a máxima independência dos seus membros.^{57 58}

27. Proposta: Meios de comunicação social, notícias falsas, desinformação, verificação de factos, cibersegurança

Objetivo: Combater a desinformação através de uma maior promoção da independência dos meios de comunicação social, do pluralismo e da literacia mediática, em especial:

Medidas⁵⁹:

1. Introdução de legislação para combater as ameaças à independência dos meios de comunicação social através de normas mínimas aplicáveis em toda a União, incluindo uma revisão do modelo empresarial dos meios de comunicação social, a fim de assegurar a integridade e a independência do mercado europeu dos meios de comunicação social⁶⁰.
2. Aplicar rigorosamente as regras de concorrência da UE no setor dos meios de comunicação social, a fim de impedir a criação de grandes monopólios dos meios de comunicação social e assegurar o pluralismo e a independência dos meios de comunicação social de qualquer interferência indesejada por parte dos países políticos, empresariais e/ou estrangeiros. O jornalismo de qualidade, com padrões reconhecidos e elevados de ética e autorregulação, também deve ser incentivado⁶¹.
3. Criação de um organismo da UE para combater a desinformação e a ingerência específicas, melhorar a perceção da situação e reforçar as organizações de verificação de factos e os meios de comunicação social independentes. Os «números de emergência» e os sítios Web, como o Europe Direct, que permitem aos cidadãos e aos meios de comunicação nacionais solicitarem e receberem informações verificadas sobre as estratégias e políticas da UE, devem também ser apoiados e promovidos de forma mais ativa.^{62 63}
4. Incentivar a literacia mediática e a sensibilização do público para a desinformação e a difusão não intencional de notícias, nomeadamente através do ensino escolar obrigatório. Os Estados-Membros devem também ser incentivados a consagrar recursos humanos e financeiros adequados para o efeito.⁶⁴
5. Com base nas iniciativas existentes, como o Código de Conduta contra a Desinformação e o Observatório Europeu dos Meios de Comunicação Digitais (EDMO), para obrigar as plataformas em linha a publicarem informações claras sobre os algoritmos que utilizam (com a possibilidade de os utilizadores consentirem ou não) e os riscos de desinformação a que os utilizadores estão expostos, preservando simultaneamente o direito à liberdade de expressão e o direito à privacidade.^{65 66}

28. Proposta: Meios de comunicação social, notícias falsas, desinformação, verificação de factos, cibersegurança (bis)

Objetivo: reforçar o papel da União na luta contra as ameaças à cibersegurança, em especial:

Medidas:

1. Reforçar a Agência da União Europeia para a Cibersegurança (ENISA), a fim de proteger melhor as pessoas, as organizações e as instituições contra violações da cibersegurança e a utilização da inteligência artificial para fins criminosos. Ao mesmo tempo, a confidencialidade e a proteção dos dados pessoais devem ser preservadas.^{67 68}
2. Melhorar a coordenação das autoridades nacionais de cibersegurança e envidar esforços adicionais para assegurar a aplicação efetiva das regras da União a nível nacional.^{69 70}

29. Proposta: Luta contra a discriminação, a igualdade e a qualidade de vida

OBJETIVO: Tomar medidas para harmonizar as condições de vida em toda a União e melhorar a qualidade de vida socioeconómica dos seus cidadãos, nomeadamente:

Medidas⁷¹:

1. Desenvolver indicadores transparentes de qualidade de vida, incluindo critérios económicos, sociais e de Estado de direito, em consulta com peritos e parceiros sociais, a fim de estabelecer um calendário claro e realista para o reforço das normas sociais e o estabelecimento de uma estrutura socioeconómica comum da União, nomeadamente através da aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Estas medidas devem ser integradas no quadro de governação económica e no processo do Semestre Europeu⁷²⁷³.
2. Aumentar e facilitar o investimento público direto na saúde, na educação, nas infraestruturas físicas e na prestação de cuidados aos idosos e às pessoas com deficiência. Os investimentos adicionais devem também ter por objetivo assegurar aos cidadãos um equilíbrio satisfatório entre a vida profissional e a vida privada. Estes investimentos devem ser realizados de forma totalmente transparente para acompanhar todo o processo⁷⁴.
3. Incentivar a tributação das grandes empresas, combater o acesso aos paraísos fiscais e eliminar a sua existência na UE, com vista a aumentar o investimento público em domínios prioritários como a educação (bolsas de estudo, Erasmus) e a investigação. A luta contra a evasão fiscal a nível da UE deve também constituir um meio de arrecadar fundos para iniciativas financiadas por fundos públicos⁷⁵⁷⁶.
4. Estabelecendo critérios à escala da União para combater a discriminação no mercado de trabalho e incentivando a contratação, por empresas privadas, de pessoas que são geralmente as mais afetadas pela discriminação (incluindo os jovens, os idosos, as mulheres e as pessoas pertencentes a minorias), nomeadamente através de subsídios, e, em segundo lugar, de quotas temporárias. Os parceiros sociais devem ser estreitamente associados a estes esforços. A discriminação fora do mercado de trabalho deve também ser proibida por lei, devendo ser incentivada a igualdade⁷⁷.
5. Garantir a criação e facilitar a existência de jardins de infância a preços acessíveis, públicos e privados, bem como de serviços de acolhimento de crianças gratuitos para as pessoas necessitadas⁷⁸.

30. Proposta: Direitos dos animais, agricultura

Objetivo: Tomar medidas decisivas para promover e garantir uma agricultura mais respeitadora do ambiente e respeitadora do clima, em especial:

Medidas⁷⁹:

1. Estabelecendo critérios mínimos pormenorizados, mensuráveis e calendarizados para a proteção dos animais de criação, com o objetivo de assegurar normas mais rigorosas em matéria de bem-estar dos animais, em consonância com a introdução de objetivos de sustentabilidade e com base numa abordagem integrada do sistema alimentar^{80 81}.
2. Introdução de sanções financeiras para os efeitos adversos causados pela atividade agrícola (por exemplo, emissões de gases com efeito de estufa, utilização de pesticidas, consumo excessivo de água, transportes de longa distância, etc.) em função do seu impacto no ambiente. Os produtos agrícolas importados para a União devem também ser avaliados nesta base, nomeadamente através de direitos aduaneiros, a fim de eliminar qualquer vantagem concorrencial decorrente de normas ambientais menos rigorosas⁸².
3. Reduzir os subsídios à produção agrícola em massa quando não contribui para uma transição sustentável e reorientar esses recursos para apoiar a agricultura sustentável do ponto de vista ambiental, assegurando simultaneamente a acessibilidade dos preços dos produtos alimentares.^{83 84}



«Transformação digital»

A Europa deve estar na vanguarda do mundo e estabelecer normas para a transformação digital, e deve traçar um caminho europeu rumo a uma sociedade ética, centrada no ser humano, transparente e segura. A Europa deve adotar uma abordagem ambiciosa e tirar pleno partido das oportunidades oferecidas pela digitalização, ao mesmo tempo que deve gerir os riscos e os desafios colocados pela digitalização. A digitalização diz respeito a todos os domínios da nossa sociedade e deve ser sistematicamente tida em conta. A este respeito, foi feita referência à Declaração Europeia sobre os Princípios e Direitos Digitais para a Década Digital, tendo sido sugerido que se pondere, no futuro, a possibilidade de elaborar uma Carta dos Direitos Digitais.

A agressão russa na Ucrânia confirma apenas muitos elementos abordados nas propostas, como a necessidade de soberania digital, uma maior atenção à ciberdefesa e a proteção contra a desinformação. Prova também que os conflitos contemporâneos têm consequências na esfera digital e levantam novas questões, como as consequências a longo prazo do uso indevido de informações pessoais e a utilização ilegítima desses dados no futuro.

31. Proposta: Acesso à infraestrutura digital

Objetivo: A igualdade de acesso à Internet é um direito fundamental para todos os cidadãos europeus. Propomos que todos na Europa tenham acesso efetivo à Internet e aos serviços digitais e que a soberania da infraestrutura digital da UE seja reforçada através da aplicação das seguintes medidas:

Medidas⁸⁵:

1. Investir em infraestruturas digitais europeias inovadoras e de elevada qualidade (incluindo o desenvolvimento de 5G e 6G na Europa) (Recomendações 40 e 47 do PEC 1 e n.º 1 do PCN neerlandês).
2. Assegurar um acesso rápido, a preços acessíveis, seguro e estável à Internet em toda a União, incluindo a itinerância, dando prioridade ao estabelecimento de ligações à Internet em «zonas brancas/mortas», zonas rurais e remotas e periféricas, a fim de colmatar o fosso digital entre e no interior dos Estados-Membros e garantir que ninguém fique para trás (Recomendações 17 e 47 do PCN 1 e n.º 1 dos Países Baixos).
3. Avançar na implantação, em espaços públicos e privados, de infraestruturas digitais e elétricas que permitam a utilização de veículos elétricos e autónomos (debate no GT)⁸⁶.
4. Tomar medidas para garantir uma concorrência leal e aberta e evitar monopólios, dependência dos fornecedores, concentração de dados e dependência de países terceiros em relação a infraestruturas e serviços; melhorar os mercados do ponto de vista dos consumidores (Recomendação CEP n.º 17 1).
5. Tornar as crianças, as famílias, os idosos e os grupos vulneráveis uma prioridade em termos de acesso à Internet e ao equipamento informático, incluindo o acesso à educação, aos serviços públicos e à saúde (Recomendação 17 da CEP 1 e debate no GT).
6. Melhorar o acesso digital, com total acessibilidade, a serviços públicos e privados essenciais para os cidadãos e as empresas, por exemplo no que diz respeito aos procedimentos administrativos, e assegurar o acesso e o apoio associados a estes serviços para todos, por exemplo,

através de serviços de apoio (debate no GT, plataforma digital multilingue).

7. Harmonizar normas digitais de elevada qualidade e melhorar a mobilidade segura dos dados, a fim de facilitar a interoperabilidade transfronteiras (debate no GT, plataforma digital multilingue).
8. Refletir sobre os impactos ambientais das infraestruturas digitais e da digitalização, a fim de tornar a transformação digital sustentável e avançar para uma sociedade digital ecológica (debate no GT, plataforma digital multilingue).

32. Proposta: Conhecimentos e competências digitais que capacitam as pessoas

Objetivo: Propomos que a UE assegure que todos os cidadãos europeus possam tirar partido da digitalização, capacitando-os para adquirirem as competências e oportunidades digitais necessárias através da aplicação das seguintes medidas:

Medidas⁸⁷:

1. Assegurar o acesso à formação e à educação, incluindo programas escolares, formais e não formais, a competências e conhecimentos digitais ao longo da vida, com base em iniciativas existentes a nível europeu, prestando especial atenção à inclusão de pessoas pertencentes a grupos vulneráveis e a pessoas idosas, bem como ao reforço das competências digitais das crianças de forma compatível com o seu desenvolvimento adequado e ao combate às desigualdades digitais, incluindo o fosso digital entre homens e mulheres (Recomendação n.º 8 do PEC, Recomendação 5.2 do PCN italiana e debate no Grupo de Trabalho).
2. Assegurar uma utilização correta da Internet, incentivando os Estados-Membros a desenvolverem formação em competências digitais para todos os grupos etários com programas e conteúdos harmonizados a nível europeu, tais como riscos e oportunidades na Internet, direitos em linha dos utilizadores e netiquette (Recomendação 47 da CEP 1 e debate no Grupo de Trabalho).
3. Tomar todas as medidas necessárias para garantir que a digitalização da sociedade não exclua os idosos e que a tecnologia lhes seja acessível, incentivando programas e iniciativas pertinentes, tais como cursos adaptados às suas necessidades. Ao mesmo tempo, deve garantir-se que os serviços essenciais também sejam acessíveis pessoalmente e de forma não digital (Recomendações 34 e 47 do PCE).
4. Introduzir nas escolas uma certificação europeia das competências digitais que preparará os jovens para o futuro mercado de trabalho (Recomendação 8 1).
5. Implementar iniciativas coordenadas de formação a nível da União para a requalificação e a melhoria de competências dos trabalhadores, a fim de se manterem competitivos no mercado de trabalho, especialmente tendo em conta as competências e qualificações necessárias nas pequenas e médias empresas, bem como com vista à formação de especialistas digitais (Recomendação 8 do PEC e debate no GT).
6. Divulgar as plataformas digitais existentes que ligam os cidadãos aos empregadores e os ajudam a encontrar emprego na UE, como a EURES (Recomendação CEP n.º 8 1).
7. Aumentar o investimento e os esforços para estimular a digitalização do ensino, incluindo o ensino superior (debate no GT/plataforma digital multilingue).

33. Proposta: Uma sociedade digital segura e fiável — cibersegurança e desinformação

Objetivo: propomos que, a fim de criar uma sociedade digital segura, resiliente e fiável, a UE assegure a aplicação efetiva e atempada da legislação em vigor e disponha de mais competências para reforçar a cibersegurança, combater os conteúdos ilegais e a cibercriminalidade, abordar e combater as consequências das ciberameaças dos intervenientes não estatais e dos Estados autoritários e combater a desinformação, através da aplicação das seguintes medidas:

Medidas⁸⁸:

1. Reforçar as capacidades da Europol/Centro Europeu da Cibercriminalidade em termos de recursos financeiros e humanos, a fim de permitir uma abordagem mais proativa da cibercriminalidade e reforçar as capacidades europeias comuns de ciberdefesa contra ataques em grande escala, nomeadamente através de uma melhor cooperação (Recomendação n.º 39 do PEC, Recomendação 2.6 do PCN lituano e PCN 1 do PCN dos Países Baixos e debate no Grupo de Trabalho).
2. Tomar as medidas necessárias para se preparar para ataques em grande escala e perturbações dos serviços e para poder superá-los rapidamente, por exemplo, garantindo a existência de infraestruturas resilientes e canais de comunicação alternativos (debate no GT).
3. Assegurar sanções semelhantes e a sua aplicação rápida e eficaz nos Estados-Membros em caso de cibercriminalidade através de uma melhor coordenação dos centros e autoridades locais, regionais e nacionais de cibersegurança (Recomendação CEP n.º 39 1).
4. Melhorar o conhecimento digital e o pensamento crítico como meio de combater a desinformação, as ameaças em linha e o discurso de ódio, bem como interfaces manipuladas e preços preferenciais (debate no GT).
5. Combater a desinformação através da adoção de legislação e orientações que garantam que as plataformas em linha e as empresas de redes sociais abordam as suas vulnerabilidades de desinformação e aplicam medidas de transparência, incluindo, por exemplo, algoritmos baseados na inteligência artificial que podem realçar a fiabilidade das informações nas redes sociais e nos novos meios de comunicação, fornecendo ao utilizador fontes de informação verificadas. Quando são utilizados algoritmos, o controlo final dos processos de tomada de decisão deve ser da responsabilidade dos seres humanos (Recomendação 46 da CEP 1 e discussão no GT).
6. Apoiar as plataformas digitais que contribuem para o pluralismo dos meios de comunicação social e disponibilizar recursos e iniciativas para avaliar a fiabilidade e imparcialidade da informação proveniente dos meios de comunicação tradicionais (televisão, imprensa, rádio) e outros meios de comunicação social, no pleno respeito do princípio da liberdade dos meios de comunicação social, e para fornecer aos cidadãos informações sobre a qualidade da informação (Recomendação CEP 46).

34. Proposta: Uma sociedade digital segura e fiável — proteção de dados

Objetivo: Apoiamos a soberania das pessoas em matéria de dados, uma maior sensibilização e uma aplicação e execução mais eficazes das regras de proteção de dados em vigor (RGPD), a fim de reforçar o controlo das pessoas sobre os seus dados e limitar a utilização abusiva dos dados, através da aplicação das seguintes medidas:

Medidas⁸⁹:

1. Explicar melhor as regras de proteção de dados (RGPD), aumentar a transparência e melhorar a comunicação através do desenvolvimento de orientações para textos de consentimento informado que utilizem uma linguagem simples, clara e compreensível, incluindo uma apresentação mais visual para dar o seu consentimento à utilização dos dados, acompanhando-os a uma campanha de informação, bem como assegurando que os responsáveis pelo tratamento de dados tenham as competências necessárias e aconselham os que necessitam de assistência (Recomendações 42 e 45 do PCN 1 e n.º 2 dos Países Baixos).
2. Assegurar a aplicação da atual proibição de consentimento por defeito para a reutilização ou revenda de dados (Recomendação CEP n.º 42 1).
3. Assegurar que os pedidos de supressão final dos dados apresentados pelos utilizadores são concedidos dentro de um prazo especificado (Recomendação CEP n.º 42).
4. Fornecer aos utilizadores informações claras e concisas sobre a forma como os dados serão utilizados e por quem (Recomendação CEP n.º 42 1).
5. Assegurar que as empresas não europeias cumprem as regras europeias em matéria de proteção de dados (Recomendações CEP 1 42 e 43).
6. Incentivar a criação de um sistema de certificação a nível da UE que ateste a conformidade com o RGPD de forma acessível, clara e simples, é visível nos sítios Web e nas plataformas e deve ser emitido por um certificador independente a nível europeu. Tal não deve constituir um encargo desproporcionado para as pequenas e médias empresas (Recomendação 44 do PCE 1 e debate no Grupo de Trabalho).
7. Assegurar uma assistência eficiente e atempada aos cidadãos que se deparem com dificuldades em se oporem ao tratamento dos seus dados ou em revogar o seu consentimento. Para o efeito, é necessário, a nível europeu, definir melhor os comportamentos intrusivos e desenvolver princípios orientadores e mecanismos que permitam aos cidadãos opor-se ao tratamento dos seus dados e obter o seu apagamento, bem como identificar e sancionar os autores de fraudes (Recomendação 43 da CEP e debate no Grupo de Trabalho).
8. Prever sanções, incluindo uma coima proporcional ao volume de negócios das empresas e limitações às suas atividades, por exemplo proibições temporárias ou definitivas de tratamento de dados indesejados, e ajudar a Autoridade Europeia para a Proteção de Dados e as agências nacionais a assegurar a sua aplicação (Recomendações CEP 1 42 e 43 e debate no Grupo de Trabalho).

35. Proposta: Inovação digital para reforçar a economia social e sustentável

Objetivo: Propomos que a UE promova medidas de digitalização que reforcem a economia e o mercado único de forma justa e sustentável, tornem a Europa mais competitiva nos domínios da tecnologia e da inovação, melhorem o mercado único digital para as empresas de todas as dimensões e coloquem a Europa na vanguarda mundial da transformação digital e da digitalização centrada no ser humano, aplicando as seguintes medidas:

Medidas⁹⁰:

1. Introduzir legislação ou reforçar a legislação existente em matéria de «trabalho móvel» (centrada no ser humano), tendo em conta o seu impacto na saúde física e mental dos trabalhadores, garantindo, por exemplo, o direito de desligar. Uma abordagem «centrada no ser humano» pressupõe o princípio do «controlo humano» (Recomendação n.º 7 da PCE 1 e debate no GT)⁹¹.
2. Legislar a nível da UE para incentivar as empresas a serem socialmente responsáveis e a manter «empregos móveis» de qualidade na Europa, evitando assim a deslocalização destes postos de trabalho para países a um custo mais baixo. Os incentivos podem ser de natureza financeira e/ou ter impacto na imagem das empresas e devem ter em conta critérios ambientais, sociais e de governação internacionalmente reconhecidos. Para o efeito, a União deve criar um grupo de trabalho composto por peritos de todas as partes interessadas para rever e reforçar esta legislação (Recomendação 7 do PCE).
3. Assegurar o controlo humano dos processos de tomada de decisão utilizando a inteligência artificial no local de trabalho e a transparência dos algoritmos utilizados; ter em conta os efeitos nocivos da vigilância digital ilimitada no local de trabalho; informar e consultar os trabalhadores antes da introdução de tecnologias digitais com impacto nas condições de trabalho; assegurar que as novas formas de emprego, por exemplo, o trabalho em plataformas, estejam em conformidade com os direitos dos trabalhadores e proporcionem condições de trabalho adequadas (debate no GT).
4. Tomar iniciativas para ajudar a apoiar o trabalho à distância, por exemplo através da criação de espaços de escritório com acesso rápido e fiável à Internet, da organização de formação digital e do fornecimento de recursos para equipamento ergonómico para o trabalho em casa (Recomendação 17 da CEP 1 e discussão no GT).
5. Criar um painel de avaliação digital acessível ao público, que crie um sistema de classificação que indique e compare o atual nível de digitalização das empresas da UE (PCN alemão).
6. Construir uma economia digital forte e competitiva e partilhar equitativamente os benefícios da transformação digital em toda a Europa, centrando-se na tecnologia e na inovação enquanto motores do crescimento, incentivando a investigação transformadora de ponta, bem como proporcionando espaço para ecossistemas de inovação em todas as regiões, melhorando o ambiente operacional das PME e das empresas em fase de arranque e o acesso equitativo ao financiamento e eliminando os encargos legais ou outros que entravam as atividades transfronteiras (Recomendação 1.3 do PCN italiano, debate GT e plataforma digital multilingue). Criação de uma infraestrutura de dados baseada nos valores europeus; aplicar os princípios da «prioridade digital» e da «transmissão única de informações» e facilitar o acesso digital e seguro aos dados para a inovação e as empresas; incentivar a digitalização dos serviços públicos (debate no GT e plataforma digital multilingue). Tirar pleno partido do potencial da utilização fiável e responsável da inteligência artificial e tirar partido do potencial da tecnologia de serviços de cadeia de blocos e de computação em nuvem, definindo salvaguardas e normas que garantam a transparência e a interoperabilidade, criem

confiança, facilitem a utilização e eliminem algoritmos discriminatórios ou tendenciosos (debate no GT e plataforma digital multilingue).

9. Promover o software livre, a sua utilização na educação e na formação e o livre acesso a investigação e software financiados por fundos públicos (debate no GT e plataforma digital multilingue).
10. Introduzir uma identidade digital europeia comum para facilitar as transações e os serviços digitais transfronteiras, através de um quadro de normas europeias e de princípios orientadores que proporcionem as salvaguardas necessárias (debate no GT e plataforma digital multilingue).
11. Avaliar se seria possível digitalizar a informação sobre os consumidores e os produtos alimentares através de uma aplicação europeia normalizada que proporcione um acesso mais convivial à informação e forneça informações adicionais sobre os produtos e a cadeia de produção (Recomendação CEP n.º 16).



«Democracia europeia»

36. Proposta: Informação aos cidadãos, participação e juventude

Objetivo: Aumentar a participação dos cidadãos e a participação dos jovens na democracia a nível da UE, a fim de criar uma «experiência cidadã completa» para os europeus; assegurar que os seus pontos de vista sejam tidos em conta, incluindo fora dos períodos eleitorais, e que a sua participação seja real. Por conseguinte, é necessário determinar qual a forma de participação mais adequada para cada tema, por exemplo:

1. Desenvolver novos mecanismos de participação dos cidadãos e tornar os existentes mais eficazes, em conformidade com o acervo europeu, melhorando simultaneamente a comunicação sobre todos estes mecanismos. Idealmente, todas as informações sobre espaços participativos devem ser resumidas⁹² em um site oficial completo com várias funcionalidades⁹³. Deve ser desenvolvido um mecanismo de acompanhamento das iniciativas políticas e legislativas resultantes dos processos de democracia participativa⁹⁴. Os mecanismos participativos devem, todos eles, abordar toda a população, a fim de alcançar uma variedade de públicos. Deve ser dada atenção ao conteúdo, aos temas e às competências dos moderadores. Estes mecanismos devem basear-se numa análise dos efeitos das medidas em causa, em especial nas mulheres e nas pessoas vulneráveis⁹⁵.
2. Aumentando a frequência das interações em linha e fora de linha entre as instituições da UE e os cidadãos por diferentes meios, a fim de garantir que estes possam participar no processo de elaboração de políticas europeias, exprimir as suas opiniões e obter feedback e elaborar uma carta sobre a participação dos cidadãos dos funcionários europeus⁹⁶.
3. Propor uma plataforma digital convivial em que os cidadãos — e em particular os jovens — possam partilhar as suas ideias, colocar perguntas aos representantes das instituições europeias e expressar os seus pontos de vista sobre questões europeias importantes, bem como sobre propostas legislativas. Importa igualmente prever a possibilidade de organizar inquéritos em linha nesta plataforma⁹⁷.
4. Melhorar e harmonizar os mecanismos existentes a nível europeu, nacional e local, a fim de os tornar mais seguros, mais acessíveis, mais visíveis e mais inclusivos⁹⁸.
5. Participação das organizações da sociedade civil, das autoridades regionais e locais e dos organismos existentes, como o Comité Económico e Social Europeu (CESE) e o Comité das Regiões (CR⁹⁹), nos processos de participação dos cidadãos¹⁰⁰.
6. Através da criação de um sistema de conselheiros locais da UE, a fim de aproximar as instituições europeias dos cidadãos europeus¹⁰¹.
7. Reunir periodicamente assembleias de cidadãos, numa base juridicamente vinculativa do direito da UE. Os participantes serão sorteados por sorteio de acordo com critérios de representatividade, e a participação será fortemente incentivada. Se necessário, os especialistas fornecerão aos membros da assembleia informações relevantes para as suas deliberações. Se as instituições não tomarem em consideração as conclusões dessas reuniões, terão de fundamentar a sua decisão¹⁰². É importante que os representantes eleitos consultem os cidadãos e a sociedade civil antes de tomarem decisões políticas e tenham em

conta os seus contributos. A União Europeia assenta na democracia representativa: nas eleições europeias, os cidadãos enviam uma mensagem clara aos seus representantes e falam indiretamente sobre as políticas da UE¹⁰³.

8. Prestar um apoio financeiro ou outro tipo de apoio estrutural reforçado à sociedade civil, em especial aos jovens, e às autoridades locais, com vista à criação de conselhos locais de juventude¹⁰⁴; a participação da sociedade civil e dos parceiros sociais poderia ser um pilar completo do Plano de Ação para a Democracia Europeia e uma estratégia específica poderia ser dedicada à sociedade civil¹⁰⁵.
9. Criação de um «controlo da juventude» da legislação, que incluiria uma avaliação de impacto e um mecanismo de consulta dos representantes da juventude, em que a legislação é suscetível de ter impacto nos jovens¹⁰⁶.
10. Reforçando a cooperação entre os legisladores da UE e as organizações da sociedade civil, a fim de tirar partido das suas ligações entre os decisores e os cidadãos¹⁰⁷.
11. Resumindo os pontos sobre a participação dos cidadãos numa Carta Europeia do Contributo dos Cidadãos para os Assuntos Europeus.

37. Proposta: Informação aos cidadãos, participação e juventude (a)

Objetivo: Tornar a União Europeia mais compreensível e acessível; reforçar a identidade europeia comum, em especial:

1. ¹⁰⁸Assegurar um mínimo de educação na União Europeia, em especial nos seus processos democráticos, sem descurar a história da integração europeia e da cidadania europeia. As pessoas de todas as idades devem poder beneficiar destes programas, que devem ser concebidos de forma atrativa e adaptada à idade, tais como o desenvolvimento de programas e materiais educativos específicos para crianças, escolas¹⁰⁹ e organizações da sociedade civil ativas na educação não formal¹¹⁰.

comunicação social europeus, a abrangerem de forma mais regular os assuntos europeus, respeitando simultaneamente a sua liberdade e independência, de modo a que essa cobertura seja regular e abrangente em todos os Estados-Membros da União¹¹⁸, aumentando os esforços para combater a desinformação e as interferências estrangeiras e protegendo os jornalistas¹¹⁹.
2. Assegurar, de forma inclusiva, que todos os cidadãos tenham fácil acesso a informações fiáveis sobre a União. As instituições europeias devem utilizar uma linguagem mais acessível e evitar a utilização de jargão burocrático nas suas comunicações, mantendo simultaneamente a qualidade e o nível técnico das informações fornecidas, e adaptar a informação aos diferentes canais de comunicação e perfis de destinatários.¹¹¹ Devem considerar, por exemplo, a criação de uma aplicação móvel que apresente informações sobre as políticas da UE numa linguagem clara¹¹². Devem ser envidados esforços especiais para chegar aos jovens nas redes sociais, mas também através de movimentos juvenis e de vários «embaixadores» (organizações e indivíduos) que explicam¹¹³ o projeto europeu¹¹⁴.
3. Maior utilização da inteligência artificial e das tecnologias de tradução automática para ultrapassar¹¹⁵ a barreira linguística¹¹⁶, garantindo que todas as ferramentas digitais sejam acessíveis às pessoas com deficiência¹¹⁷ e fáceis de utilizar.
4. Defendendo e apoiando a liberdade, o pluralismo e a independência dos meios de comunicação social e incentivando os meios de comunicação social, incluindo os organismos de radiodifusão públicos, as agências de notícias públicas e os meios de

5. Ao aproximar a Europa dos cidadãos através do reforço dos¹²⁰ pontos de contacto e dos polos especializados («Casas da Europa») a nível local, que proporcionariam recursos, informações e aconselhamento aos cidadãos sobre questões europeias, ouviriam as suas preocupações e discutiriam com as associações, a fim de contribuir para a aproximação dos pontos de vista dos cidadãos ao nível europeu¹²¹.

6. Ao tomar novas medidas para reforçar uma identidade comum entre os europeus, por exemplo através de um fundo da UE que incentive interações em linha e fora de linha (como programas de intercâmbio, painéis ou reuniões) de duração variável entre os cidadãos da UE, organizar eventos desportivos europeus, criar equipas conjuntas ou tornar o dia 9 de maio (Dia da Europa) um feriado adicional¹²² para todos os cidadãos europeus¹²³.

38. Proposta: Democracia e eleições

Objetivo: Reforçar a democracia europeia, reforçando as suas fundações, incentivando os cidadãos a participar nas eleições europeias, promovendo debates transnacionais sobre questões europeias e assegurando uma forte ligação entre os cidadãos e os seus representantes eleitos, em especial:

1. Garantir a salvaguarda dos valores europeus consagrados nos Tratados, incluindo o Estado de direito e um modelo social sólido¹²⁴, que constituem o cerne da democracia europeia. Nas suas relações com o resto do mundo, a União deve dar prioridade aos valores democráticos comuns nos países fronteiriços. Só depois de atingir este objetivo é que ela pode tornar-se a embaixadora do nosso modelo democrático nos países que têm a capacidade e a vontade de o fazer, através da diplomacia e do diálogo¹²⁵.
2. Ao introduzir a possibilidade de realizar um referendo em toda a União, por iniciativa do Parlamento Europeu, a título excepcional, se um tema se revelar particularmente importante para todos os cidadãos europeus¹²⁶.
3. Alterando a lei eleitoral da União a fim de harmonizar as disposições relativas às eleições europeias (por exemplo, idade maioritária, data das eleições, requisitos aplicáveis às circunscrições eleitorais, candidatos, partidos políticos e respetivo financiamento), bem como passando para listas pan-europeias ou transnacionais,^X incluindo candidatos de diferentes Estados-Membros, após ter tido em conta as¹²⁷ opiniões expressas pelos cidadãos dos Estados-Membros sobre esta matéria¹²⁸.
 - Alguns deputados ao Parlamento Europeu deveriam ser eleitos a partir de listas pan-europeias, enquanto os outros seriam escolhidos a nível dos Estados-Membros¹²⁹.
 - O objetivo da reforma deve também ser facilitar o regime de votação digital¹³⁰ e garantir o direito real das pessoas com deficiência a votar¹³¹.
4. Reforçar as ligações entre os cidadãos e os seus representantes eleitos, tendo em conta as especificidades nacionais: os cidadãos querem sentir que os deputados ao Parlamento Europeu e os deputados nacionais estão próximos e respondem às suas preocupações com medidas específicas¹³². Trata-se de um problema universal e as pessoas de todas as idades devem envolver-se¹³³.
 - Os cidadãos europeus devem ter mais peso na eleição do Presidente da Comissão. Este objetivo poderia ser alcançado através da eleição direta do presidente da Comissão¹³⁴ ou do sistema de candidatos da lista de topo^{XI}.

X Os representantes da Comissão Europeia explicaram que seria necessário passar por um período transitório, a fim de evitar desenvolvimentos demasiado bruscos.

XI Posição do Parlamento: a lista de topo do partido político europeu com o maior número de votos nas eleições europeias e o apoio da maioria dos deputados ao Parlamento Europeu devem ser eleitos como Presidente da Comissão Europeia. Caso não surja uma maioria baseada na coligação, o lugar deverá regressar ao próximo topo da lista. Para o efeito, os partidos políticos europeus poderão nomear candidatos para a presidência da Comissão. Paulo Rangel: a fim de reforçar o processo de candidatos principais, os papéis do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu devem ser invertidos, o que implica a alteração dos Tratados: o Presidente da Comissão será proposto pelo Parlamento e aprovado pelo Conselho Europeu. PNM (Relatório Final Kantar: «um grupo de contribuições cobre a eleição do Presidente da Comissão e a nomeação dos Comissários, incluindo o sistema de candidatos da lista de topo.») EYE, p. 23: Os candidatos ao cargo de Presidente da Comissão não devem ser eleitos nas negociações dos bastidores entre os partidos vencedores. Devemos aplicar o sistema de candidatos principais, onde cada partido anuncia antes da campanha eleitoral o candidato que será presidente da Comissão se esse partido ganhar a maioria. Participando ativamente na campanha e interagindo diretamente com os cidadãos europeus, o futuro presidente poderia estar mais próximo deles.»

- O Parlamento Europeu deve ter o direito de iniciativa legislativa para propor¹³⁵ temas para debate e, em seguida, adotar os textos necessários para dar seguimento às recomendações resultantes das deliberações¹³⁶.
 - O Parlamento Europeu deve decidir sobre o orçamento da UE, tal como os parlamentos a nível nacional^{XII}.¹³⁷
 - Os partidos políticos, as organizações da sociedade civil e os sindicatos devem ser mais dinâmicos e acessíveis, para que os cidadãos participem e invistam mais na democracia europeia¹³⁸. Tal promoveria igualmente a inclusão das questões europeias nos debates públicos organizados por partidos políticos, organizações da sociedade civil e parceiros sociais, quer na perspectiva das eleições europeias quer na perspectiva das eleições nacionais, regionais ou locais¹³⁹.
5. A democracia está incorporada nas instituições e na sociedade em geral, incluindo no local de trabalho graças aos parceiros sociais¹⁴⁰.

discussão em GT.

XII O Conselho considera que a presente proposta não se baseia numa recomendação dos cidadãos. Por conseguinte, não está em conformidade com a metodologia acordada. Ver também a posição da componente cidadã expressa na página 42.

39. Proposta: O processo decisório da União

Objetivo: Melhorar o processo decisório da União, a fim de assegurar a sua capacidade de ação, tendo simultaneamente em conta os interesses de cada Estado-Membro e assegurando um processo transparente e compreensível para os cidadãos, em especial:

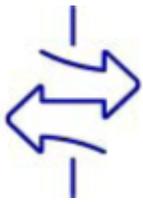
1. Revisão das regras em matéria de tomada de decisões e de votação nas instituições europeias. A questão da votação por unanimidade merece especial atenção, pois torna muito difícil qualquer acordo. Há que garantir a equidade na ponderação dos votos, a fim de proteger os interesses dos pequenos países¹⁴¹.
 - Todas as decisões atualmente tomadas por unanimidade deverão, no futuro, ser adotadas por maioria qualificada. As únicas exceções devem ser a admissão de novos Estados-Membros na União Europeia e a alteração dos princípios fundamentais da União consagrados no artigo 2.º do Tratado da União Europeia e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia¹⁴².
2. Assegurar a transparência no processo de tomada de decisão, permitir que observadores independentes dos cidadãos acompanhem de perto este processo, aplicar um direito mais amplo de acesso aos documentos¹⁴³ e estabelecer laços mais estreitos e um diálogo reforçado entre os cidadãos e as instituições europeias nesta base¹⁴⁴.
 - A União tem de melhorar a transparência do seu processo de decisão e das suas instituições. Por exemplo, as reuniões do Conselho e do Parlamento Europeu, incluindo as sessões de votação, devem ser difundidas em linha da mesma forma. Tal permitiria aos cidadãos interessados acompanhar a elaboração das políticas da UE e obrigaria os decisores políticos a apresentar relatórios sobre as suas ações¹⁴⁵. O direito de inquérito do Parlamento Europeu deve também ser reforçado.¹⁴⁶ Alteração 44A do GT.
 - O processo de decisão da União deve ser desenvolvido de modo a envolver mais representantes nacionais, regionais e locais, parceiros sociais e organizações da sociedade civil¹⁴⁷. A cooperação e o diálogo interparlamentares devem ser reforçados. O Parlamento Europeu deveria também envolver mais estreitamente os parlamentos nacionais no processo legislativo europeu, por exemplo, convidando-os a participar nas audições¹⁴⁸. Além disso, seria útil obter uma maior participação dos órgãos de poder infranacionais e do CR, a fim de melhor ter em conta a sua experiência na aplicação da legislação europeia¹⁴⁹.
3. Considerando a possibilidade de alterar os nomes das instituições europeias, a fim de clarificar o papel e o papel de cada um no processo de tomada de decisão da União aos olhos dos cidadãos¹⁵⁰.
 - O processo decisório da UE deve basear-se numa estrutura mais clara e compreensível, que se assemelha aos sistemas nacionais¹⁵¹ e indica explicitamente a repartição de competências entre as instituições europeias e os Estados-Membros¹⁵².
 - Por exemplo, o Conselho da União Europeia poderia chamar-se «Senado da União» e a Comissão Europeia «Comissão Executiva da União»¹⁵³.
4. Reforço da capacidade da União para produzir resultados em domínios fundamentais¹⁵⁴.
5. Assegurar mecanismos de diálogo social e de consulta dos cidadãos em todas as fases do processo decisório da União, desde a avaliação de impacto até à conceção e execução das medidas¹⁵⁵.
6. Reformar o funcionamento da União Europeia, nomeadamente através da participação mais estreita dos parceiros sociais e das organizações da sociedade civil. É necessário reforçar as estruturas existentes para que o processo de decisão reflita melhor as necessidades e as expectativas dos cidadãos europeus, que são fundamentais para a democracia europeia. Neste contexto, o CESE deve dispor de meios para desempenhar um papel institucional mais importante, o de garante e facilitador de atividades de democracia participativa, como o diálogo

estruturado com as organizações da sociedade civil e os painéis de cidadãos. Uma sociedade civil dinâmica é essencial para a vida democrática da União¹⁵⁶.

7. Reabrindo o debate sobre a Constituição, se for caso disso, a fim de definir claramente os nossos valores. Uma Constituição poderia trazer mais precisão, mobilizar os cidadãos e chegar a acordo sobre as regras do processo de tomada de decisão¹⁵⁷.

40. Proposta: Subsidiariedade

1. A subsidiariedade ativa e a governação a vários níveis são princípios fundamentais para que a União Europeia funcione de forma democrática e responsável¹⁵⁸;
2. A UE deve rever o mecanismo através do qual os parlamentos nacionais analisam se as propostas legislativas europeias interferem ou não nas competências nacionais; os parlamentos nacionais devem poder propor iniciativas legislativas às instituições europeias. Estes mecanismos devem ser alargados a todos os parlamentos regionais com poderes legislativos¹⁵⁹.
3. O CR deve ser reformado a fim de abrir canais adequados para o diálogo com as regiões, os municípios e os municípios. Deve desempenhar um papel mais importante¹⁶⁰ na arquitetura institucional quando se trata de questões com consequências territoriais¹⁶¹.
4. A utilização sistemática de uma definição comum de subsidiariedade, apoiada por todas as instituições europeias, poderia definir de forma mais clara a que nível devem ser tomadas decisões (europeias, nacionais ou regionais)¹⁶².
5. Os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil, que são fundamentais para a democracia europeia, devem ser mais envolvidos no processo de tomada de decisão. Uma sociedade dinâmica é essencial para a vida democrática da União.¹⁶³
6. Instamos as instituições da UE a aplicarem as conclusões deste grupo de trabalho e a torná-las eficazes. Tal poderia ser feito através das atuais disposições do Tratado de Lisboa e, se necessário, solicitando o lançamento de uma Convenção Europeia¹⁶⁴.



«Migrações»

41. Proposta: Migração legal

Objetivo: Reforçar o papel da UE na migração legal

Medidas¹⁶⁵:

1. Lançar uma campanha de comunicação a nível europeu para garantir que a EURES (a Rede Europeia de Serviços de Emprego), o Portal Europeu da Imigração e o instrumento europeu de definição de perfis de competências para os nacionais de países terceiros sejam mais conhecidos dos cidadãos europeus e utilizados com maior frequência pelas empresas da UE aquando do recrutamento (Recomendação 6).
2. Criar uma entidade europeia para o acesso dos migrantes ao mercado de trabalho da UE ou, na sua falta, alargar as competências da Rede Europeia de Serviços de Emprego (EURES), por exemplo, melhorar os projetos de parceria de atração de talentos (Recomendação n.º 7 e debate no GT), com a possibilidade de satisfazer a oferta e a procura de competências em linha no país de partida com base em critérios de avaliação (Recomendação n.º 9 e debate no Grupo de Trabalho). A União deve incentivar os Estados-Membros a simplificarem o processo de acolhimento e integração dos migrantes legais e o seu acesso ao mercado de trabalho da União, melhorando a interoperabilidade entre as diferentes administrações em causa (debate no GT).
3. Melhorar o funcionamento e a aplicação da Diretiva Cartão Azul, a fim de atrair as competências de que a economia da UE necessita (Recomendação n.º 7 e debate no GT), tendo devidamente em conta o risco de fuga de cérebros (de acordo com a medida 1 da proposta 42).
4. Promover a convergência ascendente das condições de trabalho de forma harmoniosa em toda a União, a fim de combater as desigualdades nas condições de trabalho, assegurar uma política eficaz da UE em matéria de migração laboral e defender os direitos dos trabalhadores. Neste contexto, reforçar o papel dos sindicatos a nível nacional e transnacional (Recomendação n.º 28 e debate no GT), em cooperação com as organizações patronais (debate em sessão plenária).
5. Intensificar os esforços para informar e educar os cidadãos dos Estados-Membros sobre questões relacionadas com a migração e a integração (Recomendação 30, Recomendação 9 do Painel LT e debate sobre o Grupo de Trabalho).

42. Proposta: Migração irregular

Objetivo: Reforçar o papel da União na luta contra todas as formas de migração irregular e reforçar a proteção das fronteiras externas da União Europeia, respeitando simultaneamente os direitos humanos

Medidas¹⁶⁶:

1. Participar ativamente, por exemplo, através de acordos de parceria, no desenvolvimento económico e social de países fora da União Europeia e dos quais existe um grande afluxo de migrantes, a fim de combater as causas profundas da migração, incluindo as alterações climáticas. Estas ações devem ser transparentes e produzir resultados tangíveis com efeitos mensuráveis, que devem ser claramente comunicados aos cidadãos da UE (Recomendação 27, NL Recomendação 3 e debate no Grupo de Trabalho).
2. Assegurar a proteção de todas as fronteiras externas, melhorando a transparência e a responsabilização da Frontex e reforçando o seu papel (Recomendação n.º 8 e debate no GT) e adaptando a legislação da UE para responder melhor aos atuais desafios da migração irregular, como o tráfico de seres humanos, o tráfico de seres humanos, a exploração sexual, os ataques híbridos perpetrados pelos Estados que exploram migrantes e a violação dos direitos humanos (Recomendação LT 10 e debate no Grupo de Trabalho).

43. Proposta: Migração irregular (A)

Objetivo: Aplicar regras comuns uniformemente em todos os Estados-Membros no que diz respeito ao primeiro acolhimento de migrantes

Medidas¹⁶⁷:

1. Desenvolver medidas a nível da UE para garantir a segurança e a saúde de todos os migrantes, em especial das mulheres grávidas, das crianças, dos menores não acompanhados e de todas as pessoas vulneráveis (Recomendações 10 e 38 e debate no GT).
2. Aumentar o apoio financeiro, logístico e operacional da UE, nomeadamente aos órgãos de poder local, aos decisores regionais e às organizações da sociedade civil, para a gestão do primeiro acolhimento, eventualmente conducente à integração de refugiados ou migrantes regulares na UE e ao repatriamento de migrantes em situação irregular (Recomendação 35 e debate no Grupo de Trabalho).

44. Proposta: Asilo, integração

Objetivo: Reforçar o papel da União e reformar o sistema europeu de asilo com base nos princípios da solidariedade e da partilha equitativa de responsabilidades

Medidas¹⁶⁸:

1. Adotar regras comuns da União relativas aos procedimentos de análise dos pedidos de proteção internacional nos Estados-Membros, aplicadas uniformemente a todos os requerentes de asilo. Estes procedimentos devem respeitar a dignidade humana e o direito internacional (Recomendação 29, Recomendações informáticas 3.8 e 4.4, p. 15 e debate no GT). Uma vez que o acolhimento dos requerentes de asilo envolve diferentes intervenientes a nível nacional, a União deve incentivar os Estados-Membros a simplificar e acelerar este processo, melhorando a interoperabilidade entre as diferentes administrações envolvidas e a criar um serviço único (janela ou ponto de entrada único) para os requerentes de asilo, a fim de racionalizar os procedimentos administrativos nacionais (Recomendação 37 e debate no Grupo de Trabalho).
2. Rever o sistema de Dublin, a fim de assegurar a solidariedade e a partilha equitativa de responsabilidades, incluindo a distribuição dos migrantes entre os Estados-Membros; poderão igualmente ser previstas outras formas de apoio (recomendações 33, 36, 37, 40; LT Recomendação n.º 2; recomendações IT 3.8 (p. 15) e NL 2, debate no grupo de trabalho e debate em sessão plenária).
3. Reforçar as normas mínimas de acolhimento dos requerentes de asilo estabelecidas na Diretiva 2013/33/UE através de medidas legislativas mais rigorosas para melhorar as instalações de acolhimento e o alojamento (Recomendação 31 da CEP, Recomendação IT 5.6, p. 11 e debate no Grupo de Trabalho).
4. Deve ser dada especial atenção às mulheres grávidas, às crianças e, em especial, aos menores não acompanhados (Recomendação n.º 38 e discussão no GT).
5. Reforçar e aumentar os recursos financeiros e humanos e as capacidades de gestão da Agência da União Europeia para o Asilo, a fim de coordenar e gerir a recolocação de requerentes de asilo nos Estados-Membros da UE, com vista a alcançar uma distribuição equitativa (Recomendações 36 e 37, Recomendação 3 da LT e debate no Grupo de Trabalho).

45. Proposta: Asilo, integração(a)

Objetivo: Melhorar as políticas de integração em todos os Estados-Membros

Medidas¹⁶⁹:

1. A União assegura igualmente, com a participação dos órgãos de poder local e regional e o contributo das organizações da sociedade civil, que todos os requerentes de asilo e refugiados participem em cursos e atividades de línguas e de integração, bem como em ações de formação profissional durante a análise do seu pedido de residência (Recomendação n.º 32, Recomendação FR n.º 13, debate no GT e debate em sessão plenária).
2. Os requerentes de asilo com as qualificações adequadas devem ter acesso ao mercado de trabalho, se possível com vista a reforçar a sua autonomia, em toda a União (Recomendação n.º 7 e debate no Grupo de Trabalho).



Educação, cultura, juventude e desporto

46. Proposta: Educação

Objetivo: A UE e os seus Estados-Membros devem esforçar-se por criar, até 2025, um espaço de educação europeu inclusivo em que todos os cidadãos tenham igualdade de acesso a uma aprendizagem e educação de qualidade ao longo da vida, incluindo as pessoas que vivem em zonas rurais e remotas. Para o efeito, a União Europeia e os seus Estados-Membros devem, em especial:

Medidas:

1. Coordenar o nível de todos os diferentes programas educativos da União Europeia, aceitando conteúdos nacionais, regionais e locais e criar ligações mais estreitas entre os sistemas educativos, nomeadamente através da equivalência dos diplomas¹⁷⁰. Um padrão mínimo certificado para o ensino em disciplinas essenciais deve ser adotado logo no ensino fundamental¹⁷¹¹⁷¹. Deverão ser estabelecidas competências partilhadas no domínio da educação, pelo menos no que diz respeito à educação cívica, e o exercício dessa competência pela União não pode impedir os Estados-Membros de exercerem as suas próprias competências. Os diplomas e a formação profissional devem ser validados e reconhecidos mutuamente em todos os Estados-Membros da União¹⁷². A União Europeia deve também explorar o reconhecimento da aprendizagem não formal¹⁷³ e informal e das organizações de juventude que a oferecem, bem como os períodos de aprendizagem no estrangeiro.
2. Desenvolver uma aprendizagem e uma educação ao longo da vida preparadas para o futuro na Europa — em consonância com o direito à formação no local de trabalho para todos — com destaque para os seguintes aspetos:
Educação cívica sobre os processos democráticos e os valores da UE e a história da Europa¹⁷⁴. Deve ser feito um módulo comum a ser ensinado em todos os Estados-Membros. O conhecimento da economia deve também ser melhorado, a

fim de permitir uma melhor compreensão do processo de integração europeia¹⁷⁵.

– Competências digitais¹⁷⁶.

STIAM¹⁷⁷

Empreendedorismo e investigação.

Desenvolvimento do pensamento crítico. A literacia mediática deve ser melhorada, a fim de garantir a segurança em linha e permitir que os cidadãos de todos os Estados-Membros avaliem de forma independente se as informações são ou não credíveis e identifiquem informações falsas, aproveitando simultaneamente as oportunidades oferecidas pela Internet. Esta educação deve envolver a organização de cursos específicos ao nível do ensino básico e ser oferecida, noutros espaços públicos, a cidadãos de todas as idades, sob a égide de um organismo especializado a nível da União, tirando partido das boas práticas existentes em todos os Estados-Membros. A UE deve assegurar que os fundos especificamente afetados a estas atividades sejam utilizados para o fim a que se destinam¹⁷⁸.

integração de competências não técnicas em todos os cursos nos currículos escolares. Competência não técnica: escuta mútua, diálogo, resiliência, compreensão, respeito e apreciação dos outros, pensamento crítico, autoaprendizagem e permanecer curioso e orientado para os resultados¹⁷⁹; — Dar a todos a oportunidade de aprender mais sobre a sustentabilidade ambiental e suas ligações com a saúde. A biodiversidade deve ser uma disciplina obrigatória na escola. Deve começar na escola com tópicos específicos que

abordem todas as questões ecológicas e incluir excursões para apresentar exemplos reais relevantes, todos com a ajuda de um programa de financiamento¹⁸⁰.

Luta contra o bullying nas escolas e o racismo.

3. Apoiar a formação¹⁸¹ de professores, a fim de aprender com as melhores práticas e utilizar técnicas de ensino inovadoras e criativas atualizadas que reflitam a evolução dos métodos pedagógicos, incluindo atividades práticas, tirando também partido dos ensinamentos a retirar da pandemia de COVID-19 e de outros tipos de crises, bem como promovendo oportunidades de mobilidade¹⁸².
4. A fim de atender às necessidades educacionais de todas as crianças e famílias, priorize o acesso a equipamentos e conectividade de banda larga eficiente¹⁸³.
5. Criar uma plataforma de informação para o intercâmbio de conhecimentos e experiências a nível da União, partilhando informações sobre cursos transnacionais de educação e formação na União, apresentando exemplos de boas práticas e dando aos cidadãos a oportunidade de apresentar novas ideias para os intercâmbios transfronteiriços. Deve fornecer material educativo sobre as alterações climáticas, as questões ambientais e a digitalização e fornecer informações sobre os fóruns especializados existentes sobre os principais temas¹⁸⁴. — Tal poderia ser acompanhado de um programa de financiamento destinado a apoiar a utilização e a exploração da informação da plataforma.

47. Proposta: Questões relativas à juventude europeia

Objetivo: A UE e os seus Estados-Membros devem centrar-se nas necessidades específicas dos jovens em todas as políticas pertinentes, incluindo a política regional da UE, a fim de lhes proporcionar as melhores condições possíveis para estudar e trabalhar e iniciar uma vida independente, participando-os simultaneamente na vida democrática e nos processos de tomada de decisões, incluindo a nível europeu. As organizações de juventude têm um papel fundamental a desempenhar. Para atingir este objetivo, propomos o seguinte:

Medidas:

1. Proporcionar aos jovens mais oportunidades de participação e representação nos processos democráticos e decisórios a todos os níveis e apoiar os programas existentes neste domínio, nomeadamente através da organização de painéis de cidadãos com crianças (por exemplo, com idades compreendidas entre os 10 e os 16 anos) nas escolas. Os representantes europeus poderiam encontrar-se com as crianças em idade escolar nas suas escolas, a fim de reforçar a proximidade e a compreensão dos cidadãos sobre a Europa desde tenra idade¹⁸⁵. Para que todas as decisões políticas da UE sejam analisadas pela perspectiva da juventude, deve ser desenvolvido um «teste da juventude» a nível europeu para garantir que qualquer nova proposta política e legislativa seja objeto de uma avaliação de impacto centrada na juventude, incluindo uma consulta aos jovens.
2. A concessão do direito de voto a partir dos 16 anos nas eleições para o Parlamento Europeu, juntamente com o reforço da educação para a cidadania e sobre a UE, deve ser debatida e ponderada. Os partidos políticos nacionais devem igualmente assegurar que os candidatos mais jovens sejam inscritos nas suas listas para as eleições para o Parlamento Europeu¹⁸⁶.
3. Preparar melhor os jovens para entrar na força de trabalho, dar aos estudantes do ensino médio (a partir dos 12 anos de idade) a oportunidade de participar em visitas de observação de qualidade a organizações sem fins lucrativos e sem fins lucrativos, em estreita cooperação entre escolas, autoridades locais e organizações e empresas relevantes¹⁸⁷. Estas visitas devem ser consideradas como parte de um processo mais amplo de orientação profissional na educação formal, a fim de permitir que os jovens tenham um primeiro contacto com o mundo do trabalho, de modo a poderem orientar as suas escolhas profissionais e/ou considerar a possibilidade de se tornarem empresários.
4. Um maior financiamento da UE ao abrigo do NextGenerationEU deve também ser consagrado à execução da Garantia Europeia para a Juventude reforçada, incluindo uma maior participação, uma maior sensibilização, uma melhor qualidade da oferta, o financiamento e a ação de todos os Estados-Membros e dos níveis pertinentes de autoridades. Uma vez que as organizações de juventude são mais capazes de identificar as necessidades dos jovens, os governos nacionais devem trabalhar com as organizações de juventude através de um diálogo estreito para garantir a aplicação mais eficaz da Garantia para a Juventude.
5. Assegurar que os estágios e os empregos dos jovens cumprem as normas de qualidade, nomeadamente em matéria de remuneração, pondo termo aos salários mínimos dos jovens e a quaisquer outras disposições discriminatórias da legislação laboral específica para os jovens e proibindo, através de um instrumento jurídico, estágios não remunerados no mercado de trabalho e fora do ensino formal¹⁸⁸.
6. Assegurar um nível de vida razoável aos jovens, incluindo o acesso à proteção social e à habitação. Os jovens devem ter acesso a um nível de proteção social equivalente ao de outros grupos etários. O acesso a habitação a preços acessíveis para os jovens deve também ser facilitado,

nomeadamente através de financiamento da UE¹⁸⁹.

7. São necessárias medidas específicas para evitar a fuga de cérebros de certas regiões e países da União devido a oportunidades insuficientes para os jovens, tornando a Europa mais atrativa para evitar a fuga de talentos e mão de obra europeus para países terceiros, a fim de evitar comprometer a coesão territorial, em especial no que diz respeito às regiões que sofrem uma perda considerável de jovens talentos, nomeadamente através de financiamento da UE¹⁹⁰.
8. Em caso de crise grave (por exemplo, crise sanitária, guerra), planos bem concebidos, com cenários pormenorizados, devem estar prontos para serem implementados de forma flexível, a fim de minimizar o impacto na educação, na formação profissional, na transição para o mercado de trabalho e no bem-estar mental dos jovens¹⁹¹.

48. Proposta: Cultura e intercâmbios

Objetivo: A fim de promover uma cultura de intercâmbio e promover a identidade e a diversidade europeias em diferentes domínios, os Estados-Membros devem, com a assistência da União Europeia:

Medidas¹⁹²:

1. Promover intercâmbios europeus em diferentes domínios, tanto física como digitalmente, incluindo intercâmbios educativos, geminação, viagens e mobilidade profissional (especialmente para professores e funcionários eleitos a nível local). ¹⁹³Para o efeito, a União deve, em especial, reforçar os programas de intercâmbio e mobilidade existentes a nível da União, como o Corpo Europeu de Solidariedade, o Erasmus+ e o DiscoverEU, assegurar uma participação mais ampla e diversificada nesses programas e ponderar a possibilidade de acrescentar novos elementos, como um objetivo adicional de serviço cívico incentivado pelo voluntariado (para o Corpo Europeu de Solidariedade) e «títulos de acesso cultural» (para o DiscoverEU). Os órgãos de poder local e regional, sob os auspícios do Comité das Regiões, devem desempenhar um papel de liderança neste domínio.
2. Promover o multilinguismo como porta de entrada para outras culturas desde tenra idade. As línguas regionais e minoritárias necessitam de proteção adicional, tendo em conta a Convenção do Conselho da Europa sobre as Línguas Minoritárias e a Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais. A UE deve ponderar a criação de uma instituição para promover a diversidade linguística a nível europeu. As crianças do ensino primário devem ser obrigadas a adquirir competências numa língua ativa da UE que não a sua, ao mais alto nível possível. A fim de facilitar a capacidade de os cidadãos europeus comunicarem com grupos mais vastos de outros europeus e como fator de coesão europeia, os Estados-Membros devem incentivar a aprendizagem da língua dos Estados-Membros da UE que fazem fronteira direta com as regiões fronteiriças e a aquisição de um nível certificado de inglês¹⁹⁴.
3. Criar oportunidades para partilhar as culturas europeias, aproximar os povos e promover uma identidade europeia comum, por exemplo através de eventos e reuniões que envolvam todos os grupos-alvo e que ocorram em diferentes locais. Exemplos incluem a organização dos Dias Mundiais da Arte¹⁹⁵, uma exposição europeia com eventos pedagógicos ou a transformação do Dia da Europa (9 de maio) num dia de férias europeu oficial para todos os cidadãos da UE¹⁹⁶.
4. Proteger o património cultural europeu e a cultura europeia¹⁹⁷, nomeadamente através do reconhecimento das especificidades locais e regionais em matéria cultural e de produção¹⁹⁸, de novas iniciativas para o preservar e celebrar, da mobilidade para incentivar o intercâmbio do património cultural e da promoção de medidas existentes, como a Europa Criativa, a Nova Bauhaus Europeia, os programas de geminação das cidades e as Capitais Europeias da Cultura, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
5. Tomar medidas para garantir que os profissionais da cultura sejam suficientemente protegidos a nível da UE, especialmente em qualquer crise futura, através da adoção de um estatuto jurídico a nível europeu.

49. Proposta: Desporto

Objetivo: O desporto é essencial para as nossas sociedades — a fim de defender os nossos valores, conduzir um estilo de vida saudável e uma idade saudável, promover uma cultura de intercâmbio e celebrar a diversidade do património europeu. Por este motivo, os Estados-Membros devem procurar, com a assistência da União Europeia:

Medidas:

1. Realçar os valores, em especial a igualdade de género, a equidade e a inclusão, que podem refletir-se concretamente na prática do desporto ao longo da jornada educativa.
2. Sensibilizar para os benefícios para a saúde do desporto e da atividade física¹⁹⁹.
3. Integrar as atividades desportivas nos programas de intercâmbio e mobilidade a nível da UE²⁰⁰.
4. Melhorar a atenção prestada não só ao desporto profissional e comercial, mas também aos desportos locais e tradicionais, que são testemunhas da diversidade cultural europeia, a fim de promover o património cultural e apoiar os campeões desportivos num contexto não profissional.
5. Ao mesmo tempo, incentivar a promoção da identidade europeia através da organização de mais eventos desportivos intereuropeus, da criação de equipas desportivas da UE ou da exibição de bandeiras ou símbolos europeus em eventos desportivos europeus.
6. Investir mais na comunicação, como a Semana Europeia do Desporto, para que os cidadãos de toda a UE possam beneficiar de oportunidades de ponta em conjunto.

Considerações finais da Comissão Executiva

O principal objetivo da Conferência sobre o Futuro da Europa era assegurar que a União Europeia está pronta a enfrentar os desafios atuais e futuros, dando aos cidadãos a oportunidade de expressar as suas preocupações e aspirações e, em colaboração com representantes das três instituições, parlamentos nacionais e outras partes interessadas, fornecer orientações para o futuro. Para atingir este objetivo, a conferência teve de ser um exercício centrado nos cidadãos, baseado numa abordagem ascendente, capaz de criar um novo espaço para debater as prioridades da Europa e elaborar uma panorâmica do que os cidadãos esperam da União Europeia.

A conferência foi, de facto, capaz de desempenhar esse papel. Os cidadãos europeus de todos os quadrantes da vida e de todos os cantos da União participaram na conferência e formularam recomendações dos painéis de cidadãos e de propostas para o futuro da Europa, em colaboração com a sessão plenária subsequente, incluindo membros do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão Europeia, bem como representantes de todos os parlamentos nacionais, do Comité das Regiões, representantes eleitos regionais e locais, Comité Económico e Social Europeu, parceiros sociais e sociedade civil e outros intervenientes fundamentais. Os instrumentos e a metodologia desenvolvidos para este processo constituem um conjunto único de recursos que podem servir de base para futuros exercícios sobre a participação dos cidadãos e a democracia deliberativa a nível da UE.

Graças a uma multiplicidade de eventos e debates em toda a UE, à plataforma digital multilingue interativa, aos painéis de cidadãos europeus e nacionais e à sessão plenária da Conferência, a Conferência apresentou agora um relatório final, que inclui uma panorâmica do trabalho realizado de forma sustentada este ano, bem como as propostas apresentadas pela Assembleia Plenária para o futuro da Europa. Resulta muito claramente destas propostas que a UE deve agir para ter êxito nas transições ecológica e digital, reforçar a resiliência da Europa e o seu contrato social, combatendo simultaneamente as desigualdades e assegurando que a União Europeia seja uma economia justa, sustentável, inovadora e competitiva que não deixe ninguém para trás.

A evolução da situação geopolítica durante a conferência, e em particular a guerra de agressão russa contra a Ucrânia, também mostrou que a UE deve tornar-se mais assertiva, desempenhando um papel de liderança na cena mundial na promoção dos seus valores e normas num mundo cada vez mais abalado.

A conferência forneceu orientações claras nestes domínios e as três instituições da UE devem agora ponderar a forma de dar resposta às preocupações, aspirações e ideias expressas. O próximo passo neste processo consiste em desenvolver ações concretas da UE com base nos resultados da conferência, tal como estabelecido no presente relatório final. Por conseguinte, as instituições da UE analisarão agora o presente relatório e o seu seguimento, no âmbito das suas competências e em conformidade com os Tratados. No outono de 2022, realizar-se-á um evento de acompanhamento para informar os cidadãos sobre a forma como as instituições cumprirão o seu compromisso de garantir que sejam ouvidos e mantidos nas suas mãos o futuro da Europa.



Stream 3: Redirecting our economy and consumption

26

Substream 3.1: Regulating overproduction and overconsumption

The government that the EU takes over actions that create and discipline consumers to use products longer. The EU should consider planned obsolescence by lengthening products' warranty and setting a minimum price for spare parts after the warranty period. All member states should introduce a tax based on repair services as is the case in Sweden. Manufacturers should be required to disclose the expected lifespan of their products. The EU should provide information on how to reuse and repair products on an ongoing basis and through education.

The government and engine use based actions to be sustainable because it generates too much waste. By limiting the planned obsolescence will drive towards a society that reuse, repair and reduce the risk of resources, thereby reducing consumption.

Anexo I — Recomendações dos quatro painéis de cidadãos europeus

Painel dos Cidadãos Europeus 1: Uma economia mais forte, justiça social e emprego/educação, cultura, juventude e desporto/transformação digital

RECOMENDAÇÕES ADOTADAS PELO PAINEL (A APRESENTAR AO PLENÁRIO)

Eixo 1: Trabalhar na Europa

Subeixo 1.1 Mercado de trabalho

1. Recomendamos a introdução de um salário mínimo para garantir uma qualidade de vida

semelhante em todos os Estados-Membros. Estamos cientes dos esforços em curso ao abrigo da Diretiva da UE COM(2020) 682 para harmonizar o modo de vida. O salário mínimo deve garantir um rendimento líquido mínimo, a fim de alcançar um objetivo essencial: todos os necessitados devem ter um rendimento mais elevado. O salário mínimo deve ter em conta os seguintes aspetos:

- **a UE deve assegurar a sua aplicação efetiva, uma vez que, atualmente, nem todos os Estados-Membros aplicam corretamente a proteção dos trabalhadores;**
- **deve ser dada especial atenção ao acompanhamento da melhoria do nível de vida;**
- **o salário mínimo deve ter em conta o poder de compra em diferentes países. É necessário um procedimento de revisão periódica para o adaptar à evolução do custo de vida (por exemplo, para ter em conta a inflação).**

Fazemos esta recomendação porque um salário mínimo reforça a justiça social no mercado de trabalho e melhora as condições de vida concretas dos trabalhadores em todos os Estados-Membros, o que é particularmente importante no contexto de um ambiente de trabalho em rápida mutação, por exemplo, devido à digitalização.

2. Já existe um ato legislativo da UE (Diretiva 2003/88/CE relativa ao tempo de trabalho), mas não é suficiente para garantir um equilíbrio saudável entre a vida profissional e a vida familiar. Como primeiro passo, recomendamos a revisão do quadro existente, a fim de assegurar a sua adaptação às circunstâncias atuais. Em segundo lugar, a UE deve criar um mecanismo de acompanhamento mais rigoroso para assegurar a sua aplicação em todos os Estados-Membros. Deve ser dada especial atenção aos vários setores com diferentes níveis de stress e de carga, tanto do ponto de vista psicológico como físico. No entanto, ao mesmo tempo, outros setores dependem de uma maior flexibilidade por parte dos seus trabalhadores para se adaptarem às necessidades específicas das empresas.

Fazemos esta recomendação devido à importância de um melhor equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada. Um melhor equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada reforça a coesão social e contribui para criar condições equitativas entre os trabalhadores. Além disso, tem um impacto positivo no bem-estar individual dos trabalhadores.

Subeixo 1.2 Juventude e emprego

3. Recomendamos a harmonização do nível de todos os diferentes programas educativos na UE, aceitando conteúdos nacionais. Por conseguinte, recomendamos que todos os diplomas profissionais sejam validados e mutuamente reconhecidos em todos os Estados-Membros da UE.

Fazemos esta recomendação porque queremos facilitar a mobilidade da mão de obra europeia e reduzir os encargos administrativos.

4. Recomendamos que os estudantes do ensino secundário (a partir dos 12 anos) tenham uma visão geral do seu futuro mercado de trabalho, dando-lhes a oportunidade de participar em várias visitas de observação de qualidade a organizações sem fins lucrativos e com fins lucrativos. Propomos incentivar as empresas a receber estudantes para estágios de observação, concedendo-lhes malas. Em zonas remotas com menos oportunidades, as escolas locais, as autoridades públicas, as organizações e as empresas têm de trabalhar em estreita colaboração para garantir que estas visitas de observação também estão disponíveis.

Fazemos esta recomendação porque queremos que os jovens tenham uma ideia das diferentes oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, para que possam escolher melhor os seus estudos e o seu futuro trabalho e compreender a importância de escolher a educação adequada. Ensinar-lhes-ia também um sentido de responsabilidade e respeito pelo mercado de trabalho, ajudando-os a integrar-se no mercado de trabalho, proporcionando benefícios para todos.

5. Recomendamos a integração da prática de habilidades não técnicas em todos os cursos curriculares escolares. Por habilidades não técnicas, queremos dizer: escuta mútua, diálogo, resiliência, compreensão, respeito e apreciação dos outros, pensamento crítico, autoaprendizagem e permanecer curioso e orientado para os resultados. Os professores devem receber formação na transmissão destas competências, trabalhando em estreita colaboração com os assistentes sociais e/ou psicólogos. Outras sugestões de implementação: organização de programas de intercâmbio de estudantes entre escolas, participação em eventos desportivos e culturais interescolares, etc.

Fazemos esta recomendação porque as competências não técnicas são competências básicas necessárias que se perdem na era digital e que os nossos jovens irão absolutamente necessitar nas suas vidas futuras. É por isso que insistimos em integrar estas competências nos currículos escolares, a fim de ajudar os jovens a serem resilientes e a evitarem ou superarem problemas mentais que possam sentir nas suas vidas futuras. As competências sociais reforçam as relações entre pessoas e, por conseguinte, ajudam as pessoas a encontrar o seu lugar na sociedade.

6. Recomendamos que, em caso de crise grave (crise sanitária, guerra, etc.), planos bem concebidos, com cenários detalhados, estejam prontos para serem implementados de forma flexível, a fim de minimizar o impacto na educação, na formação profissional e no bem-estar mental dos nossos jovens, etc. Por impacto, entendemos: um aumento do custo da educação ou da formação, uma extensão obrigatória dos estudos, a impossibilidade de concluir estágios, um aumento dos problemas de saúde mental. Estes planos devem ser implementados de forma a minimizar o impacto sobre os jovens e a sua transição para o mercado de trabalho.

Fazemos esta recomendação porque os jovens são muito vulneráveis em tempos de crise.

Subeixo 1.3 Transformação digital no trabalho

7. Recomendamos que a UE introduza ou reforce a legislação em vigor sobre o trabalho inteligente, ou seja, o trabalho em linha e à distância, por exemplo, em casa ou a partir de outro local ligado em linha. O Tribunal recomenda igualmente que a UE legisla no sentido de incentivar as empresas a serem socialmente responsáveis e a manterem empregos móveis de qualidade na UE. Os incentivos podem ser de natureza financeira e/ou jogar à imagem das empresas e devem ter em conta critérios ambientais, sociais e de governação internacionalmente reconhecidos. Para o efeito, a UE deve criar um grupo de trabalho composto por peritos de todas as partes interessadas para rever e reforçar esta legislação.

Formulamos esta recomendação porque temos de promover empregos móveis de qualidade e evitar a sua deslocalização para países terceiros com custos mais baixos. A pandemia de COVID-19 e as tendências económicas mundiais acentuam a urgência de proteger o emprego na UE e de regulamentar o trabalho móvel.

8. Recomendamos que a UE garanta o direito à formação digital para todos os cidadãos da UE. Em especial, as competências digitais dos jovens poderiam ser reforçadas através da introdução de um certificado da UE nas escolas, que os prepararia para o futuro mercado de trabalho. O Tribunal recomenda igualmente uma formação específica a nível da UE para a requalificação e a melhoria de competências dos trabalhadores, de modo a que estes continuem a ser competitivos no mercado de trabalho. Por último, recomendamos que a UE sensibilize para as plataformas digitais existentes que liguem os cidadãos aos empregadores e os ajudem a encontrar emprego na UE, por exemplo, EURES.

Fazemos esta recomendação porque as competências digitais certificadas são essenciais para o acesso ao mercado de trabalho e para que os trabalhadores possam requalificar-se e permanecer competitivos.

Eixo 2 Uma economia orientada para o futuro

Subeixo 2.1 Inovação e competitividade europeia

9. Recomendamos que a UE crie oportunidades de investimento em investigação e inovação para várias entidades (universidades, empresas, institutos de investigação, etc.) com vista a desenvolver:

- **materiais novos, mais sustentáveis e biodiversificados para substituir os atualmente em uso,**
- **utilizações inovadoras de materiais existentes (com base, nomeadamente, na reciclagem e em técnicas de ponta com a menor pegada ambiental).**

O Tribunal recomenda que se trate de um compromisso permanente e a longo prazo da UE (pelo menos até 2050).

Fazemos essa recomendação porque vivemos em um planeta com recursos limitados. Para termos um futuro, temos de proteger o clima e procurar alternativas que respeitem o planeta. Queremos também que a UE se torne um ator líder neste domínio, com uma forte vantagem competitiva na cena internacional. A recomendação visa produzir resultados inovadores que possam ser aplicados em larga escala e que possam ser aplicados em várias áreas e países. Teria também um impacto positivo na economia e no mercado de trabalho através da criação de novas oportunidades de emprego no domínio da inovação sustentável. Poderia contribuir para a luta contra as injustiças sociais na medida em que os meios de produção atuais, ganzas na exploração, seriam substituídos por outros, mais éticos.

10. O Tribunal recomenda que a UE se comprometa continuamente, a longo prazo, a aumentar significativamente a sua quota de energia produzida de forma sustentável, utilizando uma vasta gama de fontes renováveis com a menor pegada ambiental (com base numa análise abrangente do ciclo de vida). Além disso, a UE deve investir na melhoria e manutenção da qualidade das infraestruturas e da rede de eletricidade. Recomendamos também que o acesso à energia e a acessibilidade dos preços sejam reconhecidos como um direito fundamental dos cidadãos.

Fazemos esta recomendação pelas seguintes razões:

- a diversificação das fontes de energia (incluindo a energia solar, eólica, hidrogénio, água do mar ou qualquer outro método sustentável futuro) tornaria a UE mais independente em termos energéticos;
- reduziria os custos da eletricidade para os cidadãos da UE;
- criaria postos de trabalho e reestruturaria o mercado da energia (especialmente nas regiões que até agora se basearam nos combustíveis fósseis);
- poderia incentivar o desenvolvimento científico de técnicas inovadoras de aprovisionamento energético;
- a qualidade da infraestrutura e da rede elétrica é tão importante quanto as fontes de energia, pois permite uma distribuição e transmissão de energia suaves, eficientes e acessíveis.

11. Recomendamos que a UE promova ativamente processos de produção mais ecológicos, subsidiando ou recompensando as empresas que investem na redução dos custos ambientais da sua produção. Apelamos também a um esforço para cultivar sítios pós-

industriais e criar zonas verdes protegidas em torno dos sítios existentes. As empresas devem ser obrigadas a financiar estes esforços, pelo menos em parte, com o seu próprio dinheiro.

Fazemos essa recomendação porque os processos de produção são uma parte importante da cadeia de suprimentos. Torná-los mais ecológicos poderia reduzir significativamente o nosso impacto no clima. Consideramos que as empresas e as indústrias devem ser responsabilizadas pela forma como fabricam os seus produtos (incluindo medidas de recultivação e proteção do ambiente). A ecologização dos processos de produção também prepara as empresas para o futuro e reforça a sua resiliência (que protege os postos de trabalho).

Subeixo 2.2 Economia sustentável/Subeixo 2.3 Tributação

12. Recomendamos abandonar as embalagens plásticas e generalizar as embalagens reutilizáveis. Devem ser concedidos incentivos aos consumidores e às empresas, para que não seja mais dispendioso para um consumidor comprar produtos a granel («a granel» em inglês ou «sfuso» em italiano) do que os produtos embalados. As empresas que contribuem para esta transição devem beneficiar de benefícios fiscais e outras devem pagar mais impostos. Os produtos que não possam ser reutilizados devem ser recicláveis e/ou biodegradáveis. É necessário criar uma instituição pública ou de supervisão responsável pelo controlo, pela definição das regras e pela sua divulgação a todos. Recomenda-se educar e comunicar — inclusive através das redes sociais — sobre estas ações, contactando tanto as empresas como os consumidores para alterarem o seu comportamento a longo prazo. As empresas (por exemplo, as empresas de construção) devem ser incentivadas e ajudadas a encontrar as melhores soluções para os seus resíduos.

Fazemos esta recomendação, porque todos temos de ser responsáveis pelas nossas ações. Portanto, precisamos repensar todos os processos de produção. A reciclagem requer muitos recursos (água, energia) e, portanto, não pode ser a única solução, razão pela qual nos oferecemos para vender os produtos a granel. A reciclagem só deve ser utilizada para materiais facilmente recicláveis, e aprendemos com o exemplo finlandês que é possível reciclar em grande escala.

13. Recomendamos a aplicação das mesmas regras fiscais em toda a Europa e a harmonização da política fiscal em toda a UE. A harmonização neste domínio deverá deixar aos Estados-Membros a possibilidade de estabelecerem as suas próprias regras, evitando simultaneamente a evasão fiscal. Porá termo às práticas fiscais prejudiciais e à concorrência fiscal. Os impostos devem ser impostos sobre as transações comerciais em que ocorram: quando uma empresa vende num país, deve pagar impostos nesse país. Estas novas regras visam evitar a deslocalização e assegurar que a produção e as transações entre países europeus se processem.

Fazemos esta recomendação no sentido de proteger e desenvolver o emprego e a atividade económica na Europa de uma forma justa para todos os Estados-Membros. Desta forma, a Europa terá um entendimento comum do sistema fiscal e a absurda situação de monopólio das grandes empresas que não pagam impostos suficientes em comparação com as empresas de menor dimensão será posta em causa. Além disso, os recursos financeiros serão redirecionados para o local onde se realizam as atividades comerciais.

14. Recomendamos a remoção do sistema de obsolescência programada de todos os dispositivos eletrônicos. A mudança deve ocorrer tanto individualmente como comercialmente, para garantir que os dispositivos possam ser reparados e atualizados a longo prazo e possam ser mantidos por muito tempo. Recomendamos a promoção de dispositivos renovados. Os regulamentos devem exigir que as empresas garantam o direito à reparação, incluindo atualizações e atualizações de software, bem como a reciclar todos os dispositivos a longo prazo. Recomenda-se também que cada empresa utilize conectores padrão.

Fazemos esta recomendação porque, no mundo moderno, os produtos tendem a durar dois anos e o nosso desejo é que eles tenham uma vida útil muito mais longa, cerca de 10 anos. A presente proposta terá um impacto positivo nas alterações climáticas e na ecologia. Reduzirá igualmente os custos para os consumidores, bem como o consumismo.

15. Recomendamos ajudar todos a aprender mais sobre o nosso meio ambiente e suas ligações com a saúde individual através da educação. Os percursos educativos ajudarão todos a definir as suas próprias estratégias pessoais para integrar estes temas no seu quotidiano. Esta educação deve começar na escola com disciplinas específicas que abordam todas as questões ecológicas, e devemos continuar a nos educar ao longo de nossas vidas (no trabalho, por exemplo). Contribuirá para reduzir os resíduos e proteger o ambiente e a saúde humana e promoverá o consumo local de produtos saudáveis e não transformados por parte dos produtores locais. Aqueles que não fazem nada para reduzir os seus resíduos terão de receber formação gratuita nesta área. Para adaptar o modo de vida, os preços devem ser justos tanto para o produtor como para o consumidor. Por conseguinte, propomos que os pequenos produtores locais respeitadores do ambiente beneficiem de isenções fiscais.

Fazemos esta recomendação porque acreditamos que muitas pessoas ainda não se sentem preocupadas com estas questões. É por isso que a educação para todos tem de ser implementada. Além disso, produtos locais e saudáveis tendem a ser inacessíveis para muitas pessoas. Temos de garantir que os produtos locais sejam mais acessíveis a todos.

Subeixo 2.4 Agricultura/Subeixo 2.5 Infraestrutura digital

16. Recomendamos a aplicação de um sistema europeu comum de rotulagem dos consumidores e nutrição que seja fácil de compreender (por exemplo, alergénios, país de origem, etc.); recomendamos a transparência dos processos de autorização em curso e a digitalização das informações sobre os produtos através de uma aplicação europeia normalizada que proporcione um acesso mais fácil à informação e forneça informações adicionais sobre o produto e a cadeia de produção. Vemos também a necessidade de um organismo verdadeiramente independente que regule as normas alimentares em toda a UE e disponha de poderes legislativos para aplicar sanções.

Fazemos estas recomendações porque todos os cidadãos da UE devem poder contar com a mesma qualidade dos alimentos. A integridade dos produtos alimentares é necessária para garantir a segurança dos cidadãos. Estas recomendações foram formuladas para melhorar, de forma harmonizada, o acompanhamento dos processos de autorização e a transparência da produção alimentar.

17. Recomendamos que as infraestruturas sejam propriedade do Estado para evitar a emergência de monopólios no setor das telecomunicações e dos serviços de Internet. O acesso à Internet deve ser um direito; a introdução da ligação à Internet em «zonas brancas/zonas mortas» (áreas sem acesso à Internet) deve ser uma prioridade. No que diz respeito ao acesso à Internet e ao equipamento informático, as crianças e as famílias são uma prioridade, especialmente em termos de educação e, em especial, em tempos de pandemia. É necessária uma iniciativa para ajudar a apoiar o trabalho à distância, por exemplo criando espaços de escritório com acesso a uma ligação rápida e fiável à Internet ou organizando formação digital.

Fazemos esta recomendação porque temos de garantir que a transformação digital é feita de forma justa. O acesso à Internet é fundamental para a democracia e é um direito de todos os cidadãos europeus.

18. Recomendamos respeitar os insetos locais e protegê-los de espécies invasoras. Propomos também promover e defender a obrigação de disponibilizar espaços verdes em novos projetos de urbanização. Apelamos a que a biodiversidade se torne uma disciplina obrigatória nas escolas e que seja objeto de atividades escolares, por exemplo, atividades práticas. É importante aumentar a sensibilização do público para a biodiversidade através de campanhas mediáticas e de «concorrências» promovidas em toda a UE (concursos a nível das comunidades locais). O Tribunal recomenda a fixação de metas nacionais vinculativas em todos os Estados-Membros da UE para a reflorestação por árvores autóctones e a reintrodução da flora local.

Fazemos esta recomendação porque a biodiversidade é essencial para o ambiente, a qualidade de vida e a luta contra as alterações climáticas.

Eixo 3 Uma sociedade justa

Subeixo 3.1 Segurança social

19. Recomendamos a promoção da igualdade de direitos e de políticas sociais, incluindo políticas de saúde, harmonizadas em toda a UE, tendo em conta os regulamentos adotados e os requisitos mínimos em todo o país.

Formulamos esta recomendação porque existem grandes disparidades entre os Estados-Membros em termos de políticas sociais, que devem ser reduzidas para garantir uma vida digna a todos os cidadãos e prestar os cuidados e apoio necessários às pessoas vulneráveis por diversas razões (saúde, idade, orientação sexual, etc.).

20. Recomendamos a promoção da investigação social e sanitária na UE, seguindo linhas prioritárias consideradas de interesse público e aprovadas pelos Estados-Membros e prevendo financiamento adequado. Precisamos de reforçar a cooperação entre áreas de especialização, países, centros de estudo (universidades, etc.).

Fazemos esta recomendação porque há muitas áreas onde precisamos avançar e aprofundar nossos conhecimentos. A experiência com a pandemia constitui um exemplo de como a investigação é essencial para melhorar a vida, que a colaboração entre o público e o privado e entre os governos é essencial e que é necessário apoio financeiro.

21. O Tribunal recomenda que a UE tenha aumentado as competências em matéria de políticas sociais para harmonizar as regras mínimas e as prestações de reforma em toda a UE e estabelecer novas regras, com base num diagnóstico exaustivo. A pensão mínima deve estar acima do limiar de pobreza do país. A idade de reforma deve variar de acordo com as categorias profissionais e deve ser mais baixa para as profissões exigentes do ponto de vista mental e físico. Ao mesmo tempo, o direito ao trabalho deve ser garantido às pessoas mais velhas que desejem continuar a trabalhar numa base voluntária.

Fazemos essa recomendação porque a expectativa de vida aumenta e a taxa de natalidade diminui. A população europeia está a envelhecer, razão pela qual temos de tomar mais medidas para evitar o risco de marginalização dos idosos e garantir-lhes uma vida digna.

22. Recomendamos a adoção de um conjunto de medidas destinadas a incentivar o aumento da taxa de natalidade e a garantir soluções adequadas de acolhimento de crianças. Estas medidas devem abranger, nomeadamente, serviços de acolhimento de crianças a preços acessíveis e a preços acessíveis (no local de trabalho, noite, redução do IVA sobre as instalações das crianças), habitação, estabilidade no emprego, apoio à maternidade, apoio específico e proteção laboral para jovens e pais, bem como apoio às mães e pais sob a forma de acesso ao conhecimento aquando do regresso ao trabalho.

Fazemos esta recomendação porque a UE se distingue pelas baixas taxas de natalidade, que também contribuem para o envelhecimento da população europeia e que exigem uma ação imediata. O pacote proposto visa garantir que as famílias jovens tenham a estabilidade necessária para cuidar das crianças.

23. Recomenda-se a prestação de assistência social e de cuidados de saúde aos idosos no domicílio e nos lares. É igualmente necessário melhorar o apoio às pessoas que cuidam dos idosos (próximos).

Fazemos esta recomendação porque a esperança de vida aumenta e a taxa de natalidade diminui; a população europeia está a envelhecer, razão pela qual temos de tomar mais medidas para evitar o risco de marginalização dos idosos e garantir-lhes uma vida digna.

24. Recomendamos que a UE apoie os cuidados paliativos e a morte assistida [eutanásia], de acordo com um conjunto concreto de regras e regulamentos.

Fazemos essa recomendação porque reduziria a dor do paciente e da família e garantiria um fim de vida decente.

Subeixo 3.2 Igualdade de direitos

25. O Tribunal recomenda que a UE apoie o acesso específico dos cidadãos a uma habitação social digna, de acordo com as suas necessidades específicas. O esforço financeiro deve ser partilhado entre os doadores privados, os proprietários, os beneficiários de habitação, os governos dos Estados-Membros a nível central e local e a União Europeia. O objetivo deve ser facilitar a construção/reparação do parque de habitação social existente, nomeadamente através de associações cooperativas, do arrendamento e da compra. O auxílio deve ser concedido com base em critérios claros (por exemplo, superfície máxima/pessoa a subvencionar, rendimento dos beneficiários, etc.).

Fazemos esta recomendação porque melhorar o acesso à habitação garantiria que os cidadãos da UE gozassem de igualdade de direitos tangíveis e ajudaria a aliviar as tensões sociais. A UE é principalmente convidada a supervisionar o mecanismo de apoio; as autoridades nacionais e locais devem envidar mais esforços para resolver os problemas de habitação.

26. Recomendamos que a UE melhore a regulamentação e a aplicação uniforme de medidas de apoio às famílias com crianças em todos os Estados-Membros. Essas medidas devem incluir, nomeadamente: aumento da duração da licença parental, do montante do subsídio de nascimento e do subsídio de assistência a filhos.

Formulamos esta recomendação porque consideramos que estas medidas atenuariam o problema demográfico com que a UE se confronta. Melhorariam igualmente a igualdade de género entre os progenitores.

27. Recomendamos que a UE tome medidas para garantir que todas as famílias gozem dos mesmos direitos familiares em todos os Estados-Membros. Estes direitos incluem o direito ao casamento e à adoção.

Fazemos esta recomendação porque acreditamos que todos os cidadãos da UE devem gozar de direitos iguais, incluindo os direitos da família. A família é a forma básica de organização social. Uma família feliz contribui para uma sociedade saudável. A recomendação visa garantir que todos os cidadãos gozem dos direitos da família, independentemente do género, da idade adulta, da origem étnica ou da saúde física.

Subeixo 3.3 Equidade/Subeixo 3.4 Acesso ao desporto

28. O Tribunal recomenda que a Estratégia da UE para a Igualdade de Género 2020-2025 seja fortemente promovida e atribuída elevada prioridade enquanto questão urgente tratada de forma eficaz pelos Estados-Membros. A UE deve a) definir indicadores (atitudes, disparidades salariais, emprego, liderança, etc.), acompanhar a estratégia numa base anual e ser transparente quanto aos resultados alcançados; e b) criar um provedor de justiça para obter feedback direto dos cidadãos.

Fazemos esta recomendação porque consideramos que a situação de género na UE está longe de ser satisfatória. Deve haver harmonia em matéria de igualdade de género e direitos civis a nível europeu, a fim de alcançar os objetivos da igualdade de género e dos direitos civis em todos os países, e não apenas naqueles em que o compromisso é mais forte. Estamos empenhados na presença e no contributo das raparigas em posições de poder e em todos os tipos de profissões, a fim de ter uma União Europeia diversificada e satisfatória. As mulheres são desfavorecidas em

muitas situações (mesmo quando têm um bom nível de educação/ensino superior certificado ou outros privilégios), pelo que tal estratégia é absolutamente necessária.

29. O Tribunal recomenda que a UE promova e sensibilize o público para o desporto e a atividade física em todos os Estados-Membros, devido aos seus benefícios para a saúde. O desporto e a atividade física devem ser incluídos nas políticas sociais, nas políticas de saúde mental e física, nas políticas de educação e de trabalho (ou seja, promover a prescrição do desporto e/ou da atividade física pelos médicos e, se for caso disso, garantir o acesso a instalações desportivas; 1 hora de trabalho/semana para atividade física, etc.).

Fazemos esta recomendação porque se trata de um investimento a longo prazo. O investimento no desporto e na atividade física reduz os custos e os encargos para os serviços de saúde. Por exemplo, o desporto e a atividade física como intervenção sanitária reduziriam a duração dos tratamentos e os tornariam mais eficazes. Esta estratégia já está a ser aplicada com êxito em alguns países, como a Alemanha. O desporto é uma forma de construir valores como compromisso, esforço, autoestima, respeito ou camaradagem. Os estilos de vida sedentários são mais comuns do que nas gerações anteriores, devido, entre outras coisas, a mais empregos no escritório e/ou mudanças nos hábitos de lazer.

30. Recomendamos que a UE obrigue cada Estado-Membro a ter um salário mínimo definido em função do custo de vida no seu território e que seja considerado um salário justo que permita condições de vida mínimas, acima do limiar de pobreza. Cada Estado-Membro deve controlá-lo.

Fazemos esta recomendação porque é injusto não conseguir chegar ao final do mês em que trabalhamos. Salários justos devem contribuir para a qualidade de vida a nível social. Os salários injustos têm um custo elevado para os Estados (segurança, evasão fiscal, custos sociais mais elevados, etc.).

31. O Tribunal recomenda a harmonização fiscal nos Estados-Membros a nível da UE (para evitar paraísos fiscais na UE e combater a deslocalização no interior da Europa), bem como um incentivo fiscal para desencorajar a deslocalização de postos de trabalho para fora da Europa.

Fazemos esta recomendação porque estamos preocupados com o impacto da deslocalização de postos de trabalho para fora da Europa e acreditamos que tal impediria a concorrência fiscal entre os Estados-Membros da UE.

Eixo 4 Aprendizagem na Europa

Subeixo 4.1 Identidade europeia/Subeixo 4.2 Educação digital

32. Recomendamos promover o multilinguismo desde tenra idade, por exemplo, no jardim de infância. A partir do ensino primário, deve ser obrigatório que as crianças atinjam o nível C1 numa língua ativa da UE que não a sua.

Fazemos esta recomendação porque o multilinguismo é uma ferramenta que liga os cidadãos e uma ponte a outras culturas, tornando os outros países e as suas culturas mais acessíveis. Reforça a identidade europeia e os intercâmbios interculturais. É importante conhecer outras culturas no contexto da União Europeia. Por conseguinte, poder conversar a um bom nível em duas línguas contribuiria para a criação de uma identidade europeia comum e para a compreensão de outras culturas europeias. A UE tem de trabalhar em estreita colaboração com as instituições de ensino para obter bons resultados em matéria de educação. É igualmente necessário criar um programa específico (por exemplo, plataformas digitais, programas Erasmus+ alargados, etc.) para promover exclusivamente o multilinguismo. As atuais Escolas Europeias podem servir de modelo a este respeito. A UE deve criar e promover ativamente mais escolas deste tipo.

33. Recomendamos que a UE sensibilize os jovens para os perigos da Internet e da digitalização através da criação de uma disciplina obrigatória no ensino primário. A UE deve desenvolver instrumentos e criar espaços de formação comuns para os jovens aprenderem em conjunto.

Fazemos essa recomendação porque as iniciativas ou programas atuais nesta área não são suficientes. Além disso, muitos cidadãos da UE não têm conhecimento das atuais iniciativas da UE nestes domínios. As crianças não estão suficientemente conscientes dos perigos da Internet, razão pela qual devemos fazer muito mais para sensibilizar as gerações mais jovens.

34. Recomendamos que a UE trabalhe para tornar a tecnologia mais acessível aos idosos, incentivando programas e iniciativas, por exemplo sob a forma de cursos adaptados às suas necessidades. A UE deve garantir o direito de utilizar a tecnologia digital para aqueles que a querem e propor alternativas para aqueles que não a querem.

Fazemos esta recomendação porque a UE deve garantir que os idosos possam participar no mundo digital e que ninguém seja discriminado. Devem ser criados instrumentos simplificados para as gerações menos experientes na utilização de determinadas tecnologias, a fim de as integrar no mundo de hoje. Recomendamos uma melhor promoção das iniciativas existentes para que os cidadãos as conheçam. Os idosos não devem ser discriminados na UE no que diz respeito à utilização de ferramentas informáticas. (Como incidente, isto significa que os cidadãos devem poder viver as suas vidas sem terem de passar por uma rede de Internet). A UE deve organizar e disponibilizar assistência gratuita permanente aos idosos, a fim de facilitar o acesso a ferramentas digitais.

Subeixo 4.3 Intercâmbio cultural/Subeixo 4.4 Educação ambiental

35. Recomendamos que a UE crie uma plataforma onde sejam disponibilizados materiais educativos sobre alterações climáticas, sustentabilidade e questões ambientais para fins educativos. Essas informações devem basear-se em factos, ser verificadas por peritos e adaptadas a cada Estado-Membro. A plataforma:

- **deve incluir lições para vários grupos-alvo, por exemplo, para as pessoas que vivem em zonas urbanas ou rurais, para todos os grupos etários e para os níveis de conhecimento prévios;**
- **devem estar à disposição de todos os Estados-Membros e ser facilmente acessíveis;**
- **deve incluir, na sua execução, um plano de promoção que envolva as empresas em causa;**

- **poderia ser disponibilizado ao mesmo tempo que um programa de financiamento para apoiar a utilização e a execução das informações disponíveis na plataforma. Este financiamento deve igualmente apoiar visitas no terreno para apresentar exemplos concretos.**

Fazemos esta recomendação porque pessoas de todas as idades precisam de ter acesso a informações factuais sobre a forma de abordar as alterações climáticas, a sustentabilidade e as questões ambientais. Conceitos importantes, como a pegada ecológica, devem ser compreendidos por todos, especialmente pelos jovens, porque o que aprendemos crianças nos acompanha ao longo de nossas vidas. Estes temas são complexos e a desinformação é generalizada. Precisamos de uma fonte fiável e a UE tem credibilidade e recursos para assumir este papel. Isto também é importante porque os níveis de conhecimento e de acesso a informações credíveis variam de um Estado-Membro para outro.

36. O Tribunal recomenda que a UE dê prioridade a garantir que os programas de intercâmbio sejam acessíveis a todos (grupos etários, Estados-Membros, níveis de educação e capacidade financeira) e a permitir estágios ou intercâmbios entre setores, países, instituições de ensino, cidades e empresas. A UE deve ser responsável pelo lançamento, mediação e financiamento dos intercâmbios culturais e sociais em toda a UE, tanto físicos como digitais. A UE deve promover ativamente estas iniciativas e visar as pessoas que ainda não estão cientes dos programas de intercâmbio cultural e social. A Conferência sobre o Futuro da Europa, para a qual os cidadãos foram selecionados ao calhas, é o exemplo perfeito de um intercâmbio europeu. Queremos mais iniciativas deste tipo, mas também queremos iniciativas de menor escala, bem como intercâmbios nos domínios do desporto, da música, dos estágios (sociais), etc.

Fazemos esta recomendação porque é importante criar um sentimento de pertença e coesão e promover a tolerância para com a nossa magnífica diversidade e perspetivas, bem como o desenvolvimento de competências individuais. Este processo irá desenvolver amizades, compreensão mútua e pensamento crítico. Gostaríamos de promover o engajamento de todos os membros de nossas comunidades, mesmo aqueles que não participaram de tais iniciativas até o momento.

Subeixo 4.5 Qualidade, financiamento e acesso à educação/Subeixo 4.6 Harmonização da educação

37. Recomendamos que todos os Estados-Membros definam e adotem um nível mínimo de ensino certificado em matérias essenciais a partir do ensino primário. O objetivo é assegurar que todos os cidadãos tenham igualdade de acesso a uma educação de qualidade que garanta a equidade e a igualdade.

Fazemos esta recomendação pelas seguintes razões:

- a existência de uma norma mínima reforçaria a confiança dos pais, professores e estudantes nos seus sistemas de ensino, deixando ao mesmo tempo espaço para a iniciativa e a diversidade. Se for aplicada, a nossa recomendação reforçará e reforçará a identidade europeia comum, promovendo a coesão, a unidade e o sentimento de pertença.

- A aplicação desta recomendação reforçaria a cooperação e os intercâmbios entre escolas em toda a UE, o que melhoraria as relações entre o pessoal docente e os alunos e facilitaria consideravelmente os programas de intercâmbio.

38. Recomendamos que o inglês seja ensinado, de acordo com uma norma certificada, como tema principal nas escolas primárias de todos os Estados-Membros da UE, a fim de facilitar e reforçar a capacidade de comunicação eficaz dos cidadãos europeus.

Fazemos esta recomendação pelas seguintes razões:

- tal permitiria uma maior unidade e igualdade, reforçando a capacidade dos cidadãos para comunicarem entre si e apoiarem uma identidade europeia comum mais forte;
- tal alargaria o mercado de trabalho e torná-lo-ia mais flexível e acessível, dando aos cidadãos a confiança para trabalharem e comunicarem em todos os outros Estados-Membros que oferecem perspetivas mais pessoais e profissionais.
- tal abordagem permitiria a divulgação de uma língua europeia comum num período de tempo muito curto;
- a utilização de uma linguagem comum acelera a partilha de informações, o que beneficiaria a cooperação, a resposta comum a situações de crise, a ajuda humanitária e a aproximação entre a Europa e os europeus.

Eixo 5 Uma transformação digital ética e segura

Subeixo 5.1 Democratização da transformação digital/Subeixo 5.2 Cibersegurança

39. Recomendamos que a UE disponha de mais poderes para combater os conteúdos ilegais e a cibercriminalidade. Recomendamos o reforço das capacidades da Europol/Centro Europeu da Cibercriminalidade, incluindo:

- aumento dos recursos financeiros e do pessoal
- garantir sanções semelhantes em cada país
- garantir um controlo rápido e eficaz da legalidade

Fazemos esta recomendação no sentido de garantir a liberdade na Internet, assegurando simultaneamente que a discriminação, os abusos e o assédio sejam punidos. Apoiamos a ideia de um organismo público europeu porque não queremos deixar a regulamentação das plataformas em linha apenas às empresas privadas. As plataformas em linha devem assumir a responsabilidade pelos conteúdos distribuídos, mas queremos garantir que não são os seus interesses que prevalecem. A regulamentação dos conteúdos e a ação penal contra os autores dos crimes devem ser atempadas e eficazes, de modo a que também tenham um efeito dissuasor sobre os indivíduos mal-intencionados.

40. Recomendamos que a UE invista em infraestruturas digitais inovadoras e de elevada qualidade (como a tecnologia 5G que está a ser desenvolvida na Europa) para garantir a autonomia da Europa e evitar a dependência de países terceiros ou empresas privadas. A UE deve também prestar especial atenção ao investimento nas suas regiões mais atrasadas.

Fazemos esta recomendação porque as infraestruturas digitais desempenham um papel fundamental na economia europeia, bem como na vida quotidiana dos europeus, que facilitam. Por conseguinte, a Europa necessita de infraestruturas digitais de elevada qualidade. Se depender de terceiros, a Europa pode ser vulnerável a influências negativas de empresas privadas ou de países estrangeiros. Por conseguinte, a Europa deve investir em infraestruturas digitais, a fim de melhorar a sua autonomia. É igualmente importante assegurar a inclusão digital, assegurando que as regiões menos desenvolvidas beneficiem de investimentos.

41. Recomendamos que a UE promova a educação sobre notícias falsas, desinformação e segurança em linha nas escolas europeias. Deve basear-se em exemplos de boas práticas em toda a UE. A UE deve criar uma organização especificamente responsável pela promoção deste trabalho e pela formulação de recomendações aos sistemas educativos. Deve também promover a educação não formal, bem como técnicas de ensino inovadoras e criativas (por exemplo, jogos participativos).

Fazemos esta recomendação porque a introdução de cursos sobre segurança on-line e cultura de segurança digital (luta contra fraudes on-line, notícias falsas, etc.) na escola é importante para dar a todos as ferramentas para se proteger contra ameaças on-line. É importante visar os jovens, que estão altamente expostos a essas ameaças. As escolas também podem comunicar com os pais para promover boas práticas. Estes cursos podem basear-se em exemplos de boas práticas na Europa (por exemplo, Finlândia), adaptando-se às necessidades de cada país.

Subeixo 5.3 Proteção de dados

42. Recomendamos que se limite ainda mais a utilização abusiva de dados por «gigantes de dados», aumentando a conformidade com o RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), criando mecanismos mais normalizados em toda a UE e assegurando que mesmo as empresas não europeias que operam na UE cumprem este regulamento. Esta melhoria deve proporcionar uma explicação clara e concisa das condições de utilização dos dados, a fim de evitar ambiguidades e fornecer informações adicionais sobre a forma como os dados serão utilizados e por quem, e para evitar que a reutilização e revenda dos dados sejam a opção por defeito. Deve assegurar que os dados sejam permanentemente apagados quando solicitados por um cidadão. Deverá igualmente reforçar a coerência do controlo do cumprimento das regras relativas à definição de perfis das pessoas com base nas suas atividades em linha. Propomos dois tipos de sanções: uma coima proporcional ao volume de negócios da empresa e às limitações das atividades da empresa.

Fazemos esta recomendação porque, atualmente, a transparência é muito limitada quanto ao tipo de dados recolhidos, à forma como são tratados e à identidade daqueles a quem são vendidos. Temos de limitar ainda mais os abusos de poder por parte de gigantes de dados e garantir que os cidadãos consentem no tratamento dos seus dados com conhecimento de causa.

43. Recomendamos a criação de uma agência pan-europeia independente que defina claramente comportamentos intrusivos (por exemplo, spam) e desenvolva orientações sobre a forma como os cidadãos podem opor-se ao tratamento dos seus dados e obter o seu apagamento, em especial de terceiros. Esta agência deve ter o mandato de identificar e sancionar os autores de fraudes e as organizações que não cumpram as regras. Deve centrar-se na garantia do cumprimento das regras da UE por parte das entidades estabelecidas fora da UE mas que aí operam. Seria financiado pelas instituições da UE e

consistiria num conselho conjunto de organismos independentes (ou seja, peritos do meio académico e entidades que representam profissionais). Deve ter um praesidium rotativo. Propomos dois tipos de sanções: uma coima proporcional ao volume de negócios das empresas e às limitações da atividade das empresas.

Fazemos esta recomendação porque não existe uma agência central com um mandato forte que possa ajudar os cidadãos, especialmente quando estes têm um problema e precisam de ajuda, aconselhamento ou apoio. Não existem regras claras e vinculativas que as empresas devem seguir. Quanto às sanções, não são aplicadas ou têm um impacto negligenciável nas empresas.

44. Recomendamos a criação de um sistema de certificação da UE que demonstre a conformidade com o RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) de forma transparente e que garanta que as informações sobre a proteção de dados sejam apresentadas de forma acessível, clara e simples. Este certificado seria obrigatório e visível nos sítios Web e nas plataformas. Deve ser emitida por um certificador independente a nível europeu, existente ou criado para o efeito, que não estaria ligado aos governos nacionais ou ao setor privado.

Fazemos esta recomendação porque atualmente há pouca ou nenhuma transparência sobre como os dados são protegidos por cada empresa, e os utentes/clientes não podem fazer escolhas informadas.

45. Recomendamos uma melhor explicação do RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e a melhoria da comunicação sobre o mesmo através da criação de um texto normalizado sobre a conformidade que utilize uma linguagem simples e clara, compreensível por todos. Este texto deve apresentar uma mensagem fundamental e/ou princípios fundamentais. O procedimento de consentimento deve ser mais visual (por exemplo, um pedido de autorização explícita de acesso telefónico através de um pedido). Deve ser acompanhada de uma campanha de informação (incluindo televisão) e, sistematicamente, de cursos obrigatórios (pelo menos para quem trabalha com dados) e aconselhamento sobre a intenção das pessoas que necessitam de assistência.

Fazemos esta recomendação porque, atualmente, a redação do RGPD é demasiado vaga e demasiado técnica e a quantidade de informação é esmagadora e não acessível a todos. A comunicação também não é semelhante entre os países e muitas vezes exclui diferentes grupos, principalmente idosos e pessoas nascidas antes do digital.

Subeixo 5.4 Transformação Digital e Saúde

46. O Tribunal recomenda que a UE aborde o problema das «falsas informações» por dois meios:

- **legislação que permite que as empresas de mídia social implementem algoritmos de aprendizado de máquina que podem destacar a confiabilidade das informações nas mídias sociais e novas mídias, fornecendo ao utente fontes de informação verificadas. Recomendamos que os algoritmos sejam controlados por peritos, a fim de garantir o seu bom funcionamento;**
- **a criação de uma plataforma digital para atribuir uma pontuação a informações provenientes de meios de comunicação tradicionais (por exemplo, televisão, impressão,**

rádio), independentemente dos interesses políticos e económicos, e que informe os cidadãos sobre a qualidade da informação sem aplicar qualquer forma de censura. Esta plataforma deve ser sujeita a escrutínio público e respeitar os mais elevados padrões de transparência, e a UE deve assegurar que os fundos que lhe são atribuídos são utilizados para o fim a que se destinam.

Fazemos esta recomendação porque os diferentes tipos de meios de comunicação social estão preocupados e acreditamos que as sanções ou a remoção de conteúdos podem conduzir à censura e minar a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. Recomendamos que os especialistas verifiquem e controlem o bom funcionamento do algoritmo para garantir que ele esteja funcionando corretamente. Por último, recomendamos que a plataforma seja apolítica e independente para garantir a transparência e a liberdade de expressão. Além disso, uma vez que é impossível eliminar completamente as informações falsas, a disponibilização destes instrumentos aos cidadãos contribuirá para reduzir os seus efeitos na Europa.

47. O Tribunal recomenda que a UE implemente diferentes ações para garantir uma utilização saudável da Internet:

- **Em primeiro lugar, a UE tem de resolver a falta de infraestruturas e equipamentos que impedem os cidadãos de aceder à Internet;**
 - **Em seguida, recomendamos que a UE incentive os Estados-Membros a implantar formação na Internet e os seus riscos para todos os grupos etários. Tal poderia ser feito através da introdução de cursos nas escolas para crianças e jovens e da criação de diferentes currículos e currículos para chegar aos cidadãos adultos e idosos. O conteúdo destes cursos deve ser determinado a nível europeu por um grupo de peritos independentes.**
 - **Por último, apelamos à UE para que tome todas as medidas necessárias para garantir que a digitalização da sociedade não exclua os idosos e para que os serviços essenciais também sejam acessíveis pessoalmente.**
-
- **A UE deve assegurar que os fundos especificamente afetados a estas atividades sejam utilizados para o fim a que se destinam.**

Fazemos esta recomendação, devido à falta de infraestruturas e equipamentos (por exemplo, dispositivos) em alguns lugares da Europa e à necessidade de assegurar a ligação antes de educar os cidadãos, uma vez que sabemos que o acesso à Internet é limitado em algumas regiões e para determinados perfis. Recomendamos que sejam organizados cursos para ajudar as crianças a adquirir competências digitais, fornecer programas adicionais para ajudar as pessoas mais velhas a digitalizar e tomar as medidas necessárias para garantir que a transformação digital não mina os direitos das pessoas mais velhas.

48. Recomendamos que a UE promova a educação dos cidadãos em cada Estado-Membro, a fim de reforçar o pensamento crítico, o ceticismo e a verificação de factos e ensiná-los a avaliar de forma independente se as informações são ou não fiáveis. Esta educação deve envolver a organização de cursos específicos ao nível do ensino básico e ser oferecida, noutros espaços públicos, a cidadãos de todas as idades que desejem beneficiar dela. A UE deve assegurar que os fundos especificamente afetados a estas atividades sejam utilizados para o fim a que se destinam.

Fazemos esta recomendação porque achamos que é impossível livrar-se completamente de informações falsas. Esta formação ajudará os cidadãos a reconhecê-los por si próprios. Em consequência, os efeitos da informação falsa sobre a sociedade e sobre os próprios cidadãos serão reduzidos. Além disso, proporcionaria aos cidadãos maiores oportunidades de ação, em vez de dependerem das instituições para obterem informações fiáveis.

Anexo: OUTRAS RECOMENDAÇÕES CONSIDERADAS PELO PAINEL QUE NÃO FORAM ADOTADAS

Eixo 3 Uma sociedade justa

Subeixo 3.2 Igualdade de direitos

O Tribunal recomenda que a UE crie um mecanismo para monitorizar e respeitar os direitos das minorias (por exemplo, um portal ou um serviço onde as pessoas possam apresentar queixas).

Fazemos esta recomendação porque acreditamos que cada indivíduo pode expressar sua opinião e tem o direito de procurar e receber ajuda. Tal gabinete é necessário para reduzir as tensões entre as minorias e a maioria.

Subeixo 3.3 Equidade/Subeixo 3.4 Acesso ao desporto

Recomendamos que a UE sensibilize para a atividade física através da «modelagem do papel», envolvendo figuras públicas (assim, os eventos organizados pelo Parlamento devem incluir alguma forma de atividade física ou movimento, durante alguns segundos, como alongamento, caminhada ou salto).

Fazemos esta recomendação porque a mobilização de figuras públicas para a atividade física aumentará a conscientização do público.

Eixo 5 Uma transformação digital ética e segura

Subeixo 5.3 Proteção de dados

Recomendamos a criação de um ID Web que armazene dados pessoais e sensíveis, mas que o disponibilize apenas às autoridades e à polícia. As plataformas e vendedores em linha utilizarão o código em linha associado a esse identificador Web e os dados necessários para uma determinada atividade. A definição predefinida para a partilha de dados utilizando este identificador deve ser não consentimento. Os dados só devem ser comunicados às partes diretamente interessadas e não a terceiros. Se os dados forem comunicados a um terceiro, um cidadão deve poder opor-se facilmente. Os dados só devem estar disponíveis durante um período de tempo limitado ou para uma transação específica. A autorização de utilização dos dados deve ser limitada no tempo ou definir claramente o que as empresas podem fazer com esses dados.

Fazemos essa recomendação porque, atualmente, as empresas podem coletar todos os dados, incluindo dados pessoais e dados sensíveis, e usá-los para muitos fins sem divulgar exatamente como e porquê. Assim, os operadores obtêm mais informações do que realmente precisam para nos fornecer serviços e podem então revender ou reutilizar outros dados sem o nosso consentimento. Ao mesmo tempo, tal assegurará a responsabilização dos utilizadores da Internet, preservando simultaneamente o seu anonimato relativo.

Painel dos Cidadãos Europeus 2: «Democracia europeia; valores e direitos, Estado de direito, segurança

RECOMENDAÇÕES ADOTADAS PELO PAINEL (A APRESENTAR EM SESSÃO PLENÁRIA)

Eixo 1: Garantia dos direitos e da não discriminação

Subeixo 1.1 Não discriminação/subeixo 1.2 Igualdade de género

1. «Recomendamos que a UE inclua critérios para combater a discriminação no mercado de trabalho (quotas para jovens, idosos, mulheres, minorias). Se as empresas preencherem estes critérios, receberão subvenções ou isenções fiscais.»

Recomendamos sensibilizar os funcionários para as seguintes questões:

- **instituições supranacionais e nacionais (por exemplo, sindicatos);**
- **mecanismos para garantir que as empresas cumprem as regras em vigor em matéria de não discriminação no local de trabalho;**
- **programas de qualificação para grupos sociais vítimas de discriminação no mercado de trabalho (jovens, idosos, mulheres, minorias).**

O Tribunal recomenda a adoção de legislação da UE em duas fases. Em primeiro lugar, devem ser concedidas subvenções à contratação de trabalhadores de certas categorias suscetíveis de serem discriminadas. Em segundo lugar, o ato legislativo deve exigir que os empregadores utilizem estes grupos por um período mínimo de tempo.

Com efeito, a UE é responsável por manter um equilíbrio entre os interesses do mercado livre e a proteção dos grupos vulneráveis que necessitam de ser legalmente protegidos. Grupos heterogéneos são desejáveis para as empresas, uma vez que oferecem diversas qualificações. As subvenções constituem um incentivo adicional a conceder às empresas.

2. «Recomendamos que a UE crie um programa de incentivo que facilite a criação de jardins de infância e de parques infantis a preços acessíveis em grandes e pequenas empresas. As instalações partilhadas constituem também uma solução viável para as pequenas empresas beneficiarem da subvenção.

Recomendamos que a UE obrigue as empresas a criar jardins de infância proporcionalmente ao número de trabalhadores.

Recomendamos isso porque conciliar a vida familiar e profissional melhora o desempenho no trabalho, reduz o desemprego e coloca os pais, especialmente as raparigas, em uma posição que lhes permite seguir suas carreiras. Com foco na dimensão social, a solução proposta garante a segurança das crianças e reduz as ansiedades dos pais.

Subeixo 1.3: Proteção dos direitos humanos e dos direitos da natureza e dos animais

3. «Recomendamos preservar o bem-estar e a sustentabilidade dos animais através da alteração da Diretiva 98/58/CE relativa à proteção dos animais nas explorações. É necessário definir critérios mínimos mais pormenorizados. Devem ser exatas, mensuráveis e limitadas no tempo. Os critérios mínimos devem ser estabelecidos de forma a conduzir a padrões mais elevados de bem-estar dos animais e, ao mesmo tempo, permitir a transição para um clima e um ambiente sustentáveis e uma agricultura ecológica.

Enquanto cidadãos, consideramos importante dispor de normas mínimas mais rigorosas a harmonizar na UE para a pecuária. Estamos conscientes de que a transição pode colocar problemas em alguns setores agrícolas que recebem subsídios e para os que estão em transição para uma agricultura ecológica e sustentável. No entanto, consideramos que é muito importante garantir que esta transição se realize.

4. Recomendamos a promoção de uma agricultura mais respeitadora do ambiente e do clima na Europa e em todo o mundo através, por exemplo, da tributação de todas as emissões negativas, pesticidas e utilização extrema da água, em função do seu impacto no ambiente. Os direitos aduaneiros sobre todos os produtos agrícolas importados para a União devem eliminar as vantagens competitivas dos países terceiros que não cumprem as mesmas normas que a União. Para promover uma agricultura respeitadora dos animais, recomendamos a tributação das emissões causadas pelo transporte de animais a longas distâncias.

Com a criação de um sistema deste tipo, consideramos que é possível apoiar a transição para uma agricultura respeitadora do clima e respeitadora do ambiente.

5. Embora muitas notícias falsas tenham circulado ultimamente, recomendamos que se promova uma cobertura mediática mais independente, objetiva e equilibrada, tomando as seguintes medidas: 1. desenvolver uma diretiva da UE que estabeleça normas mínimas em matéria de independência dos meios de comunicação social; 2. Promover, a nível da União, o desenvolvimento das competências dos meios de comunicação social para todos os cidadãos.»

A UE tem de elaborar uma diretiva que garanta a independência dos meios de comunicação social e a liberdade de expressão.

6. Recomendamos que deixemos de subsidiar a produção agrícola em massa, se esta não conduzir a uma transição para uma agricultura climática, ecológica e sustentável. Em vez disso, recomendamos redirecionar as subvenções para apoiar uma transição sustentável.

Em vez de subsidiar o setor agrícola da criação em massa, os subsídios devem ser redirecionados para explorações agrícolas em transição para cumprir as novas normas mínimas de bem-estar animal.

Subeixo 1.4 Direito à privacidade

7. «Recomendamos que as entidades que tratam dados pessoais sejam autorizadas a nível da UE. Estas entidades terão também de ser sujeitas a uma auditoria anual independente e externa sobre a proteção de dados. Estas entidades serão penalizadas por violações da proteção de dados proporcionalmente ao seu volume de negócios anual, de forma mais rigorosa do que nos termos do atual regulamento. A aprovação deve ser retirada após duas violações consecutivas e imediatamente após uma violação grave.

Recomendamos tais medidas, uma vez que a atual regulamentação (RGPD) não é suficiente e as entidades precisam de ser melhor controladas e sancionadas para garantir que não infringem a proteção de dados e o direito à privacidade.

8. «Recomendamos o reforço das competências da União nos seguintes domínios: 1) educação em matéria de proteção de dados, 2) sensibilização para a proteção de dados e 3) proteção dos dados pessoais dos menores. Recomendamos clarificar e reforçar as regras relativas ao tratamento de dados de menores no RGPD, incluindo as regras relativas ao consentimento, verificação da idade e controlo por tutores legais. Recomendamos também a introdução no RGPD de uma categoria especial para os dados sensíveis de menores (por exemplo, registo criminal, informações de saúde, nudez), de modo a que os menores sejam protegidos contra qualquer forma de abuso e discriminação.

Esta recomendação é necessária porque os menores são particularmente vulneráveis à proteção de dados e às violações da privacidade e porque, atualmente, a população em geral (especialmente menores, professores e tutores legais) não está suficientemente consciente da proteção de dados. Todos eles precisam aprender a usar serviços de dados on-line e off-line e proteger os direitos de privacidade das crianças. Além disso, os tutores legais podem muitas vezes consentir no tratamento dos dados das crianças sem estarem plenamente conscientes ou informados e as crianças podem falsificar o consentimento dos pais. Por último, esta recomendação é necessária porque não existe uma verdadeira campanha de sensibilização para a proteção de dados à escala da UE que vise, em especial, os menores, os tutores legais e os professores, embora essa campanha seja indispensável.

9. Recomendamos a criação de políticas de privacidade padronizadas e de formulários de consentimento de fácil compreensão, concisos e intuitivos, que indiquem claramente o que o tratamento de dados é estritamente necessário e o que é opcional. Recomendamos que a retirada do consentimento seja fácil, rápida e permanente. Recomendamos a proibição de as entidades restringirem os seus serviços mais do que o necessário se não tiver sido dado consentimento ao tratamento de dados opcional.

Recomendamo-lo porque as atuais regras da UE não são suficientemente precisas, a retirada do consentimento é longa, temporária e complexa e as entidades não têm interesse em oferecer os seus serviços aos cidadãos que invocam o seu direito à proteção de dados.

Eixo 2: Proteger a democracia e o Estado de direito

Subeixo 2.1 Proteção do Estado de direito

10. «Recomendamos que o Regulamento condicionalidade (2020/2092, adotado em 16 de dezembro de 2020) seja alterado para se aplicar a todas as violações do Estado de direito e não a violações com impacto no orçamento da UE.»

O Regulamento condicionalidade permite a suspensão do desembolso dos fundos da UE aos Estados-Membros que violam o Estado de direito. No entanto, na sua redação atual, aplica-se apenas a violações que tenham ou sejam suscetíveis de ter um impacto no orçamento da UE. Além disso, a atual redação do Regulamento condicionalidade protege o orçamento da UE e as instituições da UE e não os cidadãos dos Estados-Membros em causa. Por conseguinte, recomendamos a alteração do atual texto do regulamento para abranger todas as violações do Estado de direito.

11. «Recomendamos que a UE organize conferências anuais sobre o Estado de direito após a publicação do relatório anual sobre o Estado de direito (o mecanismo da Comissão para controlar o cumprimento do Estado de direito pelos Estados-Membros). Os Estados-Membros deverão ser obrigados a enviar várias delegações sociais nacionais à Conferência, incluindo cidadãos e funcionários públicos.»

Esta conferência promoverá o diálogo entre os cidadãos da UE sobre questões relacionadas com o Estado de direito, bem como o diálogo entre os cidadãos e os peritos que elaboram os relatórios anuais sobre o Estado de direito. Acreditamos que, num clima de apreciação e partilha mútuas, os participantes poderão trazer as melhores práticas e ideias de volta aos seus países de origem. Além disso, a conferência aumentaria a sensibilização e a compreensão do princípio do Estado de direito, bem como das conclusões e do processo subjacentes ao relatório anual sobre o Estado de direito. Atrairia também a atenção dos meios de comunicação social e permitiria aos cidadãos partilhar as suas experiências e compará-las com as conclusões do relatório.

Subeixo 2.2 Proteger e reforçar a democracia/subeixo 2.4 Meios de comunicação social e desinformação

12. «Recomendamos que a UE aplique as suas regras de concorrência de forma mais rigorosa no setor dos meios de comunicação social, a fim de assegurar a proteção do pluralismo dos meios de comunicação social em todos os Estados-Membros. A UE deve impedir os grandes monopólios dos meios de comunicação social e as nomeações políticas nos conselhos de administração dos meios de comunicação social. Recomendamos igualmente que a futura legislação da UE em matéria de liberdade dos meios de comunicação social inclua regras para impedir que os políticos sejam proprietários ou tenham uma forte influência no seu conteúdo.»

Recomendamo-lo porque a aplicação das regras de concorrência da UE promove um panorama pluralista dos meios de comunicação social em que os cidadãos têm uma escolha. Uma vez que a Comissão está atualmente a preparar um ato legislativo (sobre a liberdade dos meios de comunicação social) para a integridade do mercado dos meios de comunicação social da UE, deve igualmente prever-se que os meios de comunicação social não devem ser detidos ou influenciados por políticos.

Subeixo 2.3 Segurança

13. «Recomendamos que as instituições da UE desempenhem um papel mais importante com todos os instrumentos à sua disposição, incluindo os Centros Nacionais de Cibersegurança e a Agência da União Europeia para a Cibersegurança (ENISA), a fim de proteger os cidadãos, as organizações e as instituições de novas ameaças decorrentes de violações da cibersegurança e da utilização da inteligência artificial para fins criminosos. Recomendamos igualmente que as diretivas da Europa e das suas agências sejam devidamente aplicadas e divulgadas em todos os Estados-Membros.»

Recomendamo-lo porque os cidadãos se sentem impotentes e desconhecem o que a União Europeia está a fazer para combater estas ameaças. Recomendamo-lo porque estas ameaças constituem um grave problema de segurança a nível nacional e europeu. Recomendamo-lo porque a Europa deve ser um verdadeiro motor da inovação neste domínio.

14. «Recomendamos que, nas suas relações com os países externos, a União reforce em primeiro lugar os valores democráticos comuns nas suas fronteiras. Só depois de alcançado este objetivo é que recomendamos que a União se torne embaixadora do nosso modelo democrático nos países que estão dispostos a aplicar este modelo e estão dispostos a fazê-lo através da diplomacia e do diálogo.

Recomendamos esta medida porque temos que olhar para dentro antes de olhar para fora. Porque a Europa pode e deve ajudar os Estados-Membros a reforçar as suas democracias. Porque é também através do exemplo e do apoio aos esforços dos países externos em prol da democracia que nos protegemos.

Eixo 3: Reforma da União Europeia

Subeixo 3.1 Reforma institucional

15. «Recomendamos a alteração dos nomes das instituições da UE para clarificar as suas funções. Por exemplo, o Conselho da União Europeia poderia chamar-se Senado da União Europeia. A Comissão Europeia poderia ser chamada de Comissão Executiva da União Europeia.

O Tribunal recomenda-o, uma vez que é atualmente difícil para os cidadãos compreenderem os papéis e as funções de cada instituição da UE. Seus nomes não refletem suas funções. Não se pode esperar que os cidadãos estabeleçam uma distinção entre o Conselho da União Europeia, o Conselho Europeu e o Conselho da Europa. É importante evitar sobreposições.

16. Recomendamos a adoção de uma lei eleitoral para o Parlamento Europeu, que harmonize as condições eleitorais (idade do direito de voto, data das eleições, requisitos relativos às circunscrições eleitorais, candidatos, partidos políticos e respetivo financiamento). Os cidadãos europeus devem ter o direito de votar em diferentes partidos a nível da UE, cada um composto por candidatos de vários Estados-Membros. Durante um período de transição suficiente, os cidadãos poderiam ainda votar em partidos nacionais e transnacionais.

Recomendamo-lo porque a União precisa de desenvolver um sentimento de unidade, que poderá surgir através de uma eleição verdadeiramente unificada do Parlamento Europeu. Esta eleição conjunta permitirá capacitar os deputados ao Parlamento Europeu e centrar a campanha eleitoral em temas europeus comuns.

Subeixo 3.2 Tomada de decisão

17. Recomendamos a criação de uma plataforma em linha onde os cidadãos possam encontrar e solicitar informações factualmente verificadas. A plataforma deve ser claramente associada às instituições da UE, ser estruturada de forma temática e facilmente acessível (por exemplo, através da disponibilização de uma linha direta). Os cidadãos devem ter a oportunidade de fazer perguntas críticas a peritos (por exemplo, académicos, jornalistas) e de obter respostas factuais de fontes.

O livre acesso a informações factuais é da maior importância para a nossa sociedade, para que os cidadãos estejam bem informados e protegidos contra notícias falsas e desinformação. Precisamos de uma fonte de informação credível e independente que não seja influenciada por interesses políticos, económicos e nacionais. Além disso, a plataforma pode estabelecer uma ponte (ou seja, uma relação direta) entre os cidadãos e a UE.

18. Recomendamos a realização de um referendo à escala da UE, em casos excepcionais, sobre questões de grande importância para todos os cidadãos europeus. O referendo deve ser lançado pelo Parlamento Europeu e ser juridicamente vinculativo.

Os cidadãos da UE devem ter uma influência mais direta nas decisões importantes sobre questões europeias. No entanto, os referendos só devem ser realizados em circunstâncias excepcionais, uma vez que, tendo em conta o seu elevado custo, não seria possível realizá-los regularmente. Estamos conscientes de que esta recomendação pode exigir uma alteração do Tratado e a adaptação das constituições nacionais.

19. Recomendamos a criação de uma plataforma digital multifuncional através da qual os cidadãos possam votar em eleições e sondagens em linha. Os cidadãos devem ter a oportunidade de motivar o seu voto sobre questões importantes e propostas legislativas das instituições europeias. Esta plataforma deve ser segura, amplamente acessível e altamente visível para todos os cidadãos.

O objetivo desta plataforma é aumentar a participação na política europeia e facilitar o acesso dos cidadãos à consulta e à votação. Ferramentas e processos existentes não são visíveis o suficiente, e é por isso que precisamos de uma nova ferramenta integrada para essas diferentes funções. Uma maior participação conduz a melhores decisões, a uma maior confiança entre os cidadãos europeus e a um melhor funcionamento da União em geral.

20. «Recomendamos que os sistemas de votação nas instituições da UE sejam reavaliados, centrando-se na questão da votação por unanimidade. A «ponderação» dos votos deve ser calculada de forma justa, a fim de proteger os interesses dos pequenos países.

A unanimidade é um desafio importante para a tomada de decisões na UE. Dado o grande número de Estados-Membros, é muito difícil chegar a acordo. Se necessário, os Tratados europeus devem ser alterados para resolver a questão da unanimidade.

Subeixo 3.3 Integração mais próxima

21. «Recomendamos que a União realize investimentos públicos que conduzam à criação de postos de trabalho adequados e à melhoria e harmonização da qualidade de vida em toda a União, entre os Estados-Membros e nos Estados-Membros (ou seja, a nível regional). É necessário assegurar uma supervisão, transparência e comunicação eficazes aos cidadãos na execução dos investimentos públicos e permitir que os cidadãos acompanhem todo o processo de investimento. Para uma melhor qualidade de vida, devem ser feitos investimentos em domínios como a educação, a saúde, a habitação, as infraestruturas físicas, os cuidados a idosos e as pessoas com deficiência, tendo em conta as necessidades de cada Estado-Membro. Os investimentos adicionais devem ter por objetivo estabelecer um bom equilíbrio entre uma vida profissional e uma vida pessoal adequadas, a fim de permitir um estilo de vida saudável.

Recomendamos esta medida porque a harmonização do nível de vida na União melhorará o progresso económico em toda a União, conduzindo a uma União Europeia unificada. Trata-se de um indicador fundamental para uma maior integração da União. Embora alguns destes mecanismos já estejam em vigor, acreditamos que ainda podem ser melhorados.

22. «Recomendamos o estabelecimento de uma base comum, baseada num conjunto de indicadores económicos e de qualidade de vida, para todos os Estados-Membros, a fim de oferecer igualdade de oportunidades e colocar todos em pé de igualdade para alcançar uma estrutura económica comum. É importante que esta base comum seja estabelecida de acordo com um calendário claro e realista estabelecido pelas instituições sob recomendação dos peritos. Os peritos devem igualmente ser consultados sobre a forma dessa estrutura económica comum. É igualmente importante que os indicadores em que se baseia esta base comum sejam definidos de forma mais precisa com a ajuda de peritos.

Recomendamos isto porque, se tivermos uma União justa, teremos uma Europa mais unida. Para sermos justos, temos de oferecer igualdade de oportunidades e uma base comum para toda a União. Só será possível alcançar uma estrutura económica comum quando for estabelecida uma base comum.

23. Recomendamos tributar as grandes empresas e o rendimento das empresas para contribuir para o investimento público e utilizar a tributação para investir na educação e no desenvolvimento em cada país (I & D, bolsas de estudo — Erasmus, etc.). É igualmente importante assegurar que os paraísos fiscais sejam abolidos na UE.»

Recomendamos esta medida, uma vez que ajudará a prevenir a evasão fiscal e a criação de paraísos fiscais e a promover o cumprimento.

Eixo 4: Construir uma identidade europeia

Subeixo 4.1 Educação para a democracia

24. Recomendamos que a educação para a democracia na UE melhore e atinja um nível mínimo de conhecimentos em todos os Estados-Membros. Esta educação deve abranger, mas não exclusivamente, processos democráticos e informações gerais sobre a União, que devem ser ensinadas em todos os Estados-Membros da UE. Deve ser enriquecida por um conjunto de diferentes conceitos destinados a ensinar o processo democrático, que deve ser atraente e adequado à idade.

Esta recomendação e as suas razões são importantes porque, se for aplicada, conduzirá a uma vida mais harmoniosa e democrática na União. As justificações são as seguintes: os jovens seriam educados em processos democráticos; esta educação poderia limitar o populismo e a desinformação no debate público; poderia reduzir a discriminação; e, finalmente, tornaria possível educar e mobilizar os cidadãos para a democracia para além do seu simples dever de voto.

25. «Recomendamos que as tecnologias de tradução existentes e emergentes, como a inteligência artificial, sejam mais desenvolvidas, melhoradas e tornadas mais acessíveis, a fim de reduzir as barreiras linguísticas e reforçar a identidade e a democracia comuns na UE.»

Esta recomendação e as razões que a justificam são importantes porque, se for aplicada, contribuirá para a construção de uma identidade europeia comum, melhorando a comunicação entre os cidadãos de todos os Estados-Membros.

26. Recomendamos que as informações verificáveis sejam facilmente acessíveis, em termos compreensíveis, aos cidadãos através de uma aplicação móvel, a fim de melhorar a transparência, o debate público e a democracia. Esta aplicação poderia ser utilizada para divulgar informações sobre, por exemplo, legislação, debates na UE, alterações aos Tratados, etc.

Esta recomendação e as razões que a justificam são importantes porque, se for aplicada, facilitará a comunicação na medida em que permitirá um debate mais informado entre os cidadãos dos diferentes Estados-Membros, através de uma aplicação que poderia ter muitas funções diferentes. Esta aplicação deve ser concebida de modo a poder ser do interesse de todos e capaz de atrair ainda mais curiosidade e tornar as informações técnicas mais acessíveis e atrativas. O pedido deve ser visto como uma fonte complementar, que divulga informações oficialmente verificadas diretamente pela União, a fim de aumentar a confiança e a transparência no debate público e contribuir para a construção de uma identidade europeia comum.

Subeixo 4.2 Valores europeus e identidade

27. «Recomendamos que a UE crie um fundo especial para interações em linha e fora de linha (ou seja, programas de intercâmbio, painéis, reuniões) de curta e longa duração entre os cidadãos da UE, a fim de reforçar a identidade europeia. Os participantes devem ser representativos da sociedade na União, incluindo grupos selecionados de forma orientada com base em vários critérios, ou seja, critérios demográficos, socioeconómicos e profissionais. Os objetivos deste fundo devem ser claramente indicados, a fim de promover a identidade europeia, e este fundo deve ser avaliado a intervalos regulares.

Recomendamo-lo, uma vez que este tipo de interação permite aos cidadãos partilhar ideias, e intercâmbios mais longos permitem-lhes compreender diferentes culturas e partilhar experiências, incluindo práticas profissionais. É necessário um fundo da UE, uma vez que é importante que todos possam participar, incluindo aqueles que normalmente não participam.

28. «Recomendamos que a UE invista rapidamente na luta contra a desinformação, apoiando as organizações e iniciativas existentes, como o Código de Conduta sobre Desinformação e o Observatório Europeu dos Meios de Comunicação Digitais, bem como iniciativas comparáveis nos Estados-Membros. Poderiam ser aplicadas contramedidas diferentes: a verificação dos factos, a sensibilização para a desinformação, a produção de estatísticas de fácil acesso, a imposição de sanções adequadas, ao abrigo de um quadro jurídico, às pessoas que divulgam a desinformação e a luta contra as fontes de desinformação.

Esta recomendação é importante porque a desinformação e a desinformação, tanto no interior como no exterior da UE, têm por efeito criar conflitos entre os cidadãos da UE, polarizar a sociedade, comprometer a democracia e prejudicar a economia. Dada a complexidade do tema, são necessários recursos humanos e financeiros significativos.

29. «Recomendamos 1) aumentar a frequência das interações em linha e fora de linha entre a União e os seus cidadãos (ou seja, entrevistar diretamente os cidadãos sobre questões europeias e criar uma plataforma de fácil utilização para garantir que todos os cidadãos possam interagir com as instituições e funcionários da UE); e 2) garantir que os cidadãos possam participar no processo de elaboração de políticas da UE, expressar as suas opiniões e obter feedback, e recomendamos a criação de uma Carta ou Código de Conduta ou de orientações para os funcionários da UE. Devem existir diferentes meios de interação para que cada cidadão possa participar.

Recomendamos esta medida porque existem várias formas de entrar em contacto com as instituições europeias (plataformas em linha, organismos representativos), mas não são conhecidas, não são eficazes e não são transparentes. A acessibilidade varia consideravelmente de país para país. Interações mais frequentes e melhores darão origem a um sentimento de apropriação da cidadania europeia.

30. Recomendamos que a identidade e os valores europeus (ou seja, o Estado de direito, a democracia e a solidariedade) desempenhem um papel especial no processo de integração dos migrantes. Podem ser previstas diferentes medidas, como a criação de programas ou o apoio a programas (locais) já existentes, a fim de incentivar as interações sociais entre os migrantes e os cidadãos da UE, ou a participação de empresas em programas de apoio à integração dos migrantes. Ao mesmo tempo, devem ser lançados programas semelhantes para sensibilizar os cidadãos da UE para as questões relacionadas com a migração.

Esta recomendação é importante, uma vez que os programas de interação social podem ajudar os migrantes nas suas novas vidas e permitir que os não migrantes compreendam melhor o quotidiano dos migrantes. Se os migrantes vivem em guetos, não há possibilidade de os integrar na sociedade a nível nacional ou da UE. É necessária uma política comum, uma vez que, uma vez que os migrantes entram no território da União, podem dirigir-se a todos os países da UE. As iniciativas locais devem ser apoiadas, uma vez que os governos locais utilizarão os fundos de forma mais eficaz do que a nível nacional.

Subeixo 4.3 Informação da UE

31. «Recomendamos que a UE informe melhor os cidadãos europeus. Para o efeito, a União deve utilizar todos os meios necessários, respeitando simultaneamente a liberdade e a independência dos meios de comunicação social. Deverá fornecer aos meios de comunicação social recursos e informações gerais e fiáveis sobre as atividades e as políticas da União. A União deve assegurar que as informações sejam divulgadas de forma equitativa em todos os Estados-Membros através dos meios de comunicação social nacionais e europeus e garantir que os Estados-Membros incentivem os organismos de radiodifusão públicos e as agências de notícias públicas a lidarem com questões europeias.»

Recomendamo-lo porque, na nossa experiência pessoal e de acordo com os dados do Eurobarómetro, a maioria dos cidadãos europeus é informada pelos principais meios de comunicação social (imprensa, rádio e televisão) e estes canais oferecem atualmente muito pouca informação sobre a UE. Os meios de comunicação social, incluindo os meios de comunicação públicos, têm uma função de serviço público. Por conseguinte, é essencial abordar as questões europeias que afetam a população europeia, a fim de desempenhar esta função. O Tribunal recomenda que as informações da UE divulgadas nos diferentes Estados-Membros sejam as mesmas, a fim de promover a integração, e recomendamos que se evitem informações divergentes sobre diferentes questões em cada país. É mais conveniente e mais barato usar canais de mídia existentes do que criar um novo canal, para o mesmo resultado. Os canais existentes também têm a vantagem de serem já conhecidos dos cidadãos. Nenhum cidadão deve ter de escolher entre diferentes canais para aceder a conteúdos diferentes (nacionais ou europeus).

32. «Recomendamos que a UE crie e promova fóruns em linha multilingues e reuniões fora de linha que permitam aos cidadãos participar num debate com representantes da UE, independentemente do tema e do âmbito geográfico da questão levantada. As respostas às questões levantadas nestes fóruns em linha e nas reuniões fora de linha devem ser fornecidas num curto espaço de tempo bem definido. Todas as informações relacionadas a esses espaços devem ser centralizadas em um site oficial integrado com diferentes recursos, como um espaço para perguntas frequentes, a possibilidade de compartilhar ideias, propostas ou preocupações com outros cidadãos, e um mecanismo para indicar quais os que mais recebem apoio. Em qualquer caso, o acesso a este site deve ser fácil e uma linguagem não burocrática deve ser usada.

Recomendamo-lo porque é uma forma de criar uma ponte direta entre os cidadãos europeus e os representantes europeus para falar e envolver-se em conjunto, para facilitar o acesso dos cidadãos à informação sobre a União e para os informar melhor sobre as informações já disponíveis. Tal criará uma União mais transparente e aberta e ajudará os cidadãos a partilhar os seus problemas e reflexões e a receber respostas e soluções políticas, e permitirá aos cidadãos envolver e partilhar perspetivas e experiências com outros cidadãos.

33. "Recomendamos que as instituições e os representantes da UE utilizem uma linguagem mais acessível e evitem utilizar termos burocráticos nas suas comunicações, mantendo simultaneamente a qualidade e o nível técnico das informações fornecidas. A União deve também adaptar as informações que fornece aos cidadãos através de diferentes canais de

comunicação e audiências diferentes (por exemplo, jornais, televisão, redes sociais). A UE deve envidar esforços especiais para adaptar a comunicação aos meios de comunicação digitais, a fim de aumentar a sua capacidade de chegar aos jovens."

Recomendamos esta medida, uma vez que dispor de informações compreensíveis permitirá à União chegar a mais cidadãos europeus e não apenas àqueles que estão empenhados. Com novos instrumentos modernos destinados a públicos específicos, os cidadãos compreenderão melhor as atividades e as políticas da UE, em especial os jovens que não se sentem próximos ou ligados à UE.

Eixo 5: Reforçar a participação dos cidadãos

Subeixo 5.1 Participação dos cidadãos

34. «Recomendamos a presença de observadores de cidadãos independentes em todos os processos decisórios da UE. Deveria existir um fórum ou um órgão permanente de representantes dos cidadãos, que seria responsável pela divulgação de informações relevantes e importantes a todos os cidadãos da União definidos como tal. Estes cidadãos envolver-se-iam com todos os outros cidadãos europeus numa abordagem do topo para a base/da base para o topo, que continuaria a desenvolver o diálogo entre os cidadãos e as instituições da UE.»

É claro que os cidadãos merecem ser mantidos informados sobre todas as questões, e é importante garantir que os políticos não podem ignorar algumas das questões que preferem ignorar. Tal medida colmataria o fosso entre os cidadãos e os representantes eleitos, estabelecendo novas vias de confiança.

35. «Recomendamos que a União reabra o debate sobre a constituição da Europa com vista à elaboração de uma Constituição inspirada pelos cidadãos da União. Os cidadãos devem poder votar a favor dessa constituição. A fim de evitar qualquer conflito com os Estados-Membros, os valores dos direitos humanos e da democracia devem ser incluídos prioritariamente nesta Constituição. Ao elaborar essa Constituição, é preciso ter em conta os esforços anteriores que nunca resultaram numa Constituição.

Porque esta Constituição envolveria os jovens na política a nível da UE e impediria as forças do nacionalismo que estão a ganhar terreno. Proporcionaria uma definição comum do que é a democracia na Europa e seria aplicada de forma equitativa em todos os Estados-Membros. Porque a UE partilha valores comuns em matéria de democracia e direitos humanos. Porque os cidadãos teriam a oportunidade de participar no processo de decisão e de se identificarem mais com a União, participando nesse processo.

36. Recomendamos que os políticos sejam mais responsáveis pela forma como representam os cidadãos que os elegeram. Os jovens, em particular, estão particularmente afastados da política e não são regulas a sério quando participam. Mas o desinteresse é um problema universal e as pessoas de todas as idades devem estar mais engajadas do que estão agora.

Porque a definição de democracia deve ser atualizada. Temos de nos lembrar do que é realmente a democracia. Porque os jovens já tiveram o suficiente e estão desiludidos pelos políticos que veem como elites que não compartilham suas opiniões. É por esta razão que os cidadãos têm de estar mais empenhados de uma forma original e atrativa. O sistema educativo, as redes sociais e todas as outras formas de comunicação social podem desempenhar este papel ao longo do ciclo de vida e em todas as línguas.

Subeixo 5.2 Participação dos cidadãos

37. «Recomendamos que a UE se aproxime dos cidadãos de uma forma mais assertiva. Para o efeito, os Estados-Membros devem participar na promoção da participação dos cidadãos na União. A União deve promover a utilização de mecanismos de participação dos cidadãos através da criação de campanhas comerciais e publicitárias. Os governos nacionais e locais devem ser obrigados a participar neste processo. A União deve assegurar a eficácia das plataformas de democracia participativa.»

Recomendamos isto porque a plataforma que já existe tem de ser reforçada e tornada mais eficaz: é necessário que haja mais reações dos cidadãos à UE e vice-versa. Não há debate suficiente na UE, tanto entre cidadãos como entre governos. Porque os cidadãos não apresentam petições, quer porque não sabem que o mecanismo existe, quer porque não acreditam que tais petições possam ser bem sucedidas.

38. «Recomendamos que a União crie e aplique currículos para as escolas sobre o que está a ser feito na UE no que diz respeito aos mecanismos de participação. Esses programas devem ser integrados nos currículos escolares sobre cidadania e ética europeias, com conteúdos adaptados à idade dos alunos. Devem também existir programas para adultos. Os programas de aprendizagem ao longo da vida devem ser disponibilizados aos cidadãos, a fim de aprofundarem os seus conhecimentos sobre as oportunidades de participação dos cidadãos na União.»

Recomendamos esta medida porque é importante para o futuro de nossos filhos. Os cidadãos querem saber expressar a sua voz. É importante que conheçam os mecanismos exatos e como podem ser utilizados, para que a sua voz seja ouvida pela União. Isto é importante para que todos os cidadãos europeus sejam colocados em pé de igualdade. Enquanto cidadãos europeus, precisamos de saber como utilizar os nossos direitos. Enquanto cidadãos europeus, temos o direito de conhecer esta informação.

Subeixo 5.3 Participação dos cidadãos

39. Recomendamos que a União organize assembleias de cidadãos. Recomendamos vivamente que sejam postas em prática ao abrigo de uma lei ou regulamentação juridicamente vinculativa e obrigatória. Estas assembleias de cidadãos devem realizar-se a cada 12 a 18 meses. A participação dos cidadãos não deve ser obrigatória, mas deve ser incentivada, embora seja organizada com base em mandatos limitados. Os participantes devem ser selecionados ao calhas de acordo com critérios de representatividade. Não devem representar qualquer tipo de organização e não devem ser chamadas a participar devido à sua função profissional quando são membros da assembleia. Se necessário, será prestado apoio por peritos para assegurar que os membros da assembleia dispõem de

informações suficientes para deliberar. A tomada de decisões estará nas mãos dos cidadãos. A União deve garantir o empenho dos políticos nas decisões tomadas pelos cidadãos nas assembleias de cidadãos. Se as propostas dos cidadãos forem ignoradas ou explicitamente rejeitadas, as instituições europeias devem apresentar um relatório sobre as mesmas, indicando as razões pelas quais esta decisão foi tomada.

Recomendamos a criação de assembleias de cidadãos, porque queremos que os cidadãos se sintam mais próximos das instituições europeias e contribuam diretamente para a tomada de decisões, juntamente com os políticos, a fim de reforçar o sentimento de pertença e a eficácia direta. Além disso, queremos que os partidos políticos sejam responsabilizados perante os cidadãos, incluindo os seus programas eleitorais.

Anexo: OUTRAS RECOMENDAÇÕES CONSIDERADAS PELO PAINEL MAS NÃO ADOTADAS

Eixo 1: Garantia dos direitos e da não discriminação

Subeixo 1.1 Não discriminação/subeixo 1.2 Igualdade de género

«Recomendamos que a UE envolva ativamente as minorias na elaboração de políticas sobre aspetos fundamentais das instituições estatais (por exemplo, a polícia e as ONG). Recomendamos que a União crie um conselho consultivo, diretamente eleito por minorias. Deve ser composto principalmente por representantes de minorias, incluindo também representantes de ONG. Deve desempenhar um papel de formação na sensibilização dos funcionários públicos para as necessidades das minorias. Este órgão deve ter um veto sobre questões minoritárias.

Recomendamos isto porque as vozes das minorias não são suficientemente ouvidas. Devem exprimir-se em seu próprio nome, de forma autodeterminada e a nível profissional; é por isso que combinamos a representação através da votação e dos conhecimentos especializados.

Eixo 2: Proteger a democracia e o Estado de direito

Subeixo 2.2 Proteger e reforçar a democracia/subeixo 2.4 Meios de comunicação social e desinformação

«Recomendamos a criação de uma agência de monitorização dos meios audiovisuais, impressos e digitais a nível europeu. Esta agência deve verificar se os meios de comunicação social nacionais estão a seguir um processo imparcial e objetivo na produção dos seus conteúdos. A fim de evitar a desinformação, a Agência deve prever um sistema de classificação da fiabilidade dos meios de comunicação nacionais. Este sistema de classificação deve ser fácil de compreender para os cidadãos.

Recomendamo-lo porque precisamos de uma avaliação dos meios de comunicação social e da sua fiabilidade, mas também da diversidade dos meios de comunicação social nos países da UE. Uma agência europeia seria o organismo mais objetivo para assegurar essa missão. Além disso, esse sistema de classificação permite que os cidadãos façam escolhas informadas e incentiva os

meios de comunicação social a fornecerem informações fiáveis. Se o sistema de notação se revelar insuficiente para garantir a fiabilidade dos meios de comunicação social, a agência deve também ter poderes para impor sanções.

Eixo 5: Reforçar a participação dos cidadãos

Subeixo 5.1 Participação dos cidadãos

«Recomendamos a criação de um órgão representativo dos cidadãos para debater e contribuir significativamente para o processo de tomada de decisão — sempre que uma questão fundamental para os cidadãos europeus for decidida a nível da UE (de acordo com a decisão dos cidadãos — eventualmente através de uma investigação). Trata-se de um grupo heterogéneo de cerca de 100 cidadãos de todos os países da UE, em que cada país está igualmente representado. Deve ser um grupo rotativo, cujos membros são substituídos regularmente.

Porque é importante evitar problemas como a corrupção, que podem surgir de um órgão representativo permanente, e é vital que esse organismo tenha uma representação igual de todos os países para evitar um poder de decisão injusto. Porque este modo de funcionamento evitaria problemas relacionados com a instalação ou o uso constante de tecnologias remotas.

Painel dos Cidadãos Europeus 3: Alterações climáticas e ambiente/saúde

RECOMENDAÇÕES ADOTADAS PELO PAINEL (A APRESENTAR AO PLENÁRIO)

Eixo 1: Melhores modos de vida

Subeixo 1.1 Estilos de vida saudáveis

1. Recomendamos que a UE conceda subsídios à agricultura biológica, incluindo incentivos aos pesticidas biológicos, a fim de tornar os produtos biológicos mais acessíveis. Além disso, a UE tem de apoiar a educação dos agricultores em matéria de agricultura biológica e sustentável e de monoculturas. As pequenas explorações biológicas, as explorações agrícolas não intensivas e as explorações com cadeias de abastecimento curtas devem beneficiar de apoio que lhes permita ser mais competitivas.

Subsidiar os produtos biológicos tornaria-os mais acessíveis. Devemos ajudar os supermercados a utilizar cadeias de abastecimento mais curtas e os pequenos agricultores, oferecendo-lhes oportunidades para venderem os seus produtos. Isso permite ampliar o acesso a produtos mais frescos. Além disso, os baixos preços dos produtos não biológicos não refletem os danos que causam.

2. O Tribunal recomenda que a inovação na agricultura vertical seja financiada por investimentos da UE.

A agricultura vertical permite-nos poupar espaço terrestre que poderia, em vez disso, ser utilizado para a silvicultura. Também não requer pesticidas, permitindo-nos produzir mais alimentos orgânicos. Além disso, não é afetada por condições meteorológicas adversas, que são cada vez mais comuns devido às alterações climáticas, e pode encurtar as cadeias de abastecimento.

3. A UE deve estabelecer normas mínimas em matéria de qualidade dos alimentos, rastreabilidade dos alimentos e consumo de produtos sazonais nas cantinas escolares. Os ingredientes saudáveis para as cantinas escolares devem, por conseguinte, ser subsidiados, a fim de proporcionar aos alunos alimentos de qualidade e a preços acessíveis.

Adquirimos desde cedo hábitos que moldam nossa atitude em relação à saúde; os bons hábitos devem ser incentivados na escola e os alunos podem reproduzi-los em casa. É também uma questão de justiça social: todos os estudantes da UE devem ter direito a uma alimentação de qualidade na escola.

4. Recomendamos investir em novas ciclovias e melhorar as trilhas existentes, a fim de tornar o ciclismo seguro e atraente e garantir que todas as faixas etárias possam beneficiar da formação em regras de trânsito rodoviário na Europa, especialmente para utentes de bicicletas eletrônicas e pessoas sem carteira de condutor. Os fabricantes de bicicletas elétricas devem ser obrigados a fornecer informações sobre a utilização da bicicleta

elétrica e os riscos associados. Deve ser concedida proteção jurídica aos ciclistas em caso de acidente que envolva um veículo (ver regulamentação neerlandesa). Somos a favor de zonas sem carros nas cidades (sem prejudicar as zonas comerciais). Em termos mais gerais, recomendamos que se dê prioridade e direitos adicionais aos ciclistas e peões sobre os veículos motorizados, garantindo simultaneamente a segurança rodoviária e o cumprimento das regras de trânsito.

Estas recomendações são importantes porque a bicicleta traz benefícios em termos de saúde individual e pública, qualidade do ar, níveis de ruído, clima e tráfego nos centros das cidades. Os ciclistas e peões devem sentir-se seguros, tendo em conta os riscos associados ao aumento da utilização da bicicleta elétrica. Às vezes, faltam pistas de ciclismo ou estão em mau estado.

5. Recomendamos a integração da produção de alimentos na educação pública. Recomendamos subsidiar e apoiar a criação de jardins nas escolas, se possível, e projetos de jardinagem urbana em espaços públicos e privados. Os quadros de planeamento urbano devem integrar a necessidade de espaço, água e infraestruturas de apoio. Por exemplo, os antigos parques de estacionamento poderiam ser utilizados para projetos de ecologização, poderiam ser realizados projetos de jardinagem vertical em edifícios ou a obtenção de licenças de construção poderia ser condicionada pela integração de espaços verdes. Recomendamos a partilha de boas práticas inovadoras em todos os Estados-Membros.

Os projetos de jardinagem promovem a resiliência das cidades e dos seus habitantes, reunindo pessoas de diferentes idades e grupos sociais. A multiplicação de espaços verdes melhora a qualidade de vida, a qualidade do ar, a saúde mental e física e o ambiente.

Subeixo 1.2 Educação ambiental

6. Recomendamos que a UE adote uma diretiva que exija que os programas de planeamento urbano cumpram os requisitos ambientais específicos, a fim de tornar as cidades mais ecológicas. A presente diretiva deve aplicar-se aos bens e espaços privados e públicos, em especial aos novos edifícios em fase de desenvolvimento. Deve impor normas mínimas para garantir que os edifícios e os espaços sejam o mais ecológicos possível. O adjetivo «verde» refere-se à utilização de fontes de energia renováveis, à redução do consumo de energia, às baixas emissões de CO₂ e à inclusão de plantas em projetos arquitetónicos.

As cidades mais verdes contribuem ativamente para reduzir os efeitos das alterações climáticas e das emissões de CO₂ e de ozono, em particular, que têm um impacto negativo na saúde dos cidadãos. O investimento em cidades mais verdes contribui para um desenvolvimento comunitário sustentável que proporciona benefícios económicos e sociais a longo prazo.

7. Recomendamos que a UE, com a assistência dos Estados-Membros, desenvolva, adote e aplique uma Carta Europeia comum que incida sobre as questões ambientais na sua complexidade. A Carta proporcionará aos Estados-Membros um quadro para organizar campanhas regulares de informação e formação, divulgadas através de todos os canais de comunicação social disponíveis e num novo portal de informação criado para o efeito. Estas campanhas devem ser organizadas em toda a UE e a todos os níveis, a fim de sensibilizar todos os cidadãos para o ambiente.

A falta de coordenação entre os Estados-Membros dificulta a eficácia das campanhas existentes e abranda os esforços para enfrentar o desafio global das alterações climáticas. Uma carta comum promoverá sinergias entre os planos de ação dos Estados-Membros, garantindo uma maior eficácia dos esforços. Além disso, assegurará que sejam fornecidas aos cidadãos informações coerentes e coerentes sobre o impacto das suas ações quotidianas, como a escolha do modo de transporte e o tratamento dos seus resíduos.

Eixo 2: Proteção do meio ambiente e da saúde

Subeixo 2.1 Um ambiente natural saudável

8. O Tribunal recomenda um sistema uniforme de ecoscore que mostre a pegada ambiental global de cada produto disponível adquirido na UE. Os produtos provenientes de países terceiros devem respeitar este sistema de ecoscore de forma transparente. Este sistema deve basear-se em critérios de classificação claros aplicáveis aos próprios produtos e utilizar, por exemplo, um código QR que forneça informações mais pormenorizadas sobre o produto.

Esta informação sobre o ciclo de vida dos produtos é fundamental para todos os cidadãos da UE, a fim de capacitar os consumidores nas suas compras. Tal permitirá aos cidadãos da UE tomar decisões responsáveis que contribuam para a proteção do seu ambiente.

9. Recomendamos que sejam feitos mais investimentos para explorar novas fontes de energia respeitadoras do ambiente e, até à implantação dessas novas fontes, que sejam afetados investimentos adicionais às soluções ótimas de produção de energia existentes. Recomendamos também informar e educar de forma transparente os cidadãos europeus sobre fontes de energia específicas. Recomendamos vivamente que se tenham em conta os impactos ecológicos e sociais globais do processo de produção de energia para as gerações atuais e futuras.

Enfrentamos níveis muito elevados de emissões de carbono e outras substâncias tóxicas provenientes da produção de energia que degradam o clima e a qualidade do ar. Para cumprir as orientações da UE, as recomendações dos relatórios do PIAC e os objetivos da COP26, precisamos de reforçar a investigação e o investimento para alcançar uma produção de energia com impacto neutro no clima.

Subeixo 2.2 Proteger a nossa biodiversidade

10. Recomendamos uma redução drástica da utilização de pesticidas e fertilizantes químicos em todos os tipos de agricultura, assegurando a aplicação de normas comuns mais rigorosas, acelerando a investigação sobre alternativas naturais e apoiando a adoção de novas soluções, incluindo a formação dos agricultores.

Embora se tenham registado progressos em matéria de fertilizantes e pesticidas alternativos, a maior parte deles ainda não é utilizável pelas grandes explorações agrícolas. Por conseguinte, é necessário um esforço mais sustentado para desenvolver novas soluções. A investigação deve ser incentivada através da despesa pública e de normas mais rigorosas para a utilização de pesticidas e fertilizantes. Os resultados da investigação devem ser rapidamente divulgados a nível da UE.

11. Recomendamos o alargamento das áreas protegidas para a conservação da biodiversidade (mamíferos, aves, insetos e plantas) e o reforço do Estado de direito no que respeita à intervenção humana nestas áreas. As zonas protegidas serão consideradas não só como ilhéus, mas também como um contínuo com zonas urbanas mais verdes, em conformidade com as normas harmonizadas da UE.

A biodiversidade sofre muito com a desflorestação. A criação de áreas protegidas é um dos principais meios de proteção da biodiversidade terrestre. No entanto, é difícil preservar áreas protegidas perto de cidades poluídas ou evitar interferências humanas quando as áreas circundantes deixam pouco espaço para a natureza. Precisamos de ecologizar as áreas vivas e integrá-las na sua natureza envolvente.

12. Recomendamos a reorientação dos subsídios genéricos à agricultura principalmente para projetos relacionados com o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, incluindo o respeito pela natureza e pelos trabalhadores. Os beneficiários devem respeitar normas ambientais claras e ser acompanhados de perto.

Consideramos que só deve ser incentivada a agricultura sustentável, o que implica a reafetação dos fundos atualmente utilizados para os subsídios genéricos. Além disso, é possível aumentar a eficiência dos fundos utilizados centrando-se em projetos transformadores e soluções inovadoras e não em pagamentos anuais. Deve ser assegurado um melhor acompanhamento do impacto ecológico das atividades e projetos agrícolas. Os direitos humanos dos trabalhadores também devem ser vistos como parte integrante da sustentabilidade.

13. O Tribunal recomenda que a UE assegure uma concorrência leal para os produtos agrícolas respeitadores do ambiente, estabelecendo normas mais rigorosas tanto para os produtos da UE como para os produtos importados, garantindo a rastreabilidade, a rotulagem e o controlo da qualidade.

A menor produtividade dos produtos agrícolas sustentáveis compromete a sua competitividade em termos de custos. Os produtos importados devem cumprir as mesmas normas rigorosas no que diz respeito ao impacto ambiental da sua produção. As nossas autoridades devem poder assegurar a rastreabilidade dos produtos agrícolas importados.

14. Recomendamos uma reflorestação e florestação rápidas e maciças na UE, graças à otimização da utilização dos solos. Deve ser dada especial atenção à reflorestação de florestas exploradas ou destruídas e à florestação de zonas com solos degradados. Devem ser promovidas novas soluções mais responsáveis para uma melhor utilização da madeira, por exemplo, para substituir os plásticos e outros produtos químicos, alcançar uma maior eficiência energética a partir da biomassa e reciclar produtos de madeira.

A reflorestação tem um claro impacto positivo no ambiente e na biodiversidade em geral. Ao mesmo tempo, precisamos de usar menos madeira para nos aquecer, mas mais para torná-los produtos com alto valor acrescentado; por exemplo, para substituir plásticos, o uso de madeira é primordial.

Subeixo 2.3 Alimentos seguros e saudáveis

15. Recomendamos a remoção rápida e gradual de embalagens insustentáveis utilizadas para alimentos, incluindo embalagens de plástico e outras embalagens não biodegradáveis. Para o efeito, sugerimos a oferta de incentivos financeiros às empresas que se deslocam para formas de embalagem totalmente biodegradáveis, investindo na procura de alternativas e impondo sanções às empresas que não utilizam embalagens biodegradáveis.

Os resíduos plásticos, especialmente os microplásticos, estão a tornar-se cada vez mais abundantes e lentamente degradantes. O consumo de plástico compromete a qualidade e a segurança dos alimentos e, ao mesmo tempo, coloca riscos para a saúde humana e animal. Além disso, a legislação da UE em vigor para reduzir as embalagens não biodegradáveis é insuficiente.

16. Recomendamos o abandono gradual da agricultura intensiva, incluindo o fim das condições de vida degradantes dos animais. Propomos estabelecer normas comuns para a pecuária (por exemplo, número máximo de animais, espaços exteriores adaptados) e investir mais em métodos não intensivos (agricultura extensiva e sustentável), proporcionando incentivos financeiros e formação aos agricultores para apoiar este desenvolvimento.

A eliminação progressiva da agricultura intensiva reduzirá os níveis de poluição ambiental e reforçará a proteção da natureza. Além disso, a eliminação progressiva da pecuária intensiva reduzirá a quantidade de medicamentos necessários para combater as doenças dos animais e melhorar a qualidade da nossa alimentação. A agricultura intensiva também não respeita o bem-estar dos animais, mas existem formas de agricultura mais sustentáveis, como a agricultura extensiva; é necessário conceder subsídios aos agricultores para os ajudar a seguir este caminho.

17. Recomendamos o reforço dos controlos da proibição da utilização desnecessária de antibióticos e outros medicamentos veterinários nos aditivos para a alimentação animal: vamos fazer com que esta iniciativa aconteça! Propomos que a utilização de antibióticos na pecuária só seja permitida quando absolutamente necessária, para proteger a saúde e o bem-estar dos animais, e não de forma preventiva. Além disso, é necessário investir mais na procura de antibióticos mais eficazes, desenvolvendo alternativas, aproveitando simultaneamente a investigação em curso neste domínio.

A resistência humana aos antibióticos é reduzida devido ao consumo de alimentos derivados de animais aos quais foram administrados antibióticos. Além disso, é necessário tempo para desenvolver soluções adequadas para substituir os antibióticos existentes e para garantir que os agricultores sejam informados e dispostos a utilizá-los. Reconhecemos que existem diretivas da UE relativas aos antibióticos; no entanto, estas não foram aplicadas da mesma forma em todos os Estados-Membros. Por último, os medicamentos veterinários são utilizados de forma abusiva para fins de dopagem; por conseguinte, uma legislação mais rigorosa neste domínio reforçará o bem-estar dos animais e melhorará a sua qualidade de vida.

18. O Tribunal recomenda que a legislação da UE exija a comunicação da utilização de substâncias hormonais e de desreguladores endócrinos na produção de alimentos, a fim de especificar o tipo, a quantidade e a exposição do produto final utilizado. Os rótulos que indiquem claramente as substâncias presentes e as razões da sua utilização devem figurar na embalagem de todos os produtos alimentares em causa. Além disso, a investigação

sobre os efeitos das substâncias hormonais e dos desreguladores endócrinos na saúde humana deve ser acelerada.

Atualmente, a rastreabilidade dos produtos alimentares é insuficiente, em especial no que diz respeito às substâncias hormonais e aos desreguladores endócrinos. Acreditamos que a transparência na produção de alimentos é necessária para cumprir a responsabilidade. Além disso, os consumidores devem poder conhecer a composição, na sua totalidade, dos géneros alimentícios que consomem e poder escolher livremente o que comem. Além disso, não existe investigação suficiente sobre o impacto nos seres humanos (e potenciais riscos) associado ao consumo de produtos alimentares que contenham substâncias hormonais e desreguladores endócrinos.

19. Recomendamos desencorajar o consumo de alimentos processados, aplicando impostos sobre os alimentos prejudiciais à saúde e investindo fundos em alimentos saudáveis. Propomos a criação de um sistema de classificação a nível europeu para os alimentos saudáveis, baseado nas melhores práticas dos Estados-Membros, e a colocação de rótulos nos alimentos para informar os consumidores sobre os seus efeitos na saúde.

Desta forma, os fundos angariados podem ser utilizados para desenvolver campanhas de sensibilização e promoção, dar prioridade à alimentação saudável no setor da educação e tornar os alimentos não saudáveis menos visíveis nos supermercados. Os investimentos em alimentos saudáveis também contribuem para melhorar a saúde geral da população e, conseqüentemente, reduzir o nível de despesa pública necessário para enfrentar os problemas de saúde decorrentes da má nutrição. Além disso, acreditamos que os impostos e subsídios incentivarão as empresas a produzir alimentos mais saudáveis.

Eixo 3: reorientar a nossa economia e consumo

Subeixo 3.1 Regular a sobreprodução e o consumo excessivo

20. Recomendamos que a UE tome mais medidas para permitir que os consumidores utilizem os produtos por mais tempo e que os incentive a fazê-lo. A UE deve combater a obsolescência planeada, alargando a garantia do produto e fixando um preço máximo para as peças sobresselentes após o termo do período de garantia. Todos os Estados-Membros devem introduzir uma redução fiscal para os serviços de reparação, como é o caso na Suécia. Os fabricantes devem ser obrigados a indicar o tempo de vida previsto dos seus produtos. A UE deve fornecer informações sobre a forma de reutilizar e reparar produtos através de um sítio Web e através da educação.

A nossa sociedade dos resíduos não é viável porque gera demasiados resíduos. Com a aplicação das medidas propostas, evuiremos para uma sociedade em que os produtos serão reutilizados e reparados, cujo número diminuirá, reduzindo assim o consumo excessivo.

21. Recomendamos que a UE aplique normas ambientais mais rigorosas e assegure condições de trabalho justas ao longo da cadeia de produção. As normas de produção da UE devem ser mais sustentáveis e harmonizadas entre os Estados-Membros e aplicadas às mercadorias importadas. Estas normas devem também ser de natureza social, incluindo um rendimento digno para os trabalhadores e condições de trabalho satisfatórias nas fábricas. Devem existir consequências para as mercadorias que não cumprem estas normas.

É importante estabelecer normas de fabrico homogéneas do ponto de vista ambiental e social na Europa, a fim de garantir que todos os produtos oferecidos sejam produzidos de forma sustentável. Estas medidas são essenciais para reorientar a nossa economia e alterar os padrões de produção das empresas.

22. Recomendamos que a UE e os Estados-Membros adotem medidas para limitar a publicidade de produtos prejudiciais para o ambiente. Os produtos de baixa durabilidade devem ser sujeitos a uma cláusula de não responsabilidade obrigatória em todas as formas de publicidade que demonstre que são prejudiciais para o ambiente. A UE deve proibir a publicidade a produtos que não sejam de todo sustentáveis.

A publicidade incentiva o consumo; os produtos que prejudicam o ambiente não devem ser destacados. Desta forma, os consumidores terão menos probabilidades de comprar produtos nocivos para o ambiente.

23. Recomendamos que a UE crie e desenvolva uma infraestrutura de sistemas de depósito para todas as embalagens primárias de vidro, plástico, alumínio, etc., de forma uniforme em toda a UE. Os fabricantes devem, na medida do possível, reutilizar a embalagem de retorno esterilizando-as em vez de simplesmente reciclar os materiais. Além das embalagens de alimentos e bebidas, o dispositivo também deve abranger outros tipos de garrafas e recipientes, como garrafas de champô.

Atualmente, os consumidores estão a lançar demasiadas embalagens, poluindo e destruindo os nossos ecossistemas. Os sistemas de depósito ajudam a reduzir os resíduos, incentivando os cidadãos a trazer de volta as embalagens em vez de os deitar fora. Através do desenvolvimento deste sistema, utilizaremos menos recursos; a quantidade de resíduos gerados será reduzida.

Subeixo 3.2 Redução de resíduos

24. Recomendamos que se promova uma aplicação mais forte das políticas da economia circular a nível europeu, dirigidas tanto às empresas como aos cidadãos, sob a forma de incentivos financeiros para aqueles que as cumprem.

Muitas pessoas acabarão por ficar desempregadas se as empresas de produção reduzirem a sua mão de obra ou mesmo acabarem num estado de cessação do pagamento/ferimento. As medidas de reconversão para os desempregados incentivarão práticas respeitadoras do ambiente, limitando simultaneamente o desemprego e promovendo a modernização de uma economia diversificada.

25. Recomendamos que a UE regule a utilização de embalagens ambientalmente seguras (ou seja, embalagens baseadas em materiais biodegradáveis, recicláveis ou mais sustentáveis, se possível) e/ou a utilização de embalagens menos volumosas, também com um código QR que forneça informações relevantes para o processo de reciclagem e/ou eliminação das embalagens após a utilização.

Esta recomendação resultará numa redução das embalagens, numa redução dos resíduos e, conseqüentemente, na poluição; o ambiente será, por conseguinte, mais limpo e, em última análise, a pegada de carbono será menor. A carga fiscal sobre os produtores será igualmente inferior.

Subeixo 3.3 Produtos justos, igualdade de acesso e consumo justo

26. Recomendamos que a União Europeia estabeleça um quadro jurídico para garantir que todos os consumidores europeus tenham um acesso mais acessível e melhorado a produtos alimentares de qualidade e locais.

Com efeito, não existe atualmente uma interpretação comum, a nível da UE, do que deve ser considerado um alimento local e de qualidade. Esta lacuna tem de ser preenchida.

A importação de produtos de má qualidade tem um impacto negativo direto no ambiente. Para combater as alterações climáticas, temos de combater todas as suas causas, incluindo a importação de produtos de baixa qualidade: é necessário reduzir a distância de transporte e promover os produtos sazonais.

Esta recomendação é promissora, uma vez que poderia aplicar-se igualmente aos produtos não alimentares.

27. Recomendamos que a União Europeia incentive a investigação e o desenvolvimento através de programas de financiamento, a fim de garantir a disponibilidade no mercado europeu de produtos mais sustentáveis e a preços acessíveis. A União Europeia deve também realizar consultas com os cidadãos, a todos os níveis de tomada de decisão, incluindo a nível local, para determinar as suas necessidades de produtos sustentáveis.

Consideramos que a investigação sobre produtos sustentáveis é insuficiente e que é urgente afetar mais recursos financeiros à investigação para que os europeus possam aceder a produtos sustentáveis a preços mais acessíveis.

Os cidadãos devem participar no processo de tomada de decisões. O programa de ações de investigação e inovação deve ser elaborado em conjunto com os cidadãos. Devem ser informados do seguimento dado e os resultados devem ser-lhes comunicados.

28. Recomendamos que a União Europeia introduza um mecanismo regulamentar para os artigos de moda que entram no mercado comum. Este mecanismo destina-se a incentivar um melhor consumo através de um indicador que garanta que o produto satisfaz os critérios de sustentabilidade.

O setor da moda, que produz demasiados produtos de má qualidade fora das fronteiras europeias, não aplica normas éticas e não adota comportamentos sustentáveis.

Precisamos de encontrar um mecanismo justo que permita aos consumidores consumir melhor. No entanto, é importante não aumentar os impostos, o que teria consequências negativas para os consumidores ao reduzir o seu poder de compra.

Os consumidores devem saber em que condições os produtos que compram são fabricados e se cumprem normas de qualidade sustentáveis.

Eixo 4: rumo a uma sociedade sustentável

Subeixo 4.1 Energias renováveis, a partir de agora

29. Recomendamos que a UE tome medidas para tornar obrigatórios os filtros de CO₂, especialmente para as centrais a carvão, durante um período transitório, desde que continuemos a depender da energia convencional. Além disso, o Tribunal recomenda que a

UE preste assistência financeira aos Estados-Membros que não dispõem de recursos financeiros para implementar filtros de CO2. A ajuda está subordinada ao cumprimento das políticas da UE em matéria de clima relacionadas com o Acordo de Paris, o Pacto Ecológico e qualquer nova legislação em matéria de clima.

Trata-se de um passo concreto a dar em paralelo com o investimento contínuo na investigação sobre a segurança da produção de energia e que visa ajudar os Estados-Membros da UE a alcançar gradualmente os objetivos comuns de redução das emissões de CO2.

Sabemos que a utilização de combustíveis convencionais conduz a emissões de gases com efeito de estufa e que os Estados-Membros da UE têm de reduzir a utilização de combustíveis convencionais para cumprir o Acordo de Paris. Uma vez que não é possível pôr imediatamente termo às emissões de CO2 e continuamos dependentes do carvão, temos de tomar medidas a curto e médio prazo.

A redução das emissões de CO2 é de interesse comum para todos os cidadãos, tanto dentro como fora da UE; a UE, enquanto instituição, tem as suas próprias responsabilidades e a instituição formula recomendações e fornece soluções, uma vez que os Estados-Membros não podem alcançar os objetivos sozinhos.

30. Recomendamos reduzir a produção industrial intensiva para reduzir a produção de metano e a poluição da água. Para o efeito, a UE está a rever a sua política agrícola comum para orientar os seus subsídios para uma agricultura sustentável e local, nomeadamente através de um sistema de rotulagem que permita aos consumidores reconhecer produtos à base de carne sustentáveis. Incentivamos também a UE a investir em métodos de reutilização de resíduos provenientes da produção animal e de outras indústrias.

A população está a crescer, o que resultará num aumento da procura de carne no futuro. É por isso que o consumo de carne tem de ser reduzido.

Uma vez que o metano produz gases com efeito de estufa, acreditamos que é natural começar por reduzir as emissões dos animais.

Todos sabemos que deve ser consumida menos carne e, por conseguinte, o número de bovinos deve ser reduzido em conformidade.

31. Embora a produção de hidrogénio verde seja um processo caro, pois é preciso 75 % de energia para obter 25 % de hidrogénio, esse tipo de energia tem muitos aspetos positivos. A melhor solução pode ser produzir energia livre de CO2 juntamente com o desenvolvimento de hidrogénio verde. A energia eólica deve ser utilizada para a produção de hidrogénio verde e a UE deve investir mais e aumentar a produção de energia eólica e armazená-la para necessidades futuras.

O hidrogénio verde é flexível e pode ser armazenado para uso quando necessário. Não causa poluição por CO2.

Subeixo 4.2 Alteração de apoio

32. Recomendamos que a UE crie um sistema de coerção e recompensa para combater a poluição, incluindo a água, o solo, o ar e as radiações. Devem ser aplicadas coimas aos poluidores, combinadas com o apoio obrigatório de uma organização especializada, especificamente concebida para ajudar as entidades a eliminar a poluição e a restaurar o

ecossistema. Esta organização especializada deve desempenhar um papel de liderança na prevenção e no controlo dos níveis de poluição.

Porque é importante concentrar-se nas responsabilidades dos poluidores e incentivar as entidades a reduzir a poluição, visando a poluição zero. É essencial ter um planeta saudável, pois está diretamente ligado ao nosso bem-estar e à nossa existência futura.

33. Recomendamos que a UE crie um sítio/plataforma específico, verificado por vários peritos — com informações científicas ambientais diversificadas e regularmente atualizadas — que seja facilmente acessível e transparente para todos os cidadãos. Este sítio/plataforma será associado a um fórum onde os cidadãos e os peritos podem interagir. Também recomendamos o lançamento de uma campanha de mídia para promover este site/plataforma (por exemplo, através de mídias sociais como YouTube, TikTok e LinkedIn).

Todos os cidadãos devem dispor de fontes de informação independentes, baseadas em dados científicos, para compreender os desafios relacionados com as alterações climáticas (suas consequências e as medidas a tomar para revertê-las), bem como para lidar com notícias falsas. A campanha para os meios de comunicação social sensibilizará para a existência desta plataforma/sítio Web. Também é importante que as informações fornecidas pelo site/plataforma sejam compreensíveis para todos os cidadãos, com acesso a material de origem para aqueles que desejam aprofundar o tema.

34. Recomendamos que a UE reduza a quantidade de mercadorias importadas que não cumprem as normas da UE em matéria de pegada ambiental.

Ao fazê-lo, garantimos que as mercadorias importadas para a UE tenham uma pegada mais ecológica. O objetivo é reduzir a poluição a nível mundial. É igualmente importante apresentar as normas aos países que pretendam exportar mercadorias para a UE.

35. Recomendamos que a UE incentive, promova e facilite o diálogo sobre as alterações climáticas entre todos os níveis de tomada de decisão, desde muito locais (cidadãos) até mundiais (nacionais, internacionais e intercontinentais), a fim de dar resposta às preocupações de todas as partes interessadas.

Porque o diálogo e o consenso são a melhor forma de enfrentar os desafios das alterações climáticas: se as partes se entenderem, há mais vontade de encontrar um terreno comum.

Subeixo 4.3 Transporte a favor do meio ambiente

36. O Tribunal recomenda que a UE apoie financeiramente os Estados-Membros europeus para melhorar a conectividade nas zonas rurais. Para tal, é necessário desenvolver uma rede europeia de transportes públicos baseada em preços acessíveis (priorizar os caminhos de ferro) e incentivar a utilização dos transportes públicos. Para o efeito, a conectividade à Internet deve também ser desenvolvida num prazo curto e realista nas zonas rurais.

Fazemos esta recomendação porque não há igualdade de acesso aos transportes públicos e à conectividade à Internet entre as zonas rurais e urbanas. Um projeto europeu comum seria reforçado, uma vez que todos os cidadãos sentiriam os mesmos direitos. O reforço da rede de

transportes públicos e da conectividade à Internet incentivaria as pessoas a instalarem-se nas zonas rurais. Este processo reduziria a poluição, uma vez que menos pessoas viveriam em cidades superlotadas.

37. Recomendamos a melhoria das infraestruturas de transporte existentes que tenham caído em desuso ou que possam ser melhoradas do ponto de vista ecológico (estabelecimento de comboios elétricos). Este processo deve ser realizado sem prejuízo de zonas protegidas do ponto de vista ambiental.

A melhoria das infraestruturas existentes evitaria gastar demasiados recursos e prejudicaria áreas protegidas importantes para a conservação da biodiversidade. O aumento das infraestruturas ferroviárias reduziria as emissões de CO₂ e promoveria a mobilidade das pessoas das zonas urbanas para as zonas rurais.

38. Recomendamos que a UE incentive a aquisição de veículos elétricos que cumpram boas normas de vida útil das baterias. Para o efeito, a UE poderia beneficiar de incentivos para todos os Estados-Membros e melhorar as infraestruturas de eletricidade. Ao mesmo tempo, a UE deve investir no desenvolvimento de outras tecnologias limpas, como os biocombustíveis e o hidrogénio para veículos cuja eletrificação é difícil de alcançar, como barcos e camiões.

Fazemos esta recomendação porque a eletricidade é a forma mais rápida de reduzir as emissões dos veículos, com outras fontes de energia, como o hidrogénio e os biocombustíveis. Com efeito, a solução mais rápida, económica e viável é a eletricidade, seguida dos biocombustíveis. A longo prazo, o hidrogénio verde deve desempenhar um papel complementar na cobertura dos modos de transporte que não podem ser eletrificados.

Eixo 5 Cuidados para todos

Subeixo 5.1 Reforçar o sistema de saúde

39. Recomendamos que a União Europeia garanta normas sanitárias comuns, mas também defenda salários mínimos dignos, horários máximos de trabalho e as mesmas normas de formação, para as mesmas qualificações, para os profissionais de saúde em toda a União Europeia.

Se não dispusermos de normas comuns em matéria de cuidados de saúde, salários e formação comum para os profissionais de saúde, as diferenças entre os Estados-Membros poderão conduzir a situações desequilibradas em toda a União Europeia. A normalização dos cuidados de saúde pode contribuir para um sistema mais forte, mais eficiente e mais resiliente (por exemplo, a crise da COVID-19 no que diz respeito à estabilidade dos nossos sistemas). Além disso, facilitaria a partilha de conhecimentos e informações no setor dos profissionais de saúde.

40. Recomendamos que a União Europeia assegure que os tratamentos em toda a UE sejam de igual qualidade e a um custo local justo. Tal poderia ser assegurado, por exemplo, através do alargamento das competências da Agência Europeia de Medicamentos (EMA) ou da criação de uma nova agência europeia de contratos públicos, que seria competente para negociar e obter preços mais adequados para os medicamentos para todos os Estados-Membros. O risco de monopólios na indústria farmacêutica deve ser minimizado.

A igualdade das disposições médicas e do tratamento na UE garante a igualdade de direitos em matéria de saúde para todos os cidadãos europeus. O aumento da capacidade de compra garante melhores condições de compra. No entanto, tal não deve conduzir a estruturas monopolistas e a grupos de pressão farmacêuticos. A gestão da crise da COVID-19 tem sido um bom exemplo de gestão colaborativa da saúde por parte da União Europeia no seu conjunto.

41. Recomendamos a criação de uma base de dados europeia sobre cuidados de saúde, na qual os registos médicos estariam acessíveis em caso de emergência ou doença. A participação deve ser facultativa e a proteção dos dados pessoais deve ser assegurada.

O acesso aos dados e a utilização dos dados permitem reagir rapidamente nos casos em que a vida está em risco. A pirataria ou a utilização abusiva constituem grandes ameaças a um sistema europeu de bases de dados de cuidados de saúde deste tipo, pelo que é necessário proteger os dados, ao passo que a participação continua a ser facultativa e, naturalmente, para prevenir ameaças relacionadas com a segurança.

42. Recomendamos que a União Europeia continue a desenvolver e sincronizar os programas existentes de investigação e inovação no domínio da saúde, como é o caso do atual programa Horizonte Europa. Os resultados dos estudos devem estar disponíveis gratuitamente em todos os Estados-Membros.

A cooperação científica a nível da UE poderia enriquecer as capacidades científicas e os conhecimentos de investigadores individuais. A partilha de conhecimentos poderia, por exemplo, conduzir a um diagnóstico precoce e a melhores tratamentos para reduzir as doenças graves e fatais em toda a Europa. Promoveria igualmente a autossuficiência europeia em medicamentos e equipamentos.

43. O Tribunal recomenda que a UE aumente o seu orçamento para projetos conjuntos de investigação e inovação no domínio da saúde (sem cortes orçamentais noutros programas da UE relacionados com a saúde). Tal reforçaria igualmente as instituições científicas e de investigação europeias no seu conjunto.

A investigação e os investimentos no domínio da saúde reforçarão a medicina preventiva a longo prazo e reduzirão os custos relacionados com a saúde. O aumento do financiamento poderia impedir a fuga de cérebros da Europa para outros países desenvolvidos com orçamentos mais elevados de I & D para a saúde. Este financiamento não deve provir dos recursos financeiros existentes para os cuidados de saúde.

Subeixo 5.2 Uma visão mais ampla da saúde

44. O Tribunal recomenda a criação de uma Semana da Saúde enquanto iniciativa da UE em todos os Estados-Membros, na mesma semana, dedicada a todas as questões de saúde, com especial incidência na saúde mental. Durante esta semana, todos os principais temas de saúde mental serão abordados e promovidos coletivamente, bem como outras iniciativas já existentes, como as da Saúde Mental Europa.

Fazemos esta recomendação porque todos os cidadãos europeus devem sentir-se aceites e incluídos, especialmente se sofrerem de problemas de saúde mental. Além disso, é necessário

uniformizar e melhorar a sensibilização para os problemas de saúde mental, bem como prevenir problemas sociais conexos, como a discriminação. Além disso, uma vez que os problemas de saúde mental aumentaram com a pandemia e são suscetíveis de continuar, esta iniciativa é ainda mais importante.

45. Recomendamos que os produtos de higiene feminina deixem de ser considerados produtos de luxo em termos de tributação, uma vez que são produtos essenciais. Também recomendamos que os produtos contraceptivos hormonais utilizados por razões médicas, como fibromialgia e endometriose, sejam tributados como tratamento médico regular. Recomendamos igualmente que a União Europeia incentive a harmonização dos tratamentos reprodutivos medicamente assistidos para todas as raparigas (solteiras ou casadas) em todos os Estados-Membros.

Em alguns países europeus, os produtos de higiene das raparigas são tributados como produtos de luxo, o que é injusto. Alguns contraceptivos hormonais são utilizados para fins médicos e, por conseguinte, devem ser tributados em conformidade. Uma vez que os tratamentos reprodutivos para as mulheres, como a fertilização in vitro e os métodos de congelação de ovos, têm condições de elegibilidade diferentes entre os Estados-Membros, e a União Europeia deve esforçar-se por harmonizá-los.

46. Recomendamos que a União Europeia adote uma posição firme para incentivar todos os Estados-Membros a incluírem nos seus currículos escolares, se for caso disso, questões relacionadas com a saúde mental e a educação sexual. Para ajudar os Estados-Membros a adotar estas questões nos currículos escolares, a União Europeia deve desenvolver e disponibilizar um programa normalizado sobre saúde mental e questões sexuais.

É necessário reduzir a discriminação e os tabus no que diz respeito aos problemas de saúde mental. A desinformação e as abordagens não científicas devem também ser evitadas. Além disso, a educação sexual é fundamental para uma vida e comunidade saudáveis, e previne problemas como a gravidez na adolescência.

47. Recomendamos que a União Europeia desenvolva um melhor sistema de comunicação para todas as suas iniciativas em matéria de saúde mental, nomeadamente o portal de saúde pública sobre as melhores práticas, nos Estados-Membros e para todos os cidadãos. Os deputados europeus poderiam apresentar estas melhores práticas uns aos outros, a fim de as tornar mais conhecidas em todos os Estados-Membros.

Os cidadãos não estão bem informados sobre as iniciativas da UE e a partilha de boas práticas permite-nos aprender uns com os outros.

Subeixo 5.3 Igualdade de acesso à saúde para todos

48. Recomendamos que a UE estabeleça e promova normas mínimas para os cuidados dentários de qualidade, incluindo a profilaxia, para todos os Estados-Membros da UE. As crianças, os grupos de baixa renda e outros grupos vulneráveis devem receber cuidados odontológicos gratuitos. No prazo de 15-20 anos, a UE deve assegurar que os cuidados dentários a preços acessíveis sejam acessíveis a todos.

Fazemos esta recomendação porque, atualmente, os cuidados dentários não são acessíveis a muitas pessoas que vivem na UE. A ausência de cuidados odontológicos e de profilaxia dentária prejudica as suas perspetivas de saúde e de vida. A UE deve começar por estabelecer uma norma mínima para os cuidados dentários e exigir cuidados odontológicos gratuitos para crianças e grupos de baixos rendimentos. Eventualmente, todos devem ter direito a cuidados odontológicos de qualidade.

49. Recomendamos a inclusão da saúde e dos cuidados de saúde nas competências partilhadas entre a UE e os seus Estados-Membros. A fim de incluir esta nova competência partilhada, é necessário alterar o artigo 4.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

Estamos a fazer esta recomendação porque a União Europeia não dispõe atualmente de poderes suficientes para legislar no domínio dos cuidados de saúde. A pandemia de COVID-19 demonstrou a necessidade de uma maior presença da UE nas políticas de saúde. Esta alteração ao Tratado permitirá à UE envidar mais esforços para garantir os cuidados de saúde a todos os cidadãos da UE e emitir regulamentos e decisões vinculativas.

50. Recomendamos que a UE ofereça cursos gratuitos de primeiros socorros a todos os cidadãos da UE. A UE poderia considerar a possibilidade de tornar estes cursos obrigatórios para os estudantes e no local de trabalho (tanto no setor público como no setor privado). Estes cursos também devem ser práticos, recorrentes e adaptados à idade dos alunos. Deve também estar disponível um número mínimo de desfibriladores em locais públicos em todos os Estados-Membros da UE.

Recomendamo-lo porque muitas pessoas na União Europeia não estão preparadas para agir quando uma pessoa precisa de ajuda e porque não conhecem técnicas de primeiros socorros. É por isso que muitas vidas estão perdidas. Em alguns lugares públicos, nenhum desfibrilador está disponível.

51. Recomendamos que a União Europeia assegure que os prestadores de cuidados de saúde privados não beneficiem injustamente de fundos públicos e não utilizem os recursos dos sistemas de saúde públicos. A União Europeia deve formular recomendações firmes aos Estados-Membros no sentido de aumentar o financiamento dos cuidados de saúde pública.

Fazemos esta recomendação porque a União Europeia e os seus Estados-Membros têm a obrigação de garantir o acesso de todos os seus cidadãos aos cuidados de saúde. Além disso, um sistema de saúde pública mais forte exige também uma melhor preparação para futuras pandemias.

Anexo: OUTRAS RECOMENDAÇÕES CONSIDERADAS PELO PAINEL QUE NÃO FORAM ADOTADAS

Eixo 1: Melhores modos de vida

Subeixo 1.1 Estilos de vida saudáveis

Recomendamos que a UE envie uma recomendação a todos os Estados-Membros sobre as melhores práticas em matéria de proibição ou restrição da publicidade ao álcool e ao

tabaco em todas as formas de meios de comunicação social e para todos os grupos etários, mas com especial atenção para o público jovem. A UE deve assegurar a aplicação da legislação que restringe a venda destes produtos a menores. Todos os Estados-Membros devem assegurar a aplicação, com sanções, das disposições legais relativas ao tabagismo nos espaços públicos, em especial nas escolas, e criar espaços reservados aos fumadores.

Estilos de vida prejudiciais para a saúde não podem aparecer na publicidade e devem ser menos visíveis na vida pública. Além disso, uma vez que o álcool e o tabaco estão entre as substâncias nocivas mais utilizadas, esta recomendação evitará o seu uso indevido.

Recomendamos que a UE incentive os Estados-Membros a incluírem cursos nos programas escolares nacionais para aprender a cozer de forma sustentável, saudável e saborosa. Para o efeito, a UE pode disponibilizar guias de cozinha saudáveis, tanto em linha como em papel. Os jovens devem ser contactados através de publicidade ativa nas redes sociais e tradicionais. Também devemos educar os pais a aprender a usar melhor os alimentos para adotar um estilo de vida saudável. A investigação neste domínio deve ser promovida e enriquecida.

Organizar aulas de culinária e nutrição na escola melhoraria a saúde dos jovens e desencorajaria o consumo de fast food. Educar os jovens permitiria-lhes explicar aos pais o que aprenderam. Além disso, educar os pais sobre estilos de vida saudáveis permitiria-lhes dar um exemplo aos seus filhos.

Recomendamos que se intensifique a campanha pública da Comissão Europeia em prol de estilos de vida saudáveis, HealthyLifestyle4All, e o impacto positivo da atividade social através de exemplos concretos e de uma estratégia global. Devem ser definidas campanhas de informação para grupos-alvo bem estruturados e devem ser escolhidos meios de comunicação adequados para cada um desses grupos. Além disso, é importante criar sistemas de recompensa e de incentivo para promover comportamentos positivos. As campanhas devem envolver influenciadores, celebridades ou autoridades. Devem destacar os benefícios duplos para a saúde, o ambiente e o clima. Além disso, devem ser disponibilizadas subvenções em todos os Estados-Membros para promover infraestruturas desportivas públicas gratuitas.

Estilos de vida mais saudáveis têm um efeito positivo no sistema de saúde porque reduzem os problemas de saúde. A saúde física afeta a saúde mental e a felicidade. As campanhas atuais não são suficientemente conhecidas. Eles são mais eficazes e motivadores quando personalidades e influenciadores estão associados a ele.

Recomendamos uma campanha de informação sobre alimentação saudável e nutrição. A UE deve incentivar uma tributação mais elevada da carne e do açúcar nos Estados-Membros. Deve examinar as possibilidades de distinguir entre alimentos saudáveis e alimentos nocivos e aplicar-lhes IVA diferenciado. Recomendamos que sejam colocados sinais de alerta muito claros em produtos muito nocivos para a saúde (como os produtos do tabaco). Além disso, recomendamos um sistema de pontuação nutricional à escala europeia, que forneça informações relevantes e um código QR que permita aos consumidores tomar decisões mais informadas. Explorar oportunidades para tornar os alimentos saudáveis mais baratos do que os junk food e incentivar ainda mais os agricultores a produzir produtos saudáveis.

Uma dieta saudável é a base de uma vida saudável. É necessário intervir tanto do lado do produtor como do lado do consumidor. A produção de produtos saudáveis também tem efeitos positivos no ambiente e pode ajudar a apoiar os agricultores locais. Se a produção de alimentos saudáveis aumenta, os preços caem e a procura aumenta.

Subeixo 1.2 Educação ambiental

O Tribunal recomenda que a UE crie um mecanismo de financiamento para promover a inclusão de um programa de educação ambiental a longo prazo nos sistemas nacionais de educação para as crianças nas escolas primárias e secundárias. Este mecanismo de financiamento deve incluir o financiamento dos pais que necessitam de assistência financeira.

Os sistemas educativos atuais não contêm elementos práticos suficientes que facilitem interações diretas e profundas entre as crianças e o ambiente. Os programas existentes, concebidos numa perspetiva de curto prazo, são heterogéneos e não promovem a necessária mudança de atitude. Os pais devem ser apoiados para garantir que todas as crianças possam beneficiar igualmente do programa e que nenhuma delas seja excluída por razões financeiras.

Eixo 2: Proteção do meio ambiente e da saúde

Subeixo 2.1 Um ambiente natural saudável

Recomendamos a aplicação imediata da mais elevada norma de qualidade da água possível em toda a UE. Para economizar água, oferecemos um sistema de recompensa ganza na tarifação da água para incentivar e incentivar menos consumo, por exemplo: 1) através da criação de um sistema dinâmico que dissuada os consumidores de excederem o consumo médio de água (por exemplo, um aumento de 10 % no consumo de água conduz a um aumento de 11 % do preço), 2) através da criação de um sistema de mercado de quotas de água poluída pelas empresas transformadoras, que seria semelhante ao mercado das licenças de carbono já em vigor.

Esta recomendação justifica-se pelo facto de os aumentos de preços incentivarem todos os utilizadores a tomarem decisões mais informadas. Dadas as diferentes realidades dos países da UE e a fim de alcançar um sistema socialmente equitativo, podemos apoiar as pessoas mais pobres na sua gestão da água através do coinvestimento em infraestruturas de abastecimento de água e na investigação.

Eixo 3: reorientar a nossa economia e consumo

Subeixo 3.1 Regular a sobreprodução e o consumo excessivo

Recomendamos que a UE imponha coimas às empresas que eliminam os produtos não vendidos produzidos por excesso de produção.

Em alguns casos, as empresas consideram que é mais eficaz em termos de custos descartar bens não vendidos do que reciclá-los ou reutilizá-los. Por conseguinte, é importante desencorajar a produção excessiva através da aplicação de coimas, de modo a que esta prática deixe de ser rentável para os produtores.

Subeixo 3.2 Redução de resíduos

Recomendamos que a UE conceba e aplique uma política de gestão de resíduos para as famílias e os cidadãos, chamando a atenção para a quantidade real de resíduos que produzem e complementando-a com as medidas necessárias para sensibilizar os cidadãos para os benefícios da redução da produção de resíduos e da recolha seletiva de resíduos. Devem também ser aplicadas medidas destinadas às famílias socialmente desfavorecidas (por exemplo, famílias jovens com filhos, idosos, etc.), respeitando simultaneamente o princípio de «não deixar ninguém para trás».

O objetivo dessa política é desenvolver uma abordagem uniforme da gestão de resíduos no interior das habitações; facilita igualmente a proteção do ambiente através da redução dos resíduos, estimula ainda mais a economia circular e aumenta a eficiência da recolha de resíduos. Por último, que não é negligenciável, aumenta a sensibilização dos cidadãos e reforça o sentido da responsabilidade ambiental.

Recomendamos que a UE incentive a livre concorrência e incentive o setor privado a contribuir mais ativamente para o tratamento de resíduos, incluindo as águas residuais, e para as atividades de reciclagem e valorização de resíduos.

A UE é o nível adequado para aplicar a presente recomendação, uma vez que complementa a Diretiva-Quadro Resíduos e o Plano de Ação para a Economia Circular. Além disso, a aplicação da recomendação reforçará soluções inovadoras de gestão de resíduos, melhorará a qualidade da gestão dos resíduos e aumentará o volume de resíduos tratados, uma vez que mais empresas participarão nestas atividades.

Subeixo 3.3 Produtos justos, igualdade de acesso e consumo justo

Recomendamos a recolocação de indústrias para a União Europeia, a fim de fornecer produtos justos de alta qualidade e influenciar as questões climáticas.

A União Europeia dispõe de um saber-fazer que tem de ser promovido no seu próprio mercado. Devido à deslocalização de indústrias fora da UE, especialmente na Ásia, algumas competências profissionais estão também a ser recolocadas. Esta recomendação envolve a formação profissional dos trabalhadores europeus. Salientamos a necessidade de evitar a deslocalização entre os diferentes Estados-Membros, a fim de evitar a concorrência desleal.

Observámos que a deslocalização maciça de indústrias em todo o mundo tem um impacto nas indústrias europeias. Por conseguinte, a produção local melhorará a saúde dos cidadãos e do ambiente.

Eixo 4: rumo a uma sociedade sustentável

Subeixo 4.3 Transporte a favor do meio ambiente

Recomendamos que as grandes cidades sejam multadas ou subsidiadas de acordo com o desempenho ambiental e de poluição dos seus transportes públicos (veículos elétricos, transportes públicos ecológicos, criação de zonas pedonais, promoção do uso de bicicletas, etc.). Em especial, as coimas ou subsídios aplicáveis às autoridades locais de uma cidade devem ser determinados com base na evolução dos transportes ecológicos em comparação com a situação inicial nessa cidade. É a União Europeia que, através da sua legislação, deve definir indicadores de desempenho para as medidas relacionadas com a poluição e determinar a redução proporcional. A este respeito, deve ser tido em conta o ponto de partida de cada cidade.

Fazemos esta recomendação porque as cidades foram afetadas pela poluição atmosférica, que causou problemas de saúde. O desenvolvimento de transportes ecológicos melhoraria a vida e a saúde das pessoas e reduziria o efeito de estufa. Os subsídios e as sanções são medidas eficazes para promover a mudança e facilitar o ajustamento às diferentes situações nas diferentes cidades.

Recomendamos que a legislação da UE limite e regule a utilização de voos de curta distância e de navios de cruzeiro. As pessoas devem receber alternativas de transporte respeitadoras do ambiente. Uma dessas alternativas deveria ser a normalização dos caminhos de ferro, a fim de ligar as capitais europeias. Recomendamos igualmente que a UE conceda subsídios para tornar o transporte de mercadorias mais respeitador do ambiente, incluindo o transporte ferroviário e marítimo (para viagens de curta duração).

Fazemos esta recomendação, porque as viagens de curta distância são muito frequentes, poluentes e fáceis de substituir. Limitar os navios de cruzeiro reduziria a poluição marinha (um grave problema ambiental), bem como os impactos negativos nas cidades costeiras. É por isso que precisamos de criar alternativas mais acessíveis a soluções mais poluentes. A bitola ferroviária uniforme melhoraria as ligações ferroviárias entre as capitais europeias.

Eixo 5: Cuidar de todos

Subeixo 5.2 Uma visão mais ampla da saúde

Recomendamos que a União Europeia, em consonância com a sua campanha HealthyLife4All, incentive também iniciativas como eventos desportivos sociais, atividades desportivas escolares, olimpíadas semestrais abertas a todas as idades e todos os desportos [não para profissionais]. Recomendamos também o desenvolvimento de uma aplicação desportiva europeia gratuita para incentivar as atividades desportivas coletivas. Este aplicativo deve ajudar as pessoas a se encontrar através do desporto. Além disso, estas iniciativas devem ser amplamente conhecidas e divulgadas.

Para melhorar a saúde da população europeia, a União Europeia deve promover o desporto e estilos de vida saudáveis. Além disso, muitas vezes a população desconhece a relação entre o desporto e um estilo de vida saudável. O aplicativo é importante, porque as pessoas estão mais dispostas a praticar desportos se o fizerem juntos.

Painel dos Cidadãos Europeus 4: «A UE no Mundo/Migração»

RECOMENDAÇÕES ADOTADAS PELO PAINEL (A APRESENTAR EM SESSÃO PLENÁRIA)

Eixo 1: Autossuficiência e estabilidade

Subeixo 1.1 — Autonomia da UE

1. Recomendamos que os produtos de fabrico europeus estratégicos (como produtos agrícolas, semicondutores, produtos médicos ou tecnologias digitais e ambientais inovadoras) sejam incentivados e apoiados financeiramente, a fim de estarem disponíveis e acessíveis aos consumidores europeus e de reduzirem, tanto quanto possível, as dependências de fornecedores não europeus. Esse apoio poderá incluir medidas estruturais e regionais, apoio à manutenção de indústrias e cadeias de abastecimento na União, reduções fiscais, subsídios, uma política ativa para as PME ou programas educativos destinados a salvaguardar as competências e o emprego pertinentes na Europa. No entanto, uma política industrial ativa deve ser seletiva e centrada em produtos ou produtos inovadores essenciais para garantir bens e serviços básicos.

Recomendamos estas medidas porque a Europa está demasiado dependente de fornecedores não europeus em domínios fundamentais que correm o risco de causar conflitos diplomáticos e conduzir a uma escassez de produtos ou serviços básicos ou de importância estratégica. Uma vez que os custos de produção são geralmente mais elevados na UE do que no resto do mundo, uma política de incentivo e apoio ativo a estes produtos permitirá aos europeus adquirir produtos europeus competitivos e ser incentivados a fazê-lo. Esta política reforçará igualmente a competitividade europeia e preservará as futuras indústrias e postos de trabalho na Europa. Além disso, uma maior regionalização da produção reduzirá os custos de transporte e evitará a degradação ambiental.

2. Recomendamos que a UE reduza a sua dependência das importações de petróleo e gás. Tal exigiria um apoio ativo aos projetos de transportes públicos e de eficiência energética, a uma rede ferroviária europeia de transporte de mercadorias de alta velocidade, à expansão do aprovisionamento de energia limpa e renovável (incluindo a energia solar e eólica) e às tecnologias alternativas (como o hidrogénio ou a recuperação energética de resíduos). A União Europeia deve igualmente incentivar uma mudança de mentalidade e incentivar o abandono dos veículos particulares a favor dos transportes públicos, da partilha de automóveis através de veículos elétricos e das bicicletas.

Recomendamos estas medidas porque criam uma situação que promove tanto a autonomia da Europa através da redução das suas dependências externas como a consecução de objetivos ambiciosos em matéria de clima e de redução das emissões de CO₂. Permitirão igualmente à Europa tornar-se um interveniente importante nas tecnologias futuras, reforçar a sua economia e criar postos de trabalho.

3. Recomendamos que seja adotada uma lei a nível da UE para garantir que todos os processos de produção e fornecimento da UE e mercadorias importadas cumprem as normas europeias de qualidade, ética e sustentabilidade, bem como todas as normas europeias aplicáveis em matéria de direitos humanos, e que os produtos que cumprem estes critérios são certificados.

Recomendamos estas medidas porque permitem que os consumidores e os comerciantes tenham fácil acesso a informações sobre os produtos que compram ou vendem. Para isso, basta consultar o sistema de certificação. A certificação também reduz a diferença entre produtos baratos e caros disponíveis no mercado. Os produtos baratos não cumprirão os critérios exigidos e, por conseguinte, não poderão apresentar-se como sendo de boa qualidade. Ao cumprir os critérios de certificação, o ambiente será protegido, economizando recursos e incentivando o consumo responsável.

4. Recomendamos a implementação de um programa europeu de apoio aos pequenos produtores locais em setores estratégicos em todos os Estados-Membros. Estes produtores beneficiariam de formação profissional, de apoio financeiro através de subvenções e (nos casos em que estão disponíveis matérias-primas na União) de um incentivo para produzir bens mais elegíveis em detrimento das importações.

Recomendamos estas medidas porque, ao apoiar os produtores de setores estratégicos localizados na União, a União está em condições de adquirir a sua independência económica nesses setores. Isso só pode incentivar o fortalecimento de todo o processo produtivo e, assim, incentivar a inovação. Tal resultará numa produção mais sustentável de matérias-primas na UE, o que reduzirá os custos de transporte e protegerá o ambiente.

5. Recomendamos que se melhore a aplicação dos direitos humanos a nível europeu do seguinte modo: sensibilizar os países que não cumpram, na medida do necessário, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) ou a Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais; assegurar um controlo rigoroso, coordenado pela União Europeia e pelo Painel de Avaliação da Justiça, da medida em que os direitos humanos são respeitados nos vários Estados-Membros e assegurar o seu estrito cumprimento através de várias formas de sanções.

Recomendamos estas medidas porque os direitos humanos já foram aceites pelos Estados-Membros quando ratificaram a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, mas é agora necessário melhorar a sua aceitação em cada um dos Estados-Membros para que os direitos humanos sejam conhecidos e aplicados ativamente nesses Estados-Membros.

6. Recomendamos o lançamento de uma revisão e a organização de uma campanha de comunicação intensiva a nível europeu, a fim de garantir que a EURES (a Rede Europeia de Serviços de Emprego), o Portal Europeu da Imigração e o Instrumento Europeu de Perfil de Competências para os nacionais de países terceiros sejam mais bem conhecidos dos cidadãos europeus e utilizados com maior frequência pelas empresas da UE para publicar e divulgar as suas ofertas de emprego.

Recomendamos não criar uma nova plataforma em linha para a publicação de ofertas de emprego para jovens europeus. Já existem mais do que suficientes iniciativas deste tipo a nível europeu. Consideramos que, para aumentar a sensibilização para a mão de obra e as oportunidades de emprego existentes a nível europeu, é preferível melhorar o que já existe.

Subeixo 1.2 — Fronteiras

7. Recomendamos a criação de um mecanismo de migração laboral na UE baseado nas necessidades reais dos mercados de trabalho europeus. Deve existir um sistema unificado de reconhecimento dos diplomas profissionais e académicos existentes na União Europeia e em países terceiros. Devem existir ofertas de qualificação profissional, bem como ofertas de integração cultural e linguística para os migrantes qualificados. Os requerentes de asilo com as qualificações adequadas devem ter acesso ao mercado de trabalho. Deve existir uma agência integrada para a qual a rede europeia de serviços de emprego possa constituir a base.

Recomendamos estas medidas porque a Europa necessita de mão de obra qualificada em determinados setores em que não é possível cobrir plenamente a procura dos trabalhadores da UE. Atualmente, não existem formas viáveis suficientes de requerer legalmente uma autorização de trabalho na UE. Um sistema europeu de reconhecimento dos diplomas profissionais e académicos facilitará a satisfação destas necessidades e simplificará a migração laboral na União e a migração laboral de países terceiros. A procura de mão de obra poderia, assim, ser melhor satisfeita e a imigração ilegal seria mais bem gerida. A abertura do mecanismo de migração laboral aos requerentes de asilo aceleraria a sua integração nas economias e sociedades europeias.

8. Recomendamos que a União Europeia reforce a sua legislação, a fim de conferir à Frontex mais poder e independência. Poderá, assim, intervir em todos os Estados-Membros para garantir a proteção de todas as fronteiras externas da União, mas a União deve realizar auditorias aos processos organizacionais da Frontex, uma vez que deve funcionar de forma transparente, a fim de evitar qualquer tipo de abuso.

Recomendamos estas medidas porque, na nossa opinião, é inaceitável que seja negado à Frontex o acesso às fronteiras, especialmente quando se verifica uma violação dos direitos humanos. Queremos ter a certeza de que a Frontex aplica a legislação europeia. A própria Frontex deve ser sujeita a controlos e verificações, a fim de evitar qualquer comportamento inadequado no seu seio.

9. Recomendamos que a União Europeia organize, em especial para os migrantes económicos, a possibilidade de selecionar os cidadãos do país de origem (com base nas suas competências comprovadas, antecedentes, etc.), a fim de determinar quem pode vir trabalhar na UE em função das necessidades da economia e dos postos de trabalho vagos do país de acolhimento. Estes critérios de seleção devem ser públicos e acessíveis a todos. Para o efeito, deve ser criada uma Agência Europeia da Imigração (em linha).

Recomendamos estas medidas porque, desta forma, deixaria de ser necessário atravessar ilegalmente as fronteiras. O fluxo de pessoas que entram na UE seria controlado, o que reduziria a pressão nas fronteiras, facilitando simultaneamente a satisfação das necessidades de mão de obra dos países de acolhimento.

10. Recomendamos que a União Europeia assegure que a política e as instalações de acolhimento sejam idênticas em todas as fronteiras, respeitem os direitos humanos e garantam a segurança e a saúde de todos os migrantes (incluindo, por exemplo, as mulheres grávidas e as crianças).

Recomendamos estas medidas porque atribuímos grande importância à igualdade de tratamento dos migrantes em todas as fronteiras. Queremos garantir que os migrantes não permaneçam demasiado tempo nas fronteiras e que os Estados-Membros fiquem sobrecarregados pelo fluxo de migrantes. Os Estados-Membros devem estar bem equipados para os acolher.

Eixo 2: A UE enquanto parceiro internacional

Subeixo 2.1 — Comércio e relações numa perspetiva ética

11. Recomendamos que a UE imponha restrições às importações de produtos provenientes de países que permitem o trabalho infantil. Para o efeito, deveria ser elaborada uma lista negra de empresas, que seria regularmente atualizada em função da evolução da situação. Recomendamos também que as crianças que deixem de trabalhar tenham acesso progressivo à educação, bem como sensibilizem os consumidores para o trabalho infantil através de informações divulgadas oficialmente pela União Europeia, por exemplo, através de campanhas ou narrativas.

Recomendamos estas medidas porque acreditamos que existe uma ligação entre a falta de escolaridade e o trabalho infantil. Com esta recomendação, queremos aumentar a consciencialização do consumidor e reduzir a necessidade por produtos feitos por crianças para que essa prática acaba desaparecendo.

12. Recomendamos que a União Europeia desenvolva parcerias com os países em desenvolvimento para apoiar as suas infraestruturas e partilhar conhecimentos especializados em troca de acordos comerciais mutuamente benéficos para os acompanhar na transição para fontes de energia verdes.

Recomendamos estas medidas para facilitar a transição dos países em desenvolvimento para as energias renováveis através de parcerias comerciais e acordos diplomáticos. A União Europeia e os países em desenvolvimento desenvolveriam, assim, boas relações a longo prazo, o que contribuiria para combater as alterações climáticas.

13. Recomendamos que a União Europeia imponha um indicador europeu de impacto ambiental (ecoscore) a todos os produtos de consumo. O Ecoscore seria calculado com base nas emissões provenientes da produção e dos transportes, bem como na nocividade do conteúdo, com base numa lista de produtos perigosos. O Ecoscore deve ser gerido e controlado por uma autoridade europeia.

Recomendamos estas medidas para que os consumidores europeus estejam mais conscientes da pegada ambiental dos produtos que comprem. O Ecoscore tornaria mais fácil indicar em que medida um produto respeita o ambiente através de uma escala comum em toda a Europa. O Ecoscore deve ter um código QR na parte de trás do produto, a fim de poder consultar informações adicionais sobre a sua pegada ambiental.

Subeixo 2.2 — Ação Climática Internacional

14. Recomendamos que a União Europeia adote uma estratégia que a torne mais autónoma na sua produção de energia. Um organismo europeu que reúna as atuais instituições europeias de energia deve coordenar o desenvolvimento das energias renováveis em função das necessidades, capacidades e recursos dos Estados-Membros, respeitando

simultaneamente a sua soberania. As instituições incentivariam o intercâmbio de conhecimentos entre si, a fim de implementar esta estratégia.

Recomendamos estas medidas porque a nossa atual dependência nos torna vulneráveis em caso de tensões políticas com os países que importamos de energia. Estamos agora a ver isto com a crise da eletricidade. No entanto, essa coordenação deve respeitar a soberania de cada país.

15. Recomendamos o reforço das normas ambientais para a exportação de resíduos dentro e fora da UE, bem como controlos e sanções mais rigorosos para pôr termo às exportações ilegais. A UE deve incentivar os Estados-Membros a continuarem a reciclar os seus próprios resíduos e a utilizá-los para produzir energia.

Recomendamos que estas medidas ponham termo aos danos ambientais por parte dos países que eliminam os seus resíduos em detrimento de outros países, especialmente quando se verifica uma total falta de conformidade com as normas ambientais.

16. Recomendamos que a UE incentive mais resolutamente a transição ecológica em curso, visando a eliminação das embalagens poluentes. Tal deve ser feito incentivando a redução das embalagens ou promovendo embalagens mais verdes. Para que as pequenas empresas se adaptem, devem receber apoio e ajustamentos.

Recomendamos estas medidas porque temos de reduzir a utilização de recursos naturais, incluindo matérias-primas provenientes de países terceiros. Temos também de reduzir os danos causados pelos europeus ao nosso planeta e ao seu clima. É essencial apoiar melhor as pequenas empresas para que possam adaptar-se sem terem de aumentar os seus preços.

17. Recomendamos que os países da União Europeia analisem em conjunto a questão da energia nuclear. A colaboração deve ser intensificada para avaliar a utilização da energia nuclear e o seu papel na transição energética verde da Europa.

Recomendamos estas medidas porque a questão nuclear não pode ser resolvida isoladamente por um país. Existem agora mais de 100 reatores em metade dos Estados-Membros e novos reatores estão em fase de construção. À medida que partilhamos uma rede elétrica comum, a eletricidade hipocarbónica que produzem beneficia todos os europeus e aumenta a autonomia energética do nosso continente. Além disso, o abandono de resíduos nucleares ou de um acidente afetaria vários países. Independentemente de a utilização da energia nuclear ser ou não decidida, os europeus devem discuti-la em conjunto e definir estratégias mais convergentes, respeitando simultaneamente a soberania nacional.

Subeixo 2.3 — Promoção dos valores europeus

18. A UE deve estar mais próxima dos cidadãos. Recomendamos que a UE estabeleça e reforce as ligações com os cidadãos e as instituições locais, como as autoridades locais, as escolas e os municípios. O objetivo é melhorar a transparência, chegar aos cidadãos, informá-los melhor das iniciativas concretas da UE e comunicar melhor as informações gerais sobre a UE.

Recomendamos estas medidas porque as informações atuais sobre a UE não são suficientemente acessíveis a todos os grupos sociais e não afetam os cidadãos comuns. Eles são muitas vezes

chato, difícil de entender e hostil. Esta situação tem de mudar para que os cidadãos tenham uma visão clara das ações e do papel da UE. Para atrair o interesse público, a informação relacionada com a UE deve ser fácil de encontrar, motivar, interessante e escrita em linguagem comum. Aqui estão as nossas sugestões: a organização de visitas de políticos europeus a escolas, campanhas de rádio sob a forma de podcasts, cartas, artigos de imprensa, autocarros publicitários e redes sociais, assembleias de cidadãos locais e a criação de um grupo de trabalho especificamente para melhorar a comunicação da UE. Estas medidas permitirão aos cidadãos obter informações sobre a UE que não sejam filtradas pelos meios de comunicação nacionais.

19. Recomendamos uma maior participação dos cidadãos nas políticas da UE. Propomos a organização de eventos que envolvam a participação direta dos cidadãos no modelo da Conferência sobre o Futuro da Europa. Devem ser organizadas a nível nacional, local e europeu. A UE deve definir uma estratégia coerente e uma orientação centralizada para estes eventos.

O Tribunal recomenda estas medidas porque estes exercícios de democracia participativa fornecerão informações corretas sobre a UE e melhorarão a qualidade das políticas da UE. Os eventos devem ser organizados de forma a promover os valores fundamentais da União — democracia e participação dos cidadãos. Estes eventos constituiriam uma oportunidade para os políticos demonstrarem aos cidadãos que é importante para eles que os cidadãos sejam informados dos acontecimentos atuais e estejam associados à sua definição. A orientação centralizada assegurará a coerência e a coerência das conferências nacionais e locais.

Eixo 3: Uma UE forte num mundo pacífico

Subeixo 3.1 — Segurança e Defesa

20. Recomendamos que as futuras «Forças Armadas Comuns da União Europeia» sejam utilizadas principalmente para fins de defesa. Qualquer ação militar agressiva, seja qual for a sua natureza, está excluída. Na Europa, tal proporcionaria os meios para prestar assistência em caso de crise, especialmente em caso de catástrofe natural. Fora das fronteiras europeias, tal permitiria a mobilização de recursos para territórios em circunstâncias excecionais, exclusivamente no âmbito de um mandato jurídico do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, por conseguinte, em conformidade com o direito internacional.

Se for implementada, permitirá que a União Europeia seja vista como um parceiro credível, responsável, forte e pacífico na cena internacional. O reforço da sua capacidade de resposta a situações de crise tanto no país como no estrangeiro deve, por conseguinte, proteger os seus valores fundamentais.

Subeixo 3.2 — Tomada de decisão e política externa da UE

21. Recomendamos que todas as áreas em que as decisões são tomadas por unanimidade sejam agora tomadas por maioria qualificada. As únicas exceções devem ser a admissão de novos Estados-Membros na União e a alteração dos princípios fundamentais da União consagrados no artigo 2.º do Tratado de Lisboa e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Tal reforçaria a posição da UE no mundo, apresentando uma frente unida em relação aos países terceiros e facilitaria a sua capacidade de resposta global, incluindo a resposta a situações de crise.

22. Recomendamos que a União Europeia reforce a sua capacidade de impor sanções aos Estados-Membros, governos, entidades, grupos ou organizações e indivíduos que não respeitem os seus princípios fundamentais, acordos e leis. É imperativo que as sanções já existentes sejam rapidamente aplicadas e efetivamente cumpridas. As sanções impostas a países terceiros devem ser proporcionais à ação que os desencadeou, ser eficazes e aplicadas em tempo útil.

Para que a UE seja credível e fiável, tem de impor sanções àqueles que violam os seus princípios. Essas sanções deverão ser aplicadas de forma eficaz e expedita e ser sujeitas a controlos.

Subeixo 3.3 — Países vizinhos e alargamento

23. Recomendamos que a União Europeia atribua um orçamento específico ao desenvolvimento de programas educativos dedicados ao funcionamento da UE e aos seus valores. Estes programas serão então oferecidos aos Estados-Membros se assim o desejarem integrar nos seus currículos escolares (ensino primário e secundário e universidades). Além disso, poderia ser oferecido um curso específico sobre a UE e o seu funcionamento aos estudantes que desejem estudar noutro país europeu através do programa Erasmus. Os estudantes que escolhem este curso terão prioridade para beneficiar destes programas Erasmus.

O Tribunal recomenda estas medidas a fim de aumentar o sentimento de pertença à UE. Desta forma, os cidadãos identificar-se-ão melhor com a União e transmitirão os seus valores. Além disso, estas medidas melhorarão a transparência sobre o funcionamento da UE e os benefícios de fazer parte dela, bem como a luta contra os movimentos antieuropeus. Estas medidas devem dissuadir os Estados-Membros de sair da UE.

24. Recomendamos que a UE utilize melhor o seu peso político e económico nas suas relações com outros países, a fim de evitar que certos Estados-Membros sejam sujeitos a pressões económicas, políticas e sociais bilaterais.

Recomendamos estas medidas por três razões. Em primeiro lugar, reforçarão o sentimento de unidade na UE. Em segundo lugar, uma reação unilateral será uma resposta clara, forte e rápida para evitar qualquer tentativa por parte de países terceiros de intimidar ou reprimir os países membros da UE. Por último, reforçarão a segurança da União e assegurarão que nenhum Estado-Membro se sinta abandonado ou ignorado. As reações bilaterais dividem a UE e constituem uma fraqueza que os países terceiros utilizam contra nós.

25. «Recomendamos que a União melhore a sua estratégia de comunicação». Por um lado, a UE deve aumentar a sua visibilidade nas redes sociais e promover ativamente o seu conteúdo. Por outro lado, deverá continuar a organizar conferências como a Conferência sobre o Futuro da Europa todos os anos. Recomendamos igualmente que continue a incentivar a inovação através da promoção de uma rede social europeia acessível.

Estas propostas não só chegariam aos jovens, mas também aumentariam o interesse e a participação dos cidadãos europeus através de um instrumento de comunicação mais atrativo e eficaz. A organização de eventos, como a Conferência sobre o Futuro da Europa, deverá permitir que os cidadãos participem mais no processo de tomada de decisão e que as suas vozes sejam ouvidas.

26. Recomendamos que os Estados-Membros adotem uma visão forte e uma estratégia comum para harmonizar e consolidar a identidade e a unidade europeias antes de continuar a alargar a União.

Consideramos essencial reforçar a UE e reforçar as relações entre os Estados-Membros antes de ponderar a integração de outros países. Quanto maior for o número de Estados-Membros da UE, mais complicado será o processo de tomada de decisões; daí a importância de rever a votação por unanimidade nos processos de tomada de decisão.

Eixo 4: Migração do ponto de vista humano

Subeixo 4.1 — Enfrentar as causas da emigração

27. Recomendamos que a União Europeia participe ativamente no desenvolvimento económico dos países terceiros e dos países de onde provêm os maiores fluxos de migrantes. Com a ajuda de organismos relevantes (ONG locais e políticos locais, trabalhadores especializados no terreno, etc.), a UE deve procurar formas de intervir de forma pacífica e eficaz nos países de onde provêm os maiores fluxos de migrantes e que concordaram com as modalidades de cooperação. Estas intervenções devem ter efeitos tangíveis e mensuráveis, que devem ser claramente salientados para que os cidadãos europeus possam compreender a política de ajuda ao desenvolvimento da União. Por conseguinte, as ações de ajuda ao desenvolvimento da UE devem tornar-se mais visíveis.

Mesmo que a UE esteja a trabalhar no desenvolvimento internacional, deve prosseguir a sua ação e investir na transparência e visibilidade da sua política neste domínio.

28. Recomendamos a criação de um quadro europeu comum para a harmonização das condições de trabalho em toda a União (salário mínimo, tempo de trabalho, etc.). A UE deve esforçar-se por criar normas laborais básicas comuns para impedir que os cidadãos saiam do seu país para procurar melhores condições de trabalho noutros locais. No âmbito destas normas, a UE deve reforçar o papel dos sindicatos a nível transnacional. Ao fazê-lo, a UE reconheceria que a migração económica interna (migração de cidadãos da UE) constitui um problema grave.

Esta recomendação resulta da constatação de que um grande número de pessoas na UE migra por razões económicas, devido à disparidade das condições de trabalho entre os Estados-Membros. É necessário evitar esta fuga de cérebros para que os Estados-Membros mantenham os seus talentos e a sua força de trabalho. Apoiamos a livre circulação dos cidadãos, mas acreditamos que a migração de cidadãos da UE entre os diferentes Estados-Membros, quando tal não é desejado, se deve a razões económicas. É por isso que é importante estabelecer um quadro comum para o trabalho.

Subeixo 4.2 — Considerações humanas

29. Recomendamos a aplicação de uma política comum de migração baseada no princípio da solidariedade. Queremos concentrar-nos no problema dos refugiados. Um procedimento comum para todos os Estados-Membros da UE deve basear-se nas práticas mais eficazes em todos os países da UE. Este procedimento deve ser aplicado de forma proativa pelas autoridades nacionais e pela administração da UE.

O problema dos refugiados afeta todos os países membros. Atualmente, estes Estados têm práticas demasiado diferentes, com efeitos negativos nos refugiados e nos cidadãos da UE. Por conseguinte, é necessário adotar uma abordagem coerente e coerente.

30. Recomendamos que a UE intensifique os seus esforços para informar e educar os cidadãos dos Estados-Membros sobre questões relacionadas com a migração. Tal deve ser alcançado através da educação das crianças o mais cedo possível, desde o início do ensino primário, sobre temas como a migração e a integração. Se combinarmos esta educação precoce com as atividades das ONG e das organizações de juventude, bem como com campanhas mediáticas em larga escala, poderemos atingir plenamente o nosso objetivo. Além disso, muitos meios de comunicação poderiam ser utilizados: folhetos, televisão e redes sociais, entre outros.

É importante demonstrar que a migração também tem muitos aspetos positivos, como a mão de obra adicional. Gostaríamos de salientar a importância de sensibilizar os cidadãos para ambos os processos, de modo a que os cidadãos compreendam as razões e as consequências da migração para eliminar o estigma decorrente da sua perceção como migrante.

Subeixo 4.3 — Fronteiras

31. O Tribunal recomenda que a Diretiva 2013/33/UE relativa a normas mínimas em matéria de acolhimento dos requerentes de asilo nos Estados-Membros seja substituída por um regulamento da UE obrigatório, que se aplicará uniformemente em todos os Estados-Membros. Deve ser dada prioridade à melhoria das instalações de acolhimento e de alojamento. O Tribunal recomenda a criação de um organismo de controlo específico da UE para a aplicação do regulamento.

Com efeito, a diretiva não é aplicada uniformemente em todos os Estados-Membros. Temos de evitar repetir as condições observadas no campo de refugiados de Moria. O regulamento recomendado deve, por conseguinte, ser aplicado e incluir sanções obrigatórias. O organismo de controlo deve ser sólido e fiável.

32. Recomendamos que a UE assegure que todos os requerentes de asilo e refugiados frequentem cursos de línguas e de integração enquanto o seu pedido de residência é analisado. Os cursos devem ser obrigatórios, gratuitos e incluir assistência pessoal para a integração inicial. Devem começar no prazo de duas semanas a contar do pedido de residência. Devem também ser criados mecanismos de incentivo e sanções.

Aprender a língua e compreender a cultura, a história e a ética do país de chegada é um passo essencial na integração. A duração do atraso antes do início do processo de integração inicial tem um impacto negativo na assimilação social dos migrantes. Os mecanismos de sanções podem ajudar a identificar a vontade dos migrantes de se integrarem.

Eixo 5: Responsabilidade e solidariedade na UE

Subeixo 5.1 — Distribuição de migrantes

33. Recomendamos a substituição do sistema de Dublin por um tratado juridicamente vinculativo, a fim de assegurar uma distribuição justa, equilibrada e proporcionada dos requerentes de asilo na UE, com base na solidariedade e na justiça. Atualmente, os refugiados são obrigados a solicitar asilo no primeiro Estado-Membro de chegada. Esta mudança de sistema deve ser o mais rápida possível. A proposta da Comissão Europeia relativa a um novo Pacto da UE em matéria de Migração e Asilo a partir de 2020 constitui um bom começo e deve assumir uma forma jurídica, uma vez que prevê quotas para a distribuição de refugiados entre os Estados-Membros da UE.

Recomendamo-lo porque o atual sistema de Dublin não respeita os princípios da solidariedade e da justiça. Representa um pesado encargo para os Estados-Membros próximos das fronteiras externas da UE que os requerentes de asilo atravessam para entrar no seu território. Todos os Estados-Membros devem assumir a responsabilidade pela gestão dos fluxos de refugiados para a UE. A UE é uma comunidade de valores partilhados e deve agir em conformidade.

34. O Tribunal recomenda que a UE assista os seus Estados-Membros no tratamento dos pedidos de asilo a um ritmo mais rápido e de acordo com normas comuns. Além disso, deve ser fornecida habitação humanitária aos refugiados. A fim de descarregar os países de chegada e poder tratar os seus pedidos de asilo noutra local, recomendamos que os refugiados sejam recolocados rápida e eficazmente nos diferentes Estados-Membros após a sua primeira chegada à UE. Para o efeito, é necessário apoio financeiro da UE e apoio organizacional da Agência da UE para o Asilo. As pessoas cujo pedido de asilo tenha sido indeferido devem ser efetivamente devolvidas ao seu país de origem, desde que o seu país de origem seja considerado seguro.

Recomendamo-lo porque os procedimentos de asilo são atualmente demasiado longos e podem diferir de um Estado-Membro para outro. Ao acelerar os procedimentos de asilo, os refugiados passam menos tempo à espera de uma decisão final em instalações de alojamento temporário. Os requerentes de asilo podem ser integrados mais rapidamente.

35. O Tribunal recomenda um forte apoio financeiro, logístico e operacional da UE para a gestão do primeiro acolhimento, possivelmente conducente à integração ou ao repatriamento de migrantes em situação irregular. Os beneficiários deste apoio são os Estados fronteiriços da UE que suportam o ónus do afluxo migratório.

Devido à sua localização geográfica, alguns Estados-Membros são os mais afetados pelo afluxo de migrantes.

36. O Tribunal recomenda o reforço do mandato da Agência da UE para o Asilo, a fim de alcançar uma distribuição equitativa dos requerentes de asilo entre os Estados-Membros. Para tal, há que ter em conta as necessidades desses requerentes de asilo, bem como as capacidades logísticas e económicas dos Estados-Membros e as suas necessidades no mercado de trabalho.

Uma distribuição coordenada e centralizada dos requerentes de asilo, considerada equitativa pelos Estados-Membros e pelos seus cidadãos, evita situações caóticas e tensões sociais e reforça a solidariedade entre os Estados-Membros.

Subeixo 5.2 — Abordagem comum em matéria de asilo

37. Recomendamos a criação de uma instituição europeia abrangente ou o reforço da Agência da UE para o Asilo, para que esta possa tratar os pedidos de asilo para toda a União Europeia e agir com base em normas uniformes. A agência deve também ser responsável pela distribuição equitativa dos refugiados. Deve também definir países de origem seguros e inseguros e ser responsável pelo regresso dos requerentes de asilo cujos pedidos tenham sido rejeitados.

A atual política de asilo caracteriza-se por responsabilidades pouco claras e por normas diferentes entre os Estados-Membros da UE. Por conseguinte, o tratamento dos procedimentos de asilo não é o mesmo nos diferentes Estados-Membros. Além disso, a Agência da União Europeia para o Asilo tem atualmente apenas um poder de influência. Só pode aconselhar os Estados-Membros em matéria de asilo.

38. Recomendamos a criação, sem demora, de centros de asilo especializados para menores não acompanhados em todos os Estados-Membros da UE. O objetivo é acolher e cuidar dos menores de acordo com as suas necessidades especiais e o mais rapidamente possível.

Fazemos esta recomendação porque:

- 1) Muitos menores são suscetíveis de ser traumatizados (porque eles vêm de zonas de conflito);
- 2) As crianças diferentes têm necessidades diferentes (dependendo da idade, da saúde, etc.);
- (3) Se implementado, garantirá que os menores vulneráveis e traumatizados recebam todos os cuidados necessários o mais rapidamente possível;
- 4) Estes menores são futuros cidadãos europeus, pelo que, se forem devidamente tratados, devem contribuir positivamente para o futuro da Europa.

39. Recomendamos a criação de um sistema comum, rápido e transparente para o tratamento dos pedidos de asilo. Este processo deve prever normas mínimas e ser aplicado da mesma forma em todos os Estados-Membros.

Fazemos esta recomendação porque:

- (1) Se esta recomendação fosse aplicada, o tratamento dos pedidos de asilo seria mais rápido e mais transparente;
- 2) a lentidão dos procedimentos atuais conduz à ilegalidade e à criminalidade;
- 3) As normas mínimas previstas na nossa recomendação devem incluir o respeito pelos direitos humanos, a saúde e as necessidades educativas dos requerentes de asilo;
- 4) a aplicação desta recomendação resultaria num melhor acesso ao emprego e à autossuficiência, o que permitiria um contributo positivo para a sociedade europeia; os requerentes de asilo cujo estatuto profissional é regularizado são menos suscetíveis de serem objeto de abusos no seu ambiente de trabalho; tal só poderia promover a integração de todos os interessados;

5) As estadias prolongadas nos centros de asilo têm um impacto negativo na saúde mental e no bem-estar dos ocupantes.

40. Recomendamos vivamente uma revisão exaustiva de todos os acordos e legislação que regem o asilo e a imigração na Europa. Recomendamos a adoção de uma abordagem para toda a Europa.

Fazemos esta recomendação porque:

- 1) desde 2015, todos os acordos em vigor são inaplicáveis, impraticáveis e inadequados;
- 2) a UE deve ser considerada a principal «agência», que supervisiona todas as outras agências e ONG cuja missão é tratar diretamente das questões de asilo;
- (3) Os Estados-Membros que mais sofrem da situação são aqueles que, em grande medida, são deixados a lutar sozinhos com o problema; as escolhas «à la carte» de alguns Estados-Membros não dão uma imagem de unidade;
- 4) Uma nova legislação específica melhoraria o futuro de todos os requerentes de asilo e reforçaria a unidade da Europa;
- 5) As lacunas da legislação em vigor dão origem a conflitos e a uma falta de harmonização em toda a Europa e conduzem a uma maior intolerância dos cidadãos europeus aos migrantes.
- 6) legislação mais rigorosa e relevante reduziria a criminalidade e os abusos do atual sistema de asilo.

Anexo: OUTRAS RECOMENDAÇÕES CONSIDERADAS PELO PAINEL MAS NÃO ADOTADAS

Eixo 1: Autossuficiência e estabilidade

Subeixo 1.1 — Autonomia da UE

A pedido dos países em desenvolvimento, recomendamos que os programas de intervenção para o desenvolvimento económico sejam desenvolvidos com base em parcerias adaptadas às necessidades de cada país e/ou com base em acordos comerciais. Para tal, é necessário avaliar, em primeiro lugar, o potencial económico dos países em questão e, em seguida, fornecer-lhes o apoio económico e a formação profissional necessários.

Tal conduziria a uma maior independência industrial e melhoraria a situação global da migração através da criação de postos de trabalho; conduziria igualmente a melhores acordos comerciais nos países em desenvolvimento.

Eixo 2: A UE enquanto parceiro internacional

Subeixo 2.1 — Perspetiva ética sobre as relações comerciais

O Tribunal recomenda que a UE introduza regras que exijam que as empresas auditem a sua cadeia de abastecimento e apresentem regularmente um relatório de auditoria exaustivo, bem como disposições para recompensar ou restringir as importações com base em critérios éticos. As empresas devem apresentar um relatório de auditoria interna e/ou externa com base na sua dimensão.

É necessário desenvolver o aspeto ético do comércio com a UE. Tal pode ser feito através do acompanhamento das atividades empresariais nas cadeias de abastecimento internacionais e do incentivo às empresas a comportarem-se de acordo com critérios éticos, tais como produtos

perigosos, direitos e condições laborais, trabalho infantil e proteção do ambiente. Esta recomendação não se aplicaria aos produtos em linha adquiridos diretamente pelo consumidor.

Eixo 3: Uma UE forte num mundo pacífico

Subeixo 3.1 — Segurança e Defesa

Recomendamos repensar a atual arquitetura europeia de segurança, de modo a torná-la uma estrutura supranacional mais eficiente e eficaz, com capacidades acrescidas, tendo em vista a criação de um exército comum da União Europeia. Para o efeito, as forças armadas nacionais devem ser gradualmente fundidas e transformadas. O objetivo é que esta fusão de capacidades militares em toda a União Europeia promova também a integração europeia a longo prazo. A criação de um exército comum da UE exigiria igualmente um novo acordo de cooperação com os Estados-Membros da UE e os membros não europeus da NATO.

Se esta recomendação for implementada, acreditamos que as estruturas militares na União Europeia se tornarão mais eficazes em termos de custos e mais capazes de responder e agir quando necessário. Esta abordagem integrada reforçaria a capacidade da UE para agir de forma decisiva e coordenada em situações críticas.

Eixo 4: Emigração do ponto de vista humano

Subeixo 4.1 — Enfrentar as causas da emigração

Recomendamos que a UE ponha em prática um protocolo de ação para preparar a próxima crise migratória, a dos refugiados climáticos. Ao abrigo deste protocolo, a UE deve alargar a definição de refugiados e requerentes de asilo às pessoas afetadas pelas alterações climáticas. Uma vez que o país de origem de muitos migrantes se tornará inabitável, o protocolo deve igualmente assegurar que sejam encontradas novas utilizações para as zonas afetadas pelas alterações climáticas, com o objetivo de apoiar aqueles que deixaram essas zonas. Por exemplo, as zonas inundadas poderiam ser utilizadas para criar parques eólicos.

Fazemos esta recomendação porque somos todos responsáveis pela crise climática. Portanto, temos uma responsabilidade para com aqueles que são mais afetados. Mesmo que não tenhamos previsões nem dados concretos sobre os futuros refugiados, as alterações climáticas afetarão, sem dúvida, milhões de pessoas.

Subeixo 4.2 — Considerações humanas

Recomendamos que as estradas e os meios de transporte legais e humanitários sejam reforçados e financiados sem demora, para que os refugiados possam sair de zonas de crise de forma organizada. Deve ser criado e regulado pelo organismo especificamente criado para o efeito um sistema especial de segurança para os corredores europeus. Esta agência deve ser criada de acordo com o processo legislativo e dispor de poderes especiais previstos no seu regulamento interno.

O tráfico de seres humanos e a introdução clandestina de migrantes são questões graves que devem ser abordadas. A nossa recomendação iria certamente reduzir estas preocupações.

Subeixo 4.3 — Fronteiras

Recomendamos que uma diretiva europeia assegure que todas as zonas de vida de cada Estado-Membro não tenham mais de 30 % de habitantes de países terceiros. Espera-se que este objetivo seja alcançado até 2030 e os Estados-Membros da UE devem receber apoio para a sua concretização.

Estamos a fazer esta recomendação porque uma distribuição geográfica mais equitativa resultará numa melhor aceitação dos migrantes pela população local, permitindo-lhes assim uma melhor integração. Esta percentagem baseia-se num recente acordo político na Dinamarca.

II A — Painéis nacionais: Bélgica



Aqui podemos encontrar todas as recomendações feitas pelos 50 cidadãos do painel de cidadãos organizado sob os auspícios da Vice-Primeira-Ministra e Ministra dos Assuntos Externos e Europeus Sophie Wilmès, como contributo do Governo Federal belga para a Conferência sobre o Futuro da Europa. O tema deste painel foi «Como envolver mais os cidadãos na democracia europeia». Embora esteja bem ciente de que a Conferência tem um âmbito mais vasto do que os assuntos da UE, o tema deste painel esclarece por que motivo são feitas tantas referências explícitas à UE e às suas instituições. Se for caso disso, deve ser feita referência à Europa em geral.

A fim de refletir todos os contributos dos cidadãos, o presente relatório apresenta todas as recomendações, incluindo as que não obtiveram uma maioria simples no último período de votação sobre todas as recomendações. Eles são claramente reconhecíveis devido à percentagem **em encarnado e negrito**. Além disso, algumas recomendações contradizem-se e, mesmo nos debates finais, os cidadãos mantiveram-se inconclusivos sobre elas. Estas recomendações são reconhecíveis porque estão em *itálico*. Para uma única recomendação, a divisão foi tão clara que a votação terminou com um *ex-aequo*, isso é indicado **em laranja e negrito**. Os cidadãos partilham o facto de as opiniões sobre estas recomendações serem divergentes. Propõem, por conseguinte, que os órgãos do CoFE e as instituições da UE estejam vigilantes na aplicação destas recomendações, uma vez que existe uma forma de divisão baseada na votação.

1. Comunicação

| Problemas | Recomendações | Apoiado por (%) |
|--|---|------------------------|
| 1. A comunicação sobre a UE é insatisfatória | 1.1 Propõe-se a inclusão de cursos sobre a União Europeia a partir do terceiro nível do ensino primário. O objetivo é chegar a todos os cidadãos e melhorar o conhecimento da União Europeia. | 88,4 % |
| | 1.2 A União Europeia, e em especial a Comissão, deve disponibilizar aos ministérios da Educação dos diferentes Estados-Membros um material educativo sobre o funcionamento da Europa. Para além de explicarem o funcionamento, a composição e as competências das instituições, estas formações deverão também fornecer uma breve panorâmica da história da integração europeia. Deve ser dada especial atenção à utilização de uma linguagem clara, compreensível e acessível, bem como de ferramentas educativas, como documentários, clipes ou programas de televisão escolar, nas 24 línguas. | 95,0 % |
| 2. O projeto europeu continua a ser estrangeiro para os cidadãos | 2.1 Propomos que as instituições europeias assegurem, na sua comunicação, que expliquem melhor o que é da competência da UE, mas também o que não é da sua competência. | 97,6 % |
| | 2.2 A União Europeia deve incluir na sua comunicação exemplos familiares da vida quotidiana dos europeus. Estas explicações devem ser transmitidas nos Estados-Membros através de acordos entre as instituições europeias e os canais públicos de televisão nacionais, a fim de alcançar um público alargado. | 80,5 % |
| | 2.3 Além disso, os nacionais dos Estados-Membros devem ser regularmente informados — por exemplo, através de videoclipes — sobre o papel da União Europeia noutros Estados-Membros. As vantagens e desvantagens da Europa seriam, assim, mais bem vistas nos debates sobre o futuro da Europa. | 85,7 % |
| | 2.4 A fim de reforçar a identidade europeia, propomos recordar regularmente e tornar acessíveis informações sobre o que seria a vida dos europeus sem a UE e as suas realizações concretas. | 92,7 % |
| | 2.5 Também propomos que o Dia da Europa (9 de maio) seja um feriado europeu para todos os cidadãos da UE. | 81,4 % |
| | 2.6 Recomendamos que as instituições europeias prestem ainda mais atenção à simplificação, compreensão e acessibilidade da informação sobre temas prioritários tratados a nível europeu. | 97,6 % |
| | 2.7 Recomendamos que a União Europeia apresente um painel de avaliação que indique, para cada país, os recursos atribuídos pela UE a cada tema prioritário. Todas essas informações devem estar acessíveis no sítio Web da União Europeia. | 93,0 % |
| | 2.8 Recomendamos que a União Europeia apresente claramente | 90,7 % |

| | | |
|---|---|--------|
| | o trabalho legislativo em curso. Todas essas informações devem estar acessíveis no sítio Web da União Europeia. | |
| | 2.9 Queremos que as instituições europeias sejam mais acessíveis aos europeus. A sua participação em debates nas sessões do Parlamento Europeu deve ser facilitada. | 79,0 % |
| | 2.10 Recomendamos que a participação no programa Erasmus seja alargada a todos os estudantes, independentemente do seu percurso educativo (tecnologia profissional, alternância). Todos devem poder participar nos intercâmbios europeus. | 79,5 % |
| | 2.11 Recomendamos que a população ativa possa beneficiar de programas de intercâmbio europeus, independentemente do setor de atividade, também para as empresas locais. Todos devem poder participar nos intercâmbios europeus. | 83,7 % |
| | 2.12 Recomendamos a criação de cursos de cidadania europeia para todos os cidadãos europeus. | 83,7 % |
| 3. A legislação da UE não é aplicada da mesma forma nos Estados-Membros. | 3.1 Recomendamos que a União Europeia recorra mais à legislação diretamente aplicável nos Estados-Membros. Tal reduziria as diferenças nacionais na aplicação da legislação da UE, o que enfraquece o projeto europeu. Tal reforçaria igualmente as mais importantes realizações europeias, como o mercado interno, o euro e o espaço Schengen. | 81,4 % |
| 4. A democracia europeia está ameaçada. | 4.1 Recomendamos que a comunicação da UE sobre a democracia europeia recorde incansavelmente e sem ambiguidades o que significa na Europa para os europeus. | 78,0 % |
| | 4.2 Os valores e princípios dos Tratados da União Europeia subscritos pelos Estados-Membros aquando da adesão são irreversíveis. A sua proteção deve continuar a ser assegurada. | 81,0 % |
| | 4.3 A proteção dos valores e princípios dos Tratados é assegurada pelo Tribunal Europeu e não pode ser posta em causa pelos Estados-Membros. | 81,0 % |
| 5. As informações sobre a UE não são facilmente acessíveis e de difícil compreensão | 5.1 Recomendamos o reforço da verificação das informações sobre questões europeias. Estas informações divulgadas e verificadas pelas instituições devem ser facilmente acessíveis ao público europeu e aos meios de comunicação social nacionais de cada Estado-Membro. | 83,3 % |
| 6. Os meios de comunicação social nacionais transmitem frequentemente uma imagem negativa da UE | 6.1 A UE deve também estar mais presente no quotidiano dos europeus através de uma comunicação mais proativa. (Por exemplo, patrocinando, por exemplo, eventos culturais que reúnam os cidadãos e os tornem orgulhosos de serem cidadãos da UE. Os relatórios e os teasers permitiriam igualmente aos europeus ter acesso a informações contextualizadas sobre a UE). | 85,7 % |
| 7. Os cidadãos não conhecem aqueles | 7.1 Recomendamos que os parlamentares sejam mais conhecidos nos seus países de origem, especialmente fora dos | 92,7 % |

| | | |
|--|---|--------|
| que os representam no Parlamento Europeu. | períodos eleitorais. Devem ser mais acessíveis. As razões das suas votações no Parlamento Europeu devem ser tornadas mais facilmente acessíveis aos cidadãos europeus através do sítio Web da União Europeia. | |
| | 7.2 Recomendamos que os partidos políticos nacionais assegurem o rejuvenescimento dos candidatos nas listas apresentadas nas eleições para o Parlamento Europeu. Esse mandato não deve ser considerado uma recompensa por serviços bons e leais prestados na política nacional. | 74,4 % |
| 8. A comunicação da UE é demasiado uniforme; não tem em conta a diversidade da população | 8.1 Para chegar a um público suficientemente amplo e diversificado, recomendamos que a UE tenha em conta, através de uma comunicação inclusiva desde a fase de conceção, o grau de instrução das pessoas em causa, as suas eventuais deficiências. Além disso, recomendamos também a participação de indivíduos e organizações (educadores de rua, agentes de freguesia, CPAS, sociedade civil) na transmissão desta comunicação. | 73,2 % |
| | 8.2 Para chegar à mão de obra, recomendamos investir mais na utilização dos canais de comunicação existentes para fornecer periodicamente informações adequadas sobre a UE, por exemplo através de programas explicativos. Além disso, recomendamos contar com embaixadores (tanto indivíduos como organizações) que promovam o projeto da UE. | 83,7 % |
| | 8.3 Para chegar a jovens e estudantes, recomendamos que, juntamente com os canais existentes, como a educação e os movimentos juvenis relevantes, sejam chamados embaixadores, especialmente para influenciadores que possam chegar aos jovens através das mídias sociais. Outra recomendação seria a organização de um concurso pan-europeu para criar uma personagem de desenho animado que atraísse os jovens e lhes enviasse mensagens europeias. | 69,8 % |
| | 8.4 Para idosos, recomendamos usar os mesmos canais que os oferecidos para a força de trabalho. Além disso, recomendamos procurar o equilíbrio certo entre comunicação digital e não digital (imprensa escrita, rádio, eventos presenciais) para atender às necessidades de todos, incluindo aqueles que são menos confortáveis em um ambiente digital, bem como aqueles que são menos móveis na sociedade. | 85,7 % |
| | 8.5 Recomendamos que, através dos cursos de integração já existentes em muitos Estados-Membros, a UE se comprometa a incluir «novos europeus» (pessoas que, através de um ou outro procedimento de imigração legal, residem na UE) e a consciencializá-los para os outros canais tradicionais através dos quais a UE comunica. Finalmente, também recomendamos dar um lugar para o mundo associativo local. | 76,7 % |
| | 8.6 Recomendamos também levar a UE às ruas com uma comunicação inclusiva. Por exemplo, poderiam ser utilizados | 62,8 % |

| | | |
|--|---|--------|
| | painéis (digitais), bem como novos meios de comunicação, como os códigos QR e os meios tradicionais. | |
| | 8.7 Outras recomendações seriam tornar a UE mais visual (através de pequenos filmes ou infografias), criar um movimento desportivo europeu para criar uma ligação/um sentimento de pertença e dar a conhecer melhor o hino europeu. | 68,2 % |

2. Desinformação

| Problemas | Recomendações | Apoiado por (%) |
|---|---|-----------------|
| 1. O risco de desinformação está cada vez mais presente nos meios de comunicação social | 1.1 Recomendamos a revisão do modelo de financiamento da mídia, bem como a publicação obrigatória de fontes de receita, de forma clara e acessível. O modelo de financiamento dos meios de comunicação social leva-os ao sensacionalismo e, assim, a publicar informações fora do contexto, transformando-as em desinformação. | 73,8 % |
| | 1.2 Recomendamos a citação obrigatória de fontes pela mídia, fornecendo links para verificá-las. Caso contrário, as informações devem ser rotuladas como não verificadas. | 90,2 % |
| | 1.3 Recomendamos que o regulador europeu de luta contra a desinformação (ver ponto 2) seja também responsável pela acreditação dos organismos de verificação da informação («controladores de factos») | 85,4 % |
| | 1.4 Recomendamos a criação, em cada Estado-Membro, de uma autoridade independente responsável pela verificação da neutralidade dos meios de comunicação social. Esta autoridade deve ser financiada e controlada pela União Europeia. | 75,6 % |
| | 1.5 Recomendamos a divulgação de informações sobre os URLs dos sítios Web oficiais da UE, a fim de tranquilizar os cidadãos sobre a origem das informações. | 90,2 % |
| 2. Muitos cidadãos duvidam da neutralidade dos meios de comunicação social | 2.1 Recomendamos a criação de um regulador europeu para combater a desinformação. Em especial, a tarefa desse regulador consistiria em estabelecer os critérios para um rótulo de neutralidade e em estabelecer, se for caso disso, um sistema de sanções ou incentivos ligados ao cumprimento das normas de neutralidade. Alternativamente, a adesão a uma carta de ética poderia ser considerada. O rótulo seria atribuído pela autoridade nacional independente e teria em conta as medidas tomadas pelos meios de comunicação social para combater a desinformação. | 87,5 % |

| | | |
|--|--|--------|
| | 2.2 Recomendamos a criação de uma linha de emergência europeia que permita aos cidadãos denunciar a desinformação sobre as competências europeias (políticas e económicas). | 82,1 % |
| 3. Os cidadãos não estão cientes dos riscos de desinformação a que estão expostos. | 3.1 Recomendamos que as plataformas sejam obrigadas a publicar informações claras e compreensíveis sobre os riscos de desinformação a que os seus utilizadores estão expostos. Estas informações devem ser comunicadas automaticamente assim que uma conta for aberta. | 85,7 % |
| | 3.2 Recomendamos formação obrigatória na utilização dos meios de comunicação social, desde tenra idade e adaptada aos diferentes níveis do sistema educativo. | 74,4 % |
| | 3.3 Recomendamos que a União Europeia lance campanhas repetidas em matéria de desinformação. Estas campanhas podem ser identificadas por um logótipo ou mascote. A União Europeia poderia forçar as redes sociais a transmiti-las através da difusão de spots. | 87,5 % |
| 4. Os meios para combater a desinformação são insuficientes. | 4.1 Recomendamos publicar em linguagem simples e inteligível informações sobre algoritmos de organização de mensagens recebidas pelos utentes da plataforma. | 83,3 % |
| | 4.2 Recomendamos que os utentes sejam capazes de desativar algoritmos que melhoram o viés comportamental de uma forma simples. A obrigação de facultar aos utilizadores acesso a outras fontes que defendam posições diferentes sobre o mesmo assunto também poderia ser examinada. | 80,0 % |
| | 4.3 Recomendamos que a União Europeia apoie a criação de uma plataforma de redes sociais que respeite as suas próprias normas em termos de neutralidade e de luta contra a desinformação. Em alternativa, a plataforma multilingue criada para apoiar a Conferência sobre o Futuro da Europa poderia ser acrescentada com novas funcionalidades. | 56,4 % |

3. Painéis de cidadãos

| Problemas | Recomendações | Apoiado por (%) |
|--|---|-----------------|
| 1. Dificuldade em assegurar a representatividade de um painel de cidadãos. Em última | 1.1 Recomendamos que se acompanhe o que o mais recente trabalho científico sobre democracia deliberativa sugere em termos de amostragem, desenvolvimento e validação científica do método de seleção, a fim de garantir a melhor representatividade possível. | 89,7 % |

| | | |
|--|---|--------|
| análise, apenas uma pequena parte da população está envolvida. | 1.2 Recomendamos que haja um número suficiente de pessoas em torno da mesa para garantir a diversidade de opiniões e perfis, incluindo — mas não apenas — pessoas que se preocupam diretamente com o tema. | 90,2 % |
| | 1.3 Recomendamos acrescentar, nos critérios de amostragem, o critério de parentalidade (ou seja, se a pessoa tem ou não filhos?), além de critérios mais tradicionais, como sexo, idade, local de residência ou nível de escolaridade. | 33,3 % |
| | 1.4 Recomendamos a fixação de quotas por área geográfica, ou seja, a determinação de que um painel de cidadãos europeus deve ser composto por X pessoas por área geográfica europeia (a determinar) para que este painel possa ser verdadeiramente qualificado como europeu e com sentido deliberado. | 73,2 % |
| | 1.5 Recomendamos que os registos populacionais (ou seus equivalentes, dependendo do país) sejam usados como bases de dados primárias para o sorteio, a fim de dar a todos a mesma hipótese de serem escolhidos e gerar interesse em um assunto dentro da população. | 70,0 % |
| | 1.6 Recomendamos que os participantes sejam compensados para valorizar seu investimento e atrair pessoas que não participariam se não fossem compensadas. | 87,5 % |
| | 1.7 Recomendamos informar — muito minimamente: nem muita informação nem informação muito complicada — os primeiros participantes através de apresentações de especialistas para garantir que mesmo as pessoas sem conhecimento prévio se sintam à vontade para participar nas discussões. | 82,9 % |
| | 1.7.2 Recomendamos que o tema do Painel dos Cidadãos seja comunicado com antecedência para que as pessoas possam saber qual o tema que estão a comprometer-se a debater. | 78,6 % |
| | 1.8 Recomendamos não exigir que os cidadãos participem. | 97,6 % |
| 2. Dificuldade em organizar um painel a nível europeu. | 2.1 Recomendamos que as reuniões do Painel dos Cidadãos Europeus se realizem em formato híbrido (presencial/distancial). As pessoas que não podem mover-se fisicamente também podem participar. | 70,0 % |
| | 2.2 Recomendamos que a União Europeia, para maior facilidade de acesso e organização, delegue a organização de painéis de cidadãos (sobre temas europeus) a diferentes níveis de autoridade, a nível nacional. | 69,0 % |

| | | |
|---|---|--------|
| | 2.3 Recomendamos que seja escolhido um único tema por painel organizado a nível europeu. Tal permitirá a todos os participantes debater o mesmo assunto, independentemente de onde provenham da Europa. | 80,5 % |
| 3. Evite o painel os cidadãos não são desviados para outros fins que não os declarados. | 3.1 Recomendamos que qualquer cidadão possa submeter um assunto para discussão, e para que este direito não seja reservado ao mundo político ou ao mundo dos lobistas. | 82,1 % |
| | 3.2 Recomendamos que o direito de iniciativa seja atribuído ao Parlamento Europeu, a fim de que o Parlamento Europeu defina o tema a debater e, em seguida, adote os textos necessários para dar seguimento às recomendações decorrentes das deliberações. | 63,4 % |
| 4. Dificuldade em decidir qual a melhor forma de organizar o processo de melhor representação dos cidadãos. | 4.1.1 Recomendamos a criação de um painel permanente de cidadãos, juntamente com o Parlamento, que assuma tarefas específicas. Seria renovado regularmente. Isto permitiria reunir os cidadãos a longo prazo e aproveitar o tempo necessário para os debates. O tempo permite nuances de debates e consensos. Juntamente com este painel permanente, os painéis de cidadãos ad hoc debatem temas escolhidos pelo painel permanente. Propomos seguir o modelo da Comunidade Germanófono. | 54,8 % |
| | 4.1.2 Recomenda-se a criação de apenas um ou mais painéis de cidadãos europeus não permanentes, que apenas reuniriam e discutiriam um tema específico durante um determinado período de tempo. | 58,5 % |
| | 4.2 Recomendamos não organizar painéis de cidadãos europeus sobre questões urgentes, uma vez que é necessário tempo suficiente para garantir a qualidade dos debates. | 63,4 % |
| 5. Com demasiada frequência, os cidadãos que participam em iniciativas de democracia participativa, como os painéis de cidadãos, não recebem informações sobre o seguimento dado ao seu trabalho, a curto ou a longo prazo. | 5.1 Recomendamos informar os cidadãos sobre o seguimento dado (ou não) às recomendações emitidas após painéis de cidadãos europeus. Se as recomendações não forem seguidas, as instituições europeias envolvidas devem fundamentar a sua decisão (por exemplo, incompetência). Para isso, recomendamos a redação de resumos regulares durante todo o processo após um painel. | 97,5 % |
| | 6.1 Recomendamos a organização de painéis de cidadãos, também com crianças desde tenra idade (por exemplo, 10-16 anos) para sensibilizar para a participação e o debate. Isto pode ser organizado nas escolas. | 59,5 % |

4. Referendos

| Problemas | Recomendações | Apoiado por (%) |
|---|--|-----------------|
| | 0.1 Recomendamos a realização de referendos a nível europeu sobre assuntos europeus. | 73,3 % |
| 1. A cultura do referendo varia consideravelmente de um Estado-Membro para outro | 1.1 Recomendamos encomendar pesquisas sobre como criar uma cultura de referendo comum na Europa. | 70,7 % |
| | 1.2 Recomendamos investigação (por peritos independentes) sobre a necessidade e a possibilidade de realizar um referendo sobre um tema específico a nível europeu | 77,5 % |
| 2. A formulação da questão colocada num referendo pode ter um impacto negativo, assim como a capacidade de responder apenas com «sim» ou «não», que muitas vezes polariza os debates e as sociedades. | 2.1 Recomendamos a criação de um comité científico para refletir sobre a forma de fazer perguntas que seriam objeto de um referendo europeu da forma mais objetiva possível. | 87,2 % |
| | 2.2 Recomendamos fazer perguntas de escolha múltipla, indo além da simples alternativa entre «sim» e «não», a fim de trazer nuances ou até mesmo anexar condições a «sim» e «não» (ou seja, «sim se», «não se»). | 65,0 % |
| | 2.3 Recomendamos que os votos brancos não sejam tidos em conta no cálculo de qualquer maioria (maioria simples ou maioria absoluta). Deve haver votos suficientes (o quórum deve ser respeitado). | 75,0 % |
| A escolha do assunto também é delicada. | 2.4.1 Recomendamos que uma questão levantada num referendo europeu seja abrangida pelo âmbito de aplicação de qualquer assunto europeu abrangido pelas competências da União Europeia. | 87,5 % |
| | 2.4.2 Recomendamos a exclusão de tópicos que possam ser uma fonte de conflito entre os Estados-Membros. | 39,0 % |
| | 2.5 Recomendamos que questões técnicas e difíceis também possam ser feitas, com uma redação clara, porque as pessoas têm a capacidade de estar suficientemente informadas. | 77,5 % |
| 3. O referendo não é um instrumento democrático se apenas o mundo político puder decidir organizar um. | 3.1 Recomendamos que o Parlamento Europeu tenha o direito de iniciativa para realizar referendos europeus e que, em seguida, seja capaz de aplicar os seus resultados (a Comissão Europeia e o Conselho devem seguir sem a possibilidade de bloqueio). | 67,5 % |
| | 3.2 Recomendamos que a iniciativa também possa provir dos próprios cidadãos (por exemplo, seguindo regras | 77,5 % |

| | | |
|--|---|--------|
| | semelhantes às aplicáveis à Iniciativa de Cidadania Europeia). | |
| | 3.3 Recomendamos que a organização prática de um referendo europeu seja um órgão neutro. | 75,0 % |
| 4. O aspeto consultivo ou vinculativo do referendo deve ser claramente definido. | 4.1.1 Recomendamos que o resultado de um referendo europeu só seja vinculativo quando estiverem reunidas determinadas condições em termos de participação. | 92,7 % |
| | 4.1.2 Recomendamos que os resultados de um referendo só sejam vinculativos se certas maiorias forem alcançadas (51/49, 70/30). Estas condições são estabelecidas antes de cada referendo. | 72,5 % |
| | 4.2 Recomendamos que o resultado de um referendo europeu seja vinculativo se a iniciativa da sua organização for tomada por cidadãos (que teriam conseguido reunir várias assinaturas para esse efeito), mas indicativos se a iniciativa fosse tomada por uma instituição política. | 47,5 % |
| | 4.3 Recomendamos que o resultado de um referendo europeu seja vinculativo apenas para determinados temas, mas não para aqueles para os quais as consequências da votação possam ser muito graves. | 40,0 % |
| 5. A população é muitas vezes mal informada antes de ser chamada a votar em referendo. Ao mesmo tempo, é fundamental controlar as informações comunicadas, a fim de evitar influências prejudiciais (internas ou estrangeiras) na votação. | 5.1 Recomendamos que, antes de qualquer referendo europeu, o público seja claramente informado do impacto da votação no seu dia a dia, através de brochuras, como acontece na Suíça, e/ou sessões de informação. | 97,5 % |
| | 5.2 Recomendamos a criação, para cada referendo europeu, de um comité científico que garanta a neutralidade das informações comunicadas. | 87,2 % |
| 6. Embora um referendo convida toda a população a votar diretamente (ao contrário do painel de cidadãos), há sempre um certo absentismo, mais ou menos importante. | 6.1.1 Recomendamos que a participação na votação num referendo europeu seja obrigatória. | 43,6 % |
| | 6.1.2 Recomendamos que a votação em referendo europeu seja voluntária. | 52,5 % |
| | 6.2 Recomendamos, a fim de reduzir o absentismo, permitir a votação eletrónica além da votação em papel (ou além de outros meios de votação, como a votação postal). A votação eletrónica é particularmente interessante para as pessoas que vão de férias, e também | 90,0 % |

| | | |
|---|---|--------|
| | incentiva as pessoas menos interessadas em votar porque a compulsão das viagens já não está lá. | |
| 7. Com demasiada frequência, os cidadãos que participam em iniciativas de democracia participativa, como referendos, não recebem um retorno sobre o seguimento dado ao seu voto, seja a curto prazo ou a longo prazo. | 7.1 Recomendamos informar os cidadãos sobre o seguimento dado (ou não) à decisão tomada pelos cidadãos através de um referendo europeu. | 92,5 % |

5. Instrumentos existentes

5.1. Eleições europeias.

| Problemas | Recomendações | Apoiado por (%) |
|---|---|-----------------|
| 1. Existe uma diferença de regulamentação nos diferentes Estados-Membros. | 1.1 Propomos que haja uma participação obrigatória no Parlamento Europeu, mas com informação suficiente para que os cidadãos compreendam as razões para tal. | 50,0 % |
| | 1.2 A nossa recomendação é que as regras eleitorais para o Parlamento Europeu sejam, tanto quanto possível, adotadas em todos os países, incluindo a idade mínima. | 87,2 % |
| 2. Não existe uma diversidade suficiente nos critérios de idade, origem e género dos deputados ao Parlamento Europeu. | 2.1.1 Propomos que os deputados europeus sejam de todas as idades e origens. | 82,1 % |
| | 2.1.2 Propomos que os deputados ao Parlamento Europeu optem deliberadamente por uma carreira europeia e não apenas porque estão no fim da sua carreira. | 82,5 % |
| | 2.1.3 Propomo-nos a optar por uma distribuição equilibrada entre homens e mulheres, por exemplo, alternando os sexos nos cadernos eleitorais. A UE deve estabelecer estes critérios e verificar se estão preenchidos na composição das quotas. Se um candidato recusar o seu mandato, o candidato seguinte, por ordem de preferência e ter o mesmo sexo, ocupará o seu lugar. | 82,5 % |
| | 2.1.4 Recomendamos que os candidatos constantes das listas europeias exerçam o seu mandato se forem eleitos. | 89,2 % |
| 3. Votamos a favor do Parlamento Europeu e não temos qualquer | 3.1 Propomos que se proceda a uma alteração do Tratado, através da qual o maior partido do Parlamento Europeu possa nomear o Presidente da Comissão Europeia. | 48,6 % |
| | 3.2 Recomendamos que a composição da Comissão Europeia seja mais transparente, de acordo com algumas regras básicas de base, | 88,9 % |

| | | |
|--|---|--------|
| palavra a dizer na composição da | de modo a que a composição reflita a voz do cidadão e que este saiba como foi feita a seleção. | |
| 4. Não há muita informação sobre os candidatos, não sabemos muito sobre eles e o seu programa, bem como sobre a fração política que representarão no Parlamento Europeu. | 4.1 Propomos que os candidatos europeus se apresentem localmente de forma mais concreta com os seus objetivos e programas através de diferentes canais (comunicação). | 84,2 % |

5.1.2 Provedor de Justiça Europeu

| Problemas | Recomendações | Apoiado por (%) |
|---|--|-----------------|
| 1. O site em idiomas diferentes do inglês inclui apenas informações em inglês nas duas primeiras páginas. Isso cria uma barreira para os cidadãos que não dominam o inglês | 1.1 Propomos colocar as informações na home page no idioma de cada cidadão e postar, se não for possível traduzi-la, as notícias em inglês em outro lugar no site. | 89,2 % |
| 2. O Provedor de Justiça não é parte na sanção e em qualquer compensação para o queixoso | 2.1 Propomos que o Provedor de Justiça faça parte do processo de encontrar e implementar a solução/sanção/compensação e tenha voz na matéria. | 71,1 % |
| 3. O prazo às vezes é muito longo para a validação do registo no site (e-mail de validação) Às vezes leva 24 horas e demotiva o cidadão que passa para outra coisa. | 3.1 Propomos introduzir um sistema de validação imediata. | 47,4 % |
| 4. Quando apresentamos uma reclamação, a pergunta é feita: já utilizou todos os procedimentos possíveis? O cidadão nem sempre conhece todos os procedimentos e não pode responder à pergunta. | 4.1 Propomos incluir um link para uma simples apresentação/explicação de outros procedimentos | 89,5 % |
| 5. O sítio Web do Provedor de Justiça é bem feito, mas não tem uma imagem europeia | 5.1 Propomos rever a carta gráfica do site e alinhá-la mais com a da UE (primeiro conselho: elevar a bandeira europeia para o topo da página). No primeiro | 78,4 % |

| | | |
|---|---|--|
| clara, o que leva a perguntas para o cidadão (estou no sítio certo, é credível? ...). | «clique» deve ficar claro que o cidadão se encontra no sítio Web do Provedor de Justiça das instituições. | |
|---|---|--|

5.1.3 Consulta pública

| Problemas | Recomendações | Apoiado por (%) |
|---|---|-----------------|
| 1. O sítio Web das consultas foi alterado e o cidadão é enviado em primeira instância para um sítio obsoleto. Você tem que pesquisar para encontrar o endereço do novo site. | 1.1. Propomos apagar o antigo site e referenciar o novo site primeiro. | 81,6 % |
| 2. O roteiro (inglês) e as opiniões (língua do editor do cidadão) de uma consulta não são traduzidos para a língua do leitor do cidadão | 2.1. Recomendamos vivamente a tradução do roteiro para a língua do cidadão. O guião em inglês bloqueia qualquer cidadão que não domine o inglês em sua participação. | 81,6 % |
| | 2.2. Propomos colocar uma guia/ícone «tradução automatizada» em cada revisão, que se conecta a um mecanismo de tradução de código aberto como o Google Translate ou DeepL. | 65,8 % |
| 3. Você deve se inscrever para ter o seguimento da consulta | 3.1. Propomos enviar o rastreamento de processo automaticamente para qualquer pessoa que tenha reagido, com a possibilidade de cancelar a assinatura. | 89,5 % |
| 4. Não sabemos se o número de pareceres, de certo modo, influencia a comissão ou se pareceres semelhantes são tomados como um único parecer (ponderação ou não). Se o número de opiniões de certo modo contar, estamos preocupados com o peso dos lobistas/ativistas/grandes empresas nas consultas e com as ações empreendidas pela UE em relação aos cidadãos e ao mundo associativo. | 4.1. Recomendamos colocar informações claras no site sobre isso. | 81,6 % |
| | 4.2. Se o número de opiniões numa direção tiver impacto, recomendamos a criação de um sistema capaz de filtrar os lobistas/ativistas/grandes empresas, etc., de modo a não lhes atribuir um peso desproporcionado. | 60,5 % |
| | 4.3. Recomendamos a criação de software de inteligência artificial que classifique diferentes avaliações e conte opiniões opostas ou favoráveis. | 47,4 % |
| | 4.4. Propomos organizar centros de informação entre cidadãos e associações (militantes): dispor de locais onde os cidadãos possam vir e dar as suas opiniões, sob a forma de «Casas da Europa», que podem ajudar a divulgar as opiniões dos cidadãos a nível europeu. Estes locais devem ser instalados em diferentes locais, a nível local, e recolocados. | 62,2 % |

| | | |
|---|---|--------|
| 5.O formulário de aviso não é claro: há uma pergunta aberta e um questionário. Qual é o papel de cada documento, o que deve ser preenchido? | 5.1 Clarifique esta informação no site. | 81,6 % |
| 6. Há muitos níveis de habilidade quando se trata de ferramentas | 6.1 Propomos criar um centro de despacho que permita que os pedidos sejam encaminhados para o nível de autoridade competente. | 78,9 % |

5.1.4 Iniciativa de Cidadania Europeia

| Problemas | Recomendações | Apoiado por (%) |
|---|--|-----------------|
| 1. Os cidadãos que não têm a Internet são mais difíceis de alcançar. | 1.1 Sugerimos que as autoridades locais ou bibliotecas, que são independentes do governo, possam estar envolvidas na divulgação desta iniciativa e na coleta de assinaturas. Tanto eletronicamente como em papel. A UE deve fazer um balanço desta rede por país e disponibilizá-la aos iniciadores. | 71,1 % |
| 2. O número de países que necessitam de participar é demasiado pequeno para ter apoio suficiente. | 2.1 Propomos aumentar o número de países a partir dos quais são recolhidas assinaturas para 13 países, a fim de obter um maior apoio à proposta. O número de assinaturas deve ser respeitado proporcionalmente ao número de habitantes. | 64,9 % |
| 3. O custo e o esforço para coletar assinaturas são altos | 3.1 Propomos que haja financiamento da UE para apoiar estas iniciativas. | 71,1 % |
| | 3.2 Propomos a criação de um órgão que facilite a coordenação entre os diferentes países. | 75,7 % |
| 4. O procedimento é complexo para os cidadãos. | 4.1 Propõe-se a criação de um serviço de assistência para ajudar os cidadãos a completar o processo. | 83,8 % |
| 5. O resultado da iniciativa de cidadania não é claro. | 5.1 Propõe-se obrigar a Comissão Europeia a debater e a trabalhar no seguimento da proposta, e não apenas a responder e acusar a receção. Se a Comissão decidir não dar seguimento à proposta, deve justificá-la. | 100,0 % |
| | 5.2 Propõe-se organizar uma consulta dos cidadãos aquando da receção de uma iniciativa de cidadania europeia, a fim de lhes solicitar o seu parecer sobre a mesma, antes de o comité a acompanhar. Tal evitaria ter apenas opiniões/votos extremos a favor da iniciativa e ter a opinião de pessoas que não assinaram. Além disso, se todos os cidadãos derem a sua opinião, a sugestão terá mais peso a nível da UE e o seu seguimento. | 55,3 % |

5.1.5 Direito de petição

| Problemas | Recomendações | Apoiado por (%) |
|--|---|-----------------|
| 1. A Comissão Europeia tem a decisão final, não há certeza quanto ao resultado | 1.1 Propomos que a recomendação do Parlamento Europeu seja seguida pela comissão. | 81,1 % |
| 2. Há pouca transparência sobre o processo e motivação da decisão. | 2.1 Propomos manter a pessoa que apresenta a petição informada do progresso e das decisões em intervalos regulares. A conclusão final também deve ser fundamentada. | 94,4 % |
| 3. É difícil para os cidadãos demonstrar a necessidade de nova legislação. | 3.1 A nossa recomendação é que uma petição seja também utilizada como instrumento para demonstrar a necessidade de nova legislação. | 78,4 % |

II B Painéis Nacionais: França

L'avenir est **entre** **vos mains**

Contribution citoyenne à
la Conférence sur l'avenir
de l'Europe

O presente documento é um resumo do relatório sobre o «Contributo dos cidadãos para a Conferência sobre o Futuro da Europa», organizado pela França. A versão integral do relatório em francês está disponível no seguinte endereço:

[11/20211126%20-%20COFE%20-%20Rapport%20final.pdf](#)

Resumo

| | |
|--|-----|
| II B Panels nationaux : France..... | 192 |
| Introduction..... | 194 |
| Présentation des principaux résultats..... | 197 |
| Présentation des panels des conférences régionales..... | 199 |
| Engagements et partis pris méthodologiques..... | 201 |
| Première partie: présentation des résultats des conférences régionales sur l'avenir de l'Europe | 207 |
| Seconde partie: présentation des résultats de la consultation « Parole aux Jeunes »..... | 218 |
| Conclusion..... | 221 |

Introdução

A Conferência sobre o Futuro da Europa é um exercício sem precedentes de participação dos cidadãos para consultar os cidadãos dos 27 Estados-Membros da União Europeia, a fim de os colocar no centro das decisões que serão tomadas durante anos e décadas. Por conseguinte, os cidadãos da UE são convidados a fazer ouvir a sua voz, propondo alterações e formas de ação concretas que permitam à Europa definir uma nova ambição e enfrentar os desafios globais que enfrenta atualmente.

O Governo francês apoia as iniciativas do Trio de Presidências da Conferência sobre o Futuro da Europa, nomeadamente incentivando os seus cidadãos a dar um contributo significativo para a plataforma em linha e a organizar eventos em todo o país.

Paralelamente a estas iniciativas europeias, o Governo pretendeu realizar um exercício participativo a nível nacional.

Com o apoio do Ministério das Relações com o Parlamento e a Participação dos Cidadãos (MRPCC) e dos conhecimentos especializados do Centro Interministerial para a Participação Cidadã (ICPC), o Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros (MEAE) organizou um exercício para os cidadãos com base em fortes preconceitos metodológicos (ver infra «Compromissos e preconceitos metodológicos»). A MEAE contava com um consórcio fornecedor composto por Roland Berger, Wavestone, Missions Publiques e Harris Interactive. As prefeituras regionais desempenharam finalmente um papel fundamental na organização das 18 conferências em todo o país.

No âmbito desta consulta, foi colocada uma única pergunta aos participantes: ***Como cidadãos franceses, que mudanças pretende para a Europa?*** (Ver anexo IV «Mandato da participação»).

Este exercício nacional assumiu a forma de 18 conferências regionais, nas 13 regiões metropolitanas e nas 5 regiões ultramarinas francesas, que tiveram lugar ao longo de três fins de semana em setembro e outubro de 2021 e cada uma reuniu entre 30 e 50 cidadãos sorteados por sorteio (746 no total). A síntese destes 18 painéis regionais foi então realizada numa conferência nacional realizada de 15 a 17 de outubro de 2021 no Conselho Económico, Social e Ambiental (CESE, em Paris) e que reuniu 98 cidadãos voluntários entre os participantes nas conferências regionais.

Além disso, e a fim de destacar as palavras dos jovens franceses antes do Ano Europeu da Juventude em 2022, foi organizada pelo Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros, em parceria com Make.org, uma consulta em linha intitulada «*Speak to Youth*». Mais de 50 000 jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 35 anos expressaram as suas ideias e prioridades para a Europa de 2035.

O presente relatório apresenta os principais resultados das duas consultas realizadas pelo Governo.

Metodologia de consulta

O recrutamento de cidadãos que participam em conferências regionais combinou uma seleção aleatória de participantes por sorteio aleatório dos seus números de telefone e uma seleção específica de perfis para chegar a um painel tão representativo quanto possível da diversidade de cada território.

Durante os painéis regionais, os participantes entrevistaram alternando o tempo de trabalho em grupos, por tabela de 6 a 8 cidadãos acompanhados de um facilitador e de horários de apresentação em sessão plenária. Durante o período de reflexão, estiveram presentes peritos para responder às perguntas dos cidadãos e esclarecer, mantendo simultaneamente uma posição de neutralidade.

Os cidadãos foram inicialmente convidados a debater a sua atual percepção da Europa. Em seguida, expressaram os seus **desejos pela Europa de 2035**, em grupo e depois em sessão plenária. Estas discussões permitiram identificar entre 3 e 8 desejos por região. Para cada um destes desejos, os cidadãos formularam as **alterações** que consideraram necessárias para alcançar a Europa desejada e, em seguida, ilustraram-nas com propostas concretas a implementar. Este processo resultou num total de 515 alterações e 1.301 propostas concretas a nível nacional.

Cada conferência regional resultou na redação de um relatório de síntese regional entregue a todos os participantes antes da conferência nacional.

A Conferência Nacional de Síntese reuniu 98 cidadãos sorteados entre os participantes nas 18 conferências regionais. A fim de assegurar a diversidade do painel nacional, seis cidadãos foram sorteados entre os voluntários das conferências regionais na França metropolitana e na Reunião e 4 cidadãos para conferências ultramarinas, respeitando a paridade e a diversidade de idades em cada sorteio regional (ver Anexo II).

Na preparação da conferência nacional, as 515 alterações identificadas nas conferências regionais foram analisadas e reconciliadas quando a sua intenção subjacente parecia semelhante ou próxima, de modo a constituir 14 grupos de mudanças que refletem um desejo comum para a Europa (ver parte 6). Estes 14 desejos europeus serviram de base para o trabalho dos 98 participantes na conferência nacional, cuja missão era enriquecer o trabalho realizado nas regiões e enfrentar os desejos da Europa, as mudanças e as propostas com a ajuda de vinte peritos para chegar a uma lista de mudanças prioritárias. Cada grupo finalmente selecionou 3 mudanças-chave, a primeira das quais foi votada por todos os 98 cidadãos, estabelecendo uma classificação final das 14 mudanças prioritárias. Um relatório de síntese consolida todo o trabalho desta conferência.

A consulta em linha «Parole aux Jeunes», realizada em parceria com a Make.org, teve lugar de maio a julho de 2021. Mais de 50 000 participantes participaram e apresentaram quase 3 000 propostas para a Europa. Com base em todas as reações dos jovens cidadãos, foram identificadas 35 ideias importantes, 22 das quais foram amplamente aclamadas e 13 foram objeto de controvérsia entre os participantes (ver parte 11).

Ponto de saída e serviço imediatamente

Este relatório será apresentado ao Governo pelos cidadãos em 29 de novembro de 2021, na presença de membros eleitos franceses da Assembleia Plenária da Conferência sobre o Futuro da Europa. Será apresentado ao trio de Presidências da Conferência durante a Presidência francesa do Conselho da União Europeia (PFUE).

No final da Conferência Nacional de Síntese do CESE, e a fim de responder às elevadas expectativas dos cidadãos por sorteio, foi criado um Comité de Acompanhamento para os Cidadãos que incorporou o direito de acompanhamento dos participantes. Este comité, composto por 15 membros — 14 representantes de conferências regionais e um representante da consulta «Parole aux Jeunes» — terá por missão informar os cidadãos sobre o futuro das suas propostas. Em cada reunião da Assembleia Plenária da Conferência, um ou um dos membros do comité de acompanhamento participará, como representante do exercício francês, para destacar as propostas apresentadas no presente relatório, ao mesmo tempo que estabelecerá uma posição comum com todos os cidadãos europeus representados.

Todos os documentos da consulta francesa serão públicos e acessíveis a todos na plataforma de participação dos cidadãos do Estado francês: mandato de participação, resumos regionais, síntese nacional, relatório do garante e relatório final.

Apresentação dos principais resultados

(o original foi na forma de uma ilustração)



Panorama de la contribution française à la conférence sur l'avenir de l'Europe

Les citoyens tirés au sort devaient répondre à la question :
« En tant que citoyens français, quels changements souhaitez-vous pour l'Europe ? »

TOP 10 DES CHANGEMENTS PRIORITAIRES POUR L'EUROPE DE 2035



1. Développer la **sobriété énergétique** pour consommer moins en arrêtant le superflu



2. Renforcer la **défense et la sécurité communes** de l'Union européenne



3. Favoriser la **performance économique collective** à travers une industrie autonome, compétitive et valorisée par l'UE



4. Mettre en place un **pouvoir citoyen** à plusieurs échelons : participation, décision, contrôle



5. Tendre vers une **fédération d'États d'Europe** dotée de compétences fortes dans des domaines d'intérêt commun



6. Proposer des **programmes d'échanges** tout au long de la vie

Source : Changements ayant recueilli le plus de votes lors de la conférence nationale sur l'avenir de l'Europe (15-17 octobre 2021).

Fonte: Alterações que ganharam mais votos na Conferência Nacional sobre o Futuro da Europa (15-17 de outubro de 2021)

Panorâmica do contributo francês para a Conferência sobre o Futuro da Europa

Os cidadãos sorteados tiveram de responder à pergunta: «Enquanto cidadãos franceses, que mudanças pretende para a Europa?»

10 principais alterações prioritárias para a Europa de 2035

1. Desenvolver **sobriedade energética** para consumir menos, impedindo o supérfluo

2. Reforçar **adefesa e a segurança comuns da União Europeia**

3. Promover o **desempenho económico coletivo** através de uma indústria autónoma, competitiva e valorizada pela UE

4. **Capacitar os cidadãos** a vários níveis: participação, decisão, controlo

5. Rumo a uma **federação de Estados europeus** com fortes competências em domínios de interesse comum

6. Oferecer **programas de intercâmbio** ao longo da vida



7. Partager les cultures européennes par des **manifestations et des évènements fédérateurs**



8. Harmoniser la **santé** et la rendre accessible à tous les Européens par une politique commune de santé



9. Développer et piloter au niveau européen les **filières stratégiques** pour assurer notre souveraineté



10. Améliorer la **protection des milieux et des écosystèmes** et créer des **zones protégées** au cœur des zones urbaines, périurbaines et rurales

Consultation en ligne « Parole aux jeunes »



Le 9 mai 2021, le secrétaire d'État chargé des Affaires européennes a lancé une consultation « **Parole aux Jeunes** » menée par Make.org qui s'est déroulée entre mai et juillet 2021.

50 000 jeunes âgés de 15 à 30 ans ont répondu à la question : « **Quelles sont vos priorités pour l'Europe de demain ?** », avec 2 918 propositions déposées.

Les **idées plébiscitées par les Jeunes français** dans le cadre de cette consultation en ligne s'intègrent à la contribution citoyenne à la Conférence sur l'avenir de l'Europe (cf. détails dans la 2^e partie de ce rapport)

Apresentação dos painéis de conferências regionais

Um painel diversificado de 746 cidadãos

Panorâmica dos participantes nas 18 conferências regionais



7. Partilha de culturas europeias através da **unificação de eventos e eventos**

8. Harmonizar a **saúde** e torná-la acessível a todos os europeus através de uma política comum de saúde

9. Desenvolver e orientar **canais estratégicos** a nível europeu para garantir a nossa soberania

10. Melhorar a **proteção dos ambientes e dos ecossistemas** e criar **zonas protegidas** no centro das zonas urbanas, periurbanas e rurais

10% 15% 28% 29% 18%

Conferências sobre o futuro da Europa em toda a França

18 conferências regionais, 13 em metrópole e 5 no exterior



Vieses metodológicos

a. ()
Ap
pel
ne
Un
mé
pos
Tr:
A I
cor
• C
• C
• C
A :
cor
cid
cla
reg
tra
cid



Territorialisation et proximité

- Consultations organisées dans 13 régions métropolitaines et 5 régions d'outre-mer
- Une consultation nationale de synthèse



Diversité des profils et tirage au sort

- Tirage au sort par génération aléatoire de numéros de téléphone
- Panels représentatifs de la diversité de la population et des points de vue sur l'Europe



Transparence de la démarche

- Supervision par un collège de 3 garants
- Publication en ligne de l'ensemble des documents de synthèse



Débat ouvert sans thématique imposée

- Liberté totale des thèmes traités laissée aux citoyens
- Absence de cadrage thématique



Expertise inversée

- Pas d'apport d'information préalable
- Réflexion collective basée sur le vécu et les opinions des citoyens, apport d'expertise sur demande des citoyens



Collégialité et gouvernance agile

- Gouvernance hebdomadaire avec l'ensemble des parties prenantes



Devoir de suite

- Mise en place d'un comité de suivi citoyen
- Engagement du gouvernement à porter la parole citoyenne dans l'exercice européen

,
O
ies

vo
de
im
cia
de
los

Neutralidade

Durante uma consulta, a equipa organizadora deve assegurar-se de que permanece neutra na facilitação dos intercâmbios, bem como na elaboração de resumos que apresentem os resultados. As partes interessadas no sistema — facilitadores, peritos — não devem expressar os seus próprios pontos de vista nem procurar orientar o debate de forma subjetiva.

O objetivo da neutralidade foi prosseguido em todas as fases da consulta, assegurando, em especial, uma seleção imparcial dos participantes, a plena liberdade nos debates e a falta de influência do promotor ou das partes interessadas no discurso dos cidadãos. Este imperativo de neutralidade materializou-se por um processo de recrutamento objetivo e transparente dos participantes, por vieses metodológicos coerentes (experiência inversa, falta de enquadramento temático dos debates) e por um enfoque especial na postura dos vários oradores (facilitadores, peritos). Finalmente, a equipa organizadora certificou-se de valorizar todas as palavras e não filtrar propostas cidadãs.

Um **colégio de três garantes**, nomeado pelos Presidentes da Assembleia Nacional e do Parlamento Europeu e pelo Governo, garantiu igualmente que todas as opiniões são expressas e tidas em conta.

Direito imediatamente

Os cidadãos, independentemente de terem ou não participado na consulta, têm o direito de ser informados sobre o que foi escolhido das suas propostas e dos pareceres que deles retiraram, e por que razões. Isto é chamado **de dever imediatamente**.

É definido pelo Centro Interdepartamental para a Participação Cidadã (CIPC) e pela Direção Interdepartamental para a Transformação Pública (DITP) como o compromisso assumido pelo responsável público de dar aos cidadãos uma resposta clara e legível ao resultado da consulta. Concretamente, o dever de acompanhamento é regressar aos cidadãos para lhes explicar de que forma os seus contributos são tidos em conta e têm impacto na tomada de decisões e nas práticas da administração.

O Governo assumiu este dever no seguimento da Conferência sobre o Futuro da Europa e anunciou um mecanismo de acompanhamento ambicioso na sequência da conferência nacional descrita na próxima parte do presente relatório (ver « *Partes Metodológicas* »).

B. Partes metodológicas

Estes três compromissos estatais refletiram-se na metodologia de consulta sob a forma de **sete fortes vieses metodológicos**.

1. Territorialização e proximidade

A componente nacional da Conferência sobre o Futuro da Europa assumiu a forma de 18 conferências regionais, nas 13 regiões metropolitanas e nas 5 regiões ultramarinas francesas, seguidas de uma conferência nacional em Paris. Com esta escolha de organizar painéis a nível local, o desejo era **reunir uma voz o mais próxima possível dos cidadãos**. Esse viés também enriqueceu a consulta ao mostrar as linhas de consenso e dissensus entre os territórios sobre diferentes temas.

2. Diversidade dos perfis dos cidadãos e utilização do sorteio

Um objetivo para o recrutamento de 50 cidadãos por conferência regional foi definido antes do processo, com exceção das conferências ultramarinas da Martinica, Maiote, Guadalupe e Guiana, com 30 a 40 cidadãos cada, e da conferência do Grande Est, na qual estiveram também presentes 5 cidadãos alemães dos três Landers fronteiriços. Uma **geração aleatória** de números de telefone permitiu atrair muitos cidadãos convidados a participar em conferências regionais.

Para serem elegíveis, os cidadãos atraídos por sorteio tinham de ter mais de 18 anos de idade e serem

residentes franceses ou permanentes em situação regular. Cada painel regional de cidadãos devia ser **representativo da diversidade da população regional** reunir uma **diversidade de pontos de vista sobre a Europa**. A metodologia exata de recrutamento por sorteio consta do anexo II.

3. Transparência da abordagem

Um **colégio de três garantes** nomeado pelo Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, pelo Presidente da Assembleia Nacional e pelo Presidente do Parlamento Europeu seguiu todo o processo, a fim de assegurar a sua neutralidade e regularidade. Em especial, os garantes têm: acompanhou a sinceridade do recrutamento de cidadãos sorteados, formulou recomendações para a seleção de peritos e garantiu a boa organização dos debates. No final do processo, os garantes tornarão pública a sua opinião sobre a consulta. Este documento será publicado na plataforma de participação dos cidadãos do Estado.

Será também publicado na plataforma de participação cidadã do Estado: os resumos das dezoito conferências regionais, o resumo de todas as mudanças expressas nas conferências regionais, a síntese da conferência nacional e, por último, o relatório final apresentado ao Governo.

4. Um debate aberto sem um tema imposto

No contexto desta consulta nacional, foi formulada uma única pergunta à atenção dos cidadãos participantes: « *Como cidadãos franceses, que mudanças você quer para a Europa?* ».

Através do desdobramento e da metodologia posta em prática, os cidadãos puderam determinar para si a agenda das mudanças desejadas, sem serem condicionadas por um tema específico ou por um enquadramento normativo prévio.

O objetivo era permitir que os cidadãos das conferências regionais gozassem de plena liberdade nos temas que desejavam abordar. O Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros, para a parte nacional da Conferência sobre o Futuro da Europa, optou por desenvolver uma abordagem complementar ao exercício europeu, que se articula em torno de nove temas: alterações climáticas e ambiente; saúde; uma economia, justiça social e emprego mais fortes; a UE no mundo; valores e direitos, Estado de direito, segurança; transformação digital; Democracia europeia; migração; educação, cultura, juventude e desporto; outras ideias^{XIV}.

Os temas dos intercâmbios de conferências regionais foram assim definidos pelos próprios cidadãos e não pelo patrocinador do exercício.

5. Experiência inversa

A fim de influenciar o menos possível os participantes no processo de identificação dos seus desejos para a Europa, optou- **se por não fornecer informações prévias ou conhecimentos especializados** (por exemplo, sobre o atual projeto da União Europeia, as suas competências ou o funcionamento das instituições), mas começar pelas perguntas dos próprios cidadãos. Este viés metodológico baseia-se no princípio da « *experiência inversa* », segundo o qual a **reflexão coletiva** é construída com base nas experiências e opiniões dos cidadãos, que depois questionam peritos para apoiarem as suas discussões e consolidarem as suas hipóteses de trabalho.

Para atingir este objetivo, foram mobilizados **peritos** nas diferentes regiões (três em média), nomeadamente do meio académico e dos centros de informação Europe Direct nos territórios em causa. Estiveram presentes no sábado e domingo para responder às perguntas dos cidadãos, falando apenas a seu pedido. Os **verificadores** de factos também foram acessíveis para *verificar* rapidamente as questões factuais abordadas pelos cidadãos.

XIV <https://futureu.europa.eu/processes?locale=fr>

Na Conferência Nacional de Síntese do CESE, participaram nos grupos de trabalho 19 peritos de alto nível do mundo académico, grupos de reflexão e corpo diplomático. Esses especialistas acompanharam um grupo ao longo do fim de semana, permitindo-lhes aprofundar as mudanças expressas nas regiões.

6. Colegialidade e Governança Ágil

Todo o processo **foi coconstruído pelo** Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros (MEAE), com o apoio da estratégia participativa do Centro Interministerial para a Participação Cidadã (ICPC) da Direção Interministerial de Transformação Pública (DITP) e do Ministério das Relações Parlamentares e Participação Cidadã (MRPC). O programa foi implementado por um consórcio fornecedor composto por Roland Berger, Wavestone, Missions Publiques e Harris Interactive para a direção do processo, a animação de conferências, a elaboração de cidadãos e a elaboração de relatórios e resumos, em colaboração com as prefeituras regionais para a organização local de conferências regionais.

Foi criada uma **governança específica** em torno de uma equipa de projeto presidida pela MEAE, reunindo o CPIC, o MRPC e o consórcio fornecedor.

7. Dever de acompanhamento e articulação com o exercício europeu

Por ocasião da conferência nacional, foram anunciados vários elementos do **dever de acompanhamento das** instituições francesas na sequência do exercício realizado para a Conferência sobre o Futuro da Europa:

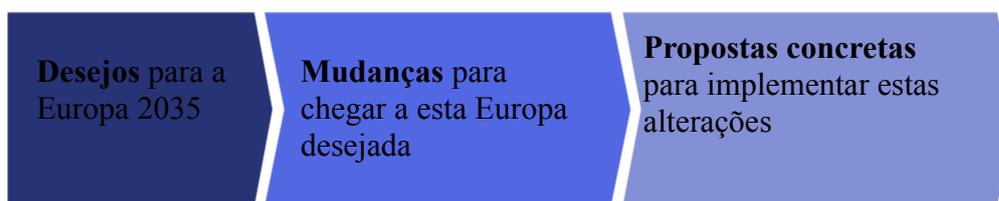
- **Disponibilizando todas as informações** sobre a abordagem, o presente documento e os relatórios de síntese das conferências regionais e nacionais, de forma transparente e acessível a todos na nova plataforma de participação dos cidadãos, lançada por ocasião do regresso ao Governo;
- Organização de um **evento para devolver ao Governo o** relatório final da componente nacional da Conferência sobre o Futuro da Europa, em novembro de 2021;
- Criar um **comité de acompanhamento dos cidadãos para** assegurar que o resultado do processo está em conformidade com as propostas apresentadas. Este comité será composto por 15 cidadãos, incluindo 14 participantes das conferências regionais e um participante da consulta «Words to Youth»;
- **Entrega do contributo francês para a Conferência sobre o Futuro da Europa às instituições europeias**, em janeiro de 2022;

As propostas dos cidadãos franceses serão apresentadas à reflexão coletiva dos Estados-Membros e das instituições europeias. Enquanto país que exerce a Presidência do Conselho da União Europeia no primeiro semestre de 2022, caberá à França falar a voz dos seus cidadãos, trabalhando simultaneamente para definir uma posição comum numa base continental.

Primeira parte: apresentação dos resultados das conferências regionais sobre o futuro da Europa

Em cada uma das 18 conferências regionais, os cidadãos expressaram os seus desejos para a Europa de 2035 individualmente e depois em grupo. Entre 3 e 8 grupos de desejos surgiram em cada região, levando a um total de **101 Europa desejada em toda a França**. Em seguida, os cidadãos formularam as alterações que consideraram necessárias para alcançar a Europa desejada e, em seguida, ilustraram-nas com ações concretas. Este processo gerou um total de **515 mudanças** e **1.301 ações concretas em toda a França**.

Nas semanas que separaram as conferências regionais e a conferência nacional, a equipa do projeto realizou um agrupamento de 515 mudanças em grupos coerentes. Todas as mudanças expressas nas regiões foram submetidas a uma análise lexicológica e fechadas quando a sua intenção subjacente parecia semelhante ou próxima, a fim de criar grupos de trabalho da conferência nacional com um desejo comum para a Europa. Por último, **as alterações identificadas nas regiões foram agrupadas em 14 desejos europeus distintos**.



| Pergunta aos cidadãos | Qual é o seu desejo para a Europa de 2035? | Que mudanças são necessárias para chegar a esta Europa desejada? | Que propostas concretas apresentaria para implementar estas alterações? |
|---------------------------------------|--|--|---|
| Resultados das conferências regionais | 101 desejos | 515 alterações | 1301 propostas concretas |
| | Ordenando 515 mudanças regionais em 14 desejos consistentes da equipa da organização | Agrupamento, definição de prioridades e pormenor das alterações por parte dos participantes durante a conferência nacional | |
| Resultados da conferência nacional | 14 desejos | 80 alterações | Principais etapas de implementação e critérios de sucesso para cada alteração |

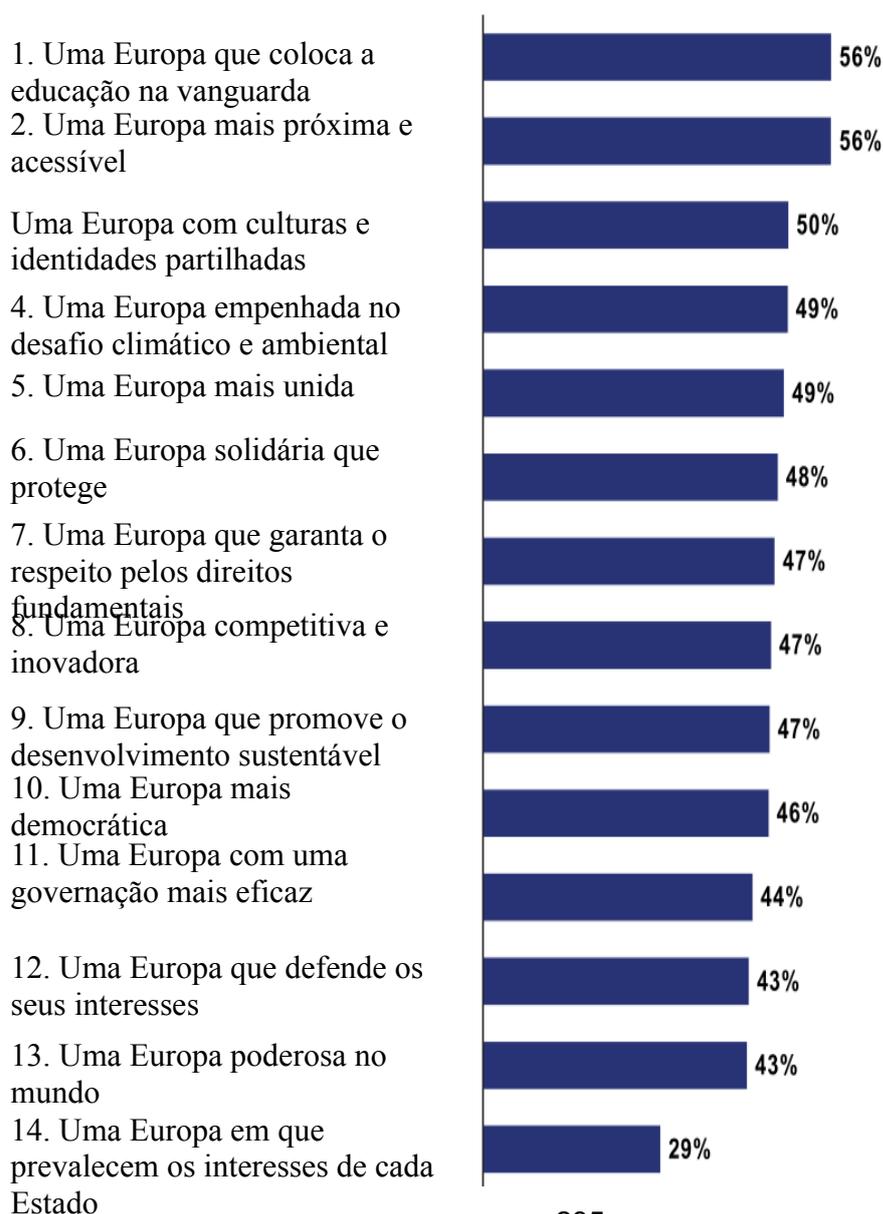
a. Classificação dos 14 desejos da Europa

No final de cada conferência regional, os cidadãos participantes votaram a favor das mudanças identificadas pelos diferentes grupos de trabalho.

Com base nos agrupamentos realizados antes da conferência de síntese nacional, é possível determinar — graças às votações sobre as mudanças em cada região — os desejos da Europa que foram os mais populares entre os cidadãos. Assim, os desejos « *uma Europa que coloca a educação na vanguarda* » e « *uma Europa mais próxima e acessível* » foram amplamente bem-vindos, com mudanças apoiadas, em média, por 56 % dos cidadãos em conferências regionais.

Classificação dos desejos da Europa por taxa de popularidade

Que mudanças gostaria de ver implementadas?



B. Apresentação das 14 alterações prioritárias resultantes da conferência nacional

Na Conferência Nacional de Síntese, os 100 cidadãos participantes trabalharam em um dos 14 grupos de desejos estabelecidos. No final dos trabalhos, cada grupo selecionado para representar o seu desejo de que a Europa seja **objeto de uma mudança prioritária será introduzida até 2035**. Estas 14 alterações prioritárias foram propostas para a votação de 100 cidadãos no último dia da conferência nacional. O resultado desta votação é apresentado a seguir, por ordem decrescente, de acordo com o número de votos obtidos para cada alteração.

A mudança que obteve mais votos dos 100 cidadãos da conferência nacional é «*Desenvolver sobriedade energética para consumir menos, impedindo os supérfluos*».

14 mudanças fundamentais para a Europa em 2035

- (1) Desenvolver sobriedade de energia para consumir menos fora do supérfluo
- (2) Reforço da defesa e da segurança comuns da União Europeia
- (3) Promover o desempenho económico coletivo através de uma indústria autónoma, competitiva e valorizada pela União Europeia
- (4) Estabelecer um poder cidadã a vários níveis: participação, decisão, controlo
- (5) Ir para uma federação de Estados europeus com fortes competências em domínios de interesse comum
- 6 (6) Propor programas de intercâmbio ao longo da vida
- (7) Partilhar culturas europeias através da unificação de eventos e eventos
- (8) Harmonizar a saúde e torná-la acessível a todos os europeus através de uma política comum de saúde
- (9) Desenvolvimento e pilotagem de canais estratégicos a nível europeu para garantir a nossa soberania
- (10) Melhorar a proteção do ambiente e dos ecossistemas e criar zonas protegidas no centro das zonas urbanas, periurbanas e rurais
- (11) Estabelecimento de centros europeus nos territórios para ouvir e aconselhar os cidadãos
- (12) Unificar o modo de eleição do Parlamento Europeu para os vinte e sete Estados e melhorar a proximidade dos cidadãos, substituindo o atual voto por um voto único a nível regional
- (13) Definição de uma política comum para melhorar o acolhimento e a integração social e profissional dos migrantes (incluindo os migrantes em situação irregular)
- (14) Para preservar as especificidades (rótulos alimentares, produção artesanal, tradições) das diferentes regiões europeias, a fim de evitar estilos de vida uniformes e assegurar a rastreabilidade e a qualidade dos produtos

Para cada mudança prioritária, os cidadãos do grupo em causa deram uma definição de mudança, propuseram ações concretas a serem implementadas para sua implementação e indicaram os critérios de sucesso até 2035.

Mudança 1 — Desenvolver sobriedade energética para consumir menos, impedindo o supérfluo

Desejo da Europa associada: Uma Europa empenhada no desafio climático e ambiental

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: Desenvolvimento de energias renováveis, diminuição do consumo de energia

Esta alteração visa incentivar a redução do consumo de energia na Europa e o desenvolvimento das energias renováveis. A sua prioridade pelos cidadãos transcreve o seu desejo de incluir a Europa e os seus habitantes numa **abordagem determinada** do desafio climático e ambiental.

Quais são os principais passos e critérios de sucesso?

Esta alteração reflete-se no desenvolvimento **de programas de investigação ambiciosos** sobre fontes de energia renováveis e na **implantação de fundos de investimento europeus** com participação direta em empresas do setor.

Para os cidadãos, esta mudança seria bem sucedida se fossem estabelecidos **objetivos vinculativos de consumo de energia e indicadores-chave de sobriedade**, como um declínio do parque automóvel europeu ou o consumo de carne. A ambição é também conseguir estabelecer **quotas de consumo por setor**, tendo em conta as flutuações do consumo das empresas e respeitando a confidencialidade dos seus dados.

Alteração 2 — Reforçar a defesa e a segurança comuns da União Europeia

Desejo da Europa associada: Uma Europa poderosa no mundo

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: Exército europeu, autonomia estratégica

Esta mudança responde à vontade unânime dos cidadãos de alcançar **a autonomia** em matéria de defesa e segurança na Europa, de modo a não depender das potências estrangeiras.

Quais são os principais passos e critérios de sucesso?

O êxito desta mudança resultaria, antes de mais, na nomeação de um **Comissário Europeu** para a Defesa e a Segurança.

Em matéria de defesa, a criação de um **exército permanente, reativo e projetável** em todo o mundo permitiria à Europa proteger as suas fronteiras e intervir, se necessário, a pedido de países terceiros.

Em termos de segurança, a Europa deve, aos olhos dos seus cidadãos, garantir a **segurança do seu aprovisionamento** e proteger a sua **investigação estratégica**, em setores prioritários como o espaço, a cibersegurança, o setor médico e o ambiente. Uma melhor **proteção das fronteiras**

externas deverá também contribuir para pôr termo à imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos.

Alteração 3 — Promover o desempenho económico coletivo através de uma indústria autónoma, competitiva e valorizada pela União Europeia

Desejo da Europa associada: Uma Europa que defende os seus interesses

O que significa esta mudança?

Palavras-chave:

Preferência europeia, proteção do saber-fazer, desenvolvimento dos campeões europeus

Esta alteração visa alcançar três objetivos: reforçar uma política de « **preferência europeia**» na União, garantir a **proteção dos bens essenciais e do saber-fazer** e criar «**campeões europeus**».

Quais são os principais passos e critérios de sucesso?

A realização destes objetivos exige, em primeiro lugar, a aplicação de uma **política de «preferência europeia»** no contexto dos concursos públicos e a introdução de um **imposto sobre o carbono** sobre as importações.

A proteção do saber-fazer resultaria num maior controlo das recompras e investimentos estrangeiros, bem como no desenvolvimento da ajuda à **deslocalização**.

Por último, a criação de «campeões europeus» implica incentivar as **alianças industriais** europeias em setores estratégicos e impulsionar o investimento público em capital de risco.

O êxito desta mudança está a concretizar-se para os cidadãos através do desenvolvimento de alianças industriais europeias em setores-chave, do aumento do número de deslocalizações de empresas e da melhoria da balança comercial.

Alteração 4 — Empoderar o poder dos cidadãos a vários níveis: participação, decisão, controlo

Desejo da Europa associada: Uma Europa mais democrática

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: aumento da participação eleitoral, barómetro europeu de satisfação, generalização das consultas aos cidadãos

Com esta mudança, os cidadãos propõem-se desenvolver uma « *experiência cidadã completa*» para os europeus, aumentando a sua **participação** em todas as fases dos processos de tomada de decisão. Reflete a vontade dos cidadãos de **fazerem ouvir as suas vozes** e de influenciarem as políticas públicas que afetam o seu quotidiano.

Quais são os principais passos e critérios de sucesso?

Tal destina-se principalmente aos cidadãos a desenvolverem e apoiarem iniciativas de participação dos cidadãos. Para o efeito, poderiam ser implementadas várias alavancas: a criação de uma **câmara consultiva permanente**, o registo **do poder** dos cidadãos nos Tratados europeus ou a criação de um **rótulo** que certifique as leis que foram objeto de consulta dos cidadãos.

O êxito desta mudança manifestar-se-ia pelo aumento de indicadores como a **participação eleitoral**, o **interesse** e a **confiança** manifestados na União Europeia e a **presença de sítios Web europeus**. O aumento do número de decisões tomadas após uma consulta aos cidadãos e o aumento da utilização das iniciativas de **cidadania europeia (ICE)** são também vistos como marcadores de sucesso.

Alteração 5 — Rumo a uma federação de Estados europeus com fortes competências em domínios de interesse comum

Desejo da Europa associada: Uma Europa mais unida

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: unificação institucional, Presidente eleito, reforço das competências da UE

Esta mudança reflete a ambição dos cidadãos de **unificar as** instituições políticas europeias. O modelo apresentado é o de uma federação de Estados com o objetivo de **reforçar as competências partilhadas ou exclusivas** da União Europeia, sem, no entanto, avançar para um Estado federal.

Quais são os principais marcos e critérios de sucesso?

A nível interno, esta mudança poderia implicar o **desenvolvimento da participação** dos cidadãos, a criação de **ministérios europeus nos Estados- Membros** e, a longo prazo, a **eleição** do Presidente da Comissão Europeia **por sufrágio universal**.

Externamente, o reforço da voz europeia no estrangeiro traduzir-se-ia numa **encarnação** através de **um representante único da Europa** na cena internacional.

Esta federação de Estados beneficiaria igualmente de um aumento do **orçamento europeu**, com a ambição de atingir 10 % do PIB (em comparação com 2 % atualmente).

Alteração 6 — Propor programas de intercâmbio ao longo da vida

Desejo da Europa associada: Uma Europa que coloca a educação na vanguarda

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: intercâmbios escolares, Erasmus

Amplamente aclamada, esta mudança reflete a importância para os cidadãos de reuniões e experiências no exterior, como um poderoso fermento do sentimento europeu. A ambição é *passar do conhecimento académico para uma **abordagem vivida, experiente e sensível** da Europae* compreender a educação em sentido lato como **aprendizagem ao longo da vida**.

Quais são os principais passos e critérios de sucesso?

O êxito desta mudança deve-se principalmente à introdução de **uma oferta de mobilidade alargada**, incluindo, nomeadamente, intercâmbios escolares, geminação, viagens e mobilidade profissional. Para os cidadãos, esta oferta deve ser acessível a todos, especialmente àqueles com baixos recursos ou deficiências. Por exemplo, o programa Erasmus poderia abranger todos os europeus sem limites de idade ou recursos. Estes programas devem ser concebidos como **diversos, inclusivos e acessíveis** com procedimentos administrativos simplificados.

Para além das mobilidades, foi também referida a importância **de desenvolver pontes entre os sistemas educativos** (equivalências de diplomas, etc.) e de reforçar a atratividade da Europa para evitar a fuga de talentos no estrangeiro.

Alteração 7 — Partilhar as culturas europeias através da unificação de eventos e eventos

Desejo da Europa associada: Uma Europa com culturas e identidades partilhadas

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: Festival Europeu, Feriado Público Europeu, Exposição Mundial da Europa

Esta mudança visa **criar e viver um espírito europeu** através de experiências, eventos e eventos festivos partilhados.

Quais são os principais passos e critérios de sucesso?

Os eventos imaginados pelos cidadãos pretendem ser **divertidos, unificadores e populares** para serem partilhados pelo maior número. Para o efeito, devem envolver **todos os públicos** (incluindo as crianças, o público escolar, os jovens e os estudantes Erasmus) e realizar-se em **vários locais** (casas de reforma, escolas, administrações públicas, prisões, etc.).

Em especial, foram previstos dois eventos para reunir os europeus: uma **exposição universal da Europa** que

permitiria representar todos os Estados-Membros e uma **reformulação do Dia da Europa**, em 9 de maio, que incluiria, nomeadamente, um evento educativo para *que «não esqueçamos a paz ligada à Europa e os seus valores»*. Ao mesmo tempo, os representantes europeus poderiam encontrar-se com os alunos do continente nas suas escolas, a fim de reforçar a proximidade e a compreensão da Europa dos cidadãos desde tenra idade.

Alteração 8 — Harmonizar a saúde e torná-la acessível a todos os europeus através de uma política comum de saúde

Desejo da Europa associada: Uma Europa solidária que protege

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: cobertura universal de saúde, harmonização dos cuidados de saúde, saúde como direito fundamental

A fim de garantir o acesso de todos os europeus à saúde e responder à *«necessidade de proteção e solidariedade»*, foi proposto **unanimemente um sistema de saúde supranacional**. Basear-se-ia num financiamento justo entre os Estados-Membros e basear-se-ia nos melhores sistemas da UE. Esta mudança reflete a vontade dos cidadãos de verem a Europa assumir um papel mais ativo na proteção dos seus habitantes, especialmente no domínio da saúde, onde as ações até à data são consideradas demasiado tímidas.

Quais são os principais passos e critérios de sucesso?

Para implementar esta mudança, o princípio da **segurança social universal europeia** foi aprovado pela maioria. No entanto, as modalidades de aplicação deste sistema não puderam ser decididas. Enquanto alguns defendem *«uma centralização de dados que permita aos trabalhadores da saúde [europeus] aceder a toda a história médica do paciente»*, outros percebem essa medida como *«uma privação adicional de liberdade e um sistema de controle»*.

A **transparência e a harmonização dos requisitos regulamentares em todo** o continente, bem como um plano de **saúde europeu, foram**, no entanto, identificados como pré-requisitos para qualquer transformação significativa.

Alteração 9 — Desenvolver e liderar canais estratégicos a nível europeu para garantir a nossa soberania

Desejo da Europa associada: Uma Europa competitiva e inovadora

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: desenvolvimento de campeões europeus, controlo do investimento estrangeiro, autonomia digital e energia

A experimentação de setores estratégicos como a saúde, a alimentação, a energia, a tecnologia digital, a defesa, os transportes e os novos materiais a nível europeu responde à **necessidade de**

soberania identificada pelos cidadãos. Tal limitaria a concorrência entre as empresas europeias, promoveria a **emergência de campeões continentais** e reindustrializaria a **Europa** através de uma preferência europeia.

Quais são os principais passos e critérios de sucesso?

Para alcançar esta soberania, uma **autoridade europeia** poderia ser incumbida de liderar estes setores, mediante a emissão de autorizações de aquisição de empresas europeias por concorrentes estrangeiros e a garantia de que os produtos importados cumprem as mesmas normas que a produção da UE. A médio prazo, **30 % a 50 %** do consumo europeu nestes setores estratégicos deverá ser **produzido no continente** e até **70 %** a longo prazo. O cumprimento destes critérios garantiria a **autossuficiência** e a **influência** até mesmo a **exportação** do modelo industrial europeu.

Alteração 10 — Melhorar a proteção dos ambientes e dos ecossistemas e criar zonas protegidas no centro das zonas urbanas, periurbanas e rurais

Desejo da Europa associada: Uma Europa que promove o desenvolvimento sustentável

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: urbanização mais respeitadora do ambiente, respeito e proteção dos solos

O objetivo é **limitar o impacto negativo da urbanização nos solos**. Ações firmes **limitariam as catástrofes relacionadas com** a destruição dos solos, tais como deslizamentos de terras e **melhorariam a qualidade de vida nas zonas urbanas**, nomeadamente através da plantação de árvores.

Quais são os principais passos e critérios de sucesso?

Foi proposta uma ação a dois níveis: **em primeiro lugar, inverter a tendência das novas construções** para reduzir a taxa de impermeabilização do solo e, em segundo lugar, **incentivar a recuperação do solo** para «retornar à natureza o que lhe pertence».

Alteração 11 — Criar centros europeus nos territórios para ouvir e aconselhar os cidadãos

Desejo da Europa associada: Uma Europa mais próxima e acessível

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: Casas da Europa, referente à Europa local, melhor acesso à informação

O objetivo desta mudança é dar respostas concretas à **falta de incorporação da União Europeia na vida quotidiana**, assinalada por muitos participantes, e trabalhar no sentido de aproximar a Europa e os seus cidadãos.

Quais são os principais passos e critérios de sucesso?

Para fazer face a esta distância entre a UE e os cidadãos, pode ser nomeado um **referencial especializado** para cada câmara municipal com uma missão de ouvir e aconselhar os cidadãos. As informações fornecidas pelo presente relatório podem ser socioeconómicas, em especial sobre o acesso a ajudas europeias ou informativas, por exemplo sobre o papel dos lobistas. As informações fornecidas destinam-se tanto ao público em geral como aos profissionais, em especial para aconselhar as PME e ajudar os líderes de projetos a aceder aos fundos da UE. A longo prazo, esta mudança poderia conduzir à criação de **lugares dedicados à Europa**, à semelhança das casas existentes na Europa, mas a nível comunitário, permitindo uma rede territorial fina.

O êxito desta mudança seria completo se todos os cidadãos soubessem « *como óbvio*» a existência desta referência e este lugar de recursos dedicados à Europa que forneceriam recursos, escuta, informação e aconselhamento.

Alteração 12 — Unificar o modo de eleição do Parlamento Europeu para os 27 Estados e melhorar a proximidade dos cidadãos, substituindo o atual voto por um voto único a nível regional

Desejo da Europa associada: Uma Europa com uma governação mais eficaz

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: mudança institucional, seguida pelos cidadãos de ações ao longo de todo o mandato

Esta mudança reflete o desejo dos cidadãos de reforçarem a sua **proximidade com os funcionários eleitos** e de seguirem as suas ações ao longo do seu mandato. Responde à observação amplamente partilhada de uma falta de tradução das preocupações dos cidadãos em ações concretas por parte dos representantes eleitos do Parlamento Europeu.

Quais são os principais passos e critérios de sucesso?

A mudança no modo de eleição consistiria **numa unificação do sistema de votação** a nível europeu e na transição das circunscrições nacionais para as circunscrições regionais, estimadas em 2035.

Alteração 13 — Definição de uma política comum para melhorar o acolhimento e a integração social e profissional dos migrantes (incluindo os migrantes em situação irregular)

Desejo da Europa associada: Uma Europa que garanta o respeito pelos direitos fundamentais

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: Serviço Europeu das Migrações, garantindo um acolhimento digno em toda a

Europa

Esta alteração visa melhorar o acolhimento de migrantes na União Europeia, um problema unanimemente identificado como uma **emergência** pelos cidadãos. Numa rutura com a situação atual, o estabelecimento de uma **política comum, concertada e solidária de imigração** parece ser um importante vetor de paz.

Quais são os principais passos e critérios de sucesso?

O êxito desta mudança resultaria na aplicação gradual de uma política comum de acolhimento de migrantes.

Uma **iniciativa de cidadania** deve remeter a questão para a Comissão e permitir, a médio prazo, a adoção de uma **norma comum** que estabeleça um quadro para o acolhimento e a integração social dos migrantes. A longo prazo, esta norma seria apoiada pela criação de um Serviço **Europeu de Imigração especializado** e pelo reconhecimento da política de migração como uma competência da União Europeia.

Alteração 14 — Preservar as especificidades (rótulos alimentares, produção artesanal, tradições) das diferentes regiões europeias, a fim de evitar estilos de vida uniformes e assegurar a rastreabilidade e a qualidade dos produtos

Desejo da Europa associada: Uma Europa em que prevalecem os interesses de cada Estado

O que significa esta mudança?

Palavras-chave: Rótulos europeus, valorizando a diversidade de culturas e tradições

A ambição desta mudança é preservar a **diversidade das tradições e produções europeias e evitar a normalização dos** estilos de vida, muitas vezes referidos como críticas à União Europeia.

Quais são os principais passos e critérios de sucesso?

Para os cidadãos, o principal objetivo é tornar mais acessíveis a base de dados existente que enumera os vários **rótulos europeus e nacionais**. Para tal, propõe-se a criação *de um sítio Web com três cliques*: um clique para aceder ao sítio, um segundo para mostrar um mapa das regiões da União Europeia e outro para mostrar a descrição dos rótulos de cada região.

O êxito desta mudança consistiria num reforço da **comunicação** sobre as realizações existentes, resultando numa melhor **compreensão** da diversidade das culturas europeias por parte dos cidadãos.

Segunda parte: apresentação dos resultados da consulta «Words to Youth»

As datas da consulta

de 09/05/2021 a 18/07/2021

Dados relativos à participação

50008 participantes

2918 propostas

338330 votos

A consulta «Walk to Youth» foi lançada por iniciativa da Secretaria de Estado para os Assuntos Europeus. Esta consulta tem lugar no contexto da Conferência sobre o Futuro da Europa, um exercício de democracia participativa sem precedentes liderado pelas instituições europeias, cujo objetivo é permitir a todos os cidadãos europeus exprimirem os seus pontos de vista sobre o que esperam da União Europeia. Os ensinamentos da consulta serão tidos em conta nos trabalhos da Conferência sobre o Futuro da Europa e da Presidência francesa do Conselho da União Europeia.

4 lições principais

1. Uma mobilização maciça dos jovens: mais de **50 000 jovens cidadãos franceses participaram** na consulta, em todos os territórios.
2. O consenso mais importante **diz respeito às políticas europeias de combate às alterações climáticas, à deslocalização da produção para a Europa, à revitalização da democracia europeia, ao peso da UE no mundo (economia, investigação, direitos humanos, diplomacia).**
3. **A ideia de uma Europa mais poderosa e unida passa por toda a consulta**, chegando a um consenso sobre vários pontos:
 - Uma Europa mais forte do ponto de vista económico (especialmente através da deslocalização) para lidar com a China ou os Estados Unidos
 - Uma Europa diplomática que pesa mais na cena internacional
 - Um líder europeu na luta contra as alterações climáticas no mundo
 - Uma Europa unida pela sua juventude
 - Uma Europa unida no domínio da investigação e da inovação
4. Os jovens acolheram também **quatro ideias complementares** às dos painéis dos cidadãos:
 - Uma economia europeia responsável do ponto de vista ambiental e social
 - Uma Europa geograficamente mais conectada por caminho de ferro
 - Uma Europa mais justa do ponto de vista orçamental
 - Ação firme da União Europeia em prol dos direitos das mulheres

22 ideias populares e 13 ideias controversas espalhadas pelos 9 temas da Conferência sobre o Futuro da Europa

*As ideias aclamadas baseiam-se nas propostas apoiadas principalmente pelos participantes na consulta. As propostas aclamadas são as que mais atraem o apoio, capitalizam, em média, **79 % dos «votos a favor»**.*

*As ideias controversas baseiam-se nas propostas mais debatidas pelos participantes na consulta, com um equilíbrio entre votos a favor e contra. As propostas controversas são as propostas mais debatidas da consulta, capitalizando, em média, **40 % dos «votos a favor»**, **38 % dos «votos contra»**.*

A análise dessas propostas identificou 22 ideias aclamadas e 13 ideias controversas. Estas 22 ideias aclamadas e as 13 ideias controversas foram divididas em 9 eixos correspondentes aos principais temas da Conferência sobre o Futuro da Europa.

Síntese de ideias aclamadas e controversas

| Alterações climáticas e ambiente | | | |
|--|--|--|---|
| Pôr em prática uma política ecológica europeia mais forte | Rumo a uma agricultura mais sustentável | Ação mais forte para a proteção da biodiversidade | |
| Desenvolver o transporte ferroviário na UE | Acelerar a transição energética | Limitar as embalagens e melhorar a gestão dos resíduos | |
| Sensibilização para o ambiente | Promoção de processos de construção ecoresponsáveis | Investir mais na energia nuclear | |
| Democracia europeia | | | |
| Comunicar melhor sobre o papel e o trabalho da UE | Alteração do funcionamento democrático da União Europeia | Luta contra a desinformação | |
| Tornar a Europa uma Federação | Deixar mais autonomia aos Estados-Membros | Reforçar o poder executivo europeu | |
| Dar aos jovens um lugar nas instituições europeias | | | |
| Economia, justiça social e emprego | | | |
| Deslocalização da produção para a Europa para mais autonomia | Tornar as práticas empresariais e o comércio mais responsáveis | Combater a evasão e a otimização fiscais | |
| Harmonização dos salários europeus | Estabelecimento de um rendimento universal | Reorientar a Europa para um modelo anticapitalista | |
| Educação, cultura, juventude e desporto | | Transformação digital | |
| Permitir que os jovens intercambiem mais com outros países da UE | Incentivar a aprendizagem de línguas não inglesas | Investir na investigação científica, digital e ambiental | Aumentar a sensibilização para a tecnologia digital e os seus perigos |
| Tornar as estadias europeias obrigatórias para os jovens | | Desenvolvimento de criptomoedas na Europa | |
| Valores e direitos, Estado de direito, segurança | | Saúde | |
| Reforçar a ação da UE para respeitar os direitos humanos | Reforçar os direitos das mulheres | Investir na Saúde | Melhorar a qualidade dos nossos produtos alimentares |
| A UE no mundo | | Imigração | |
| Tornar a UE capaz de pesar a nível internacional | Criação de uma Força Armadas Europeia | Reduzir ou acompanhar a imigração na Europa | |

Ideia predominante (> 10 propostas aclamadas)

Ideia singular (<10 propostas aclamadas)

Ideia controversa (> 3 propostas controversas)

Conclusão

«*Numa palavra, para si, a Europa em 2035 terá de ser...*»:



Resposta dos cidadãos da conferência nacional à pergunta final:

Em poucas palavras, para você, a Europa em 2035 terá de ser...

II C Painéis Nacionais: Alemanha

Painel dos cidadãos nacionais sobre o futuro da Europa em Berlim

— Recomendações dos cidadãos —

A Alemanha realizou o seu Painel Nacional de Cidadãos sobre o Futuro da Europa em 5, 8, 15 e 16 de janeiro. O processo de seleção dos cidadãos seguiu a seleção aleatória estratificada de participantes nos painéis de cidadãos europeus. 12 000 cidadãos alemães foram convidados a participar; dos inquiridos, foram selecionados cerca de 100, tendo em conta os dados atuais do censo da República Federal da Alemanha, a fim de refletir a diversidade da sociedade alemã e da população no seu conjunto. Durante o Painel Nacional de Cidadãos, os participantes debateram cinco temas: a UE no mundo; uma economia mais forte; as alterações climáticas e o ambiente; justiça social; Valores europeus e Estado de direito. Em seguida, elaboraram recomendações concretas para cada um destes temas, que foram adotadas na reunião plenária final de 16 de janeiro: www.youtube.com/watch?v=cefqmarZXzY

Mesa Redonda 1:

Associar os interesses do comércio externo às medidas da política climática

Recomendamos que a UE (em especial a Comissão Europeia) lance um pacote de investimento para tecnologias e inovações respeitadoras do clima, incluindo programas de financiamento. Este pacote de medidas deve ser financiado por direitos de importação relacionados com o clima, que seriam especificamente afetados e repercutidos como compensação financeira pelos danos causados pelo clima. Neste contexto, seria criado um sistema de pontos para avaliar a sustentabilidade para determinados produtos. Uma posição clara da UE e uma Europa forte e inovadora contribuiriam para alcançar os objetivos climáticos globais. Tal contribuiria para consolidar o papel da União Europeia enquanto modelo global pioneiro e responsável, que garante a riqueza e pode conduzir a mudanças sustentáveis à escala mundial. Estes objetivos são importantes para nós, uma vez que a UE contribui de forma sustentável para a luta contra as alterações climáticas, que poderá, a longo prazo, desempenhar um papel fundamental na consolidação da paz mundial.

Mesa Redonda 2:

Criar incentivos para implementar a produção na UE, em especial no que diz respeito aos produtos de base

A fim de facilitar a produção de produtos de base na UE, recomendamos a aceleração e normalização dos procedimentos de aprovação, a redução da burocracia e a concessão de subvenções às empresas que se deslocam para a UE e/ou criam locais de produção na UE. A UE deve promover maciçamente as energias renováveis, a fim de reduzir os custos da energia.

Através destas medidas, queremos encurtar as cadeias de abastecimento e torná-las mais respeitadoras do clima, ajudar a reforçar a UE e criar postos de trabalho em que os direitos humanos sejam respeitados.

Estes objetivos são importantes para nós, porque a deslocalização da produção para a UE tornaria a UE mais autónoma a nível internacional e menos vulnerável do ponto de vista político.

Mesa Redonda 1:

Digi-Score — um sistema de pontos para uma economia digital forte à escala da UE

Propomos a criação de um painel digital acessível ao público, denominado Digi-Score, gerido pela Comissão Europeia (DG CNECT). Trata-se de um sistema de classificação preciso para indicar e comparar o atual nível de maturidade digital das empresas da UE. Com esta proposta, queremos incentivar uma maior digitalização em toda a Europa. As empresas com uma pontuação digital baixa teriam direito a um apoio específico para as ajudar a recuperar o atraso.

Este objetivo é importante para nós, uma vez que ajudaria a preparar o caminho para o aumento da produtividade, da eficiência e das vendas, reforçando assim o papel da Europa como base de produção.

Mesa Redonda 2:

Plataforma de informação para o intercâmbio de conhecimentos e experiências a nível da UE

Recomendamos que a UE crie uma plataforma de informação para o intercâmbio de conhecimentos e experiências a nível da UE. O nosso objetivo é partilhar informações sobre as atividades transnacionais de educação e formação existentes na UE, apresentar exemplos de boas práticas e dar aos cidadãos a oportunidade de apresentar novas ideias para os intercâmbios transfronteiriços. Além disso, poderão ser fornecidas informações adicionais sobre os fóruns de peritos técnicos disponíveis (por exemplo, em matéria de energia, ambiente ou transição digital).

Consideramos que isso é importante porque os cidadãos precisam de transparência no que diz respeito às atividades transfronteiriças de educação e formação disponíveis. Devem receber melhores orientações a nível da UE sobre os fóruns e plataformas existentes.

Mesa Redonda 1:

Regulamento de Garantia de Vida do Produto

Recomendamos que a UE adote legislação que estabeleça um período de vida alargado, garantido e específico para cada produto fabricado e vendido na UE e que seja transparente para os consumidores a este respeito.

Os recursos são limitados, o que pouparia dinheiro e reduziria o desperdício, o que beneficiaria o ambiente, o clima e os consumidores.

Queremos incentivar os fabricantes a trazer produtos mais duráveis e reparáveis para o mercado.

Mesa Redonda 2:

Campanha a longo prazo da UE para um consumo e um estilo de vida sustentáveis

Recomendamos que um organismo europeu, incluindo sucursais nos países da UE, disponha de recursos próprios e lidere esta campanha.

O nosso objetivo é assegurar que todos os cidadãos da UE se reconheçam numa identidade comum, sensibilizem mais para a necessidade de um consumo e de um estilo de vida sustentáveis e adotem este modo de vida.

Esses objetivos são importantes para nós porque queremos despertar uma motivação intrínseca para um estilo de vida sustentável.

Mesa Redonda 1:

Criar mais oportunidades de intercâmbio para os estudantes na Europa

Recomendamos que a União Europeia adote, para além do programa Erasmus, um regulamento relativo a um programa de intercâmbio para alunos e estudantes com idades compreendidas entre os 14 e os 25 anos, independentemente da sua origem, género e nível de ensino. Este programa de intercâmbio deve ser sistematicamente criado e promovido pelas escolas a nível local. Cada aluno deve ter a oportunidade de participar do programa de intercâmbio a qualquer momento de sua escolaridade. Para o efeito, a Comissão Europeia deve apresentar uma proposta ao Parlamento Europeu e ao Conselho Europeu.

Nosso objetivo é dar aos alunos, independentemente do seu desempenho acadêmico e do apoio financeiro de seus pais, a oportunidade de participar em programas de intercâmbio em toda a Europa. Deve ser promovida uma cultura de intercâmbios europeus desde a idade escolar. Acima de tudo, é importante que os programas de intercâmbio sejam facilmente acessíveis e isentos de burocracia. Através deste programa de intercâmbio, queremos estabelecer a solidariedade europeia e reduzir as barreiras linguísticas. Neste contexto, há que ter em conta a equidade na educação e na participação na educação, a fim de reforçar as competências interculturais e de comunicação.

Estes objetivos são importantes para nós, uma vez que podem contribuir para promover a coesão europeia, reforçar o respeito e a cooperação e transmitir os valores europeus desde tenra idade, de modo a que a diversidade da Europa possa ser vista como uma oportunidade.

Mesa Redonda 2:

Estabelecimento de um salário de base específico do emprego

Recomendamos que o Comissário Europeu para o Emprego e os Direitos Sociais apresente ao Parlamento Europeu uma proposta de criação de um salário de base específico para o emprego em todos os Estados-Membros. Este salário de base deve consistir num rendimento mínimo suficiente para garantir a subsistência e num complemento específico do emprego.

O nosso objetivo é assegurar que o desempenho profissional e os salários sejam comparáveis em toda a UE, a fim de reforçar a justiça social. Este objetivo é importante para nós, uma vez que garantiria que o mercado de trabalho respeitasse um princípio fundamental da UE: condições de vida e de trabalho comparáveis, independentemente do local de residência e da atividade profissional da pessoa.

Mesa Redonda 1:

Incorporar os valores europeus e comunicá-los apelando às emoções

Recomendamos tornar os valores europeus mais concretos e comunicar com mais emoções. Poderíamos fazê-lo, por exemplo, através de um pacote de «integração» que abranja os meios de comunicação social, elementos interativos e uma maior participação dos cidadãos.

O nosso objetivo é que todas as pessoas que vivem na UE conheçam e adotem valores comuns.

Este objetivo é importante para nós porque constitui a base para a nossa convivência dentro da nossa comunidade de valores. Estes valores são muito pouco conhecidos porque falta o elo pessoal. Temos de fazer esta ligação.

Mesa Redonda 2:

A vida na UE

Recomendamos que a UE crie o seu próprio programa televisivo de educação e informação para sensibilizar todos os cidadãos da UE para os nossos valores comuns e garantir um acesso fácil e sem entraves a esta informação para todos. Estes objetivos são importantes para nós porque queremos compreender melhor a opinião pública em cada um dos países da UE. Desta forma, queremos reforçar o terreno comum e ajudar a reunir os cidadãos para promover uma maior solidariedade e treiná-los no Estado de direito, a fim de preservar a democracia.

II D Painéis Nacionais: Itália

Painel dos Cidadãos para formular recomendações para a Conferência sobre o Futuro da Europa, 11-12 de março de 2022

Relatório de síntese

Roma, 16 de março de 2022



Tabela de Conteúdos

| | |
|---|-----|
| II D Panels nationaux : Italie..... | 227 |
| 1. Principes directeurs du processus d'organisation du panel..... | 229 |
| 2. Sélection des participants et modalité de participation..... | 230 |
| 3. Organisation du panel..... | 233 |
| 4. Programme de travail..... | 233 |
| 5. Recommandations formulées..... | 235 |
| Une économie plus forte, justice sociale et emploi..... | 235 |
| 1. Dépasser le modèle de production du siècle passé..... | 235 |
| 2. Règlements génératifs et inclusifs en matière de production..... | 235 |
| 3. Mesurer la croissance à l'aune du bonheur au sein de la population plutôt que de la quantité de produits..... | 236 |
| 4. Une plus grande intégration parmi les États..... | 237 |
| 5. Politiques d'inclusion..... | 238 |
| 6. Emploi..... | 239 |
| L'Europe dans le monde..... | 240 |
| 1. Renforcer l'identité européenne..... | 240 |
| 2. Renforcer l'économie et les institutions..... | 240 |
| 3. Coopération et partenariats..... | 241 |
| 4. Référence politique et culturelle..... | 242 |
| 6. Évaluation finale par les participants..... | 242 |

1. Princípios orientadores para o processo de organização do painel

Todo o processo de implementação do painel foi concebido para estar em conformidade com as orientações contidas nas orientações para os painéis nacionais de cidadãos no contexto da Conferência sobre o Futuro da Europa. Mais especificamente:

- **Finalidade:**

Todos os convidados a participar no painel preencheram um questionário de participação com os objetivos e finalidades do projeto, com referências específicas à Conferência sobre o Futuro da Europa, aos temas abordados e às modalidades de participação.

- **Transparência:**

Todos os documentos que apresentam a iniciativa foram disponibilizados aos participantes por vários meios, sempre referindo-se ao sítio oficial da conferência. Os documentos foram enviados por e-mail a todos os participantes.

- **Inclusão:**

O convite para participar foi enviado através de diferentes canais: por exemplo, envie um e-mail para membros da comunidade SWG e compartilhe o link para o formulário de inscrição via Twitter e LinkedIn. Isto resultou num total de mais de 400 acessos ao formulário de candidatura e 245 pedidos. A seleção (aleatória) dos participantes foi realizada de modo a garantir a presença de diferentes pessoas de género, idade, origem social, local de residência e status profissional.

- **Representatividade:**

Embora o tamanho da amostra não seja representativo no sentido estatístico, a amostra foi projetada para atingir a máxima heterogeneidade entre os participantes, a fim de reproduzir um microcosmo do público-alvo.

- **Informação:**

Todos os participantes receberam uma vasta gama de informações sobre a conferência e os temas debatidos durante o painel. Os objetivos e modalidades do projeto foram recordados aos participantes na parte introdutória, de acordo com os princípios da neutralidade e da exaustividade. Todos os participantes tiveram a oportunidade de solicitar mais informações e pormenores sobre o evento através dos números de telefone diretos dos gerentes de projeto dentro do SWG.

- **Grupos de deliberação:**

O principal objetivo de todo o processo era formular recomendações concretas, amplamente partilhadas pelos participantes, a dirigir à União Europeia. A forma como o trabalho foi organizado e conduzido pelos grupos resultou em um processo voltado para a coleta de indicações dos participantes, seu tratamento e síntese, bem como sua verificação e validação pelos próprios grupos durante uma sessão de trabalho subsequente.

- **Calendário:**

Durante as sessões de trabalho foi criado um ambiente descontraído, dando aos participantes todo o tempo necessário para aprofundar os temas sobre os quais tinham sido convidados a deliberar, expressar os seus pontos de vista e ouvir os dos outros. Pela mesma razão, decidiu-se dividir os dois grupos principais em dois subgrupos. Além disso, o trabalho foi distribuído ao longo de dois dias para permitir que as ideias formuladas

fossem baseadas.

- **Acompanhamento:**

No último dia, todos os grupos procederam à verificação e validação dos primeiros projetos de recomendações formulados durante a primeira fase dos trabalhos. Uma vez apresentado o relatório sobre os resultados ao Departamento Temático Europeu da Presidência do Conselho de Ministros e a respetiva autorização, a versão final das recomendações foi transmitida a todos os participantes do painel. Em qualquer caso, os participantes foram convidados a continuar a acompanhar as atividades da conferência no sítio Web e através das atualizações a publicar.

- **Integridade:**

Todo o processo de trabalho foi conduzido de forma independente pelo **Grupo de Trabalho**, dependendo da missão recebida. O Departamento Temático Europeu da Presidência do Conselho de Ministros foi continuamente informado sobre as diferentes fases da iniciativa e os resultados.

- **Proteção da privacidade:**

A privacidade dos participantes foi totalmente garantida. Para poderem participar no júri, todos os candidatos tiveram de assinar o termo de consentimento livre e esclarecido exigido por lei.

- **Classificação:**

Ao final do processo, foi enviado um questionário a todos os participantes para avaliar sua experiência. Os resultados são resumidos no presente relatório.

2. Seleção dos participantes e modalidade de participação

Seleção

O objetivo da fase de comunicação pré-evento era selecionar pelo menos 50 cidadãos italianos interessados em participar na iniciativa.

Para tanto, foi criado um formulário de autoaplicação curto, sob a forma de questionário a ser preenchido on-line na plataforma **SWG**, através do qual todos os interessados em participar da iniciativa puderam se candidatar, indicando os dados necessários para serem inseridos nos grupos dos quais os participantes foram selecionados ao calhas. As condições necessárias para a participação foram: ter uma conexão à Internet, um dispositivo equipado com um microfone e uma câmera de vídeo, bem como assinar a carta de conferência.

O formulário de candidatura foi distribuído nas redes sociais a partir das contas do **SWG**. Para isso, seis posts foram publicados no Twitter e um no LinkedIn, com os seguintes resultados:

| Rede social | Datas | Número de visualizações | Acesso ao formulário de candidatura |
|--|---------------------------------|-------------------------|-------------------------------------|
|  Twitter | 6 lugares entre 8 e 10 de março | 889 | 31 |
|  LinkedIn | 1 post em 8 de março | 410 | 25 |

Ao mesmo tempo, os membros da comunidade **SWG** foram convidados a candidatar-se, em consonância com uma estratégia de convite destinada a garantir a máxima representatividade da população italiana, não só em termos de características sociais, mas também em termos de ideias, orientações e valores culturais.

As candidaturas podem ser apresentadas entre 8 de março, às 8 horas e 10 de março de 2022, às 16 horas. No total, o processo gerou 420 acesso ao formulário de candidatura e 225 pedidos completos foram recebidos.

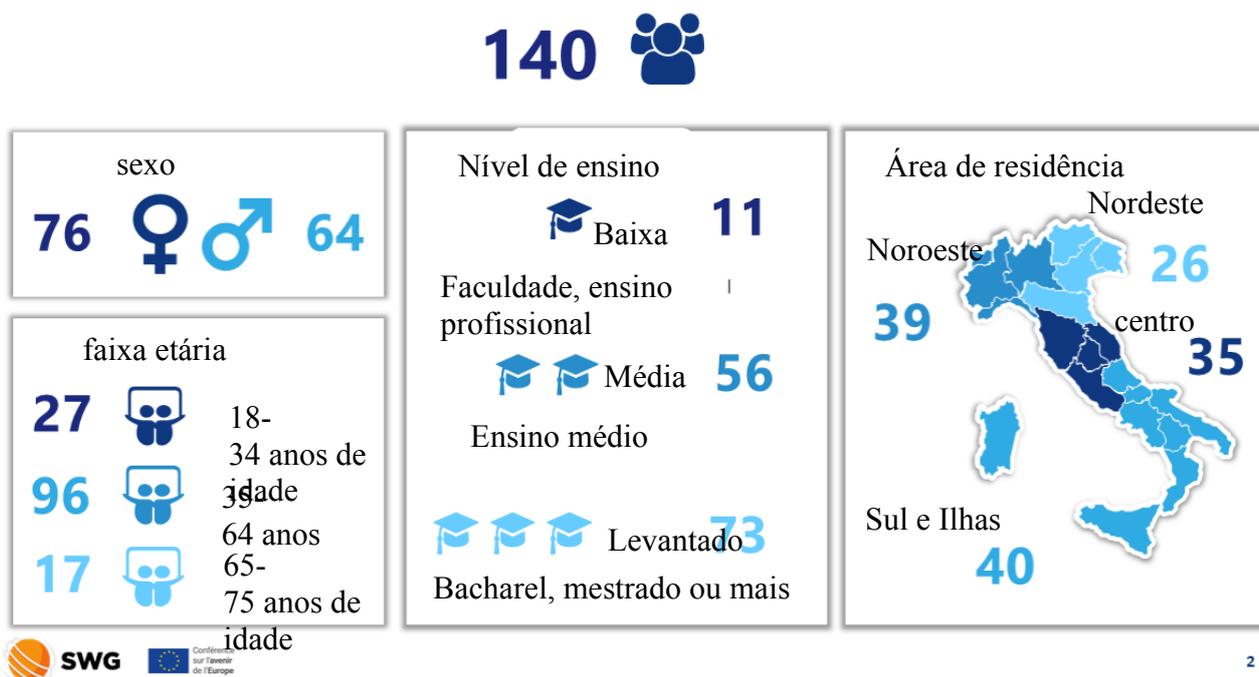
Foram efetivamente elegíveis **140** pessoas, das quais 70 foram selecionadas com base num critério para assegurar uma presença equilibrada em termos de género, distribuição geográfica, idade e habilitações.

No contexto do processo de seleção, foi dada especial atenção ao princípio da probabilidade equitativa na seleção dos participantes, acompanhado de procedimentos baseados num critério aleatório.

A natureza aleatória da seleção foi um elemento central do projeto para garantir a equidade do processo de acesso. No entanto, no espírito da iniciativa, pareceu importante pôr em prática uma estratégia destinada não só a envolver o maior número possível de pessoas, mas também a assegurar a máxima heterogeneidade das pessoas selecionadas, a fim de promover a máxima inclusão.

Em resumo, a distribuição das pessoas elegíveis foi a seguinte:

Distribuição dos candidatos elegíveis

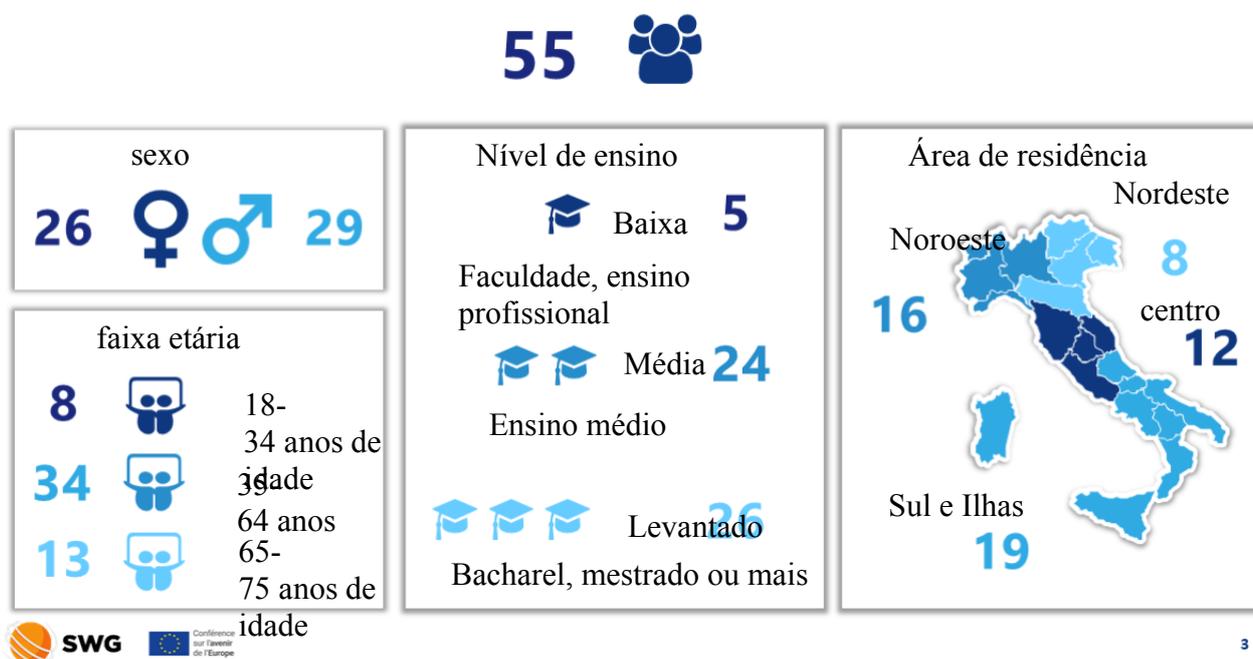


2

Uma vez selecionados os 70 candidatos, na manhã do evento, receberam uma chamada telefónica para confirmar a sua participação. Estas chamadas foram efetuadas pelo centro de **contacto do grupo** de trabalho, utilizando o método CATI (Computer Assisted Telephone Survey). No final desta fase, um total de 59 pessoas confirmaram a sua participação e foram registadas. **Destes, 55 participaram ativamente no painel.**

A distribuição social e etária dos membros do painel foi a seguinte:

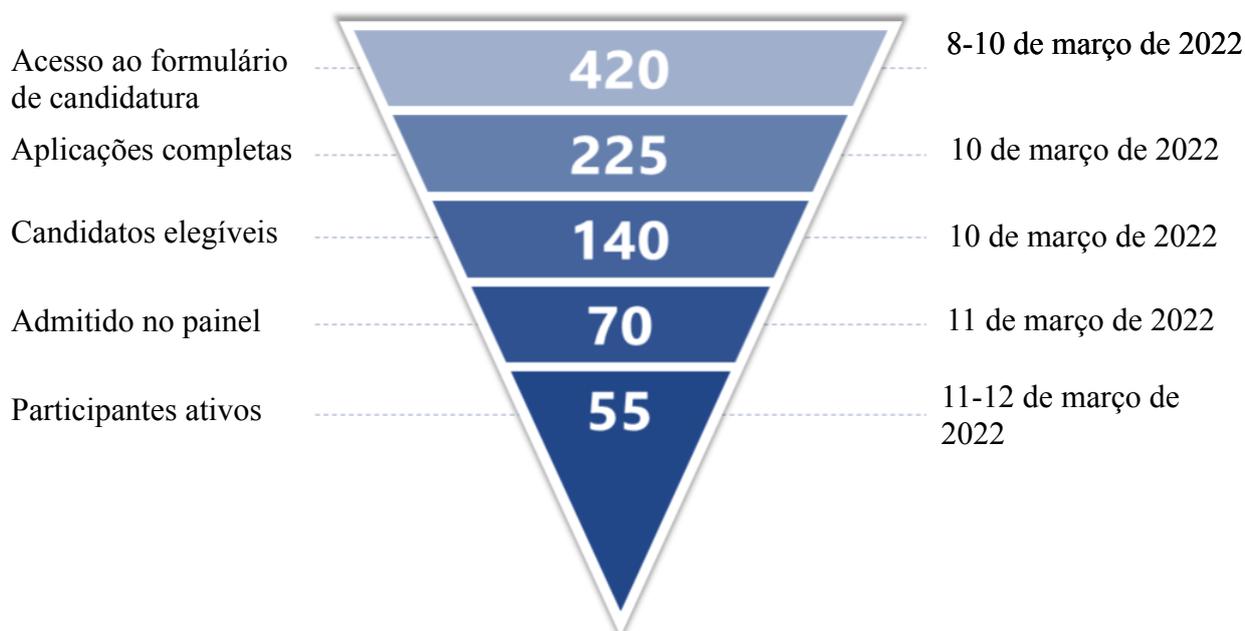
Distribuição dos participantes ativos



3

Aqui estão os resultados das etapas do processo de seleção:

O processo de candidatura



Equipamento de comunicação

A fim de assegurar um elevado nível de motivação e participação desde o início, foram disponibilizados a todos os participantes os seguintes documentos:

- **as fichas de apresentação da Conferência sobre o Futuro da Europa e dos painéis nacionais;**
- **Carta da Conferência sobre o Futuro da Europa;**
- **os temas a debater durante os painéis;**
- **informações técnicas e organizativas necessárias à participação.**

3. Organização do painel

A fim de permitir uma participação máxima, incluindo pessoas com compromissos profissionais, o painel foi organizado ao longo de dois meios dias consecutivos, incluindo um aos fins de semana, de acordo com o seguinte calendário:

- **Sexta-feira, 11 de março, das 16 às 20 horas**
- **Sábado, 12 de março, das 10h às 12h**

Essa escolha visava, por um lado, facilitar a participação dos trabalhadores na iniciativa e, por outro, dividir o tempo de atendimento para incentivar maior atenção e participação, bem como maior reflexão sobre os temas e propostas apresentadas. Os participantes do painel ligados às duas sessões de trabalho utilizando a plataforma GoToMeeting foram divididos em quatro grupos (dois para cada área temática), liderados por um moderador do Grupo de Trabalho e por assistentes de uma pessoa responsável pela redação dos trabalhos. Os moderadores facilitaram os grupos através de duas vias de discussão diferentes (uma para cada área temática), com o objetivo de envolver, tanto quanto possível, todas as pessoas selecionadas e de assegurar uma abordagem baseada na máxima inclusão e neutralidade.

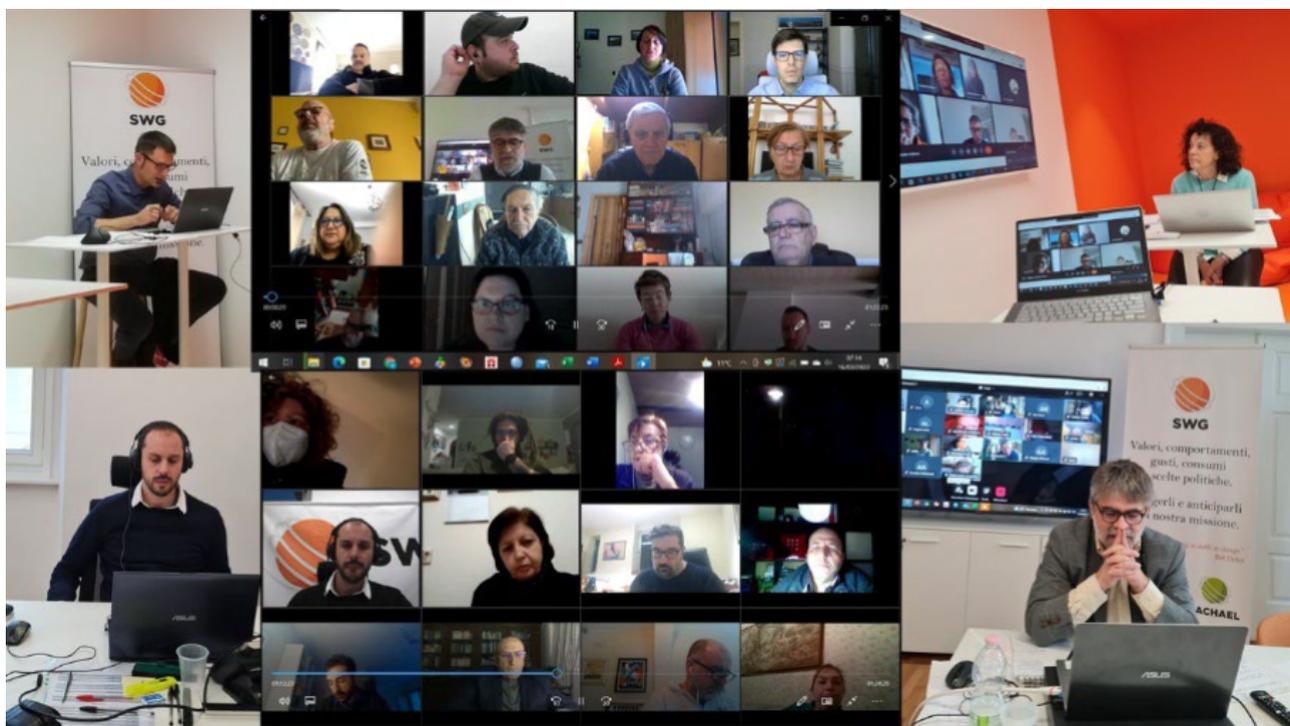
4. Programa de trabalho

Primeira sessão (sexta-feira, 11 de março de 2022)

- 00 p.m. — Abertura da sala virtual e a possibilidade de os participantes se conectarem à plataforma para verificar o bom funcionamento de seus sistemas de áudio e vídeo.
- 16:00 — Introdução pelo moderador: explicação das razões subjacentes à iniciativa e descrição da estrutura do trabalho.
- 15 p.m. — Distribuição dos participantes em grupos com base nas preferências indicadas durante a fase de candidatura.
- 16:20 — Início do debate de grupo.
- 20.00 p.m. — Fim da sessão.

Segunda sessão (sábado, 12 de março de 2022)

- 10h00 — Retomada do trabalho através da leitura dos resultados do trabalho do primeiro dia.
- 10h15 — Continuar a discussão, discussões aprofundadas e comentários dos participantes.
- 12.00 — Conclusão do trabalho.



5. Recomendações formuladas

Uma economia, justiça social e emprego mais fortes

1. Superando o modelo de produção do século passado

Os participantes do painel consideraram que os últimos acontecimentos mundiais (a pandemia de COVID-19 e o conflito entre a Rússia e a Ucrânia) demonstraram claramente as limitações do atual modelo de produção europeu e salientaram a necessidade de rever uma abordagem que muitos descrevem como «pertencente ao século passado».

A prova da dependência da Europa das importações de energia e de alimentos provenientes de países fora da União Europeia, bem como a descoberta (durante a pandemia) de que não somos capazes de produzir isoladamente a quantidade de dispositivos médicos e vacinas necessários para combater a propagação do vírus, deu a impressão de que o nosso sistema económico está a sofrer de fraqueza estrutural devido à falta de autossuficiência.

Ao mesmo tempo, os participantes acreditam claramente que uma economia mais forte, capaz de criar empregos num contexto de justiça social, deve ser capaz de adquirir importantes trunfos tecnológicos. Para tal, é essencial apoiar um sistema educativo com uma atenção cada vez maior às matérias relacionadas com as CTEM.

A inovação tecnológica, a energia sustentável, mas também o turismo e a cultura parecem ser três eixos fundamentais para o desenvolvimento da economia europeia de amanhã, com especial destaque para a manutenção da produção de base, a fim de evitar o risco de dependência excessiva de países terceiros do fornecimento de produtos essenciais e de matérias-primas.

RECOMENDAÇÕES RESUMIDAS

- 1. Tomar medidas eficazes em matéria de alterações climáticas e energias alternativas.**
- 2. Investir no turismo e na economia cultural, valorizando também os muitos pequenos destinos na Europa.**
- 3. Foco na tecnologia e na inovação como motores de crescimento.**
- 4. Reduzir as dependências de outros países em matérias-primas, fontes de energia e agricultura.**
- 5. Incentivar os jovens a estudarem temas científicos.**

2. Regulamentos de produção geradores e inclusivos

Para superar a lógica económica do século passado, também é necessário rever as regras e procedimentos que regem as atividades empresariais. Há quatro recomendações nesse sentido, todas elas respondem a uma lógica comum: por um lado, a simplificação das regras e, por outro, a manutenção de um elevado nível de vigilância contra as irregularidades (em especial no que diz respeito à contrafação e à concorrência desleal).

É dada grande atenção à necessidade de regras económicas que sejam primariamente

generativas, reduzindo, tanto quanto possível, as escolhas que exigem padronização dos processos de produção (ameaçando produções locais específicas com raízes culturais profundas), mas também a destruição de haveres agrícolas devido à necessidade de manter quantidades predefinidas de produção.

RECOMENDAÇÕES RESUMIDAS

- 1. Reduzir a burocracia (autorizações, certificações).**
- 2. Reduzir a normalização dos produtos e reconhecer as especificidades locais e regionais em termos de cultura e produção (respeito pelas tradições de produção).**
- 3. Exceder a lógica das quotas na produção agrícola e a consequente destruição dos excedentes de produção.**
- 4. Luta contra a contrafação e a concorrência desleal.**

3. Medir o crescimento contra a felicidade na população e não a quantidade de produtos

Ir além do modelo de produção do século passado não significa apenas mudar os métodos de produção, mas também desenvolver uma nova cultura em que os indicadores de crescimento não se concentram apenas na quantidade de haveres produzidos, mas também na capacidade de garantir aos cidadãos um objetivo de felicidade. Nesta nova economia, os haveres não podem ser o ponto central de considerações em termos de impacto e investimento, mas este lugar deve voltar às pessoas. Isso implica passar de um sistema de indicadores ganhas na quantidade de haveres produzidos (PIB) para um sistema capaz de medir o bem-estar produzido para as pessoas (BIB — felicidade doméstica bruta).

RECOMENDAÇÃO EM SÍNTESE

- 1. Desenvolver uma economia mais focada na produção de felicidade (felicidade doméstica bruta) do que em haveres (produto doméstico bruto).**

4. Maior integração entre os Estados

O que é claro para todos, mesmo entre aqueles que estão menos satisfeitos com a organização atual e com os resultados alcançados até agora pela União Europeia, é que uma união monetária não é suficiente e que a Europa deve ser capaz de evoluir com força crescente como uma entidade política coerente, capaz de negociar a uma só voz fora e agir com maior solidariedade internamente. Uma união mais forte é um aspeto essencial do reforço da força política, comercial e produtiva da União Europeia: a homogeneidade das leis fundamentais, bem como um sistema integrado e coerente de tributação das empresas e dos cidadãos, no qual os salários e os serviços prestados aos cidadãos estão alinhados. Só assim teremos uma Europa capaz de reduzir as diferenças sociais e promover a qualidade de vida.

Isto significa não voltar atrás nas realizações dos últimos anos e preservar o conceito de Estado-Providência, que os participantes do painel identificaram como os mais avançados do mundo e os mais preocupados com a garantia da igualdade de oportunidades e da justiça social para os seus cidadãos.

RECOMENDAÇÕES RESUMIDAS

- 1. Não comprometam os direitos sociais (saúde pública, educação pública, políticas laborais).**
- 2. Consolidar o que foi feito no que respeita à moeda única e à interconexão dos sistemas de pagamento e das telecomunicações.**

No entanto, hoje, tudo o que foi feito no passado parece já não ser suficiente, e a Europa do futuro deve dar um salto decisivo em termos de integração entre os Estados-Membros, de acordo com uma visão interna que já não se baseia na concorrência, mas na cooperação, garantindo que todos os cidadãos europeus possam ter os mesmos sistemas de garantias e oportunidades em todos os Estados-Membros da União.

RECOMENDAÇÕES RESUMIDAS

- 1. Vá além do egoísmo dos estados e a tendência de buscar benefícios individuais à custa dos outros.**
- 2. Estabelecer um sistema com as mesmas leis, sistemas fiscais, direitos e deveres em todos os países.**
- 3. Regimes fiscais coordenados entre diferentes Estados, em especial no que diz respeito às empresas (sem zonas francas ou baixa tributação).**
- 4. Preços consistentes dos produtos e garantia de um poder de compra igual entre os diferentes Estados.**
- 5. Reduzir as disparidades salariais entre os diferentes Estados e regiões geográficas do mesmo país.**
- 6. Tornar a dívida pública de vários Estados-Membros uma responsabilidade comum.**

5. Políticas de inclusão

Uma Europa justa, capaz de oferecer felicidade aos seus cidadãos, é uma Europa inclusiva, que presta sempre grande atenção à luta contra as desigualdades. As recomendações definem o caminho a seguir para alcançar objetivos de longa data (como a igualdade de género) e estabelecem novos requisitos relacionados com as transformações culturais das sociedades contemporâneas (desigualdade digital e direito a viver num ambiente saudável).

RECOMENDAÇÕES RESUMIDAS

- 1. Alcançar a plena igualdade de género, nomeadamente através do reforço da licença parental paterna e das estruturas de acolhimento de crianças.**
- 2. Combater as desigualdades digitais.**
- 3. Assegurar que todos os cidadãos europeus possam viver num ambiente saudável e sustentável.**
- 4. Garantir oportunidades de mobilidade social e, por conseguinte, ter todas as oportunidades de desenvolvimento pessoal e de autodeterminação.**
- 5. Promover a renovação das gerações a todos os níveis.**
- 6. Gerir o acolhimento de refugiados e migrantes de forma equilibrada entre os diferentes Estados.**

Mais uma vez, o papel das escolas e das políticas educativas parece ser central, não só para dotar os jovens das competências necessárias para entrar no mercado de trabalho, mas também para construir uma cultura europeia. Depois de construir uma Europa das instituições, é essencial construir uma Europa dos Povos. A este respeito, coloca-se a tónica na centralidade de uma linguagem comum, a fim de permitir o diálogo entre cidadãos de diferentes países e a igualdade de acesso aos serviços. À medida que o sonho de Esperanto se desmoronou, a saída do Reino Unido da União Europeia levantou dúvidas quanto à possibilidade de adotar o inglês como língua comum, língua-chave das relações internacionais e dentro do sistema científico e económico.

RECOMENDAÇÕES RESUMIDAS

- 1. Promover a adoção de uma linguagem comum.**
- 2. Investir nas escolas e no ensino da história europeia e não em cada nação, bem como no ensino da economia política e da educação cívica.**
- 3. Acesso à cultura, à educação e aos intercâmbios entre estudantes e cidadãos de diferentes Estados-Membros.**

As políticas de inclusão desempenham um papel fundamental para garantir que os cidadãos tenham acesso a oportunidades. A este respeito, os participantes do painel salientaram que a Itália era frequentemente incapaz de utilizar os fundos da UE disponibilizados para o efeito. A inclusão e a acessibilidade significam que as instituições europeias têm de estar mais próximas dos seus cidadãos e que estes conceitos são acompanhados de uma maior informação e sensibilização para os direitos de que gozam os cidadãos europeus enquanto tal. Deste ponto de vista, surgiu a importância de uma relação direta entre as instituições da UE e os cidadãos, sem ter necessariamente de ser mediada pelos Estados-Membros.

RECOMENDAÇÕES RESUMIDAS

- 1. Promover a utilização dos fundos da UE para reduzir as desigualdades.**
- 2. Acessibilidade e proximidade das instituições europeias aos cidadãos.**
- 3. Comunicar claramente aos cidadãos os seus direitos e oportunidades e promover o acesso direto dos cidadãos aos mesmos.**

6. Emprego

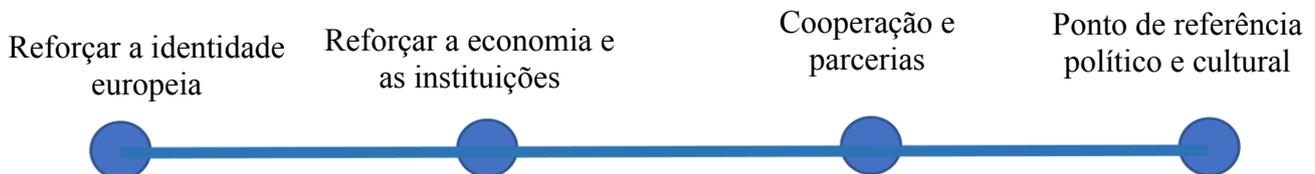
A questão do emprego surge de forma contínua como elemento transversal e como efeito direto da capacidade da União Europeia para responder às suas recomendações. Durante o debate **entre** os participantes, ficou claro que a questão do emprego está no cerne da vida dos cidadãos, mas que acompanha o reforço das questões de justiça económica e social. Uma União Europeia em que as políticas ativas do trabalho continuem a ser centrais e cada vez mais coordenadas é altamente previsível.

RECOMENDAÇÕES RESUMIDAS

- 1. Promover o comércio entre trabalhadores na Europa através de um Centro Europeu de Emprego.**
- 2. Ter políticas de emprego integradas a nível da UE.**
- 3. Proporcionar incentivos às empresas que oferecem emprego.**

A Europa no mundo

Os recentes acontecimentos internacionais e, em particular, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia tiveram uma grande influência na percepção do papel que a Europa terá de desempenhar a nível internacional. As recomendações recolhidas centraram-se principalmente no reforço da UE (tanto em termos de identidade como de poder económico) e de a posicionar como modelo de referência e de recuperação nas suas relações com outros países.



1. Reforçar a identidade europeia

Para ser reconhecida para além das suas fronteiras, a União Europeia deve, em primeiro lugar, demonstrar coesão interna, não só económica e financeira, mas também em termos de identidade e valores. Uma identidade que não é criada pela aprovação, mas pela valorização de especificidades locais dentro de um quadro de valores essenciais compartilhados.

A reflexão sobre um eventual alargamento do âmbito de aplicação da União foi igualmente levada a cabo nesta perspetiva: de acordo com alguns participantes do painel, não deve ter lugar de forma indiferenciada, mas antes centrar-se no reconhecimento mútuo da cultura e dos valores e não nas normas económicas.

RECOMENDAÇÕES RESUMIDAS

- 1. Reforçar os valores e características culturais europeus, bem como as especificidades regionais.**
- 2. Criação de um instituto para a cultura europeia para promover uma cultura de respeito e de enriquecimento mútuo entre cidadãos de diferentes Estados.**
- 3. Redefinição dos princípios de pertença aos novos países candidatos, com um reforço de fatores como a identidade e os valores culturais.**

2. Reforçar a economia e as instituições

Espera-se que a Europa de amanhã desempenhe um papel de liderança a nível internacional, que só pode ser assumida com uma União forte e independente de outros países. É amplamente reconhecido que os países da UE são pobres em matérias-primas, mas parece essencial que a UE seja capaz de assegurar uma maior independência em termos de aprovisionamento energético, agricultura e produtos tecnológicos.

Tal exige investimentos específicos para recuperar o atraso em domínios como a tecnologia (onde a União Europeia não parece desempenhar atualmente um papel de liderança), mas também nos setores alimentar e energético.

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia colocou também no centro do debate a importância de uma política europeia de defesa integrada, com uma identidade específica e uma maior autonomia em

relação à NATO, sem pôr em causa a sua adesão.

Por último, tal implica escolhas claras para o futuro, acompanhadas de um investimento significativo na ciência e na investigação, a fim de aumentar as competências dos jovens europeus.

RECOMENDAÇÕES RESUMIDAS

- 1. Reforço da capacidade de produção interna: cadeia alimentar (especialmente trigo) e tecnologia (microprocessadores).**
- 2. Promover produções regionais e europeias típicas.**
- 3. Reforçar os polos industriais europeus (por exemplo, aço).**
- 4. Reforçar a produção local de energia numa perspetiva ecológica (gás, energia solar, eólica).**
- 5. Desenvolver tecnologias aeroespaciais.**
- 6. Criação de laboratórios científicos europeus (banco europeu do vírus).**
- 7. Criar um exército europeu comum que atue no âmbito da OTAN, mas que também ajude a ir além.**
- 8. Investir na formação de formadores (intercâmbios europeus de professores, Erasmus para professores).**
- 9. Aumentar a mobilidade dos investigadores europeus através do desenvolvimento de novas instituições científicas europeias.**
- 10. Fomentar a emergência de empresas inovadoras em fase de arranque.**

3. *Cooperação e parcerias*

A visão da Europa de amanhã não é a de uma fortaleza que defende a sua riqueza, mas de um protagonista na cena internacional capaz de dialogar com todos os países do mundo. Um diálogo que parte de um poder comercial e deve visar a liderança económica, e que pode ser consolidado através do estabelecimento de parcerias e projetos internacionais de grande escala.

Tudo isto tendo em vista a cooperação e a atenção às regiões mais frágeis do mundo, com projetos ad hoc destinados a destacar os países mais pobres, bem como os intercâmbios culturais e económicos com os países de Leste.

É também dada especial atenção ao tema da migração, com uma melhor coordenação entre os países e a utilização de procedimentos comuns para a gestão de pedidos e indivíduos.

RECOMENDAÇÕES RESUMIDAS

- 1. Impulsionar as exportações.**
- 2. Promover rotas turísticas europeias transnacionais.**
- 3. Desenvolver um sistema comercial de negociações a nível europeu (não individualmente como Estados ou empresas, mas como União) para ter um maior poder de negociação, mas com restrições relacionadas com o respeito pelos direitos humanos.**
- 4. Liderar grandes projetos internacionais, como a Estação Espacial Internacional.**
- 5. Financiar projetos em África para construir escolas e hospitais, sem adotar**

uma atitude de estilo colonial, mas centrando-se no respeito dos valores e direitos europeus.

- 6. Investir na formação no local (especialmente para as mulheres) nos países mais pobres.**
- 7. Promover o intercâmbio de técnicos e formadores.**
- 8. Estabelecer um sistema de regras comuns para o acesso dos migrantes, com diferentes processos entre migração humanitária e económica, e com uma distribuição equitativa entre os diferentes Estados, mas com regras comuns (censos e controlo do comportamento e do emprego).**

4. Referência política e cultural

No cenário acima descrito, espera-se que a Europa forneça uma clara referência política e cultural a nível mundial do ponto de vista dos direitos e da ética, dando o exemplo através da tomada de decisões para garantir um ambiente saudável, o respeito pelos direitos das pessoas e o diálogo entre o Leste e o Ocidente.

RECOMENDAÇÕES RESUMIDAS

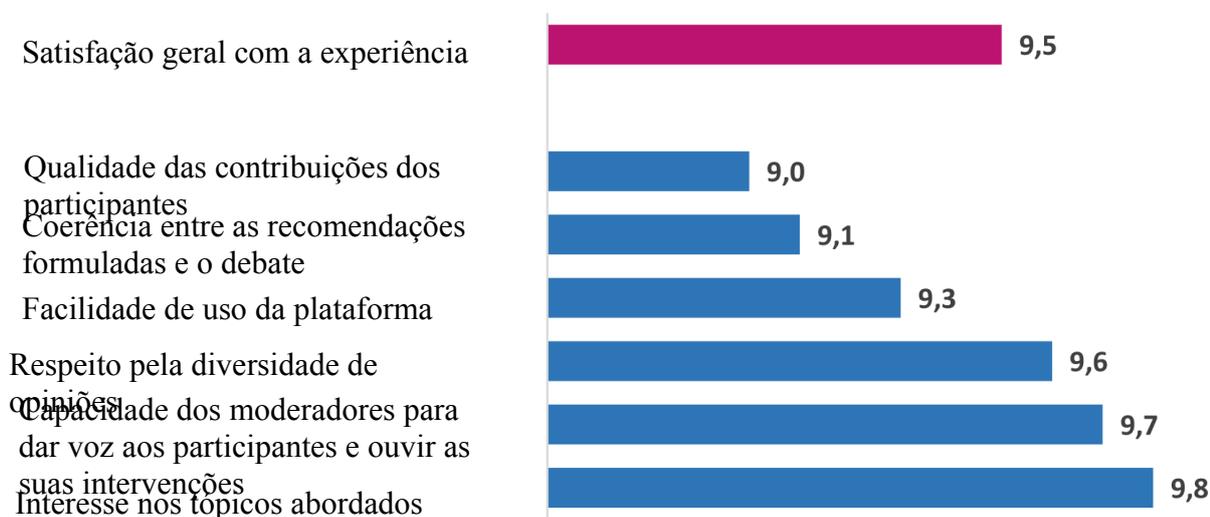
- 1. Liderar o caminho como um continente verde, alcançar zero emissões antes de outros e aumentar a produção de energia limpa (eólica e solar).**
- 2. Exportar tecnologias para produzir bens com impacto nulo.**
- 3. Servir de confluência (lugar público, agora) entre o Oriente e o Ocidente, promovendo intercâmbios culturais e iniciativas culturais conjuntas (como as Jornadas Mundiais da Arte, a organizar sucessivamente nas várias capitais europeias, com um programa artístico que inclui artistas ocidentais e orientais).**
- 4. Criar um modelo ético europeu para gerir os processos migratórios que possam ser partilhados a nível internacional.**

6. Avaliação final pelos participantes

Ao final dos dois dias de trabalho, todos os participantes foram convidados a preencher um breve questionário para avaliar sua experiência. O questionário de avaliação foi enviado dois dias após o término do painel, a fim de dar a todos os participantes tempo para dar um passo atrás da experiência e ser capaz de responder de forma mais objetiva.

Os resultados obtidos revelam um nível particularmente elevado de satisfação, tanto em termos de interesse e facilidade de participação como de sentido de escuta e inclusão.

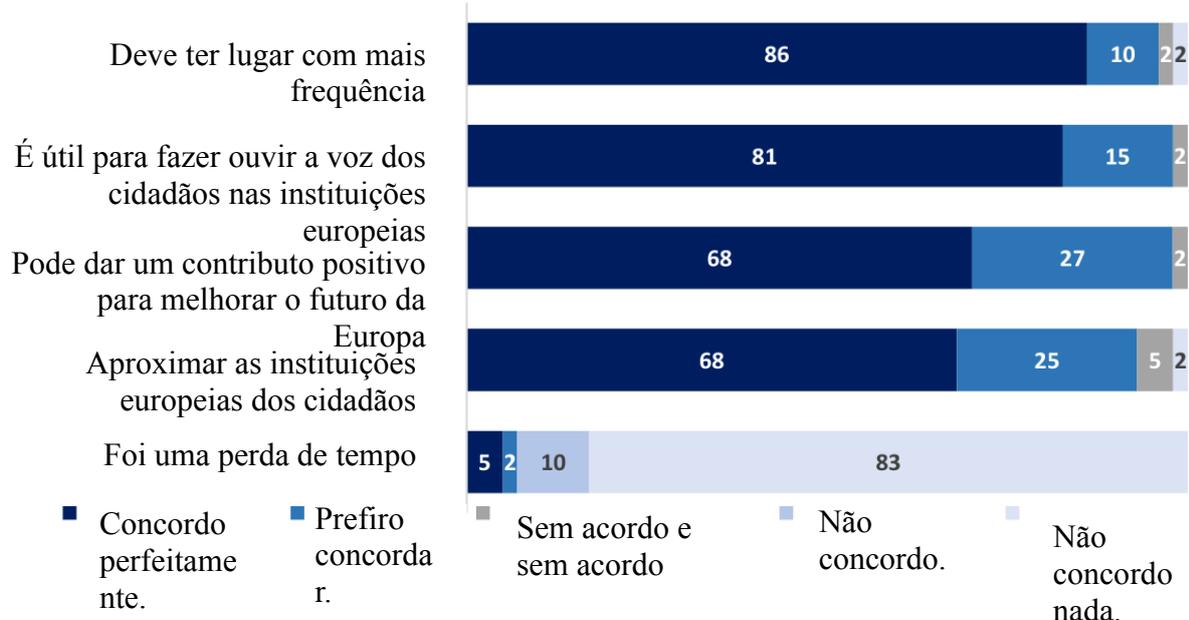
Satisfação com a participação no painel



Embora inicialmente tenham experiências, competências e motivações diferentes, os participantes sentiram-se fortemente envolvidos: 98 % dos respondentes ao questionário de avaliação consideraram ter participado ativamente e contribuído positivamente para o debate.

De um modo geral, a utilidade desta experiência, que foi vista sobretudo como uma oportunidade de participar ativamente e que deu um sentimento de maior proximidade com as instituições europeias, tem-se sentido muito fortemente. O que levou quase todos os inquiridos a solicitar que este tipo de iniciativa fosse repetido ao longo do tempo.

AVALIAÇÃO DO INTERESSE DO «PAINEL ITALIANO PARA A CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA»



Todos os participantes indicaram que, se tal iniciativa fosse organizada novamente, eles não estariam apenas dispostos a participar, mas também recomendariam a seus amigos a participar.

II E Painéis Nacionais: Lituânia

Painel dos Cidadãos Lituanos sobre o Futuro da Europa

Relatório

O presente relatório é composto por quatro partes. O primeiro apresenta brevemente o progresso do evento. A segunda apresenta as recomendações formuladas pelos participantes no Painel dos Cidadãos para as políticas da UE e da Lituânia. A terceira apresenta uma breve análise das discussões nos grupos e dos principais resultados do fórum. O quarto compara os resultados do Painel dos Cidadãos com os dos inquéritos aos cidadãos lituanos sobre o estado e o futuro da Europa.

1. *Condução do Painel Nacional de Cidadãos*

Em conformidade com as orientações para a organização de painéis nacionais de cidadãos no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa, o instituto de inquérito Kantar TNS LT desenvolveu em dezembro de 2021, a pedido do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MAE), uma metodologia de seleção aleatória estratificada de uma amostra representativa da população lituana, com base na qual a Kantar TNS selecionou 25 cidadãos lituanos com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos que representam diferentes grupos socioeconómicos e todas as regiões geográficas da Lituânia^{xv}.

Em 4 de janeiro, os cidadãos selecionados foram convidados para uma sessão introdutória virtual, durante a qual foi apresentada a ideia do Painel Nacional de Cidadãos e realizaram-se intercâmbios sobre os temas mais relevantes para o futuro da Europa. No final do evento, os participantes receberam um documento de referência com uma descrição detalhada dos tópicos discutidos e fontes de informação.

Em 15 de janeiro, realizou-se no MDE um painel de cidadãos nacionais sobre o futuro da Europa, organizado pelo Centro de Estudos da Europa Oriental (RESC) do MDE e pelo instituto de sondagens Kantar TNS LT, no qual participaram diretamente 25 cidadãos selecionados.

Os participantes debateram duas questões relacionadas com as políticas da UE: **o papel e as competências que a UE poderia ter em matéria de política externa**, bem como **o papel económico da UE**. Neste evento, cada um destes temas foi objeto de uma sessão separada no início da qual os peritos políticos da UE Linas Kojala (RESC) e Ramūnas Vilpišauskas (Professor da Universidade de Vilnius) apresentaram brevemente os cidadãos à atualidade e às questões do tema da sessão. Durante o debate, os cidadãos puderam fazer perguntas e partilhar as suas opiniões. Após as apresentações de especialistas, os participantes foram divididos em três grupos representativos menores para cada um refletir sobre uma questão diferente relacionada ao tema da sessão. As questões de política externa discutidas foram as seguintes:

1.1. Há necessidade de uma política externa e de defesa autónoma da UE?

1.2. Quais devem ser as relações da UE com os seus vizinhos da Europa Oriental, o Norte de África e a Turquia?

XV Amostra de cidadãos que representam Vilnius, Kaunas, Klaipėda, Šiauliai e Panevėžys e os distritos (apskritis) Vilnius, Kaunas, Klaipėda, Šiauliai, Panevėžys, Alytus, Marijampolė, Tauragė, Telšiai e Utena, com base em dados do Departamento de Estatística da Lituânia (Lietuvos statistikos departamentas).

1.3. Qual deve ser a política de migração da UE?

A sessão sobre o papel económico da UE deu origem a uma reflexão sobre as seguintes questões:

2.1. Será necessária uma maior reafetação de fundos provenientes do orçamento da UE, provenientes da dívida comum da UE?

2.2. As normas sociais devem ser regulamentadas a nível da UE?

2.3. Como reforçar a economia da UE?

No final da sessão, cada grupo teve de formular as principais conclusões do debate, fazer declarações de princípio ou propostas concretas sobre as preocupações políticas da UE. Durante a discussão com todo o painel, o representante de cada grupo apresentou esses achados aos demais participantes. Aqueles que tinham estado em outros grupos foram capazes de fazer perguntas e completar as propostas com suas ideias. Após as apresentações e os debates, os cidadãos votaram duas entre estas conclusões, votando a favor da proposta ou declaração mais importante sobre o papel da Lituânia no reforço da UE e o sucesso da UE, mesmo em toda a Europa; e o outro voto a favor da declaração ou proposta que parecem mais importantes na sua capacidade pessoal, no seu interesse como habitante da UE. Após esta votação, realizou-se um debate no painel e foram discutidas as principais ideias que emergiram das discussões.

Na semana seguinte ao evento, os especialistas examinaram o conteúdo das discussões e descobriram a essência das ideias propostas pelos cidadãos. Em 25 de janeiro, realizou-se uma sessão virtual recapitulativa e as recomendações do conteúdo dos seus debates foram partilhadas com os cidadãos. Foi dada aos cidadãos a oportunidade de dizerem se aprovaram as recomendações, de as completarem sobre a substância e de as avaliarem. Todos os participantes tiveram esta oportunidade novamente uma semana após a sessão recapitulativa, enviando os seus pareceres e comentários por escrito aos organizadores do painel.

2. Resultados do Painel Nacional de Cidadãos

Esta parte do relatório mostra os resultados do Painel dos Cidadãos, com as recomendações formuladas pelos participantes nos grupos de trabalho e as suas posições sobre o papel da UE na política externa e na economia.

Primeira sessão: papel e competências da UE na política externa

1. Apelamos à UE para que desenvolva uma política mais eficaz em relação à China. A Lituânia deve ser apoiada de forma mais resoluta, mas deve também alinhar melhor a sua posição com a dos parceiros da UE. A fim de assegurar que os interesses possam ser mais bem equilibrados na UE e que exista apenas uma política em relação à China, bem como outras questões de política externa, recomendamos que se pondere a possibilidade de criar um Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE.

2. Recomendamos que se coloque na ordem do dia a questão das quotas de migrantes a nível da UE.

3. O Tribunal recomenda a criação de um comité específico a nível da UE para abordar as questões da migração, o que garantiria uma resposta mais rápida às crises migratórias e o direito dos Estados-Membros de explicarem e defenderem os seus interesses nacionais e de desenvolverem e aplicarem orientações comuns em matéria de gestão da migração.

4. Recomendamos o reforço dos laços económicos e humanitários com os países do Norte de África, sem perder de vista as realidades políticas, nomeadamente com vista a reduzir a influência da China, da Rússia e de outros Estados da região.

5. Recomendamos o reforço dos laços com a Europa de Leste e o incentivo a medidas económicas a nível pessoal.

6. Insistimos em que as sanções impostas pela UE aos intervenientes estrangeiros sejam mais

rigorosas, mais direcionadas e digam respeito a figuras importantes do Estado sancionado (por exemplo, líderes políticos).

7. Insistimos em que a política externa e de segurança comum da UE se baseie no princípio fundamental da solidariedade entre os diferentes Estados-Membros da UE e as diferentes regiões e sociedades europeias.

8. Recomendamos que a UE reveja a política de abertura até agora em matéria de migração, que está a causar problemas de segurança, um aumento da criminalidade e o estabelecimento do comunitarismo na sociedade.

9. Convidamos a Lituânia a falar mais ativamente sobre questões de política de migração e a lançar debates sobre questões relacionadas com a migração.

10. Recomendamos que a UE prossiga uma política ativa e rigorosa em relação aos Estados que utilizam os fluxos migratórios como arma em ataques híbridos: por um lado, aplicando sanções mais estritas e, por outro lado, através de um diálogo com eles com vista à desanuviação.

Segunda sessão: o papel económico da UE

1. Recomendamos que a UE reforce a segurança do aprovisionamento de bens essenciais por vários meios: dar prioridade ao comércio interno da UE, promover a produção de tecnologias avançadas e continuar a diversificar as fontes de importação. Também recomendamos explorar novos mercados de exportação.

2. Recomendamos a revisão das práticas de negociação dos contratos de gás natural, tendo em vista os contratos de curto e longo prazo. Recomendamos uma maior diversificação das fontes de abastecimento de energia.

3. O Tribunal recomenda que as medidas do Pacto Ecológico e a sua aplicação sejam avaliadas tendo em conta os potenciais impactos socioeconómicos negativos. A fim de cumprir os objetivos do Pacto Ecológico, recomendamos que a energia nuclear e o gás natural sejam utilizados para além da utilização de fontes de energia renováveis.

4. Salientamos que é particularmente importante que todos os Estados-Membros respeitem o princípio do primado do direito da UE. Pedimos, por exemplo, que a Lituânia tenha uma posição clara de princípios sobre esta questão.

5. O Tribunal recomenda que a Lituânia utilize de forma mais ativa as boas práticas dos países da UE com o objetivo de melhorar as normas sociais, a expansão económica e o desenvolvimento equilibrado e sustentável.

6. Recomendamos que seja dada mais atenção ao reforço da cibersegurança, bem como à proteção de dados e infraestruturas.

7. Recomendamos que a UE e os Estados-Membros deem prioridade ao desenvolvimento de conhecimentos económicos básicos entre os cidadãos, à educação e à divulgação de informações.

8. Recomendamos que os novos acordos comerciais da UE integrem normas sociais, laborais e sanitárias ambiciosas. Recomendamos o estabelecimento, a nível da UE, de orientações sobre o que fazer e não têm o direito de utilizar plataformas de redes sociais que gerem os dados pessoais dos consumidores e as informações sobre os mesmos.

9. O Tribunal recomenda uma reflexão mais aprofundada sobre a possibilidade de contrair empréstimos conjuntos a nível da UE, a fim de obter as melhores condições possíveis de contração de empréstimos. Recomendamos também o desenvolvimento de uma política financeiramente sólida e responsável para reduzir a necessidade de endividamento para os Estados-Membros.

10. O Tribunal recomenda o reforço do acompanhamento da absorção e utilização dos fundos da UE, ajudando as autoridades locais a estabelecer uma prática real de ajustamento da utilização dos fundos. Uma vez que a situação objetiva dos beneficiários de fundos da UE pode mudar, a articulação entre os requisitos de transparência e flexibilidade reveste-se de especial importância.

11. Recomendamos que a Lituânia continue a promover ativamente o desenvolvimento económico e o investimento nas regiões do país.

3. Debates no Painel Nacional de Cidadãos e análise dos resultados

Os participantes no Painel Nacional de Cidadãos debateram as questões atuais mais importantes para a Lituânia (em grande parte debatidas a nível nacional na arena política e mediática) e a forma de as abordar. A votação geral das principais conclusões do painel revelou que quase 45 % de todos os votos expressos nas duas sessões foram consagrados a propostas sobre dois temas: relações com a China e controlo dos fluxos migratórios (ver quadro infra). O tema da política energética também mereceu muita atenção. Foi objeto de apenas uma proposta, mas recebeu os votos de quase 10 % dos participantes. O resultado destas votações sugere que a perceção dos cidadãos sobre o futuro da Europa poderia ser decisiva para as atuais questões políticas e notícias (a nível nacional).

| Recomendação | Votação |
|--|--|
| Primeira sessão: papel e competências da UE na política externa | |
| 1. Apelamos à UE para que desenvolva uma política mais eficaz em relação à China. O atual apoio à Lituânia não é suficiente, mas a Lituânia também não alinhou suficientemente a sua posição com a dos parceiros da UE. A fim de assegurar que os interesses possam ser mais bem equilibrados na UE e que exista apenas uma política em relação à China, bem como outras questões de política externa, recomendamos que se pondere a possibilidade de criar um Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE. | 11 (22,9 %) importantes para toda a Europa: 8; a título pessoal: 3 |
| 2. Recomendamos que se coloque na ordem do dia a questão das quotas de migrantes a nível da UE. | 9 (18,8 %) importante para toda a Europa: 9 |
| 3. O Tribunal recomenda a criação de um comité específico a nível da UE para abordar as questões da migração, o que garantiria uma resposta mais rápida às crises migratórias e o direito dos Estados-Membros de explicarem e defenderem os seus interesses nacionais e de desenvolverem e aplicarem orientações comuns em matéria de gestão da migração. | 7 (14,6 %) importantes para toda a Europa: 3; a título pessoal: 4 |
| 4. Recomendamos o reforço dos laços económicos e humanitários com os países do Norte de África, sem perder de vista as realidades políticas, nomeadamente com vista a reduzir a influência da China, da Rússia e de outros Estados da região. | 6 (12,5 %) importante na capacidade pessoal: 6 |
| 5. Recomendamos o reforço dos laços com a Europa de Leste e a aplicação de medidas económicas ao nível das pessoas. | 5 (10,4 %) pessoalmente importantes: 5 |
| Segunda sessão: o papel económico da UE | |
| 1. Recomendamos que a UE tome várias medidas para reforçar a segurança do aprovisionamento de bens essenciais: dar prioridade ao comércio intra-UE, promover a produção de tecnologias avançadas na UE e continuar a diversificar as fontes de importação. Também recomendamos explorar novos mercados de exportação. | 9 (19,6 %) importante para toda a Europa: 3; pessoalmente: 6 |
| 2. Recomendamos a revisão das práticas de negociação dos contratos de gás natural, tendo em vista os contratos de curto e longo prazo. Recomendamos uma maior diversificação das fontes de abastecimento de energia. | 9 (19,6 %) importante para toda a Europa: 9 |
| 3. O Tribunal recomenda que as medidas do Pacto Ecológico e a sua aplicação sejam | 6 (13 %) |

| | |
|---|---|
| avaliadas tendo em conta os potenciais impactos socioeconómicos negativos. A fim de cumprir os objetivos do Pacto Ecológico, recomendamos que a energia nuclear e o gás natural sejam utilizados para além da utilização de fontes de energia renováveis. | importante na capacidade pessoal: 6 |
| 4. Salientamos que é importante que todos os Estados-Membros respeitem o princípio do primado do direito da UE. Pedimos, por exemplo, que a Lituânia tenha uma posição clara de princípios sobre esta questão. | 4 (8,7 %) importante para toda a Europa: 2; a título pessoal: 2 |

Além disso, as questões mais importantes para os cidadãos, nomeadamente as relações com a China, a migração ou a energia, são temporárias: a sua resolução terá um impacto fundamental no futuro a longo prazo da Europa. Por conseguinte, a probabilidade de os cidadãos que pensam no futuro dar prioridade ao que é importante neste momento não é problemática. À medida que a construção do futuro começa hoje com uma multiplicidade de pequenos passos, a perceção das expectativas dos cidadãos a curto prazo é uma condição essencial para assegurar um forte controlo a longo prazo dos processos e a resolução de problemas. A análise que se segue dos principais resultados do painel de cidadãos nacionais baseia-se nesta observação.

A resolução que recebe o maior número de votos (11 ou quase 12 %) é que **a UE necessita de uma política mais eficaz em relação à China**. Esta conclusão geral abrangeu várias declarações mais concretas. Em primeiro lugar, os participantes salientaram que, nesta fase, o apoio da UE à Lituânia face à pressão económica da China não tinha sido suficiente. Em segundo lugar, os representantes do Grupo, que comunicaram a conclusão, salientaram que a própria Lituânia deveria envidar maiores esforços para harmonizar a sua política em relação à China com a dos parceiros da UE, em especial porque é importante que a UE no seu conjunto continue a participar no comércio com a China. Em terceiro lugar, os cidadãos levantaram a ideia de que a coordenação de posições e o desenvolvimento de uma política comum para a China, em particular, poderiam ser mais eficazes se fosse criado um Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE. Oito participantes declararam esta conclusão particularmente importante para toda a Europa, e três outros declararam-na importante para eles a título pessoal.

A questão das relações com a China está estreitamente ligada a duas outras propostas com um grande número de vozes dos cidadãos. Nove participantes votaram a favor da conclusão alcançada na segunda sessão de que **a UE precisa de reforçar a segurança do aprovisionamento** (três participantes indicaram que este aspeto é particularmente importante para toda a Europa, e seis outros que são para eles a título pessoal). Esta conclusão também incluiu vários aspetos. Em primeiro lugar, os cidadãos salientaram a necessidade de dar prioridade aos mercados da UE caracterizados por fornecedores e produtos fiáveis que cumpram normas exigentes. Em segundo lugar, os participantes salientaram a necessidade de incentivar a capacidade de produção de alta tecnologia na própria Europa. Em terceiro lugar, os cidadãos manifestaram o seu apoio a uma maior diversificação das fontes de importação. Ao formular estas recomendações, os participantes na discussão referiram-se consistentemente ao fator da China: as ameaças à segurança relacionadas com os produtos chineses, a dependência de matérias-primas chinesas necessárias para fabricar tecnologias avançadas, bem como as práticas da China de copiar e roubar tecnologias de empresas ocidentais que operam no seu mercado. A proposta de **desenvolver a cooperação económica e humanitária da UE com os países do Norte de África** também recebeu seis votos (importantes a título pessoal), alegando que nesta região é importante reduzir a influência da China, bem como da Rússia e de outros Estados amigos.

Os resultados da votação também refletiram as preocupações dos cidadãos relativamente às

questões da migração. Dois dos três achados mais vocais na política externa foram dedicados à migração. Nove participantes votaram a favor da proposta de **que a UE regresse à criação de um sistema de quotas obrigatórias de acolhimento de migrantes para os Estados-Membros** (todos salientaram que esta proposta se reveste de especial importância para toda a Europa). Os participantes que apresentaram esta conclusão manifestaram o seu apoio à fixação de quotas nacionais em função do número de habitantes e ao cofinanciamento da UE para satisfazer as necessidades dos migrantes de acordo com essas quotas. Sete participantes ainda votaram a favor da proposta de **criação de uma comissão técnica permanente a nível da UE para tratar das questões da migração, na qual seriam destacados representantes dos Estados-Membros** (três participantes consideram esta proposta de especial importância para a Europa no seu conjunto, quatro consideram-na importante para eles a título pessoal). Os participantes salientaram que esse organismo poderia permitir à UE responder mais rapidamente às crises migratórias, assegurando simultaneamente um equilíbrio entre o respeito adequado pelos princípios gerais da UE e o direito dos Estados-Membros de defenderem os seus interesses nacionais e a sua segurança.

Durante o debate sobre a política de migração, os participantes debateram duas crises distintas na gestão dos fluxos migratórios: em 2016, a crise migratória do mar Mediterrâneo e, em 2012, o ataque híbrido da Bielorrússia à Lituânia, à Letónia e à Polónia, durante o qual Minsk recorreu a migrantes provenientes de fluxos do Médio Oriente e de África. Vários participantes do painel afirmaram que a crise em 2016 parecia distante e irrelevante, tanto para a Lituânia no seu conjunto como para eles a título pessoal, e que a proposta de criação de um sistema de quotas para os migrantes não lhes parecia adequada. Segundo os participantes, a experiência do ataque híbrido aproximou a questão da migração na Europa Oriental e foi obrigada a abordar as quotas como um instrumento de política de migração adaptado, eficaz e solidário. Alguns participantes salientaram que, no meio da crise de 2021, se tornou difícil distinguir entre os que se encontram no território do país, os refugiados, os migrantes e os que representam uma ameaça. Todos os participantes no debate concordaram que a atual política de migração «aberta» da UE não tem suficientemente em conta as ameaças colocadas pela migração, os interesses nacionais dos Estados-Membros, a sua capacidade de integrar os migrantes, etc. Os cidadãos também criticaram a UE pela sua lentidão ou falta de resposta às necessidades da Lituânia, bem como pela sua recusa em financiar a construção de um muro nas fronteiras externas.

Em resumo, pode dizer-se que dois elementos das notícias mais interessantes da Lituânia em 2021 — as relações com a China e a gestão dos fluxos migratórios — incentivam os cidadãos lituanos a exigir que a UE intervenha mais e tenha uma política comum mais eficaz. Os cidadãos estão preocupados com a política da China e com a sua crescente influência na Europa e na vizinhança da UE. Há que reconhecer que a influência económica da China obriga a Europa a procurar medidas políticas adequadas e equilibradas. Na opinião dos cidadãos, a principal solução é reforçar os instrumentos de política externa comum da UE, a política industrial e a cooperação com os países vizinhos. Do mesmo modo, os cidadãos consideraram que uma ação única a nível da UE, bem como um eventual novo sistema de quotas migratórias, era provavelmente a forma mais adequada de escapar às ameaças à segurança colocadas pela migração, bem como de controlar os fluxos migratórios para a Europa de forma rápida e eficiente. Na opinião do painel, a melhor resposta às pressões crescentes da China e ao ataque híbrido da Bielorrússia seria ter uma política comum profunda e reforçada da UE.

Este parecer sobre as crises em discussão pode ser comparado com as propostas dos participantes do painel sobre questões energéticas e climáticas. No final de 2021, muitos cidadãos lituanos tiveram de lidar diretamente com o aumento dos preços do aquecimento, e a crise dos preços da energia revelou-se rapidamente uma das notícias mais importantes para a Lituânia. A

preocupação com os preços da energia reflete-se igualmente na votação dos participantes: nove cidadãos votaram a favor da conclusão de que esta questão é a mais importante para toda a Europa. A principal recomendação dos participantes foi **a de rever a prática atual dos Estados-Membros, celebrando contratos de fornecimento de energia com diferentes fornecedores e esforçando-se por os celebrar a curto e a longo prazo**. Por outras palavras, os cidadãos apoiaram a política de diversificação das fontes de aprovisionamento energético, mas não formularam recomendações sobre as políticas gerais da UE e não recomendaram uma maior integração das políticas energéticas.

No que diz respeito à política climática, **os cidadãos recomendaram uma avaliação das medidas do Pacto Ecológico, tendo em conta o impacto socioeconómico e a ambição esperados**. Esta proposta recebeu a voz de seis participantes, cada um dos quais a considerou importante a título pessoal. Alguns participantes manifestaram a sua preocupação com o ritmo demasiado acelerado da chamada «transição ecológica» e afirmaram que a Lituânia deveria avaliar mais cuidadosamente se tal política prejudicaria os interesses do país e dos seus cidadãos. Alguns participantes também reviveram a necessidade de utilizar não só as energias renováveis, mas também a energia nuclear e o gás natural. Em apoio desta posição, referiram-se à decisão da Alemanha de continuar a utilizar gás natural, bem como ao potencial dos reatores nucleares «modulares» de nova geração. No que diz respeito à política climática, o painel deu, por conseguinte, prioridade às políticas dos Estados-Membros em consonância com as necessidades nacionais, e não a uma política comum da UE ambiciosa em matéria de governação climática.

Tendo em conta o número relativamente reduzido de participantes no painel e a disparidade das respostas dos cidadãos (mais unidade de ação ou mais flexibilidade) às várias crises, seria errado considerar aqui medidas recapitulativas e amplamente aplicáveis. No entanto, esta dinâmica de expressão de opiniões pode levar à proposta de temas de interesse para futuros estudos de opinião dos cidadãos lituanos sobre questões de integração na UE, nos quais se deve ter em conta o que os cidadãos dizem sobre as políticas autónomas da UE, as alterações nas disposições institucionais e as diferenças.

4. Resultados do Painel dos Cidadãos no contexto mais vasto da opinião pública na Lituânia

A fim de contextualizar os resultados do Painel Nacional de Cidadãos, estes são brevemente comparados na última parte com os resultados de dois inquéritos de opinião em curso, bem como com os resultados intermédios de outros trabalhos preparatórios para a Conferência sobre o Futuro da Europa. A primeira parte do presente relatório diz respeito a um inquérito [Eurobarómetro](#) realizado pelos cidadãos em outubro e novembro de 2020 sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa; o segundo sobre o último [Eurobarómetro normalizado](#) realizado no verão de 2021. Na medida em que algumas das questões contidas nesses estudos incidiram em outros temas políticos e nas expectativas dos cidadãos em relação à própria conferência, é feita uma comparação com as questões que foram realmente abordadas no painel. A análise dos resultados dos trabalhos preparatórios da Conferência sobre o Futuro da Europa baseou-se no relatório preliminar deste trabalho elaborado pelo RESC, que incluiu declarações de cidadãos que participaram nos trabalhos sobre diferentes questões políticas da UE.

Os resultados dos inquéritos Eurobarómetro sugerem que os debates e os votos dos participantes no Painel dos Cidadãos refletem bastante bem as opiniões prevalecentes na sociedade lituana. As recomendações dos participantes do painel no sentido de reforçar a política externa e de migração comum, participando nas decisões a nível da UE, correspondem às conclusões dos inquéritos à opinião pública mais vastos:

- Os cidadãos lituanos apoiam a política de defesa comum da UE mais do que a média da UE (90 % contra 78 %);
- Os cidadãos lituanos apoiam a política comum de migração da UE mais do que a média da UE (76 % contra 71 %; esta diferença situa-se dentro da margem de erro);
- Os cidadãos lituanos consideram a migração um dos dois principais problemas da UE;
- Os cidadãos lituanos querem resolver mais problemas a nível da UE (49 % contra 42 %).

Os cidadãos lituanos que participaram nos eventos preparatórios da Conferência sobre o Futuro da Europa salientaram igualmente a importância da cooperação no domínio da defesa e que a política comum de migração e a política externa da UE são domínios em que a Lituânia beneficiaria de uma intervenção mais forte da UE.

Os dados do Eurobarómetro poderiam esclarecer os pontos de vista dos participantes no painel sobre as relações com a China e os preços da energia: Os lituanos estão mais preocupados do que a média da UE quanto à repartição das relações entre países em todo o mundo e às crescentes tensões geopolíticas daí resultantes (33 % contra 18 %). As conclusões do painel sobre a necessidade de uma política mais ambiciosa em relação à China também se sobrepõem a estes dados, bem como à posição acima referida a favor da tomada de decisões a nível da UE e de uma política comum de defesa da UE. Por outro lado, a preocupação dos participantes no painel relativamente a várias decisões de redução dos preços da energia pode estar relacionada com o facto de os lituanos estarem muito mais preocupados do que a média da UE com o aumento da inflação e o aumento dos preços (53 % contra 23 %). A sensibilidade ao aumento da inflação deve-se ao facto de o controlo dos aumentos de preços parecer ser mais importante do que a definição geral de políticas da UE ou outros objetivos políticos.

Os dados do Eurobarómetro sugerem também um desenvolvimento interessante da perceção dos lituanos sobre a questão da migração numa perspetiva política. No inquérito de 2020, os lituanos referiram a migração como um desafio importante para o futuro da UE (16 % contra 27 %) do que a média da UE; No inquérito de 2021, 32 % dos inquiridos lituanos consideraram a migração um dos principais problemas na UE (em comparação com 25 %, em média, na UE no seu conjunto). Embora esta mudança de visão possa dever-se a diferenças na formulação da questão, sobrepõe-se ao que os participantes do painel disseram nas discussões sobre a evolução dos seus pontos de vista sobre questões relacionadas com a migração.

Além disso, a comparação dos resultados do Painel dos Cidadãos com os dados do Eurobarómetro revela uma lacuna entre, por um lado, uma visão relativamente cautelosa dos participantes do painel sobre a política da UE e, por outro, uma preocupação dos cidadãos lituanos em matéria de alterações climáticas. Embora os participantes do painel tenham incentivado a avaliar se o Pacto Ecológico não é demasiado ambicioso e não prejudica os interesses da Lituânia, os lituanos, de acordo com estudos do Eurobarómetro, identificaram sistematicamente as alterações climáticas como um dos principais desafios para a UE. No inquérito de 2020, 47 % dos inquiridos lituanos consideraram o clima um dos desafios mais importantes para o futuro da Europa (em comparação com 45 %, em média, no conjunto da UE); No inquérito de 2021, este foi o caso de 28 % dos inquiridos lituanos (contra 25 %, em média, na UE no seu conjunto). Note-se que os cidadãos que participaram noutros eventos preparatórios da Conferência sobre o Futuro da Europa também se referiram à política climática como um dos domínios em que a Lituânia teria mais interesse em reforçar a intervenção da UE. Esta discrepância pode provavelmente ser explicada pela motivação da votação dos participantes do painel: todos os que votaram a favor da recomendação de reavaliar as medidas do Pacto Ecológico identificaram este aspeto como importante para eles do ponto de vista pessoal. Por

outras palavras, a oposição pessoal não seria incompatível com a constatação de que as alterações climáticas constituem um dos desafios mais importantes para a política da UE.

II F Painéis Nacionais: Países Baixos



A nossa visão da Europa

Opiniões, ideias e recomendações

Temas

- Valores e direitos, Estado de direito e segurança
- Uma economia mais forte, a justiça social e o emprego
- Democracia europeia
- Transformação digital
- Educação, cultura, juventude e desporto

3 de dezembro de 2021

O presente documento é uma tradução do relatório intitulado "Eleven kijk op Europa; Meningen, ideeën en aanbevelingen«(»A nossa visão da Europa: pareceres, ideias e recomendações"), publicado em neerlandês em 3 de dezembro de 2021 em www.kijkopeuropa.nl. Esta tradução é uma versão simplificada do relatório em que a apresentação original (ilustrações e outros elementos gráficos) foi modificada para fins de tradução.

A nossa visão de...

Resumo do relatório: todas as recomendações em resumo

Através do Diálogo com os Cidadãos organizado sobre o tema «Visão da Europa», reunimos os pontos de vista e as ideias dos cidadãos neerlandeses sobre o futuro da Europa. Daí resultaram as seguintes recomendações à União Europeia para os cinco primeiros temas.

Valores e direitos, Estado de direito e segurança

É importante que a UE proteja o Estado de direito. Ao mesmo tempo, os neerlandeses consideram que se deve prestar atenção à diversidade de tradições e culturas existentes na Europa. A cooperação na UE pode ter muitos benefícios sob diferentes formas, mas deve acrescentar valor a todas as partes interessadas. O mesmo se aplica à partilha de informações de segurança. A partilha rápida de todas as informações torna a cooperação ineficaz.

1. Certifique-se de que todos possam se sentir livres e seguros
2. Alargar a UE apenas se trazer valor acrescentado
3. Cooperação principalmente na luta contra a criminalidade internacional e o terrorismo

Uma economia, justiça social e emprego mais fortes

Os neerlandeses consideram que existem muitas oportunidades para reforçar a economia europeia. Mas os países nem sempre podem ser comparados uns com os outros. O sistema fiscal, em particular, deve ser mais justo e mais claro. E, na Europa, devemos concentrar-nos mais nos nossos pontos fortes, como a qualidade e a diversidade. Além disso, os países da UE podem cooperar para garantir a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho europeu.

4. Ter em conta as semelhanças e as diferenças
5. Tirar maior partido dos pontos fortes da Europa
6. Desenvolver um sistema fiscal justo e claro
7. Garantir que todos possam participar na

democracia europeia

Os neerlandeses não precisam de saber tudo sobre a União Europeia, mas querem mais transparência e mais informação. Por exemplo, conhecer os pontos de vista de outros países da UE pode contribuir para uma melhor visão geral. Além disso, os neerlandeses consideram que a UE deve envolver-se mais frequentemente e de preferência numa base permanente com os cidadãos. A este respeito, é importante não só ter em conta os diferentes interesses, mas também tomar decisões mais rapidamente do que atualmente.

1. Dar uma melhor visão geral da Europa
2. Encontrar novas formas de ouvir continuamente os cidadãos
3. Maior transparência e clareza sobre as decisões tomadas
4. Garantir que as questões espinhosas possam ser resolvidas mais rapidamente

Transformação digital

A sociedade está cada vez mais dependente da Internet e as grandes empresas tecnológicas estão a tornar-se cada vez mais poderosas. Isso às vezes preocupa muito o povo holandês. Por conseguinte, é útil que a UE desenvolva regras e normas europeias (privacidade). No entanto, é importante que todos possam compreender e aplicar essas regras e normas. Os neerlandeses preferem receber apoio e informações das autoridades nacionais na sua própria língua.

1. Garantir uma Internet rápida, segura e estável em todos os lugares
2. Definição de regras e normas claras para as empresas da Internet
3. Acrescentar a aplicação e explicações práticas às regras de privacidade

Educação, cultura, juventude e desporto

Os jovens que estudam no estrangeiro devem poder aprender mais com o país de acolhimento do que atualmente. E os países com um nível inferior de conhecimento não devem perder todos os seus talentos, que vão para o estrangeiro. Os Países Baixos consideram que temas como a cultura e o abuso no desporto são questões que devem ser da responsabilidade dos próprios Estados-Membros. E consideram muito importante ter a sua própria língua nacional. Em geral, na Europa, cada pessoa deve, acima de tudo, sentir-se livre e ser capaz de ser ele próprio.

1. Incentivar os estudantes a estudarem no estrangeiro de forma inteligente
2. Permitir que os Estados-Membros se concentrem em temas como a cultura e o desporto
3. Assegurar que os europeus se conhecem melhor e respeitam-se mutuamente

Introdução

O Diálogo com os Cidadãos «Visão da Europa», realizado de 1 de setembro a meados de novembro, permitiu a todos os neerlandeses exprimirem as suas opiniões e ideias sobre o futuro da Europa. Os Países Baixos apresentam à União Europeia (UE) as recomendações que conduziram ao diálogo, bem como as ideias e opiniões expressas. Neste relatório, centramo-nos nos cinco primeiros temas. Os outros quatro temas serão abordados num próximo relatório no início de 2022. **Sobre a visão da Europa**

A União Europeia quer que os seus cidadãos partilhem o que pensam sobre a Europa. É por isso que a UE está a organizar a Conferência sobre o Futuro da Europa. As opiniões e ideias dos cidadãos em toda a União Europeia contribuirão então para os planos para o futuro da Europa. No âmbito da conferência, os Países Baixos organizaram o Diálogo com os Cidadãos «Visão da Europa» a nível nacional.

O diálogo «Visão da Europa» teve início em 1 de setembro com a recolha de opiniões e ideias em linha através de um inquérito a um painel representativo. A fim de aprofundar os resultados iniciais do inquérito do painel e formular recomendações concretas, o Tribunal organizou diálogos temáticos em linha. Qualquer um que quisesse participar poderia participar. Também viajamos pelo país para realizar discussões com jovens e outros grupos (difícil de chegar).

De crianças em idade escolar, alunos do ensino secundário profissional e estudantes ao Ministro, agricultores e migrantes

Em outubro e novembro, realizaram-se oito diálogos temáticos em linha, com uma média de 30 participantes por reunião. Organizámos também um diálogo temático em linha e sete diálogos temáticos no local com diferentes grupos de cidadãos neerlandeses. Conversamos com a comunidade turca em Schiedam e fomos convidados pelos voluntários da Fundação Piëzo para Zoetermeer. Nesta última ocasião, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Ben Knapen, também esteve presente no final do diálogo. O Ministro debateu com os participantes o diálogo e os pontos de vista expressos sobre o futuro da Europa. Por último, organizamos seis encontros com diferentes grupos de jovens. Por exemplo, fomos recebidos numa escola secundária em Helmond, numa escola secundária profissional em Doetinchem e na Universidade de Leiden.

*Gosto sempre de expressar a minha opinião na frente da máquina de café.
Foi por isso que pensei que tinha de participar.*

Participante no **Diálogo**

Temático Sobre este relatório

Com base nas ideias e opiniões que reunimos nos últimos meses, elaborámos uma série de recomendações que os cidadãos neerlandeses fazem à União Europeia. Durante os debates entre os cidadãos neerlandeses, realizaram-se intercâmbios de pontos de vista interessantes e foram apresentadas ideias inovadoras. Também foram feitas sugestões através do painel e do inquérito público. Algumas destas ideias foram incorporadas neste relatório. O conteúdo deste relatório é, portanto, a voz dos Países Baixos: a nossa visão da Europa.

Tal como existem divergências de pontos de vista entre países e cidadãos europeus, também nem sempre estamos de acordo uns com os outros nos Países Baixos. Estas diferenças de pontos de vista, precisamente, são valiosas: são uma característica importante de uma democracia. As recomendações baseiam-se nas ideias e opiniões mais frequentemente expressas pelos participantes no inquérito «Visão da Europa». Descrevemos também preocupações, ideias e sentimentos que podem ser menos difundidos, mas que chamaram a nossa atenção durante os diálogos e o inquérito em linha.

Foi bom poder falar em pequenos grupos com apoiantes e adversários. É muito diferente de como as discussões geralmente acontecem nas mídias sociais.

Participante no diálogo temático

Foram identificados nove temas para a Conferência sobre o Futuro da Europa. Estes temas estão também no cerne do diálogo sobre a Visão da Europa com os cidadãos neerlandeses. Em outubro, o Tribunal publicou um relatório intercalar com uma panorâmica inicial dos resultados e perguntas complementares com base no inquérito do painel. Neste segundo relatório, expusemos os pareceres, ideias e recomendações sobre os cinco primeiros temas para a reunião plenária da Conferência sobre o Futuro da Europa, em dezembro. O relatório seguinte, que abordará os quatro temas restantes, será publicado em meados de janeiro.

Relatório atual — dezembro de 2021

- Valores e direitos, Estado de direito e segurança
- Uma economia mais forte, a justiça social e o emprego
- Democracia europeia
- Transformação digital
- Educação, cultura, juventude e desporto

Próximo relatório — janeiro 2022

- Alterações climáticas e ambiente
- Migração
- Saúde
- A UE no mundo

Próximos passos

• A Conferência sobre o Futuro da Europa reúne as ideias, opiniões e recomendações de todos os cidadãos da UE. As reuniões serão consagradas não só aos resultados de todos os diálogos com os cidadãos a nível nacional, mas também aos resultados de outras iniciativas lançadas no contexto da conferência. Por exemplo, existem também painéis de cidadãos europeus e todos os cidadãos da UE (incluindo os neerlandeses) podem aceder a uma plataforma digital europeia.

«É positivo que a UE tome esta iniciativa. Espero que os resultados sejam realmente tidos em conta.»

Participante no diálogo temático

• A conferência terminará na primavera de 2022. Os Países Baixos elaborarão então um relatório final sobre o diálogo com os cidadãos: uma compilação do presente relatório e do relatório seguinte (incluindo outros temas). Na sequência da Conferência, serão formuladas recomendações ao Presidente da Conferência: os Presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho de Ministros e da Comissão Europeia. Comprometeram-se a explorar formas e meios de aplicar as recomendações. Para o Governo neerlandês, os resultados são também um contributo valioso para o desenvolvimento das políticas europeias dos Países Baixos.

- Em resumo, o processo até à primavera de 2022 será organizado da seguinte forma:

Cronologia

Visão da Europa

| | | | | | | | | |
|--|--------------------|---|-------------------------------|--|--|---|---|---|
| As sete primeiras | 12 de outubro | 22/23 de outubro | 15 de novembro | 17/18 de dezembro | 21/22 de janeiro | 22/24 de abril | | |
| Recolha de ideias em linha | | | | | | | | |
| | Diálogos temáticos | | | | | | | |
| | | Resultados intermédios (relatório intermédio) | | Relatório intercalar sobre «Economia» e «Democracia» | Relatório intercalar sobre «Climate» e «A UE no mundo» | Relatório final «A nossa visão para a Europa» | | |
| | | <input type="checkbox"/> | | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | | |
| | | Reunião da Conferência | | Reunião da Conferência | Reunião da Conferência | Encerramento da conferência | → | Recomendações para os Presidentes • Parlamento Europeu • Comissão Europeia • Conselho de Ministros |
| | | | | ↑ | ↑ | ↑ | | |
| Mais opiniões e ideias sobre o futuro da Europa: | | | | | | | | |
| Diálogos com os cidadãos | | | Painéis dos Cidadãos Europeus | | Plataforma Digital Europeia (também para os cidadãos neerlandeses) | | | |

Explicações para facilitar a leitura

Neste relatório, discutimos cinco temas. Para cada tema, incluímos sucessivamente: recomendações baseadas em todos os aspetos do diálogo com os cidadãos; panorâmica das opiniões, ideias e pontos de vista trocados (em linha e com presença física) durante diálogos temáticos e sugestões do inquérito em linha, em palavras e imagens.

No final do presente relatório encontra-se uma descrição da metodologia utilizada no inquérito.

Valores e direitos, Estado de direito e segurança

A UE acompanha o Estado de direito em todos os países da UE e tenta reduzir as desigualdades na UE. A UE pretende também proteger todos os europeus do terrorismo e da criminalidade. Para o efeito, a UE está a pôr em prática medidas e regras, e os países da UE cooperam intensamente.

Qual é a visão dos Países Baixos?

Recomendações — A nossa visão da segurança e do Estado de direito

68 % dos neerlandeses consideram que a segurança e o Estado de direito são uma questão importante e que a UE deve intervir neste domínio.

1. Certifique-se de que todos possam se sentir livres e seguros

78 % dos neerlandeses consideram importante que a UE proteja o Estado de direito e os nossos direitos e liberdades fundamentais. Além disso, atribuímos importância à proteção dos direitos dos consumidores: a grande maioria dos cidadãos considera que é positivo que a UE exija que os fabricantes incluam as mesmas informações nos rótulos em todos os países. No entanto, um grande número de neerlandeses considera que a UE precisa de prestar atenção às diferenças nas tradições e culturas (de governação) na Europa. E isto, entre outras coisas, porque, caso contrário, seria difícil cooperar eficazmente. Acreditamos que é especialmente importante que todos se sintam livres e seguros na Europa. Isso inclui ter um teto sobre sua cabeça, mas também educação e cuidados. E isto também diz respeito ao facto de os produtos encontrados nas lojas europeias serem

sempre com certeza.

2. Alargar a UE apenas se trouxer valor acrescentado

44 % dos neerlandeses não consideram que a UE deva expandir-se para mais países. 25 %, por outro lado, são a favor do alargamento. Constatamos que já existe um grande debate entre os atuais Estados-Membros. Muitos neerlandeses pensam que temos de nos concentrar primeiro nesta questão. E se novos países aderirem à União, eles têm realmente de estar em condições de satisfazer as nossas condições. Hoje e no futuro. Muitos neerlandeses consideram que os atuais Estados-Membros devem também perceber o valor acrescentado do alargamento. Acreditamos também que existem outras oportunidades de trabalhar em conjunto como país para a segurança e a estabilidade. Por exemplo, preocupamo-nos, por vezes, com a influência da Rússia nos países da fronteira oriental da UE. É importante que a UE preste atenção.

«O alargamento não deve centrar-se nos custos e benefícios, mas numa visão de estabilidade.»

3. Cooperação principalmente na luta contra a criminalidade internacional e o terrorismo

68 % dos neerlandeses consideram que os serviços de segurança da UE devem partilhar as suas informações. Consideramos, no entanto, que é importante que os países também possam continuar a decidir por si próprios, em parte, quais as informações que pretendem ou não fornecer. A partilha rápida de todas as informações torna a cooperação ineficaz. E a UE é hoje tão grande que precisamos de continuar a examinar criticamente onde as informações sensíveis chegam ou são suscetíveis de acontecer. Queremos continuar a confiar que a nossa privacidade está protegida. Consideramos que faz sentido, acima de tudo, cooperar na luta contra a criminalidade internacional grave, como a cibercriminalidade, o tráfico de droga e o terrorismo.

Se você arder uma vez uma luz vermelha na Holanda, não há realmente nenhuma razão para que isso seja conhecido em Espanha.

Discussões e ideias em linha e no local

Se você sancionar um país que não respeita as regras, são os habitantes mais pobres deste país que são as primeiras vítimas. É por isso que acho que é melhor falar do que sancionar.

Primeiro, temos de assegurar a estabilidade no atual clube. E então pense apenas no alargamento.

Precisamos também de examinar criticamente o nosso próprio Estado de direito. Há certamente um ou outro mau funcionamento.

IDEIA: «Estabelecer regras de integridade rigorosas para os políticos de toda a Europa, a fim de evitar que sejam influenciados com demasiada facilidade.»

IDEIA: «Reforçar a cooperação entre a polícia e o poder judicial nos países da UE.»

Doetinchem Estudantes do Ensino Secundário Profissional: Aqueles que querem fazer parte da UE devem respeitar as regras.

No Graafschap College, em Doetinchem, cerca de 20 estudantes de enfermagem debateram a questão de saber quais eram, na sua opinião, os maiores benefícios da UE: o mercado livre, o euro como moeda comum e o facto de que, enquanto europeu, se pode facilmente instalar e trabalhar noutros países da UE. E o facto de os países da UE poderem apoiar-se mutuamente. A união é força", disse um dos alunos presentes. Foi também discutida a importância das regras. Se os países não os respeitam, muitas vezes é difícil puni-los duramente. De acordo com os alunos, pode ser útil que isso se torne um pouco mais fácil. Um deles também mencionou o efeito dissuasor. Se você impor sanções severas, outros países veem o que pode acontecer quando você não segue as regras.

Hindustanis do Suriname para Utrecht: Falta, por vezes, confiança no Estado de direito

A Fundação Asha é uma organização de voluntários hindustanis do Suriname no concelho de Utrecht. Os participantes no diálogo temático debateram, em especial, a importância dos direitos dos cidadãos: o direito de ter um teto acima da cabeça, mas também, por exemplo, o direito à não discriminação. Segundo os voluntários presentes, devem existir regras que protejam estes direitos para todos os cidadãos europeus. Nem sempre se sabe o que está atualmente regulamentado nos Países Baixos e o que é atualmente regulamentado a nível europeu. Consequentemente, é por vezes difícil confiar nas autoridades públicas. Especialmente porque há, por vezes, algumas anomalias no seio das autoridades públicas. «Você pode dizer que as autoridades têm que me defender, mas às vezes conseguem semear remo, como tem sido o caso com o caso de subsídio», disse um dos participantes. «A UE deve assegurar que as regras sejam efetivamente respeitadas», disse outro participante.

Uma economia, justiça social e emprego mais fortes

As pequenas e médias empresas são a espinha dorsal da economia europeia. Por conseguinte, a UE deseja que os países da UE trabalhem em conjunto em planos de recuperação para emergir economicamente mais forte da crise da COVID-19. A longo prazo, o objetivo da UE é tornar a economia europeia mais saudável, mais ecológica e digital. Qual é a visão dos Países Baixos?

Recomendações — A nossa visão da economia e do emprego

61 % dos neerlandeses consideram que a economia e o emprego são um tema importante e que a UE deve intervir neste domínio.

1. Ter em conta as semelhanças e as diferenças

71 % dos neerlandeses consideram que a UE deve assegurar uma maior colaboração entre as empresas, reforçando assim a economia europeia. No entanto, destas pessoas, apenas uma pequena parte pensa que a UE precisa de pagar mais dinheiro às empresas. Acima de tudo, acreditamos que a cooperação pode ser mais eficaz. Hoje vemos que diferentes empresas estão investindo na mesma nova tecnologia, às vezes mesmo com fundos públicos. Se tivéssemos uma visão europeia da economia, poderíamos utilizar esse dinheiro de forma mais eficaz. No entanto, ao fazê-lo, deve ser dada especial atenção às diferenças entre países.

O setor agrícola nos Países Baixos é tão moderno. Nem sempre é possível compará-la com a de outros países.

2. Tirar maior partido dos pontos fortes da Europa

Os neerlandeses acreditam que há muitas oportunidades para reforçar a economia europeia, mas que é preciso fazer escolhas. É por isso que acreditamos que a UE deve concentrar-se sobretudo nos seus pontos fortes. Por exemplo, consideramos que a Europa é boa em

domínios como a transição digital, a sustentabilidade e as infraestruturas. E o que é talvez mais importante: defendemos a qualidade e a diversidade. É precisamente a diversidade do nosso continente, com opiniões e ideias diferentes, que devemos explorar muito mais como uma vantagem económica. Isto pode permitir à Europa distinguir-se, por exemplo, da economia chinesa.

3. Desenvolver um sistema fiscal justo e claro

82 % dos neerlandeses consideram que os países da UE devem assegurar coletivamente que todas as empresas da UE pagam impostos justos. Isso inclui empresas muito grandes. Hoje, por vezes, instalam-se noutros países pela simples razão de pagarem menos impostos. A UE deve combater este fenómeno, por exemplo através da fixação de uma taxa mínima para todos os países. Por outro lado, consideramos que a tributação é uma competência que pertence a países que têm os seus próprios objetivos e contextos. Consideramos que a tributação é, em geral, uma questão complexa. É precisamente por esta razão que gostaríamos de um sistema fiscal melhor, que seja justo e claro para todos na Europa.

Os pepinos devem ter a mesma forma em todo o lado, mas as regras fiscais são diferentes. É uma loucura, não é?

4. Garantir que todos possam participar

71 % dos neerlandeses consideram que a UE deve contribuir para estimular o emprego. A este respeito, consideramos que deve ser dada especial atenção a determinados grupos, como os jovens e as pessoas afastadas do mercado de trabalho. Isto pode ser feito através de regras ou subsídios para as empresas, mas também através da prestação de apoio específico aos empregadores e trabalhadores. Estamos a pensar, por exemplo, em atividades de sensibilização ou em questões muito práticas. É possível que, em alguns casos, esse apoio possa ser

organizado de forma mais eficaz a nível da UE e noutros possa ser uma tarefa e não para os próprios Estados-Membros. Os países da UE devem, em última análise, cooperar para garantir a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho europeu.

Discussões e ideias em linha e no local

Acelere a automação na Europa para que os produtos que atualmente vêm da China sejam novamente fabricados aqui.

Leve a revolução de bitcoins e outras criptomoedas a sério. As pessoas interessadas nele são tratadas como fraudadores fiscais, enquanto este tipo de tecnologia blockchain é o futuro.

Os acionistas não são os únicos intervenientes na economia europeia. Nada é possível sem os trabalhadores.»»A Europa precisa de fazer mais pelas pessoas com deficiência. É demasiado difícil para eles encontrarem hoje um emprego adequado.

Muitas regras europeias são complexas e mudam regularmente. Por conseguinte, é difícil para as empresas inovar.

No caso de trabalho de transformação dentro da minha empresa, meu contratante local poderia ter começado há muito tempo. Mas primeiro tive de lançar um concurso europeu. É uma pena.

Participantes no diálogo em linha: «Pensar juntos sobre a questão das grandes empresas»

Durante um dos diálogos temáticos on-line, surgiu um debate sobre o crescente poder das grandes empresas. Alguns participantes gostariam que a UE tomasse medidas mais fortes a este respeito. Com efeito, algumas empresas obtêm, por vezes, lucros significativos sobre os quais pagam poucos impostos graças a disposições sofisticadas. Outros participantes apelaram para olhar para as coisas como um todo: estas empresas geram um elevado nível de emprego e beneficiam a economia nacional. «Você não deve persegui-los,» alguém disse. Outro participante considerou que, em todo o caso, era importante que os países da UE refletissem em conjunto sobre esta questão. As grandes empresas podem atualmente competir entre países. É por isso que temos de apresentar uma frente mais unida enquanto UE.

Agricultores que tenham em conta a natureza: «Fixar objetivos em vez de quotas»

Boerennatuur é uma associação de grupos agrícolas. Um pequeno grupo de membros debateu, entre outras coisas, as regras da UE para os agricultores. Por um lado, consideram que a UE traz muitas coisas positivas, como a facilidade de exportação para outros países. Por outro lado, consideram que, muitas vezes, as políticas podem ser ainda mais explícitas. «Mas todos já estão trabalhando cada vez mais na mesma direção», disse alguém sobre isso. Em especial, são possíveis melhorias nos procedimentos: muitas vezes, são muito administrativas e demoradas. Na opinião de um participante, as regras não devem ser demasiado pormenorizadas. Prefere objetivos claros, como água limpa. Podemos então decidir-nos como resultado da largura de uma vala.

Democracia europeia

A UE incentiva os europeus a votarem e pretende também envolvê-los no processo de decisão e nas políticas europeias fora do período eleitoral. A UE está também a tomar iniciativas para reforçar a democracia, por exemplo através da elaboração de um plano de ação centrado em eleições livres e justas e na liberdade de imprensa. Qual é a visão dos Países Baixos?

Recomendações — A nossa visão para a democracia europeia

60 % dos neerlandeses consideram que a democracia europeia é uma questão importante e que a UE deve intervir neste domínio.

1. Dar uma melhor visão geral da Europa

Os neerlandeses salientam que é frequentemente em caso de crise que a Europa aparece nos meios de comunicação social. Por outro lado, temos pouca informação sobre as decisões diárias. Enquanto cidadãos, não precisamos de saber tudo, mas, para formar uma boa opinião, seria bom ter uma melhor visão geral. Por exemplo, seria interessante ouvir mais frequentemente os pontos de vista de outros países sobre a UE. Os meios de comunicação social e a educação podem desempenhar um papel importante a este respeito. Mas os meios de comunicação devem continuar a poder fazer as suas próprias escolhas. Porque os holandeses consideram que a liberdade de imprensa é muito importante na nossa democracia.

«Na maioria das vezes, só ouvimos falar da UE em caso de crise. É por esta razão que o sentimento em relação à Europa continua a ser negativo.»

2. Encontrar novas formas de ouvir continuamente os cidadãos

51 % dos neerlandeses consideram que a UE não está suficientemente consciente do que está a acontecer na sociedade. Para melhorar esta situação, a UE deve encetar mais frequentemente, e de preferência de forma permanente, um diálogo com os cidadãos. Por conseguinte, muitos neerlandeses consideram que a Conferência sobre o Futuro da Europa é uma boa iniciativa. Os referendos também podem ser um instrumento valioso, mas os neerlandeses têm opiniões divergentes sobre este assunto. Para certos tópicos, às vezes também é necessário ter conhecimento especializado. Em todo o caso, falar com os cidadãos não deve ser uma mera formalidade. Consideramos importante que sejamos regulas a sério.

3. Maior transparência e clareza sobre as decisões tomadas

Os holandeses, por vezes, acham a Europa bastante complicada. Nem todos têm o mesmo nível de conhecimento básico. A UE tem de ter mais em conta este aspeto. Queremos que a UE se torne mais transparente e facilite a sua atualização. As autoridades neerlandesas também têm um papel a desempenhar a este respeito. Muitos neerlandeses estão interessados nas decisões europeias, mas consideram que os canais oficiais são demasiado difíceis de encontrar ou são demasiado complexos. Além disso, todos têm interesses e necessidades diferentes. Por conseguinte, seria necessário poder escolher os temas sobre os quais gostaríamos de saber mais. Os jovens estão frequentemente interessados na Europa, mas veem poucas informações sobre a mesma nas suas redes sociais, por exemplo.

Enquanto eu estava de férias na Hungria, vi um grande sinal perto de uma nova plantação florestal afirmando: «Esta plantação foi possível graças à UE». Apesar de eu ser céptico em relação à Europa, ainda me senti orgulhoso.»

4. Garantir que as questões espinhosas possam ser resolvidas mais rapidamente

Os neerlandeses têm dificuldade em compreender como funciona a democracia europeia, mas parece-lhes que a tomada de decisões na UE é muitas vezes muito lenta. Nas eleições europeias, vemos sobretudo alianças entre partidos nacionais. Podem também existir outras formas de abordar os interesses europeus. Cerca de um terço

dos neerlandeses consideram que, nas eleições para o Parlamento Europeu, deveria ser possível votar em candidatos estrangeiros. Um número quase igual de cidadãos entende que tal não deve ser possível. O que mais importa é que os diferentes interesses em causa sejam suficientemente tidos em conta. Ao mesmo tempo, é possível resolver questões espinhosas mais rapidamente do que é o caso hoje.

Nas eleições, eu gostaria de poder me identificar com alguém e saber o que ele ou ela está defendendo. Não tem necessariamente de ser um compatriota.

Discussões e ideias em linha e no local

Remover o poder de veto dos países. A maioria tem de decidir.

Para decisões importantes, criar grupos de discussão compostos por cidadãos, talvez numa base (semi) obrigatória, como é feito para júris nos Estados Unidos.

«Assegurar que os políticos e funcionários da UE visitem regularmente o interior» e não permaneçam totalmente claustrados na sua bolha de Bruxelas.

IDEIA: Com efeito, as notícias televisivas devem dedicar alguns minutos à Europa em cada uma das suas edições. Ou poderíamos lançar um jornal diário ou semanal dedicado à Europa.

IDEIA: Talvez os políticos europeus devam participar mais frequentemente em programas de televisão.

Quando jovem, quase nunca li nada sobre a Europa. No entanto, estou curioso para saber mais, mas sem ter que fazer muito esforço para obter informações.

Jovens membros da Coalitie-Y em Utrecht: debate sobre a utilização de referendos

Os membros da Coalitie-Y — uma cooperação entre diferentes organizações de juventude — realizaram um debate animado sobre a utilização de referendos. Os opositores mencionaram o risco de ter debates onde tudo é preto ou branco, enquanto os tópicos são muitas vezes muito mais complexos. Um dos participantes afirmou ainda: Podemos votar a favor da UE e ser candidatos. Os referendos realmente minam este princípio." Os apoiantes do referendo disseram que era útil que os decisores políticos soubessem o que os cidadãos pensam sobre um tema específico: tal poderia ajudar a fornecer orientações. Os referendos podem também ajudar a sensibilizar o público para o conjunto da UE: quais são os temas da agenda e quais são as escolhas a fazer?

Voluntários sociais: É necessário que haja uma melhor compreensão mútua entre os países.

A Fundação Piëzo em Zoetermeer é composta por voluntários ativos de várias formas no campo da participação social. Os participantes no diálogo temático manifestaram a sua preocupação com o fosso crescente na Europa. Estes são, por exemplo, os pontos de vista que os países têm em relação à comunidade LGBTIQ. Se os países não compreenderem os seus pontos de vista respetivos, é difícil cooperar. «É por essa razão que é essencial conhecer-se melhor», disse um participante. Hoje, nós simplesmente não sabemos o que as pessoas pensam em outros países. Não compreendemos suficientemente a cultura e o contexto dos nossos respetivos países. Isto é essencial se quisermos tomar boas decisões em conjunto.

Transformação digital

No mundo virtual, os requisitos de conectividade à Internet, segurança e privacidade estão aumentando. A UE sente-se responsável a este respeito e está empenhada em garantir que ninguém seja deixado para trás na sociedade digital. Além disso, a UE investe em soluções digitais para os desafios sociais. Qual é a visão dos Países Baixos?

Recomendações — Nossa visão virtual do mundo

45 % dos neerlandeses consideram que o mundo virtual é um tema importante e que a UE deve intervir neste domínio.

1. Garantir uma Internet rápida, segura e estável em todos os lugares

61 % dos neerlandeses consideram que a UE deve assegurar que todas as pessoas na Europa tenham acesso a uma Internet rápida e estável. Todos nós vemos que a Internet desempenha um papel cada vez mais importante em nossas vidas. Os nossos filhos crescem com a educação digital. E a comunicação está cada vez mais passando pela Internet, tanto a nível nacional como internacional. Por vezes, preocupamo-nos com a elevada dependência da Internet. Por conseguinte, muitos neerlandeses consideram que a UE está em melhor posição para lhe consagrar fundos, desde que sejam utilizados de forma eficaz. A proteção contra a criminalidade em linha é, na nossa opinião, a questão mais importante a abordar a nível europeu. No entanto, deve também ser prestada atenção à luta contra a criminalidade na Internet a nível nacional.

A ideia de um ataque cibernético ao nosso sistema de proteção da água faz-me sentir vulnerável.

2. Definição de regras e normas claras para as empresas da Internet

75 % dos neerlandeses consideram que a UE deve assegurar que as compras em linha possam ser efetuadas com o mesmo nível de segurança em todos os países da UE. Todos nós estamos comprando cada vez mais no exterior e compartilhando dados pessoais sensíveis desta forma. Isto às vezes parece perigoso. É difícil determinar quais sites são fiáveis. É positivo que a UE desenvolva regras e normas europeias em matéria de privacidade que todos possam compreender. O poder das grandes empresas de internet também é uma fonte regular de preocupação para nós. Acreditamos que é nossa responsabilidade exercer cautela no uso de nossos dados. Mas acreditamos também que a UE pode desempenhar um papel a este respeito. Os países da UE têm de trabalhar em conjunto para garantir que empresas como a Google e o Facebook não tenham muito poder.

Diante de um jogador global como o Facebook, somos relativamente pobres como um país pequeno.

3. Acrescentar a aplicação e explicações práticas às regras de privacidade

Com a introdução do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), os holandeses sabem que todos os países devem cumprir as mesmas leis e regulamentos de privacidade. Acreditamos que é bom poder contar com isso, porque a privacidade é uma questão importante. No entanto, alguns neerlandeses consideram que as regras de privacidade são por vezes exageradas ou ilógicas. Além disso, esta legislação pode gerar muito trabalho para os empresários. Por conseguinte, entendemos que deve ser dada mais atenção à aplicação prática da legislação em matéria de privacidade: apoio e informação tanto para os cidadãos como para as empresas. Em particular, consideramos que os Estados-Membros têm um papel a desempenhar. As questões ou questões de privacidade são melhor geridas pelas nossas autoridades nacionais na nossa própria língua.

Discussões e ideias em linha e no local

IDEIA: Estabeleça critérios mais rigorosos para programadores e empresas, proibindo linguagens de programação perigosas.

Propor um software antivírus europeu gratuito para criar uma firewall europeia.

Quando atravesso a fronteira para a Alemanha, de repente, já não tenho uma rede no meu telemóvel. Já não devia acontecer, pois não?

Com os nossos iPhones, podemos acompanhar todas as nossas viagens. Temos também a nossa quota-parte de responsabilidade.

Não é conveniente ter que preencher um tipo diferente de formulário de privacidade em cada país.

IDEIA: Devemos criar uma ciberpolícia europeia. Isto é, claramente, algo para a UE.

Participantes no diálogo em linha: Ter acesso de qualidade à Internet em todos os lugares também é do nosso próprio interesse.

Durante um dos diálogos temáticos em linha, nasceu um debate interessante sobre o papel da UE no mundo virtual. Todos os participantes concordaram que era bom e importante dispor de uma boa ligação à Internet em toda a Europa. Mas cabe à UE lidar com isso? Vários participantes indicaram que se tratava principalmente de uma tarefa para cada Estado-Membro. Outro participante salientou que uma Internet estável e de qualidade no estrangeiro era também uma mais-valia para os Países Baixos: Estamos a ganhar milhares de milhões de dólares com o comércio com outros países da UE. É, pois, do nosso interesse que estes países funcionem bem.

Estudantes em Helmond: Regras e sanções idênticas para os cibercriminosos

No Dr. Knippenberg College, em Helmond, estudantes de 15 e 16 anos discutiram o problema do crime na Internet. Eles ouvem as notícias regularmente. Por exemplo, quando houve um vazamento de dados em uma empresa. Ou quando um país como a Rússia ou a China tenta roubar dados. Uma vez que os cibercriminosos trabalham frequentemente além-fronteiras, consideram lógico que os países europeus cooperem. Neste contexto, consideram o desenvolvimento de regras, mas também a definição de sanções. Se os ciberpirados russos tentarem invadir as nossas casas, a UE tem de tomar medidas firmes para os prevenir.

Educação, cultura, juventude e desporto

Os países da UE são diretamente responsáveis pela educação, cultura, juventude e desporto. A UE pode e gostaria de os ajudar a este respeito, nomeadamente através da promoção de uma educação de qualidade, do multilinguismo, da proteção do património cultural e do apoio aos setores cultural e desportivo. Qual é a visão dos Países Baixos?

Recomendações — A nossa visão da educação, cultura, juventude e desporto

45 % dos neerlandeses consideram que a educação é uma questão importante e que a UE deve intervir neste domínio. Para a juventude, a cultura e o desporto, este número eleva-se a 39 %, 23 % e 19 %, respetivamente.

1. Incentivar os estudantes a estudarem no estrangeiro de forma inteligente

Muitos neerlandeses acreditam que estudar no estrangeiro tem um impacto positivo nos jovens. Isso contribui para o desenvolvimento pessoal. Além disso, estudar no estrangeiro pode ajudar os europeus a compreenderem-se melhor. Pode também contribuir para uma melhor integração. Por conseguinte, muitos neerlandeses consideram positivo que exista um programa Erasmus que incentiva os estudos no estrangeiro. Mas consideramos que a UE deve também continuar a abordar de forma crítica esta questão. Na prática, por exemplo, parece que os estudantes internacionais geralmente ficam uns com os outros e nem sempre aprendem muito sobre o país em que estão. A UE deve também impedir que os países com um nível inferior de conhecimentos «vaziom» porque todos os talentos estudarão no estrangeiro.

«Desenvolver também programas de intercâmbio ao nível do ensino secundário profissional.»

2. Permitir que os Estados-Membros se concentrem em temas como a cultura e o desporto

58 % dos neerlandeses consideram que a UE deve proteger melhor o património cultural na Europa. Pensamos, por exemplo, em templos na Grécia. Por outro lado, verificamos que a cultura local é, em primeiro lugar, da responsabilidade dos próprios países. O mesmo se aplica, por exemplo, aos abusos no desporto. Consideramos que se trata de uma questão importante, mas não de uma missão principal da UE. A Europa tem necessariamente de definir prioridades e são necessários recursos financeiros significativos para outras questões. Podemos, por vezes, dar uma contribuição financeira, mas por vezes também podemos colaborar de outras formas, por exemplo, através da troca de conhecimentos e ideias.

A proteção da cultura cabe aos próprios países. Mas se o património mundial for negligenciado, penso que a UE tem de intervir.

3. Assegurar que os europeus se conhecem melhor e respeitam-se mutuamente

Os holandeses apreciam quando outros europeus falam bem o inglês. Simplifica as coisas quando estamos no estrangeiro. E quando, por exemplo, queremos comunicar com os trabalhadores migrantes nos Países Baixos. Ao mesmo tempo, muitos holandeses consideram muito importante que continuemos a falar e valorizar a nossa própria língua. Por conseguinte, queremos também que outras diferenças na Europa sejam respeitadas. Quer se trate de cultura, educação ou desporto, cada pessoa deve sentir-se livre e ser capaz de ser ela própria. As diferenças podem, por vezes, causar tensões, mas também enriquecem o continente europeu. Muitos neerlandeses pensam que os países devem ter tempo para se familiarizarem com os seus respetivos hábitos e ideias.

Para mim, a UE é como um grupo de amigos. Respeitamos as nossas diferenças e posso pedir ajuda se precisar delas.

Discussões e ideias em linha e no local

IDEIA: Para além do currículo local, deve ser introduzido um currículo europeu comum em todos os níveis de

ensino.

IDEIA: Além de uma capital da cultura, você também deve escolher uma capital (ou país) todos os anos no campo da educação, juventude e desportos.

O que nos une na UE é precisamente o facto de todos nós termos a nossa própria cultura nacional. E, portanto, não ser capaz de se reunir sob a bandeira de uma única cultura.

Em vez de destacar as coisas negativas, é melhor tentar promover o desporto.

Estou integrado aqui, pago impostos, mas sou e continuo latino-americano. Adoro a minha língua, a minha música e a minha comida. Não se trata da Europa.

Falamos demasiado da economia na Europa. E muito pouco bem-estar.

Estudantes da Universidade de Leiden: A língua é importante, mas deve continuar a ser uma escolha livre

Na Universidade de Leiden, estudantes de história conversaram uns com os outros. Eles sentem que é importante que as pessoas falem várias línguas. Consideram que o domínio de várias línguas é ótimo para o seu desenvolvimento pessoal e para as relações comerciais e políticas na UE. No entanto, consideram que as línguas devem ser oferecidas na escola e não devem ser tornadas obrigatórias. Consideram também que uma segunda língua não tem necessariamente de ser uma língua europeia. «Se você mora na Europa Oriental e escolhe aprender russo, é esse o seu direito», disse um dos participantes.

Comunidade Turca de Schiedam: Na Fundação Hakder, em Schiedam, a comunidade local turca discutiu a importância de oportunidades de emprego justas para todos. Todos os participantes concordaram que a UE deveria obrigar as empresas a oferecer estágios ou empregos a jovens com perspectivas limitadas. Indicaram que os jovens migrantes, em especial, têm dificuldade em encontrar um estágio ou um emprego. Às vezes nem se atrevem a ir ao GP porque temem ter de pagar a visita. Já para não falar da ousadia de candidatar-se a um estágio ou a um emprego", disse um dos participantes. «As empresas devem estar mais atentas e a UE pode incentivá-las a fazê-lo.»

Descrição da metodologia utilizada no inquérito

O inquérito «Visão da Europa» consiste em várias formas de diálogo conexo para recolher os pontos de vista e as ideias dos cidadãos neerlandeses sobre o futuro da Europa e da UE. O presente capítulo descreve a metodologia utilizada para assegurar que as formas de diálogo conexas estão em conformidade com as orientações para os painéis nacionais de cidadãos no contexto da Conferência sobre o Futuro da Europa.

Conceção de formas de diálogo relacionadas As seguintes formas de diálogo são utilizadas:

4. Levantamento de um painel

Levantamento de uma amostra representativa da população neerlandesa.

5. Diálogos temáticos em linha para o aprofundamento

Diálogos organizados de cada vez com um grupo de neerlandeses com o objetivo de aprofundar as conclusões do primeiro relatório intercalar «Nossa visão para a Europa» (8 de outubro de 2021), que apresenta uma panorâmica inicial dos resultados e perguntas complementares.

6. Diálogos com grupos específicos

Reuniões com os neerlandeses que não estão habituados a participar em inquéritos e painéis (online).

7. Diálogos com os jovens

Reuniões centradas nos temas europeus mais relevantes para os jovens.

8. Inquérito público em linha: Questionário e «Swipen naar de toekomst»(Swiper ao futuro)

O questionário do painel poderia também ser preenchido por todos os neerlandeses, incluindo os residentes no estrangeiro. Este questionário estava disponível de 1 de setembro de 2021 a 14 de novembro de 2021. Além disso, durante o mesmo período, cada holandês pôde participar na ação «Swipen naar de toekomst» (Swiper to the future), uma ferramenta em linha que apresenta 20 reclamações.

1. Levantamento de um painel

O diálogo com os cidadãos neerlandeses «Visão da Europa» teve início em 1 de setembro com um inquérito do painel. Nesta descrição da metodologia do inquérito, explicamos sucintamente a conceção e a implementação deste inquérito a um painel.

População-alvo e população-alvo

O inquérito «Vision of Europe» começou com um questionário em linha sobre a forma como os neerlandeses veem o futuro da Europa. Este questionário foi submetido a um painel representativo e está igualmente aberto a todos os neerlandeses (incluindo os residentes no estrangeiro). Além disso, cada pessoa pôde participar da ação «Swipen naar de toekomst» (Swiperto the future), uma ferramenta online que apresenta 20 reclamações. Os resultados do inquérito do painel alimentaram vários diálogos temáticos organizados no seguimento do processo de diálogo com os cidadãos «Visão da Europa».

A população-alvo do inquérito do painel inclui todas as pessoas holandesas com idade igual ou superior a 18 anos que estavam registadas como residentes no registo populacional no momento em que o trabalho de campo começou. De acordo com o Serviço Nacional de Estatística dos Países Baixos (Centraal Bureau voor de Statistiek — CBS), este grupo-alvo contava com 14.190 874 pessoas a partir de 1 de janeiro de 2021. O limite inferior de 18 anos corresponde à maioria eleitoral. Chamamos-lhe a população da pesquisa do painel.

Trabalho de campo

Um painel de mais de 100.000 participantes de todo o país (certificado pela ISO, Research Keurmerk groep, Nederlandse Marktonderzoek Associatie) foi usado para obter uma imagem digital do «Médio Holandês». Estes participantes inscreveram-se no painel de inquérito para apresentar regularmente os seus pontos de vista sobre uma vasta gama de tópicos. Além de sua motivação intrínseca para contribuir, eles são pagos para responder aos questionários. Vários estudos científicos mostram que os inquiridos que recebem uma compensação pelo preenchimento de um questionário não dão respostas significativamente diferentes (fonte: O uso de incentivos de pesquisa degrada a qualidade dos dados? Cole, J. S., Sarraf, S.A., Wang, X., 2015).

O trabalho de campo teve início em 11 de agosto de 2021 e terminou em 19 de setembro de 2021. Para a implementação, utilizou-se apenas um método de coleta de dados, ou seja, o inquérito na Internet. Os membros do painel de inquérito receberam uma mensagem de correio eletrónico com uma ligação pessoal para o questionário em linha. Após duas semanas, os participantes do painel receberam um lembrete. Os convites para participar foram enviados em lotes e estratificados (garantindo uma distribuição igual dos subgrupos) até que o número necessário de respondentes fosse alcançado.

Amostragem e distribuição

A conceção do inquérito baseia-se no princípio de que um mínimo de 3.600 inquiridos deve participar no inquérito, a fim de garantir uma boa fiabilidade estatística. Além disso, esse número permite uma boa distribuição entre as diferentes características gerais da população. Não há apenas um tipo de holandês. Por conseguinte, garantimos antecipadamente que a amostra é bem distribuída por uma série de características. Os Países Baixos são um país relativamente pequeno, mas as opiniões podem diferir consoante as regiões. O posicionamento e a importância dada aos temas podem ser (em parte) determinados pela região em que você vive. Por exemplo, as pessoas que vivem em zonas rurais podem compreender um tema como a segurança de forma diferente das zonas urbanas. A investigação do Gabinete de Planeamento Social e Cultural neerlandês mostra também que as pessoas com um nível de estudo mais elevado são mais apoiantes da UE do que as pessoas com um nível de estudo inferior e que os jovens apoiam mais a UE do que os idosos (fonte: Wat willen Nederlanders van de Europese Unie? Dutch Social and Cultural Office, Haia, 2019).

Por este motivo, atribuímos, proporcionalmente, as três características seguintes, a fim de assegurar a representatividade da amostra: (1) residência através de regiões COROP, (2) idade e (3) nível de escolaridade. A distribuição da amostra também foi apresentada de acordo com as seguintes características gerais: sexo, origem, ocupação principal, orientação política.

As regiões COROP foram desenvolvidas com base no princípio nodal (um «coração» com uma área de atração ou uma função regional), com base no fluxo de pessoas que viajam. Algumas violações do princípio nodal foram reconhecidas para que as regiões sigam as fronteiras provinciais. Após a reorganização dos municípios para além dos limites do COROP, a distribuição foi ajustada (fonte: Serviço Nacional de Estatística dos Países Baixos). Nas regiões COROP, garantimos uma boa distribuição entre os grupos etários, com a seguinte repartição: idades 18-34, 35-54, 55-75 e mais de 75 anos.

Por fim, assegurou-se uma distribuição representativa dos níveis de escolaridade. Na amostra, a distribuição dos respondentes corresponde à distribuição a nível nacional do nível de escolaridade mais elevado, que é a seguinte:

Nível de ensino mais elevado

| | |
|--|--------|
| Baixa: ensino primário, ensino profissional preparatório, 1.º ao 3.º ano do ensino secundário geral/ensino pré-universitário, ensino profissional secundário 1 | 32,1 % |
| Produto intermédio: ensino secundário geral/ensino pré-universitário, ensino secundário profissional de nível 2 a 4 | 44,6 % |
| Elevado: ensino profissional superior ou ensino universitário | 22,9 % |
| Desconhecido | 0,4 % |

Taxa de resposta

Participaram da pesquisa 4.086 pessoas por painel. O objetivo de 3 600 questionários totalmente preenchidos é, por conseguinte, alcançado.

Respostas das regiões COROP e da idade

| | 18 a 34 anos | 35 a 54 anos | 55 a 75 anos | mais de 75 anos |
|------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------|----------------------------|
| Drenthe do Norte | 11 | 14 | 17 | 5 |
| Sudeste de Drenthe | 10 | 12 | 14 | 4 |
| Sudoeste de Drenthe | 7 | 10 | 11 | 3 |
| Flevoland | 29 | 33 | 28 | 6 |
| Friesland do Norte | 20 | 22 | 25 | 8 |
| Sudeste da Friesland | 12 | 13 | 14 | 3 |
| Sudoeste de Friesland | 8 | 11 | 11 | 4 |
| Achterhoek | 22 | 27 | 34 | 11 |
| Arnhem/Nijmegen | 52 | 53 | 55 | 15 |
| Veluwe | 44 | 48 | 51 | 17 |
| Sudoeste de Gelderland | 16 | 18 | 20 | 5 |
| Grande Delfzijl | 2 | 4 | 5 | 1 |
| Groningen Oriental | 7 | 10 | 12 | 3 |
| Resto de Groningen | 36 | 26 | 28 | 8 |
| Centro de Limburgo | 13 | 17 | 21 | 7 |

| | | | | |
|--------------------------|----|----|----|----|
| Limburgo do Norte | 17 | 20 | 23 | 7 |
| Sul do Limburgo | 38 | 40 | 52 | 17 |
| Centro do Brabante Norte | 34 | 35 | 35 | 11 |

Respostas das regiões COROP e da idade

18 a 34 anos 35 a 54 anos 55 a 75 anos mais de 75 anos

| | | | | |
|--|-----|-----|----|----|
| Nordeste do Brabante Norte | 41 | 43 | 51 | 14 |
| Oeste do Brabante Norte | 40 | 47 | 49 | 15 |
| Sudeste do Brabante Norte | 55 | 56 | 58 | 18 |
| Aglomeração de Haarlem | 13 | 18 | 18 | 7 |
| Alkmaar e seus arredores | 14 | 19 | 19 | 6 |
| Grande Amsterdã | 116 | 104 | 88 | 23 |
| Os Gooi e Vechtstreek | 13 | 21 | 19 | 7 |
| IJmond | 12 | 14 | 15 | 4 |
| Dica da Holanda do Norte | 22 | 27 | 30 | 9 |
| Região de Zaan | 11 | 13 | 12 | 3 |
| Overijssel do Norte | 25 | 28 | 25 | 8 |
| Twente | 41 | 44 | 46 | 14 |
| Sudoeste de Overijssel | 10 | 11 | 12 | 3 |
| Utrecht | 96 | 100 | 89 | 27 |
| Resto da Zelândia | 16 | 21 | 23 | 8 |
| Zeeland Flandres | 6 | 8 | 9 | 3 |
| Aglomeração de Leiden e região de bulbos | 30 | 31 | 31 | 10 |
| Aglomeração de Haia | 63 | 70 | 57 | 18 |
| Delft e Westland | 19 | 15 | 15 | 4 |
| Grande Rijnmond | 103 | 107 | 99 | 31 |

| | | | | |
|---------------------------|----|----|----|---|
| Leste da Holanda do Sul | 22 | 24 | 25 | 8 |
| Sudeste da Holanda do Sul | 24 | 26 | 26 | 9 |

Respostas por nível de ensino

| | | |
|---------------|------|------|
| Baixa | 1382 | 34 % |
| Intermediário | 1747 | 43 % |
| Elevado | 915 | 22 % |
| Desconhecido | 42 | 1 % |

Fiabilidade e representatividade

O número de respondentes de 4.086 permite fazer observações para a população como um todo com um nível de confiança de 95 % e uma margem de erro de 1,53 %. O nível de confiança e a margem de erro dos resultados são determinados pela dimensão da amostra. Quanto maior a amostra, mais fiáveis e precisos os resultados podem ser extrapolados para toda a população.

O nível de confiança é definido como 1 (100 %) menos o nível de significado. É comum ser ganza em um nível de significado de 5 %. Estamos a falar de um nível de confiança de 95 %. Por outras palavras, se o inquérito fosse repetido da mesma forma e nas mesmas condições, os resultados seriam os mesmos em 95 % dos casos.

A exatidão (expressa por margem de erro) indica o intervalo de valores dentro do qual se situa o valor real na população. Por outras palavras: qual seria a diferença máxima entre os resultados da amostra e os resultados que seriam obtidos da população como um todo? Uma margem de erro de 1,53 % significa que o valor real na população total pode ser 1,53 % superior ou inferior ao valor da amostra. Por exemplo, se um inquérito a uma amostra de pessoas indicar que 50 % dos inquiridos consideram um tema específico importante, a percentagem real é 1,53 % superior ou inferior a 50 %, ou seja, entre 48,47 e 51,53 %. Uma margem de erro máxima de 5 % é comum e geralmente aceite em estudos quantitativos (estatísticas).

Além da confiabilidade, a representatividade da amostra é importante. Uma vez que os convites para participação foram enviados em lotes e estratificados, os resultados são representativos em termos das características da região COROP e dos grupos etários por região COROP. As respostas são igualmente representativas do ponto de vista do nível de ensino em comparação com o nível de ensino mais elevado alcançado a nível nacional.

Outras características gerais

Uma série de perguntas contextuais adicionais foram feitas aos participantes do inquérito por painel. Estas incluem o género, o posicionamento da UE, a origem, a ocupação principal e o partido político em que a pessoa votaria em caso de eleições.

49 % dos inquiridos são homens, 50 % são mulheres e 1 % preferem não responder a esta pergunta.

51 % dos inquiridos consideram positivo que os Países Baixos sejam membros da UE, 13 % consideram que é uma coisa má e 36 % são neutros ou não têm opinião.

95 % dos inquiridos nasceram nos Países Baixos. 89 % dos inquiridos indicaram que ambos os pais nasceram nos Países Baixos. 5 % nasceram de dois pais nascidos no exterior.

Orientação política atual dos inquiridos

| Partido | % |
|--|----------|
| VVD (Partido Popular pela Liberdade e Democracia) | 14 % |
| PVV (Partido pela Liberdade) | 13 % |
| SP (Partido Socialista) | 8 % |
| D66 (Democratas 66) | 6 % |
| CDA (Call democrata-cristão) | 6 % |
| PvdA (Partido do Trabalho) | 6 % |
| Partij voor de Dieren (Partido Animal) | 4 % |
| GroenLinks (Esquerda Verde) | 4 % |
| ChristenUnie (União Cristã) | 3 % |
| JA21 | 3 % |
| BoerBurgerBeweging (Movimento dos Farmer-cidadãos) | 2 % |
| Forum voor Democratie (Fórum para a Democracia) | 2 % |
| SPG (Partido Político Reformado) | 2 % |
| Volt | 2 % |
| DENK | 1 % |
| Groep Van Haga | 1 % |
| BIJ1 | 1 % |
| Fractie Den Haan | 0 % |
| Outros | 2 % |
| Votação dos brancos | 3 % |

| | |
|-----------------------|------|
| Prefiro não responder | 13 % |
| Eu não voto | 5 % |

Qual é atualmente a sua principal profissão?

| Profissão | % |
|------------------------------|----------|
| Estudante/Estudante | 6 % |
| Trabalhador a tempo parcial | 16 % |
| Empregado a tempo inteiro | 31 % |
| Contratante independente | 3 % |
| Pessoa em casa | 5 % |
| Candidato a emprego | 2 % |
| Voluntário | 2 % |
| Incapacidade para o trabalho | 6 % |
| Reformado | 27 % |
| Outros | 1 % |
| Prefiro não responder | 1 % |

Questionário

O questionário e o presente relatório foram elaborados por uma organização externa independente, a pedido do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O questionário apresenta uma estrutura modular e inclui os seguintes blocos de perguntas, em consonância com os temas identificados para a Conferência sobre o Futuro da Europa:

Temas importantes e o papel da Europa

Alterações climáticas e ambiente

Saúde

Economia e emprego

Papel da União Europeia no mundo

Segurança e Estado de direito

O mundo virtual

Democracia europeia

Migração e refugiados

Educação/cultura/juventude/desporto

Durante a elaboração do questionário, foi dada grande atenção à qualidade, confiabilidade e validade das

questões. Por esse motivo, buscou-se uma formulação neutra e não orientada de perguntas, asserções e opções de resposta, verificando-se que as questões foram formuladas em linguagem compreensível (nível B1).

O questionário foi submetido a testes de qualidade por meio de entrevistas presenciais com participantes do teste pertencentes ao grupo-alvo. Isso nos permitiu estudar como as perguntas são compreendidas por diferentes tipos de respondentes. Se uma pergunta parecia representar uma carga cognitiva excessivamente grande (demasiado complexa), era apropriada.

Métodos de análise

Neste inquérito foram utilizados dois métodos de análise:

Análises univariadas

As estatísticas descritivas são utilizadas para descrever as variáveis de um inquérito. As frequências e médias são utilizadas nesta pesquisa.

Análises bivariadas

As análises bivariadas permitem examinar a relação entre duas variáveis, neste caso a relação entre a importância dos diferentes temas e a questão de saber se a UE deve intervir neste domínio e a característica geral da idade. Procedeu-se a uma revisão para determinar se os diferentes grupos etários atribuem uma importância diferente a um determinado tema e se existem opiniões divergentes sobre em que medida estas são questões em que a UE deve estar envolvida.

Publicação de informações e exaustividade

Este relatório inclui uma representação (visual) dos resultados de todas as perguntas colocadas aos inquiridos do painel de inquérito. Para algumas perguntas, foi dada ao respondente a oportunidade de fornecer respostas «abertas» (ou seja, não predeterminadas). As respostas abertas foram então categorizadas e incluídas na publicação. As ideias partilhadas pelos inquiridos nas observações gratuitas são utilizadas para alimentar os vários diálogos temáticos organizados no seguimento do processo de diálogo com os cidadãos «Visão da Europa».

2. Diálogos temáticos em linha para o aprofundamento

Os temas centrais da Conferência sobre o Futuro da Europa foram aprofundados através de oito diálogos temáticos em linha. O objetivo desses diálogos foi descobrir as razões das opiniões expressas, bem como as motivações e sentimentos por trás delas. Quais são as preocupações e oportunidades percebidas? As sessões de discussão também permitiram aos participantes formular sugestões e ideias sobre esses temas, bem como levantar questões que não fazem parte da conferência, mas que continuam a ser importantes para eles.

Os diálogos temáticos tiveram lugar em 12-14 de outubro e 9-11 de novembro. Em outubro, foram organizados quatro diálogos temáticos em linha sobre os temas «Economia» e «Democracia». Em novembro realizaram-se quatro diálogos temáticos em linha sobre os temas «Climate» e «A UE no mundo». Em média, 29 pessoas participaram de cada sessão de discussão (231 no total). Os participantes foram recrutados de entre os membros do painel (ver ponto 1) e através das redes sociais.

3. Diálogos com grupos específicos

Sabe-se que alguns grupos neerlandeses estão menos habituados a participar em inquéritos e painéis (online). Para obter uma imagem representativa da «voz dos Países Baixos», era importante que estes cidadãos pudessem também exprimir as suas ideias e opiniões. É por isso que também organizámos uma série de diálogos no local para o inquérito «Visão da Europa». As opiniões e ideias que pudemos reunir foram utilizadas como base (entre outras) para formular as recomendações.

Grupos-alvo

Os grupos-alvo de difícil acesso não podem ser definidos de forma inequívoca. Estudos e experiências nos permitem saber que os holandeses de origem **não ocidental participam** significativamente menos de si mesmos em investigações e discussões. Uma vez que este grupo representa um grande grupo (14 % dos neerlandeses¹), foram selecionados para participar no diálogo Visão da Europa. O mesmo raciocínio foi seguido em relação a **pessoas com pouca escolaridade**. Trata-se também de um grande grupo (2,5 milhões de neerlandeses²), que se sobrepõe, em parte, ao grupo migrante (39 %). Por último, realizou-se um diálogo com um grupo de pessoas que raramente se encontram em inquéritos e debates, **críticos em relação à Europa, mas para os quais a Europa desempenha um papel importante na esfera profissional**. Foram selecionados empresários do setor agrícola.

Os grupos acima referidos foram abordados através de organizações de que são membros, tais como organizações de migrantes, associações de defesa e organizações profissionais. Como limitamos o número de diálogos a oito, não poderíamos ser completamente «exaustivos». Isso torna a escolha dos participantes um pouco arbitrária. Para fazer essa escolha, também levamos em conta o entusiasmo em participar e ajudar a mobilizar sua base, bem como questões práticas, como disponibilidade de acordo com datas e localização.

Realizaram-se diálogos no local com os membros das seguintes organizações:

- Fundação Hakder, comunidade alevi, Schiedam
- Fundação Asha, comunidade hindu, Utrecht (duas sessões de discussão)
- Piëzo, organização da sociedade civil, Zoetermeer
- Taal doet Meer, uma organização para pessoas de baixa escolaridade, Utrecht
- Boerenatuur, associação de grupos agrícolas
- Marokkanen Dialog Overvecht, comunidade marroquina, Utrecht
- Women for Freedom, organização de defesa das mulheres oriundas da imigração, Haia

Um total de 110 pessoas participaram dessas reuniões de discussão.

4. Diálogos com os jovens

Os jovens são um grupo-alvo prioritário da Conferência sobre o Futuro da Europa. A fim de incentivar ativamente a sua participação no Diálogo com os Cidadãos «Visão da Europa» e de fazer ouvir bem as opiniões e ideias deste grupo, foram organizadas cinco reuniões de debate físico especificamente destinadas aos jovens. Não foi possível realizar uma sexta reunião prevista com os jovens devido às medidas restritivas relacionadas com o coronavírus.

As reuniões tiveram lugar nas seguintes instituições:

Associação de Estudantes de História, Universidade de Leiden

Faculdade Dr. Knippenberg, Ensino Médio, Helmond

Coalitie-Y, Plataforma para a Juventude do Conselho Económico e Social

Graafschap College, Ensino Secundário Profissional, Doetinchem

CSG Jan Arentsz, ensino secundário com foco em assuntos tecnológicos, Alkmaar

Um total de 95 jovens participaram das reuniões de discussão.

Técnicas de manutenção utilizadas

Os diálogos temáticos em linha, os diálogos com grupos específicos e os diálogos com os jovens foram conduzidos utilizando o chamado método de entrevista «socrático». Este método tem sido usado há muitos anos no Dia do Diálogo, onde pessoas em toda a Holanda interagem em questões que os afetam. No contexto do método de manutenção Sócrata, o moderador deve ter em conta os seguintes princípios:

- Deixe o outro contar sua história
- Não responda imediatamente com outra história
- Tratar-se com respeito
- Falar sobre o próprio ponto de vista («Eu acho» em vez de «eles dizem»)
- Pedir mais explicações se as opiniões expressas se limitarem a generalidades
- Evitar julgamentos e analisá-los
- Conceda momentos de silêncio se as pessoas precisarem pensar por um momento

Durante os diálogos, utilizar-se-á o seguinte ritmo: divergência — convergência — divergência. O princípio é que você deve primeiro divergir (expressar diretamente sentimentos e opiniões individuais), antes de poder convergir (falar possíveis avenidas) e, finalmente, divergir novamente (por exemplo, coletar recomendações individuais). A experiência e a teoria mostram que este ritmo garante um fluxo ideal de diálogo.

Todos os diálogos foram conduzidos por facilitadores profissionais.

5. Inquérito público em linha: Questionário e «Swipen naar de toekomst» (Swiper to the future)

O questionário do painel estava igualmente aberto a todos os neerlandeses, incluindo os residentes no estrangeiro. Este questionário estava disponível de 1 de setembro de 2021 a 14 de novembro de 2021. Além disso, durante o mesmo período, cada holandês pôde participar na ação «Swipen naar de toekomst» (Swiper to the future), uma ferramenta em linha que apresenta 20 reclamações.

Respostas e utilização

Um total de 1.967 participantes responderam ao questionário e 6.968 foram ao final da ferramenta de escaneamento de ecrã. Tanto o questionário quanto a ferramenta de rastreamento de ecrã estavam abertos a todos: não havia pré-requisitos ou critérios de seleção para participar. No questionário, foi possível passar perguntas (não havia perguntas obrigatórias) a fim de maximizar a taxa de resposta. Os participantes escolheram «Prefiro não responder» muito mais frequentemente do que no inquérito de painel representativo.

As características gerais dos participantes no questionário aberto e no instrumento de escaneamento de ecrã diferem em vários aspetos das dos participantes no painel representativo. Ao contrário do inquérito do painel, os resultados do questionário aberto e da ferramenta de digitalização do ecrã não são representativos. Os resultados do inquérito aberto em linha foram utilizados para complementar o inquérito do painel. Eles dão uma visão geral dos sentimentos e ideias que circulam nos Países Baixos. As sugestões de melhoria mencionadas nos campos de entrada foram utilizadas na secção «Discussões e ideias on-line e no site». A ferramenta de digitalização de ecrã tem sido usada para entender melhor alguns dos sentimentos que circulam nos Países Baixos. Estes resultados foram tidos em conta na elaboração das recomendações. Devido à exigência de representatividade, os resultados do inquérito aberto em linha foram tidos em conta de forma limitada no presente relatório.

O presente relatório é publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. www.kijkopeuropa.nl



Governo nacional dos Países Baixos

A nossa visão da Europa

Relatório de janeiro de 2022

Opiniões, ideias e recomendações

Temas

- Alterações climáticas e ambiente
- Migração
- Saúde
- A UE no mundo

•

- 14 de janeiro de 2022

•

• O presente documento é uma tradução do relatório intitulado "Elze kijk op Europa; Meningen, ideeën en aanbevelingen«(»A nossa visão da Europa: pareceres, ideias e recomendações"), publicado em neerlandês em 14 de janeiro de 2022 em www.kijkopeuropa.nl. Esta tradução é uma versão simplificada do relatório em que a apresentação original (ilustrações e outros elementos gráficos) foi modificada para fins de tradução.

A nossa visão de...

Resumo do relatório: todas as recomendações em resumo

Através do Diálogo com os Cidadãos organizado sobre o tema «Visão da Europa», reunimos os pontos de vista e as ideias dos cidadãos neerlandeses sobre o futuro da Europa. Daí resultaram as seguintes recomendações à União Europeia para os quatro últimos temas (dos nove temas identificados no total).

Alterações climáticas e ambiente

- 1. Escolha uma direção clara para a abordagem europeia das alterações climáticas**
- 2. Assegurar que os países e as empresas cooperam mais estreitamente para encontrar soluções específicas**
- 3. Criar um sistema de CO2 justo e exequível na prática**
- 4. Comunicar de forma mais clara e positiva sobre a abordagem climática**

Os neerlandeses consideram que a UE deve desempenhar um papel de liderança na luta contra as alterações climáticas. Os Estados-Membros devem poder fazer as suas próprias escolhas, mas devem, no entanto, cooperar para alcançar os mesmos objetivos. Em vez de se apontarem uns para os outros, os países da UE devem dedicar mais energia ao intercâmbio de conhecimentos e à procura de soluções comuns. Um sistema de tributação das emissões de CO2 pode ser eficaz, mas também deve ser justo, prático e claro. Regra geral, os Países Baixos consideram que a UE deve comunicar de forma mais eficaz e positiva sobre as questões climáticas.

Migração

- 1. Evitar que os debates sobre a questão dos refugiados se tornem menos matizados**
- 2. Definir o que é uma distribuição justa e prática dos refugiados**
- 3. Tirar partido dos conhecimentos e da experiência adquiridos para ajudar as regiões de onde provêm os refugiados**

Os neerlandeses consideram importante distinguir entre pessoas que fogem de áreas perigosas e refugiados económicos. Os debates sobre migração e integração muitas vezes carecem de nuances. Para se conseguir uma distribuição equitativa dos refugiados na Europa, é necessário chegar a acordo, no seio da UE, sobre critérios claros que tenham em conta tanto os Estados-Membros como os que fugiram. Por último, os neerlandeses propõem que a UE apoie as regiões de onde os refugiados provêm não só financeiramente, mas também através do conhecimento.

Saúde

- 1. Controlar melhor a gestão de uma pandemia**
- 2. Garantir a disponibilidade de medicamentos fiáveis e a preços acessíveis para todos**
- 3. Os países devem concentrar-se na melhoria dos seus sistemas de saúde e em torná-los mais equitativos**

Os Países Baixos consideram que os países da UE devem cooperar mais para combater uma pandemia. A forma como a crise do coronavírus é tratada cria, por vezes, confusão. As regras devem ser mais coerentes entre si, sem terem de ser as mesmas em todo o lado. Quando se trata de vacinas ou medicamentos, os holandeses querem que os preços permaneçam tão baixos quanto possível, mas querem poder confiar na qualidade e na produção responsável. Além disso, acreditamos que é importante que as grandes empresas não abusem do seu poder, e acreditamos que os cuidados de saúde devem continuar a estar a nível nacional.

O papel da UE no mundo

1. **Aproveitar a força da UE em temas internacionais fundamentais principalmente**
2. **Dentro e fora da Europa, escolha a cooperação em vez de lutar**
3. **Oferecer, de forma atenciosa, ajuda em caso de conflito**

Os neerlandeses consideram que a cooperação europeia deve centrar-se principalmente nos principais interesses comuns. A cooperação da UE com países terceiros deve também fazer parte desta abordagem. Para além das alterações climáticas e da pandemia de coronavírus, estas incluem, por exemplo, a segurança internacional e a proteção da economia europeia contra práticas comerciais desleais. Dentro e fora da Europa, os holandeses preferem a cooperação a lutar. No que diz respeito à abordagem dos conflitos, é sempre preferível resolvê-los sem recorrer à violência.

Introdução

O Diálogo com os Cidadãos «Visão da Europa», realizado de 1 de setembro a meados de novembro, permitiu a todos os neerlandeses exprimirem as suas opiniões e ideias sobre o futuro da Europa. Os Países Baixos apresentam à União Europeia (UE) as recomendações que conduziram ao diálogo, bem como as ideias e opiniões expressas. No presente relatório, abordamos os quatro últimos temas (dos nove temas identificados no total). Os cinco primeiros temas já foram abordados no relatório publicado em 3 de dezembro de 2021.

Sobre a visão da Europa

A União Europeia quer que os seus cidadãos partilhem o que pensam sobre a Europa. É por isso que a UE está a organizar a Conferência sobre o Futuro da Europa. As opiniões e ideias dos cidadãos em toda a União Europeia contribuirão então para os planos para o futuro da Europa. No âmbito da conferência, os Países Baixos organizaram o Diálogo com os Cidadãos «Visão da Europa» a nível nacional.

O diálogo «Visão da Europa» teve início em 1 de setembro com a recolha de opiniões e ideias em linha através de um inquérito a um painel representativo. A fim de aprofundar os primeiros resultados do inquérito do painel e formular recomendações concretas, o Tribunal organizou diálogos temáticos em linha. Qualquer um que quisesse participar poderia participar. Também viajamos pelo país para realizar discussões com jovens e outros grupos (difícil de chegar).

De crianças em idade escolar, alunos do ensino secundário profissional e estudantes ao Ministro, agricultores e migrantes

Em outubro e novembro, realizaram-se oito diálogos temáticos em linha, com uma média de 30 participantes por reunião. Organizámos também um diálogo temático em linha e sete diálogos temáticos no local com diferentes grupos de cidadãos neerlandeses. Conversamos com a comunidade turca em Schiedam e fomos convidados pelos voluntários da Fundação Piëzo para Zoetermeer. Nesta última ocasião, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Ben Knapen, também esteve presente no final do diálogo. O Ministro debateu com os participantes o diálogo e os pontos de vista expressos sobre o futuro da Europa. Por último, organizamos seis encontros com diferentes grupos de jovens. Por exemplo, fomos recebidos numa escola secundária em Helmond, numa escola secundária profissional em Doetinchem e na Universidade de Leiden.

Este é o futuro dos nossos filhos. É por isso que acho importante participar.

Participante no diálogo temático

Sobre este relatório

Com base nas ideias e opiniões que reunimos nos últimos meses, elaborámos uma série de recomendações que os cidadãos neerlandeses fazem à União Europeia. Durante os debates entre os cidadãos neerlandeses, realizaram-se intercâmbios de pontos de vista interessantes e foram apresentadas ideias e sugestões inovadoras. Algumas destas ideias e sugestões foram incorporadas neste relatório. O conteúdo deste relatório é, portanto, a voz dos Países Baixos: a nossa visão da Europa.

Tal como existem divergências de pontos de vista entre países e cidadãos europeus, também nem sempre estamos de acordo uns com os outros nos Países Baixos. Estas diferenças de pontos de vista, precisamente, são valiosas: são uma característica importante de uma democracia. As recomendações baseiam-se nas ideias e opiniões mais frequentemente expressas pelos participantes no inquérito «Visão da Europa». Descrevemos também preocupações, ideias e sentimentos que podem ser menos difundidos, mas que chamaram a nossa atenção durante os diálogos e o inquérito em linha.

Gostei de poder dar a minha opinião sobre temas que considero importantes. E ter tido a sensação de ser ouvido.

Participante no diálogo temático

Foram identificados nove temas para a Conferência sobre o Futuro da Europa. Estes temas estão também no cerne do diálogo sobre a Visão da Europa com os cidadãos neerlandeses. Em outubro, o Tribunal publicou um relatório intercalar com uma panorâmica inicial dos resultados e perguntas complementares com base no inquérito do painel. No início de dezembro, foi publicado um novo relatório com pareceres, ideias e recomendações sobre os cinco primeiros temas. O presente relatório aborda os quatro temas restantes.

Relatório anterior — dezembro de 2021

Valores e direitos, Estado de direito e segurança

Uma economia mais forte, justiça social e emprego democracia europeia

Transformação digital

Educação, cultura, juventude e desporto

Relatório atual — janeiro 2022

Alterações climáticas e ambiente

Migração

Saúde

A UE no mundo

Próximos passos

A Conferência sobre o Futuro da Europa reúne as ideias, opiniões e recomendações de todos os cidadãos da UE. As reuniões serão consagradas não só aos resultados de todos os diálogos com os cidadãos a nível nacional, mas também aos resultados de outras iniciativas lançadas no contexto da conferência. Por exemplo, existem também painéis de cidadãos europeus e todos os cidadãos da UE (incluindo os neerlandeses) podem aceder a uma plataforma digital europeia.

«Espero que os dirigentes da UE tenham em conta a minha opinião. E que isso irá ajudá-los a fazer as escolhas certas.»

Participante no diálogo temático

A conferência terminará na primavera de 2022. Os Países Baixos elaborarão então um relatório final sobre o diálogo com os cidadãos: uma compilação deste relatório e do relatório anterior, incluindo recomendações para os nove temas. Na sequência da Conferência, serão formuladas recomendações ao Presidente da Conferência: os Presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho de Ministros e da Comissão Europeia. Comprometeram-se a explorar formas e meios de aplicar as recomendações. Para o Governo neerlandês, os resultados são também um contributo valioso para o desenvolvimento das políticas europeias dos Países Baixos.

Em resumo, o processo até à primavera de 2022 será organizado da seguinte forma:

Cronologia

Visão da Europa

| | | | | | | | | | | | | |
|----------------------------|---------------|---|----------------|--|--|--------------------------|---|--------------------------|--|--|---|---|
| 1 de setembro | 12 de outubro | 22/23 de outubro | 15 de novembro | 3 de dezembro | 14 de janeiro | 21/22 de janeiro | Fevereiro | 18/19 de fevereiro | 11-12 de março | 22/24 de abril | | |
| Recolha de ideias em linha | | | | | | | | | | | | |
| Diálogos temáticos | | | | | | | | | | | | |
| | | Resultados intermédios (relatório intermédio) | | Relatório intercalar sobre «Economia» e «Democracia» | Relatório intercalar sobre «Climate» e «A UE no mundo» | | Relatório final «A nossa visão para a Europa» | | | | | |
| | | <input type="checkbox"/> | | | | <input type="checkbox"/> | | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | | |
| | | Reunião da Conferência | | | | Reunião da Conferência | | Reunião de a conferência | (eventualmente) reunião da conferência | Evento de encerramento da conferência | → | Recomendações para os Presidentes • Parlamento Europeu • Comissão Europeia • Conselho de Ministros |
| | | | | | | ↑ | | ↑ | | ↑ | | |
| | | | | Mais opiniões e ideias sobre o futuro da Europa: | | | | | | | | |
| Diálogos com os cidadãos | | | | | Painéis dos Cidadãos Europeus | | | | | Plataforma Digital Europeia (também para os cidadãos neerlandeses) | | |

Explicações para facilitar a leitura

Neste relatório, discutimos quatro temas. Para cada tema, incluímos sucessivamente:

recomendações baseadas em todos os aspetos do diálogo com os cidadãos;

discussões e ideias em linha e no local: panorâmica das opiniões, ideias e pontos de vista trocados (em linha e com presença física) durante os diálogos temáticos.

No final do presente relatório encontra-se uma descrição da metodologia utilizada no inquérito.

Alterações climáticas e ambiente

Recomendações — A nossa visão para as alterações climáticas e o ambiente

71 % dos neerlandeses consideram que as alterações climáticas e o ambiente são uma questão importante e que a UE deve intervir neste domínio.

1. Escolhendo uma direção clara para a abordagem europeia das alterações climáticas 68 % dos neerlandeses consideram que a UE deve desempenhar um papel de liderança na luta contra as alterações climáticas. O aquecimento global é um problema e nenhum país pode resolvê-lo sozinho. Mesmo que os neerlandeses não concordem com as alterações climáticas, consideramos que a UE deve, de qualquer forma, ter uma visão mais clara do futuro. Apesar do Pacto Ecológico, verifica-se atualmente que os Estados-Membros não estão muitas vezes alinhados. Embora os países devam poder continuar a fazer as suas próprias escolhas, devem, no entanto, cooperar para alcançar os mesmos objetivos. Acreditamos também que, enquanto cidadãos, também temos a nossa própria quota-parte de responsabilidade, por exemplo, em termos de adaptação dos nossos hábitos de consumo.

Os Países Baixos querem abandonar o gás natural, ao passo que, na Alemanha, é precisamente incentivado a utilizá-lo. Às vezes, não é para entender nada.

2. Assegurar que os países e as empresas cooperam mais estreitamente para encontrar soluções específicas

No que diz respeito às alterações climáticas e ao ambiente, os neerlandeses descobrem que os países apontam frequentemente os seus dedos. A tônica é frequentemente colocada nas diferenças, por exemplo entre os países pobres e os países ricos da UE. Ou entre países altamente industrializados ou fracamente industrializados. Preferimos tentar chegar a acordos. Por exemplo, empresas semelhantes em diferentes países poderiam trocar conhecimentos e pensar em conjunto sobre soluções. Se assim fosse, os países mais pobres poderiam estar mais envolvidos na abordagem das alterações climáticas. Poderiam participar na reflexão e tirar partido de soluções comuns.

A abordagem das alterações climáticas não deve ser uma corrida, mas uma cooperação.

3. Criar um sistema de CO2 justo e exequível na prática

A abordagem da UE em matéria de alterações climáticas presta muita atenção à redução das emissões de CO2. Os Países Baixos consideram que é necessário um melhor sistema para este efeito, que permita que tanto os produtores como os consumidores sejam tributados de forma equitativa. Os neerlandeses estão divididos quanto à questão de saber se os países com mais habitantes têm o direito de emitir mais CO2. Alguns países, por exemplo, têm uma indústria muito poluente. Por outro lado, outros países têm muitas oportunidades para produzir energia verde. Estas diferenças devem ser tidas em conta. Sem que isso se torne demasiado complexo, porque o sistema deve ser compreensível para todos.

Os países industrializados exportam muito. Terão, portanto, de suportar apenas o imposto sobre o CO2? Na minha opinião, o consumidor também deve pagar.

4. Comunique-se de forma mais clara e positiva sobre a abordagem climática O povo holandês ouve muito sobre as mudanças climáticas e lê muito sobre isso. No entanto, este continua a ser um assunto abstrato e complexo para muitas pessoas. É muitas vezes percebido como algo que custa muito dinheiro, enquanto a abordagem às alterações climáticas também cria oportunidades. Estamos a pensar, por exemplo, em estimular a produção local de alimentos e em desenvolver tecnologias novas e sustentáveis. A UE poderia expor este aspeto de forma mais frequente e mais eficaz. Consideramos também que os Chefes de Governo dos Estados-Membros poderiam dar um melhor exemplo. Viajar menos — por exemplo, entre Bruxelas e Estrasburgo — e reunir-se com mais frequência em linha poderia, por exemplo, contribuir para apoiar a sustentabilidade.

A sustentabilidade é ainda muitas vezes vista como um custo. Deve ser vista como uma

oportunidade e não como uma ameaça.

Discussões e ideias em linha e no local

Não devemos considerar as emissões de CO2 como um direito, mas como um corolário estranho.

Tenho a impressão de que, na Europa, passamos mais tempo a falar sobre as alterações climáticas do que a tomar medidas concretas para as resolver.

Em última análise, regras mais rigorosas em matéria de clima poderão revelar-se benéficas para nós. Enquanto continente envolvido no comércio, temos de tentar ver oportunidades nesse país.

Não podemos esperar por outros continentes. Não temos tempo para esperar.

IDEIA: Recompensar financeiramente os países se demonstrarem que a sua natureza e biodiversidade estão a aumentar.

IDEIA: «Estimular o turismo favorável à natureza nas regiões pobres da UE.»

Doetinchem Estudantes do Ensino Secundário Profissional: As viagens distantes devem permanecer acessíveis a todos.

A tese de que os voos dentro da UE deveriam tornar-se mais caros foi apresentada aos estudantes no Colégio Graafschap, em Doetinchem. Alguns estudantes concordaram que bilhetes mais caros incentivariam as pessoas a procurar alternativas mais baratas. Além disso, foi salientado que a UE deveria então assegurar opções mais respeitadoras do ambiente, como melhores ligações ferroviárias. Outros participantes indicaram que não eram a favor de preços mais elevados da tarifa aérea. «As pessoas ricas são as que mais viajam hoje e serão capazes de pagar por isso facilmente», disse um participante. Os preços elevados não os impedirão de viajar. Enquanto as férias distantes se tornarão impossíveis para os cidadãos «comuns».

Agricultores respeitadores da natureza: «A UE poderia contribuir para a divulgação de conhecimentos sobre soluções sustentáveis.»

Boerennatuur é uma associação de grupos de agricultores. Durante o diálogo temático, a conversa centrou-se nas alterações climáticas e no ambiente.

O que é suscetível de ser melhorado de acordo com os participantes é a aplicação da legislação e regulamentação da UE por diferentes países. O dossiê do azoto foi citado como exemplo. «A legislação da UE apenas estabelece que uma zona natural "não pode deteriorar-se». Mas no sul da Europa, esta noção é interpretada de forma diferente da dos Países Baixos." A maioria dos presentes concorda que a Europa deve desempenhar um papel de liderança na luta contra as alterações climáticas. E não devemos contentar-nos com o discurso, temos de alcançar resultados. Especialmente através da troca de conhecimentos, os agricultores acreditam. No setor agrário, estamos trabalhando em soluções para alcançar uma agricultura mais limpa. A UE deve ajudar a divulgar rapidamente os conhecimentos neste domínio."

Migração (Migração e refugiados)

As fronteiras entre os Estados-Membros da UE estão abertas. Por conseguinte, a UE está a cooperar, por exemplo, na gestão das fronteiras externas e na luta contra a introdução clandestina de migrantes. Está também a ser debatida uma distribuição equitativa dos refugiados entre os diferentes Estados-Membros da UE. Qual é a opinião dos Países Baixos sobre este assunto?

Recomendações — Nossa visão sobre migração e refugiados

65 % dos neerlandeses consideram que a migração e os refugiados são uma questão importante e que a UE deve intervir neste domínio.

1. Evitar que os debates sobre a questão dos refugiados sejam demasiado pouco matizados

70 % dos neerlandeses consideram que as fronteiras externas da Europa devem ser mais bem protegidas. E destes, 72 por cento também pensam que significa devolver mais refugiados a países inseguros. Os neerlandeses consideram que deve ser dada mais atenção às razões que levam as pessoas a fugir de um país inseguro. Estas razões estão por vezes ligadas às alterações climáticas, às vezes às guerras. Estes contextos são frequentemente mencionados apenas de forma limitada no debate sobre a questão dos refugiados. O valor acrescentado que estes refugiados trazem para um país também raramente é abordado. Por último, consideramos que a UE deve estabelecer uma distinção mais clara entre pessoas de regiões inseguras que se apresentam nas fronteiras e refugiados económicos. Em resumo, verificamos que os debates sobre a migração e os refugiados carecem, em geral, de contexto e de nuances. Os políticos europeus poderiam remediar esta situação dando o exemplo.

*Temos de continuar a considerar os refugiados, antes de mais, como nossos concidadãos.
Pois quase ninguém abandonará uma pessoa em perigo.*

2. Definir o que é uma distribuição equitativa e prática dos refugiados

Um serviço europeu de imigração deve assegurar uma distribuição equitativa dos refugiados entre os Estados-Membros da UE. Os Países Baixos consideram igualmente que devem ser estabelecidos critérios claros para definir o que é uma distribuição equitativa. Um bom sistema social pode, por exemplo, tornar um país atraente para os refugiados, mas outros fatores também são importantes tanto para os refugiados como para o país em causa. Nos Países Baixos, enfrentamos uma escassez de habitação, enquanto alguns países ou setores simplesmente precisam de mais trabalhadores migrantes. Consideramos importante que a UE tenha em conta este aspeto aquando da distribuição de refugiados. Mecanismos claros não só garantem transparência, mas também menos disputas, o que, em última análise, é do interesse de todos.

Os refugiados devem também poder expressar os seus talentos num país de destino.

3. Tirar partido dos conhecimentos e da experiência adquiridos para ajudar as regiões de origem dos refugiados

67 % dos neerlandeses consideram que a UE precisa de continuar a ajudar as regiões inseguras a travar os fluxos de refugiados. Compreendemos que os refugiados não saem do seu país por simples escolha. Por conseguinte, temos de analisar as causas, como as alterações climáticas ou os conflitos, que tornam as regiões inseguras ou inviáveis. A UE pode ajudar as regiões de refugiados não só com apoio financeiro, mas também através do conhecimento. Nos Países Baixos, por exemplo, temos fortes competências no domínio da agricultura. Com técnicas agrícolas modernas, podemos ajudar outros países a lidar melhor com as secas e a salinização. E as pessoas que se refugiaram na Europa podem frequentar ações de formação num país europeu e depois ajudar o seu próprio país de origem.

Discussões e ideias em linha e no local

«A UE tem de criar procedimentos de asilo mais rápidos. Então haverá mais espaço para as pessoas que realmente precisam dele.

Conheço muitos jovens à minha volta que querem comprar uma casa, mas que não acham nada acessível, enquanto os refugiados se veem oferecendo habitação. Acho difícil aceitar.

De qualquer forma, as alterações climáticas continuarão a conduzir à deslocação da população. Não podemos parar estes fluxos, mas provavelmente podemos regulá-los melhor.

Moro em Betuwe. Durante a época das peras e maçãs, precisamos simplesmente de muitos trabalhadores migrantes.

As regiões inseguras não são inseguras para nada, as autoridades públicas são muitas vezes pouco fiáveis. Como é que sabemos para onde vão a nossa ajuda e o nosso dinheiro?

IDEIA: Considerar também estratégias locais, como a participação dos cidadãos no acolhimento local de refugiados e o financiamento de iniciativas de integração local.

IDEIA: Crie mini-casas em cidades onde os refugiados possam viver à chegada. Isto facilitaria a pressão sobre o mercado da habitação e aumentaria o apoio público à receção destas pessoas.

Voluntários que eram eles próprios refugiados: Na Europa, muitas vezes as pessoas ficam longe umas das outras.

Taal Doet Meer é uma organização voluntária que garante que os novos habitantes alofones de Utrecht possam participar da sociedade. O diálogo temático com esta organização incidiu não só sobre a migração, mas também e sobretudo sobre a integração. Vários participantes chegaram aos Países Baixos como refugiados, incluindo um da Síria. Depois de sete anos, ainda não sinto o Dutch. Eu também não encontrei emprego, apesar de ter um mestrado. Constatou que os países europeus estão principalmente preocupados consigo próprios e não estão muito abertos a outros países e culturas." Outro participante observou que os europeus se mantêm muitas vezes distantes uns dos outros. A maioria das pessoas está sozinha; toda a gente fica no canto. Eu acho, pela minha parte, que se deve falar uns com os outros e que se pode aprender uns com os outros.

Juventude do Conselho Nacional da Juventude: Você só deve deixar as pessoas entrar se você puder cuidar delas.

Em Utrecht, os membros de vários grupos de trabalho do Conselho Nacional da Juventude (CNJ) realizaram um debate. Os participantes (com idades compreendidas entre os 16 e os 23 anos) consideram que, ao distribuir refugiados na Europa, há que ter em conta vários aspetos, como o número de habitantes, a dimensão do país, a prosperidade e o número de centros de requerentes de asilo. «Os refugiados só devem ser autorizados a entrar no país se puderem ser tratados», disse um deles.

Os jovens também consideram que devem existir consequências quando os países não cumprem os seus compromissos de acolhimento de refugiados. Devem, por exemplo, ser multados. «E os refugiados também precisam ter uma palavra a dizer sobre onde eles vão,» alguém disse. Por exemplo, se eles já têm família em algum lugar, não podemos enviá-los para outro lugar.

Saúde

(Cuidados de saúde)

Embora os cuidados de saúde sejam essencialmente da responsabilidade de cada país, podem ser apoiados e reforçados pelas políticas da UE, por exemplo em resposta à pandemia de COVID-19 ou a outras (futuras) crises sanitárias, ou no âmbito da investigação em parceria sobre doenças graves. Qual é a opinião dos Países Baixos sobre este assunto?

Recomendações — Nossa visão dos cuidados de saúde

64 % dos neerlandeses consideram que os cuidados de saúde são uma questão importante e que a UE deve intervir neste domínio.

1. Controlar melhor a gestão de uma pandemia

83 % dos neerlandeses consideram que os países da UE precisam de trabalhar mais em conjunto para evitar a propagação de uma doença contagiosa em todo o mundo. Porque um vírus não conhece fronteiras. Podemos ver isto durante a atual pandemia. As políticas da UE são, por vezes, confusas. Isto não é bom para o cumprimento das regras. Consideramos que as regras de luta contra a propagação de um vírus na Europa têm de ser mais bem coordenadas, sem necessariamente serem as mesmas em todo o lado. Deve haver espaço para escolhas locais. Não só porque o número de contaminações pode ser diferente, mas também porque existem culturas diferentes na Europa. Algumas medidas funcionam melhor em alguns países do que noutros.

Vivo nos Países Baixos, na fronteira com a Alemanha. As várias medidas adotadas pelos dois países para combater o coronavírus estão a deixar-me louco.

2. Garantir a disponibilidade de medicamentos fiáveis e a preços acessíveis para todos

71 % dos neerlandeses consideram que a UE deve garantir que precisamos de menos países terceiros para o desenvolvimento, a produção e o fornecimento de medicamentos. Mas se isso significa esperar mais tempo para ter medicamentos, as opiniões estão divididas. Os neerlandeses consideram que a produção e distribuição de medicamentos é uma questão complexa. Por um lado, os custos dos cuidados de saúde estão a aumentar acentuadamente nos Países Baixos, pelo que consideramos importante mantê-los ao nível mais baixo possível. Por outro lado, queremos ser capazes de confiar nas drogas, mesmo quando elas vêm de longe. Devem não só ser de qualidade, mas também ser produzidas de forma sustentável e eticamente responsável. Em geral, acreditamos que medicamentos importantes devem ser acessíveis a todos, inclusive nos países mais pobres.

Os custos dos cuidados de saúde já são inacessíveis. Por isso, temos também de tentar comprar as novas drogas ao preço mais baixo possível.

3. Os países devem concentrar-se na melhoria dos seus sistemas de saúde e em torná-los mais equitativos

Os Países Baixos preocupam-se muito com os cuidados de saúde, e esta preocupação vai além do impacto da pandemia de COVID-19. Conhecemos, por exemplo, problemas de capacidade estrutural nos hospitais. Alguns neerlandeses não confiam nos efeitos das forças de mercado no setor dos cuidados de saúde. Entendemos que as empresas farmacêuticas precisam recuperar seus investimentos e que os fundos de seguro de saúde querem cuidados de saúde baratos, mas as grandes empresas não devem abusar do seu poder. A UE deve adotar regras a este respeito. Consideramos também que os cuidados de saúde são, em primeiro lugar, uma questão nacional. Os países sabem melhor quais são os problemas e as prioridades a nível local. No entanto, consideramos importante que os países europeus possam aprender uns com os outros para melhorar os cuidados de saúde.

Discussões e ideias em linha e no local

No que diz respeito à disponibilidade de medicamentos na Europa, poderíamos também ser um pouco mais económicos. Nós jogamos muito disso hoje.

É muito bom que a Alemanha tenha recebido doentes dos Países Baixos com COVID-19. Gostaria de ver mais essa solidariedade na Europa.

Onde quer que viva na UE e seja rico ou pobre, todos têm direito a cuidados de qualidade.

Ao comprar drogas, você tem que considerar não só os custos, mas também a ética. Isto significa, por exemplo, que o trabalho infantil não deve ser utilizado.

IDEIA: «Melhorar a saúde dos europeus, assegurando que estão sujeitos a menos stress. Por exemplo, reduzir a duração da semana de trabalho.»

IDEIA: Permitir que os jovens façam escolhas mais saudáveis através de jogos de realidade aumentada sérios.

Dos habitantes de Utrecht de origem marroquina: A saúde pode ter um certo preço.

A Fundação «Marokkaans Dialoog Overvecht» (Diálogo marroquino em Overvecht) é dedicada à participação da comunidade marroquina no distrito de Overvecht de Utrecht. Para o efeito, incentiva o diálogo na vizinhança e, por conseguinte, luta contra as desigualdades. Os participantes no diálogo temático no âmbito da Visão da Europa consideram que a cooperação europeia é muito útil. No entanto, alguns consideram que os Países Baixos são por vezes demasiado dependentes de outros países. A gestão da crise da COVID-19 foi citada como um exemplo a este respeito. Segundo os participantes, as muitas consultas na Europa tiveram como efeito que os Países Baixos iniciaram a vacinação contra a COVID-19 demasiado tarde. «Talvez custará mais se os Países Baixos quiserem decidir mais sozinhos», disse alguém. Mas é sobre saúde, pode custar um pouco mais.

Dos alunos de Helmond: É melhor aprender inteligentemente uns com os outros do que tomar a mesma abordagem.

No Colégio Dr. Knippenberg, em Helmond, estudantes com cerca de 16 anos debateram a gestão europeia da pandemia de COVID-19. Alguns consideram que os Estados-Membros da UE deveriam ter definido o programa de vacinação em conjunto. A maioria dos participantes considerou que os próprios países tinham uma ideia melhor do que é necessário e do que funciona. Portanto, eles são mais capazes, segundo eles, de decidir o que é certo para a população. Sabem melhor, por exemplo, quais os setores que necessitam de vacinação em primeiro lugar e quais os que podem esperar. «É, naturalmente, muito bom que os países se consultem uns aos outros», disse um dos alunos. Se muitos países têm a sua própria abordagem, podem observar o que os outros estão a fazer e aprender uns com os outros.

O papel da UE no mundo

O mundo enfrenta grandes desafios. A UE está convicta de que questões como as alterações climáticas e as pandemias só podem ser abordadas através da cooperação mundial. A UE quer fazer ouvir a sua voz na cena mundial a este respeito, por exemplo, juntamente com os EUA e a China. Qual é a opinião dos Países Baixos sobre este assunto?

Recomendações — A nossa visão do papel da UE no mundo

56 % dos neerlandeses consideram que o papel da UE no mundo é um tema importante e que a UE deve intervir neste domínio.

1. Aproveitar o poder da UE principalmente no contexto de grandes temas internacionais

O facto de a sua criação ter contribuído para que os europeus vivam em paz há mais de 75 anos é considerado por muitos neerlandeses como o principal valor acrescentado da UE. Os Países Baixos consideram igualmente que o poder da UE reside na gestão conjunta dos grandes desafios internacionais. Estamos a pensar, por exemplo, nas alterações climáticas, na pandemia de COVID-19 e na crise dos refugiados. Os Estados-Membros da UE podem também ter um maior impacto nos países terceiros através da celebração coletiva de acordos internacionais da UE. Acreditamos que o nosso país é demasiado pequeno para fazer a diferença apenas nestas áreas. Dito isto, os holandeses querem que os Países Baixos continuem a fazer as suas próprias escolhas, com base na sua própria cultura e interesses. A cooperação na Europa deve, portanto, garantir, acima de tudo, eficiência e poder político.

É mais fácil celebrar acordos de cooperação na UE do que como país isolado.

2. Dentro e fora da Europa, escolha a cooperação em vez de lutar

66 % dos neerlandeses consideram que a UE deve formar um bloco mais forte contra outros blocos internacionais. Estamos a assistir a um enfraquecimento do equilíbrio no mundo. Países como a China e a Rússia estão constantemente expandindo seu poder em diferentes áreas. Isso preocupa-nos muito. Por conseguinte, a UE deve prestar mais atenção, por exemplo, à segurança internacional e à proteção da economia europeia contra práticas comerciais desleais. Consideramos importante, a este respeito, que os Estados-Membros coordenem melhor e mais rapidamente. Isto permitirá-nos fazer ouvir a nossa voz de forma mais clara. O facto de sermos mais fortes juntos enquanto países europeus não significa que queiramos entrar em conflito. Queremos também, na medida do possível, uma boa cooperação com países terceiros.

«A redução dos litígios e conflitos internos aumentará o prestígio e o poder de influência da UE na cena mundial.»

3. Oferecer, de forma atenciosa, ajuda em caso de conflito

No âmbito do reforço do papel da UE na cena internacional, 50 % dos neerlandeses consideram que a abordagem dos conflitos no mundo é um tema importante. A melhor forma de responder aos conflitos é, segundo eles, difícil de determinar. O passado demonstrou que a intervenção militar num país nem sempre é benéfica. Pode, por exemplo, conduzir a custos elevados imprevistos e criar fluxos adicionais de refugiados. Os países devem, tendo em conta este impacto local, decidir por si próprios se devem ou não participar numa guerra. De um modo geral, estamos interessados numa maior cooperação entre os exércitos europeus: consideramos importante que a Europa possa defender-se bem. Mas sempre preferimos resolver conflitos sem recorrer à violência.

Durante a evacuação do Afeganistão, cada país agiu em seu próprio canto. Ainda poderíamos ter feito melhor, não poderíamos?

Discussões e ideias em linha e no local

A UE deve, em primeiro lugar, pôr ordem nos seus próprios assuntos antes de confrontar os outros.

Ao comprar maciçamente produtos chineses como europeus, apoiamos a própria China.

Os Estados Unidos continuam a desempenhar um papel muito importante na defesa da Europa.

Ser membro da UE significa também sentar-se à mesa das negociações. Isto permite discutir decisões importantes.

A UE tem de deixar de se ver como uma entidade isolada, porque não é. É uma associação de Estados-Membros europeus e deve comportar-se como tal.

IDEIA: Tal como a conferência mundial regular sobre o clima, deveria também realizar-se uma conferência sobre os direitos humanos.

IDEIA: «Tornar os exércitos europeus mais eficientes, por exemplo através de uma maior utilização da aquisição coletiva de equipamento.»

Raparigas holandesas-marroquinas: Promoção dos direitos humanos.

«Raparigas pela Liberdade» é uma fundação holandesa que combate casamentos forçados, opressão sexual e abuso financeiro de meninas e raparigas com origens biculturais. Em colaboração com esta fundação, foi organizado um encontro com um grupo de raparigas holandesas-marroquinas. Os participantes consideram que a UE está atualmente demasiado dependente da Rússia e da China. «Descobrimos que, de um modo geral, a UE não se atreve a propor nada, por medo de sanções», disse um deles. A produção de drogas, que muitas vezes pode ser muito mais barata, tem sido citada como um exemplo. «No caso de um conflito, a China pode desligar a torneira, e não teremos nada», disse um participante. Foi também levantada a questão dos direitos humanos. «Todos nós agimos como se achemos isso muito importante, mas fechamos nossos olhos sobre o que a China está fazendo aos uigures», alguém exclama.

Alunos do Technasium de Alkmaar: Não há exército comum.

Em seu diálogo temático, estudantes do Technasium Jan Arentz em Alkmaar discutiram as vantagens e desvantagens de um exército europeu comum. Os participantes indicaram que não apoiavam. Quando um país da UE discute com um país terceiro, devemos poder participar automaticamente numa guerra. Eu acho que os países precisam ser capazes de decidir por conta própria", disse alguém. A possibilidade de uma terceira guerra mundial também foi discutida. Essa possibilidade não é considerada muito grande pelos alunos, mas eles pensam que, se chegarmos lá, uma solução poderia, no entanto, ser encontrada rapidamente. Os exércitos também podem colaborar bem. Não há necessidade, a meu ver, de haver um exército europeu.

Metodologia utilizada no inquérito

A visão da Europa consiste em diferentes formas de diálogos interligados que reúnem os pontos de vista e as ideias dos cidadãos neerlandeses sobre o futuro da Europa e da UE. O presente capítulo descreve a forma como estes diálogos estreitamente relacionados são conduzidos em conformidade com as orientações aplicáveis aos painéis nacionais de cidadãos no contexto da Conferência sobre o Futuro da Europa.

Estrutura de diálogos estreitamente relacionados

Organizam-se as seguintes formas de diálogo:

6. Levantamento de um painel

Inquérito em linha a uma parte representativa da população neerlandesa.

7. Diálogos temáticos em linha para o aprofundamento

Diálogos em que os resultados do primeiro relatório intercalar "A nossa visão para a Europa: pareceres, ideias e recomendações" (8 de outubro de 2021) são debatidos em profundidade com um grupo de neerlandeses.

8. Diálogos com grupos específicos

Reuniões com os neerlandeses que não estão habituados a participar em inquéritos ou painéis (online).

9. Diálogos com os jovens

Reuniões em que são debatidos os temas europeus mais relevantes para estes jovens.

10. Inquérito público em linha: Questionário e «Swipen naar de toekomst»(Swiper ao futuro)

O questionário do painel poderia também ser preenchido por todos os neerlandeses, incluindo os residentes no estrangeiro. Este questionário estava disponível de 1 de setembro de 2021 a 14 de novembro de 2021. Além disso, durante o mesmo período, cada holandês pôde participar na ação «Swipen naar de toekomst» (Swiper to the future), uma ferramenta em linha que apresenta 20 reclamações.

1. Levantamento de um painel

O diálogo com os cidadãos neerlandeses «Visão da Europa» teve início em 1 de setembro com um inquérito do painel. Nesta descrição da metodologia do inquérito, explicamos sucintamente a conceção e a implementação deste inquérito a um painel.

População-alvo e população-alvo

O inquérito «Vision of Europe» começou com um questionário em linha sobre a forma como os neerlandeses veem o futuro da Europa. Este questionário foi submetido a um painel representativo e está igualmente aberto a todos os neerlandeses (incluindo os residentes no estrangeiro). Além disso, cada pessoa pôde participar da ação «Swipen naar de toekomst» (Swiperto the future), uma ferramenta online que apresenta 20 reclamações. Os resultados do inquérito do painel alimentaram vários diálogos temáticos organizados no seguimento do processo de diálogo com os cidadãos «Visão da Europa».

A população-alvo do inquérito do painel inclui todas as pessoas holandesas com idade igual ou superior a 18 anos que estavam registadas como residentes no registo populacional no momento em que o trabalho de campo começou. De acordo com o Serviço Nacional de Estatística dos Países Baixos (Centraal Bureau voor de Statistiek — CBS), este grupo-alvo contava com 14.190 874 pessoas a partir de 1 de janeiro de 2021. O limite inferior de 18 anos corresponde à maioria eleitoral. Chamamos-lhe a população da pesquisa do painel.

Trabalho de campo

Um painel de mais de 100.000 participantes de todo o país (certificado pela ISO, Research Keurmerk groep, Nederlandse Marktonderzoek Associatie) foi usado para obter uma imagem digital do «Médio Holandês». Estes participantes inscreveram-se no painel de inquérito para apresentar regularmente os seus pontos de vista sobre uma vasta gama de tópicos. Além de sua motivação intrínseca para contribuir, eles são pagos para responder aos questionários. Vários estudos científicos mostram que os inquiridos que recebem uma compensação pelo preenchimento de um questionário não dão respostas significativamente diferentes (fonte: *O uso de incentivos de pesquisa degrada a qualidade dos dados?*, Cole, J. S., Sarraf, S.A., Wang, X., 2015).

O trabalho de campo teve início em 11 de agosto de 2021 e terminou em 19 de setembro de 2021. Para a implementação, utilizou-se apenas um método de coleta de dados, ou seja, o inquérito na Internet. Os membros do painel de inquérito receberam uma mensagem de correio eletrónico com uma ligação pessoal para o questionário em linha. Após duas semanas, os participantes do painel receberam um lembrete. Os convites para participar foram enviados em lotes e estratificados (garantindo uma distribuição igual dos subgrupos) até que o número necessário de respondentes fosse alcançado.

Amostragem e distribuição

A conceção do inquérito baseia-se no princípio de que um mínimo de 3.600 inquiridos deve participar no inquérito, a fim de garantir uma boa fiabilidade estatística. Além disso, esse número permite uma boa distribuição entre as diferentes características gerais da população. Não há apenas um tipo de holandês. Por conseguinte, garantimos antecipadamente que a amostra é bem distribuída por uma série de características. Os Países Baixos são um país relativamente pequeno, mas as opiniões podem diferir consoante as regiões. O posicionamento e a importância dada aos temas podem ser (em parte) determinados pela região em que você vive. Por exemplo, as pessoas que vivem em zonas rurais podem compreender um tema como a segurança de forma diferente das zonas urbanas. A investigação do Gabinete de Planeamento Social e Cultural neerlandês mostra também que as pessoas com um nível de estudo mais elevado são mais apoiantes da UE do que as pessoas com um nível de estudo inferior e que os jovens apoiam mais a UE do que os idosos (fonte: *Wat willen Nederlanders van de Europese Unie?*, Gabinete de Planeamento Social e Cultural dos Países Baixos, Haia, 2019).

Por este motivo, atribuímos, proporcionalmente, as três características seguintes, a fim de assegurar a representatividade da amostra: (1) residência através de regiões COROP, (2) idade e (3) nível de escolaridade. A distribuição da amostra também foi apresentada de acordo com as seguintes características gerais: sexo, origem, ocupação principal, orientação política.

As regiões COROP foram desenvolvidas com base no princípio nodal (um «coração» com uma área de atração ou uma função regional), com base no fluxo de pessoas que viajam. Algumas violações do princípio nodal foram reconhecidas para que as regiões sigam as fronteiras provinciais. Após a reorganização dos municípios para além dos limites do COROP, a distribuição foi ajustada (fonte: Serviço Nacional de Estatística dos Países Baixos). Nas regiões COROP, garantimos uma boa distribuição entre os grupos etários, com a seguinte repartição: idades 18-34, 35-54, 55-75 e mais de 75 anos.

Por fim, assegurou-se uma distribuição representativa dos níveis de escolaridade. Na amostra, a distribuição dos respondentes corresponde à distribuição a nível nacional do nível de escolaridade mais elevado, que é a seguinte:

Nível de ensino mais elevado

| | |
|--|--------|
| Baixa: ensino primário, ensino profissional preparatório, 1.º ao 3.º ano do ensino secundário geral/ensino pré-universitário, ensino profissional secundário 1 | 32,1 % |
| Produto intermédio: ensino secundário geral/ensino pré-universitário, ensino secundário profissional de nível 2 a 4 | 44,6 % |
| Elevado: ensino profissional superior ou ensino universitário | 22,9 % |
| Desconhecido | 0,4 % |

Taxa de resposta

Participaram da pesquisa 4.086 pessoas por painel. O objetivo de 3 600 questionários totalmente preenchidos é, por conseguinte, alcançado.

| Respostas das regiões COROP e da idade | 18 a 34 anos | 35 a 54 anos | 55 a 75 anos | mais de 75 anos |
|--|--------------|--------------|--------------|-----------------|
| Drenthe do Norte | 11 | 14 | 17 | 5 |
| Sudeste de Drenthe | 10 | 12 | 14 | 4 |
| Sudoeste de Drenthe | 7 | 10 | 11 | 3 |
| Flevoland | 29 | 33 | 28 | 6 |
| Friesland do Norte | 20 | 22 | 25 | 8 |
| Sudeste da Friesland | 12 | 13 | 14 | 3 |
| Sudoeste de Friesland | 8 | 11 | 11 | 4 |
| Achterhoek | 22 | 27 | 34 | 11 |
| Arnhem/Nijmegen | 52 | 53 | 55 | 15 |
| Veluwe | 44 | 48 | 51 | 17 |
| Sudoeste de Gelderland | 16 | 18 | 20 | 5 |
| Grande Delfzijl | 2 | 4 | 5 | 1 |
| Groningen Oriental | 7 | 10 | 12 | 3 |
| Resto de Groningen | 36 | 26 | 28 | 8 |

| | | | | |
|--|-----|-----|----|----|
| Centro de Limburgo | 13 | 17 | 21 | 7 |
| Limburgo do Norte | 17 | 20 | 23 | 7 |
| Sul do Limburgo | 38 | 40 | 52 | 17 |
| Centro do Brabante Norte | 34 | 35 | 35 | 11 |
| Nordeste do Brabante Norte | 41 | 43 | 51 | 14 |
| Oeste do Brabante Norte | 40 | 47 | 49 | 15 |
| Sudeste do Brabante Norte | 55 | 56 | 58 | 18 |
| Aglomeração de Haarlem | 13 | 18 | 18 | 7 |
| Alkmaar e seus arredores | 14 | 19 | 19 | 6 |
| Grande Amsterdã | 116 | 104 | 88 | 23 |
| Os Gooi e Vechtstreek | 13 | 21 | 19 | 7 |
| IJmond | 12 | 14 | 15 | 4 |
| Dica da Holanda do Norte | 22 | 27 | 30 | 9 |
| Região de Zaan | 11 | 13 | 12 | 3 |
| Overijssel do Norte | 25 | 28 | 25 | 8 |
| Twente | 41 | 44 | 46 | 14 |
| Sudoeste de Overijssel | 10 | 11 | 12 | 3 |
| Utrecht | 96 | 100 | 89 | 27 |
| Resto da Zelândia | 16 | 21 | 23 | 8 |
| Zeeland Flandres | 6 | 8 | 9 | 3 |
| Aglomeração de Leiden e região de bulbos | 30 | 31 | 31 | 10 |
| Aglomeração de Haia | 63 | 70 | 57 | 18 |
| Delft e Westland | 19 | 15 | 15 | 4 |
| Grande Rijnmond | 103 | 107 | 99 | 31 |
| Leste da Holanda do Sul | 22 | 24 | 25 | 8 |

| | | | | |
|---------------------------|----|----|----|---|
| Sudeste da Holanda do Sul | 24 | 26 | 26 | 9 |
|---------------------------|----|----|----|---|

Respostas por nível de ensino

| | | |
|---------------|------|------|
| Baixa | 1382 | 34 % |
| Intermediário | 1747 | 43 % |
| Elevado | 915 | 22 % |
| Desconhecido | 42 | 1 % |

Fiabilidade e representatividade

O número de respondentes de 4.086 permite fazer observações para a população como um todo com um nível de confiança de 95 % e uma margem de erro de 1,53 %. O nível de confiança e a margem de erro dos resultados são determinados pela dimensão da amostra. Quanto maior a amostra, mais fiáveis e precisos os resultados podem ser extrapolados para toda a população.

O nível de confiança é definido como 1 (100 %) menos o nível de significado. É comum ser ganza em um nível de significado de 5 %. Estamos a falar de um nível de confiança de 95 %. Por outras palavras, se o inquérito fosse repetido da mesma forma e nas mesmas condições, os resultados seriam os mesmos em 95 % dos casos.

A exatidão (expressa por margem de erro) indica o intervalo de valores dentro do qual se situa o valor real na população. Por outras palavras: qual seria a diferença máxima entre os resultados da amostra e os resultados que seriam obtidos da população como um todo? Uma margem de erro de 1,53 % significa que o valor real na população total pode ser 1,53 % superior ou inferior ao valor da amostra. Por exemplo, se um inquérito a uma amostra de pessoas indicar que 50 % dos inquiridos consideram um tema específico importante, a percentagem real é 1,53 % superior ou inferior a 50 %, ou seja, entre 48,47 e 51,53 %. Uma margem de erro máxima de 5 % é comum e geralmente aceite em estudos quantitativos (estatísticas).

Além da confiabilidade, a representatividade da amostra é importante. Uma vez que os convites para participação foram enviados em lotes e estratificados, os resultados são representativos em termos das características da região COROP e dos grupos etários por região COROP. As respostas são igualmente representativas do ponto de vista do nível de ensino em comparação com o nível de ensino mais elevado alcançado a nível nacional.

Outras características gerais

Uma série de perguntas contextuais adicionais foram feitas aos participantes do inquérito por painel. Estas incluem o género, o posicionamento da UE, a origem, a ocupação principal e o partido político em que a pessoa votaria em caso de eleições.

49 % dos inquiridos são homens, 50 % são mulheres e 1 % preferem não responder a esta pergunta.

51 % dos inquiridos consideram positivo que os Países Baixos sejam membros da UE, 13 % consideram que é uma coisa má e 36 % são neutros ou não têm opinião.

95 % dos inquiridos nasceram nos Países Baixos. 89 % dos inquiridos indicaram que ambos os pais nasceram nos

Países Baixos. 5 % nasceram de dois pais nascidos no exterior.

Orientação política atual dos inquiridos

| Partido | % |
|--|------|
| VVD (Partido Popular pela Liberdade e Democracia) | 14 % |
| PVV (Partido pela Liberdade) | 13 % |
| SP (Partido Socialista) | 8 % |
| D66 (Democratas 66) | 6 % |
| CDA (Call democrata-cristão) | 6 % |
| PvdA (Partido do Trabalho) | 6 % |
| Partij voor de Dieren (Partido Animal) | 4 % |
| GroenLinks (Esquerda Verde) | 4 % |
| ChristenUnie (União Cristã) | 3 % |
| JA21 | 3 % |
| BoerBurgerBeweging (Movimento dos Farmer-cidadãos) | 2 % |
| Forum voor Democratie (Fórum para a Democracia) | 2 % |
| SPG (Partido Político Reformado) | 2 % |
| Volt | 2 % |
| DENK | 1 % |
| Groep Van Haga | 1 % |
| BIJ1 | 1 % |
| Fractie Den Haan | 0 % |
| Outros | 2 % |
| Votação dos brancos | 3 % |
| Prefiro não responder | 13 % |
| Eu não voto | 5 % |

Qual é atualmente a sua principal profissão?

| Profissão | % |
|------------------------------|------|
| Estudante/Estudante | 6 % |
| Trabalhador a tempo parcial | 16 % |
| Empregado a tempo inteiro | 31 % |
| Contratante independente | 3 % |
| Pessoa em casa | 5 % |
| Candidato a emprego | 2 % |
| Voluntário | 2 % |
| Incapacidade para o trabalho | 6 % |
| Reformado | 27 % |
| Outros | 1 % |
| Prefiro não responder | 1 % |

Questionário

O questionário e o presente relatório foram elaborados por uma organização externa independente, a pedido do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O questionário apresenta uma estrutura modular e inclui os seguintes blocos de perguntas, em consonância com os temas identificados para a Conferência sobre o Futuro da Europa:

- Temas importantes e o papel da Europa
- Alterações climáticas e ambiente
- Saúde
- Economia e emprego
- Papel da União Europeia no mundo
- Segurança e Estado de direito
- O mundo virtual
- Democracia europeia
- Migração e refugiados
- Educação/cultura/juventude/desporto

Durante a elaboração do questionário, foi dada grande atenção à qualidade, confiabilidade e validade das questões. Por esse motivo, buscou-se uma formulação neutra e não orientada de perguntas, asserções e opções de resposta, verificando-se que as questões foram formuladas em linguagem compreensível (nível B1).

O questionário foi submetido a testes de qualidade por meio de entrevistas presenciais com participantes do teste pertencentes ao grupo-alvo. Isso nos permitiu estudar como as perguntas são compreendidas por diferentes tipos de respondentes. Se uma pergunta parecia representar uma carga cognitiva excessivamente grande (demasiado complexa), era apropriada.

Métodos de análise

Neste inquérito foram utilizados dois métodos de análise:

Análises univariadas

As estatísticas descritivas são utilizadas para descrever as variáveis de um inquérito. As frequências e médias são utilizadas nesta pesquisa.

Análises bivariadas

As análises bivariadas permitem examinar a relação entre duas variáveis, neste caso a relação entre a importância dos diferentes temas e a questão de saber se a UE deve intervir neste domínio e a característica geral da idade. Procedeu-se a uma revisão para determinar se os diferentes grupos etários atribuem uma importância diferente a um determinado tema e se existem opiniões divergentes sobre em que medida estas são questões em que a UE deve estar envolvida.

Publicação de informações e exaustividade

O presente relatório incorpora os resultados de todas as perguntas colocadas aos inquiridos do painel de inquérito. Para algumas perguntas, foi dada ao respondente a oportunidade de fornecer respostas «abertas» (ou seja, não predeterminadas). As respostas abertas foram então categorizadas e incluídas na publicação. As ideias partilhadas pelos inquiridos nas observações gratuitas são utilizadas para alimentar os vários diálogos temáticos organizados no seguimento do processo de diálogo com os cidadãos «Visão da Europa».

2. Diálogos temáticos em linha para o aprofundamento

Os temas centrais da Conferência sobre o Futuro da Europa foram aprofundados através de oito diálogos temáticos em linha. O objetivo desses diálogos foi descobrir as *razões* das opiniões expressas, bem como as motivações e sentimentos por trás delas. Quais são as preocupações e oportunidades percebidas? As sessões de discussão também permitiram aos participantes formular sugestões e ideias sobre esses temas, bem como levantar questões que não fazem parte da conferência, mas que continuam a ser importantes para eles.

Os diálogos temáticos tiveram lugar em 12-14 de outubro e 9-11 de novembro. Em outubro, foram organizados quatro diálogos temáticos em linha sobre os temas «Economia» e «Democracia».

Em novembro realizaram-se quatro diálogos temáticos em linha sobre os temas «Climate» e «A UE no mundo». Em média, 29 pessoas participaram de cada sessão de discussão (231 no total). Os participantes foram recrutados de entre os membros do painel (ver ponto 1) e através das redes sociais.

3. Diálogos com grupos específicos

Sabe-se que alguns grupos neerlandeses estão menos habituados a participar em inquéritos e painéis (online). Para obter uma imagem representativa da «voz dos Países Baixos», era importante que estes cidadãos pudessem também exprimir as suas ideias e opiniões. É por isso que também organizámos uma série de diálogos no local para o inquérito «Visão da Europa». As opiniões e ideias que pudemos reunir foram utilizadas como base (entre outras) para formular as recomendações.

Grupos-alvo

Os grupos-alvo de difícil acesso não podem ser definidos de forma inequívoca. Estudos e experiências nos permitem saber que os holandeses de origem **não ocidental participam** significativamente menos de si mesmos em investigações e discussões. Uma vez que este grupo representa um grande grupo (14 % dos neerlandeses¹), foram selecionados para participar no diálogo Visão da Europa. O mesmo raciocínio foi seguido em relação a **pessoas com pouca escolaridade**. Trata-se também de um grande grupo (2,5 milhões de neerlandeses²), que se sobrepõe, em parte, ao grupo migrante (39 %). Por último, realizou-se um diálogo com um grupo de pessoas que raramente se encontram em inquéritos e debates, **críticos em relação à Europa, mas para os quais a Europa desempenha um papel importante na esfera profissional**. Foram selecionados empresários do setor agrícola.

Os grupos acima referidos foram abordados através de organizações de que são membros, tais como organizações de migrantes, associações de defesa e organizações profissionais. Como limitamos o número de diálogos a oito, não poderíamos ser completamente «exaustivos». Isso torna a escolha dos participantes um pouco arbitrária. Para fazer essa escolha, também levamos em conta o entusiasmo em participar e ajudar a mobilizar sua base, bem como questões práticas, como disponibilidade de acordo com datas e localização.

Realizaram-se diálogos no local com os membros das seguintes organizações:

- Fundação Hakder, comunidade alevi, Schiedam
- Fundação Asha, comunidade hindu, Utrecht (duas sessões de discussão)
- Piëzo, organização da sociedade civil, Zoetermeer
- Taal doet Meer, uma organização para pessoas de baixa escolaridade, Utrecht
- Boerennatuur, associação de grupos agrícolas
- Marokkanen Dialog Overvecht, comunidade marroquina, Utrecht
- Women for Freedom, organização de defesa das mulheres oriundas da imigração, Haia

Um total de 110 pessoas participaram dessas reuniões de discussão.

4. Diálogos com os jovens

Os jovens são um grupo-alvo prioritário da Conferência sobre o Futuro da Europa. A fim de incentivar ativamente a sua participação no Diálogo com os Cidadãos «Visão da Europa» e de fazer ouvir bem as opiniões e ideias deste grupo, foram organizadas seis reuniões de debate físico especificamente destinadas aos jovens.

As reuniões tiveram lugar nas seguintes instituições:

- Associação de Estudantes de História, Universidade de Leiden
- Dr. Knippenberg College, Ensino Médio, Helmond
- Coalitie-Y, Plataforma para a Juventude do Conselho Económico e Social
- Graafschap College, ensino secundário profissional, Doetinchem

- CSG Jan Arentsz, ensino secundário centrado em temas tecnológicos, Alkmaar
- Conselho Nacional da Juventude (a reunião teve lugar fora do local)

Um total de 110 jovens participaram nas reuniões de discussão.

Técnicas de manutenção utilizadas

Os diálogos temáticos em linha, os diálogos com grupos específicos e os diálogos com os jovens foram conduzidos utilizando o chamado método de entrevista «socrático». Este método tem sido usado há muitos anos no Dia do Diálogo, onde pessoas em toda a Holanda interagem em questões que os afetam. No contexto do método de manutenção Sócrata, o moderador deve ter em conta os seguintes princípios:

- Deixe o outro contar sua história

Não responda imediatamente com outra história

- Tratar-se com respeito
- Falar sobre o próprio ponto de vista («Eu acho» em vez de «eles dizem»)
- Pedir mais explicações se as opiniões expressas se limitarem a generalidades
- Evitar julgamentos e analisá-los
- Conceda momentos de silêncio se as pessoas precisarem pensar por um momento

Durante os diálogos, utilizar-se-á o seguinte ritmo: divergência — convergência — divergência. O princípio é que você deve primeiro divergir (expressar diretamente sentimentos e opiniões individuais), antes de poder convergir (falar possíveis avenidas) e, finalmente, divergir novamente (por exemplo, coletar recomendações individuais). A experiência e a teoria mostram que este ritmo garante um fluxo ideal de diálogo.

Todos os diálogos foram conduzidos por facilitadores profissionais.

5. Inquérito público em linha: Questionário e «Swipen naar de toekomst»(Swiper ao futuro)

O questionário do painel estava igualmente aberto a todos os neerlandeses, incluindo os residentes no estrangeiro. Esse questionário estava disponível de¹ de setembro de 2021 a 14 de novembro de 2021. Além disso, durante o mesmo período, cada holandês pôde participar na ação «Swipen naar de toekomst» (Swiper to the future), uma ferramenta em linha que apresenta 20 reclamações.

Respostas e utilização

Um total de 1.967 participantes responderam ao questionário e 6.968 foram ao final da ferramenta de escaneamento de ecrã. Tanto o questionário quanto a ferramenta de rastreamento de ecrã estavam abertos a todos: não havia pré-requisitos ou critérios de seleção para participar. No questionário, foi possível passar perguntas (não havia perguntas obrigatórias) a fim de maximizar a taxa de resposta. Os participantes escolheram «Prefiro não responder» muito mais frequentemente do que no inquérito de painel representativo.

As características gerais dos participantes no questionário aberto e no instrumento de escaneamento de ecrã diferem em vários aspetos das dos participantes no painel representativo. Ao contrário do inquérito do painel, os resultados do questionário aberto e da ferramenta de digitalização do ecrã não são representativos. Os resultados do inquérito aberto em linha foram utilizados para complementar o inquérito do painel. Eles dão uma visão geral dos sentimentos e ideias que circulam nos Países Baixos. As sugestões de melhoria mencionadas nos campos de entrada foram utilizadas na secção «Discussões e ideias on-line e no site». A ferramenta de digitalização de ecrã tem sido usada para entender melhor alguns dos sentimentos que circulam nos Países Baixos. Estes resultados foram tidos em conta na elaboração das recomendações. Devido à exigência de representatividade, os resultados do inquérito aberto em linha foram tidos em conta de forma limitada no presente relatório.

O presente relatório é publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. www.kijkopeuropa.nl

III — Referências aos resultados dos eventos nacionais

- [Bélgica](#)
- [Bulgária](#)
- [República Checa](#)
- [Dinamarca](#)
- [Em Llemagne](#)
- [Estónia](#)
- [Irlanda](#)
- [Grécia](#)
- [Espanha](#)
- [França](#)
- [Croácia](#)
- [Itália](#)
- [Chipre](#)
- [Letónia](#)
- [Lituânia](#)
- [Luxemburgo](#)
- [Hungria](#)
- [Malta](#)
- [Países Baixos](#)
- [Áustria](#)
- [Polónia](#)
- [Portugal](#)
- [Roménia](#)
- [Eslovénia](#)
- [Eslováquia](#)
- [Finlândia](#)
- [Suécia](#)

IV — Referência ao relatório da plataforma digital multilingue

[PLnumeform multilingue](#) da Conferência sobre o Futuro da Europa — Relatório de [fevereiro de 2022](#)



PDF ISBN 978-92-824-8655-9 doi:10.2860/25889 QC-05-22-131-EN-N Print ISBN 978-92-824-8729-7 doi:10.2860/533066 QC-05-22-131-PT-C

© União Europeia, 2022 É permitida a reutilização, mediante indicação da fonte.

- 1 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: #3, #17, #18, #19
- 2 # = recomendação dos painéis de cidadãos europeus.
- 3 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: #39, #40, #41, #42, #43, NL1, NL2, #51
- 4 Recomendação de um Painel Nacional de Cidadãos
- 5 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: #44, #45, #46, #47, #50
- 6 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: #39, #40, #45, #48, #50, FRchangement8, FRswait11, #51
- 7 As recomendações do Painel dos Cidadãos Neerlandeses diferem das recomendações do Painel dos Cidadãos Europeus: argumenta que a saúde e os cuidados de saúde devem ser, em primeiro lugar, uma responsabilidade nacional [NL3].
- 8 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: Painel dos Cidadãos Europeus 1: 9, 10, 11, 12, 14; Países Baixos: 1; Itália: 1.1; Lituânia: 3, 8.
- 9 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: Painel dos Cidadãos Europeus 1: 10, 11 & 14; Alemanha: 2.1, 2.2; Países Baixos: 1, 2; França: 3, 9; Itália: 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 2.1, 2.2, 2.4, 4.a.2, 6.1; Lituânia: 1, 7.
- 10 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: Painel dos Cidadãos Europeus 1: 1, 2, 7, 28, 30; Alemanha: 4.1, 4.2; Países Baixos: 4; França: 6; Itália: 5.a.1, 5.a.4, 6.1, 6.2.
- 11 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: Painel dos Cidadãos Europeus 1: 19, 20, 21, 25; Itália: 4.a.1.
- 12 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: Painel dos Cidadãos Europeus 1: 21, 22, 23, 26, 27; Itália: 5.a.1.
- 13 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: Painel dos Cidadãos Europeus 1: 13, 31; Países Baixos: 2.3; Itália: 4.b.3, 4.b.6; Lituânia: 9, 10.
- 14 Com base nos debates do grupo de trabalho e na reunião plenária.
- 15 Ver Recomendação n.º 1 do PCCE4, Recomendação n.º 2 do PCN Alemanha, Painel 1 «A UE no mundo», e do PCN de Itália, Grupo 2, rec. 1, desenvolvido no âmbito do Grupo de Trabalho.
- 16 Ver a Recomendação 4 do CEP4 e as Recomendações 5 e 6 do PCN de Itália, Grupo 2, elaboradas no âmbito do Grupo de Trabalho.
- 17 Ver a plataforma digital e as recomendações 2 e 3 do PCN de Itália, Grupo 2, elaboradas no âmbito do grupo de trabalho, <https://futureu.europa.eu/processes/EUInTheWorld/f/16/proposals/197870?locale=fr>.
- 18 Ver Recomendação 14 da ECP 4, desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- 19 Ver Recomendação n.º 2 do CEP4 e Recomendação n.º 4 do PCN de Itália, Grupo 2, desenvolvido no âmbito do grupo de trabalho.
- 20 Ver Recomendação n.º 17 do CEP4 e Recomendação n.º 4 do PCN de Itália, Grupo 2, desenvolvido no âmbito do grupo de trabalho.
- 21 Ver recomendação 1 do PCN Alemanha, painel 1 «A UE no mundo», desenvolvido no grupo de trabalho.
- 22 Ver Recomendação 3 do CEP 4, desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- 23 Ver Recomendação 11 da ECP 4, desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- 24 Ver Recomendação 13 do CEP 4, desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- 25 Ver recomendação 15 do PEC 4, desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- 26 Ver recomendação 16 do PEC 4, desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- 27 Ver Recomendação 12 do CEP 4, desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- 28 Ver Recomendação 21 do CEP 4, desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- 29 Veja a plataforma digital, desenvolvida dentro do grupo de trabalho.
- 30 Veja a plataforma digital, desenvolvida dentro do grupo de trabalho.
- 31 Ver recomendação 26 do PEC 4, desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- 32 Ver recomendação 18 do PEC 4, desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- 33 Ver recomendação 19 do PEC 4, desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- 34 Ver recomendação 19 do PEC 4, desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- 35 Ver recomendação 25 do PEC 4.
- 36 Com base nos debates do grupo de trabalho e na reunião plenária.
- 37 Ver alteração 2 do painel/eventos nacionais franceses.

- 38 Ver a Recomendação 20 do CEP4 e a Recomendação 7 do PCN do Grupo 2 de Itália, elaboradas no âmbito do Grupo de Trabalho.
- 39 Ver alteração 2 do painel nacional francês para cidadãos.
- 40 Ver a Recomendação 24 do CEP4 e a Recomendação 7 do PCN do Grupo 2 de Itália, elaboradas no âmbito do Grupo de Trabalho.
- 41 Ver Recomendação 22 do CEP 4, desenvolvida no Grupo de Trabalho.
- 42 Ver Recomendação n.º 1 sobre «A UE no mundo» do Painel Nacional dos Cidadãos Neerlandeses, desenvolvida no âmbito do Grupo de Trabalho.
- 43 Ver a plataforma digital e os debates em sessão plenária, desenvolvidos no Grupo de Trabalho.
- 44 Veja a plataforma digital, desenvolvida dentro do grupo de trabalho.
- 45 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: Painel dos Cidadãos Europeus 2 (CEP 2) 10, 11, 14, 30; Painel Nacional dos Cidadãos Belga (PCN): 1.3.1, 1.4.2, 1.4.3; PCN alemão: 5.1, 5.2; PCN neerlandês: 1.2.
- 46 Recomendação 14 da ECP2. Recomendações 1.3.1, 1.4.2 e 1.4.3 do PCN belga e 1.2 do PCN neerlandês.
- 47 Recomendação n.º 112 da CEP. Recomendações 5.1 e 5.2 do PCN alemão. Debate no Grupo de Trabalho.
- 48 Recomendação n.º 112 da CEP. Debate no Grupo de Trabalho. Debate em sessão plenária.
- 49 Recomendação 10 da ECP2.
- 50 Recomendação n.º 302 da CEP.
- 51 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: PCE2: 7, 8, 9; PCN neerlandês: 1.3, 4.3.
- 52 Recomendação 7 da ECP2. Debate no Grupo de Trabalho.
- 53 Questão também debatida pelo Grupo de Trabalho sobre Transformação Digital.
- 54 Recomendação 9 da ECP2.
- 55 Questão também debatida pelo Grupo de Trabalho sobre Transformação Digital.
- 56 Recomendação 8 da ECP2. Recomendações 1.3 e 4.3 do PCN neerlandês.
- 57 Recomendações n.os 7 e 8 do PEC2.
- 58 Questão também debatida pelo Grupo de Trabalho sobre Transformação Digital.
- 59 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: PCE2: 5, 12, 13, 17, 28; PCN belga: 1.5.1, 2.1.1 a 2.4.3; PCN neerlandês: 3.1.
- 60 Recomendação n.º 5 do PEC2. Recomendação 2.1.1 do PCN belga. Recomendação 3.1 do PCN neerlandês.
- 61 Recomendação n.º 122 da CEP. Recomendação 2.1.4 do PCN belga.
- 62 Recomendações PCE2 n.os 17 e 28. Recomendações 1.5.1, 2.1.3, 2.2.1 e 2.2.2 do PCN belga.
- 63 Questão também debatida pelo Grupo de Trabalho sobre Transformação Digital.
- 64 Recomendações PCE2 n.os 5 e 28. Recomendações 2.3.2 e 2.3.3 do PCN belga.
- 65 Recomendação n.º 282 da CEP. Recomendações 2.3.1, 2.4.1 e 2.4.2 do PCN belga.
- 66 Questão também debatida pelo Grupo de Trabalho sobre Transformação Digital.
- 67 Recomendação n.º 132 da CEP.
- 68 Questão também debatida pelo Grupo de Trabalho sobre Transformação Digital.
- 69 Recomendação n.º 132 da CEP.
- 70 Questão também debatida pelo Grupo de Trabalho sobre Transformação Digital.
- 71 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: PCE2: 1, 2, 21, 22, 23; PCN neerlandês: 1.1.
- 72 Recomendação n.º 222 da CEP. Debate no Grupo de Trabalho.
- 73 Pergunta também debatida pelo Grupo de Trabalho para uma Economia, Justiça Social e Emprego mais fortes.
- 74 Recomendação n.º 212 da CEP. Recomendação 1.1 do PCN neerlandês.
- 75 Recomendação n.º 232 da CEP.
- 76 Pergunta também debatida pelo Grupo de Trabalho para uma Economia, Justiça Social e Emprego mais fortes.
- 77 Recomendação n.º 1 do PEC2. Debate no Grupo de Trabalho.
- 78 Recomendação 2 da ECP2. Debate no Grupo de Trabalho.

- 79 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: PCE2: 3, 4, 6.
- 80 Recomendação 3 do PEC2.
- 81 Questão também debatida pelo Grupo de Trabalho sobre Alterações Climáticas e Ambiente.
- 82 Recomendação 4 da ECP2.
- 83 Recomendação n.º 6 do PEC2.
- 84 Questão também debatida pelo Grupo de Trabalho sobre Alterações Climáticas e Ambiente.
- 85 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: Painel dos Cidadãos Europeus 1 (PEC 1): 17, 40, 47; Painel Nacional dos Cidadãos Neerlandeses (NCP) n.º 1.
- 86 Ver ligação à Recomendação 38 da CEP 3 no que diz respeito à infraestrutura para veículos elétricos.
- 87 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: Painel dos Cidadãos Europeus 1 (PEC 1): 8, 34 e 47; Painel Nacional dos Cidadãos Italianos (PNC) 5.2.
- 88 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: recomendações 39 e 46 do Painel dos Cidadãos Europeus 1 (CEP 1) e recomendações 2.6 do Painel Nacional de Cidadãos da Lituânia e do PCN dos Países Baixos.
- 89 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: recomendações 42, 43, 44 e 45 do Painel dos Cidadãos Europeus n.º 1 (PCE 1) e Recomendação n.º 2 do Painel Nacional de Cidadãos dos Países Baixos (PCN).
- 90 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: Painel dos Cidadãos Europeus n.º 1 (PCE 1) n.os 7, 16 e 17 e Painéis de Cidadãos Nacionais (PCN) da Alemanha e da Itália 1.3.
- 91 A considerar no contexto das propostas do grupo de trabalho para uma economia mais forte.
- 92 Alterações 3A e 3B do Grupo de Trabalho (GT).
- 93 Recomendações 32 e 37 do Painel dos Cidadãos Europeus 2 (PCE 2); painéis nacionais BE, FR e NL.
- 94 Painel nacional FR.
- 95 Alteração 8 do GT, redação mais concisa.
- 96 Recomendação n.º 292 da CEP.
- 97 Recomendações 19 e 32 da PEC 2; painéis nacionais BE e FR e DK representante de eventos nacionais.
- 98 Painel nacional BE.
- 99 Alteração 7B do GT.
- 100 Painel nacional BE.
- 101 Kantar Final Report, p. 85.
- 102 Recomendação 39 do PEC 2; painel nacional número 3 BE.
- 103 GT Alteração 10A, redação mais concisa.
- 104 DK representante dos eventos nacionais.
- 105 Alteração n.º 54C do GT.
- 106 DK representante dos eventos nacionais.
- 107 DK representante dos eventos nacionais.
- 108 Alteração 15A do GT, redação de compromisso.
- 109 PCE 2 Recomendações 24, 36 e 38; painel nacional BE.
- 110 Alteração n.º 16C do GT.
- 111 Recomendação 33 do PEC 2; painéis nacionais BE, FR e NL.
- 112 Recomendação n.º 262 da CEP.
- 113 Alteração 17 do GT.
- 114 Painel nacional BE.
- 115 Alteração n.º 18A do GT.
- 116 Recomendação n.º 252 da CEP.
- 117 Alteração 18B do GT.
- 118 Recomendação 31 do PEC 2; painéis nacionais BE e NL.
- 119 Alterações n.º 19A do GT, reformuladas para produzir um texto mais adequado.
- 120 Alteração 21 do GT, compromisso.
- 121 Painéis nacionais BE e FR.
- 122 Alteração 23B do GT.

- 123 Recomendação 27 do PEC 2; painel nacional BE.
- 124 Alteração n.º 25C do GT.
- 125 Recomendação 14 do PEC.
- 126 Recomendação n.º 18 da CEP. NB: Os representantes dos cidadãos explicaram que este mecanismo deveria ser concebido e utilizado com prudência.
- 127 Alterações 28E, 28G e 28H do GT.
- 128 Recomendação 16 do PEC 2; NL Painel Nacional n.º 20, dividido em listas transnacionais.
- 129 Com base na Recomendação 16 da ECP 2; discussão em GT.
- 130 Recomendação 19 da PEC 2 e Plataforma Digital Multilingue (MNP).
- 131 CESE.
- 132 Alteração 32B do GT.
- 133 Recomendação 36 do PEC 2; painéis nacionais BE e FR.
- 134 Júri nacional FR («eleição do Presidente da Comissão Europeia por sufrágio universal»); PNM (Relatório Final Kantar: um grupo de contribuições diz respeito à eleição direta do Presidente da Comissão pelos cidadãos).
- 135 Alteração 34C do GT.
- 136 Painel nacional BE (3.2), painel nacional FR (11) PNM (relatório final Kantar: «No que diz respeito ao Parlamento Europeu, os contribuintes exigem, na maioria das vezes, que lhe seja atribuído um verdadeiro poder de iniciativa legislativa»).
- 137 PNM (Relatório Final Kantar: «No que diz respeito ao Parlamento Europeu, (...) há também pedidos de atribuição de poderes orçamentais»).
- 138 PNM (Relatório Final Kantar: De acordo com outro contributo, as partes devem tornar-se mais acessíveis a pessoas de diferentes origens culturais ou socioeconómicas).
- 139 CR no GT.
- 140 Alteração 38 do GT, redação de compromisso.
- 141 Recomendação n.º 202 da CEP.
- 142 Recomendação n.º 214 da CEP.
- 143 Alteração 43 do GT.
- 144 Recomendação 34 do PEC 2; painel nacional NL.
- 145 Debate do grupo de trabalho com base na recomendação 34 do PEC 2; painel nacional NL; PNM (Relatório Final Kantar: «É igualmente apoiada uma maior transparência e uma maior participação dos cidadãos no processo decisório da UE»).
- 146 Alteração 44A do GT.
- 147 Debate do grupo de trabalho (apresentação pelos parlamentos nacionais e pelo CR).
- 148 Alteração n.º 45C do GT.
- 149 Alteração 46B do GT.
- 150 Recomendação n.º 15 2 da PEC.
- 151 Debate do grupo de trabalho com base na necessidade expressa na Recomendação 15 do PEC 2 de «clarificar as funções das instituições europeias»; PNM (Relatório Final Kantar: «Há também sugestões para aprofundar o poder legislativo bicameral na UE.»)
- 152 Alteração 48B do GT.
- 153 Recomendação n.º 15 2 da PEC.
- 154 Discussões no GT.
- 155 Alteração n.º 52A do GT.
- 156 CESE, formulação de compromisso.
- 157 Recomendação 35 da PEC, Painel Nacional FR e alterações combinadas do GT 51C e 51D.
- 158 Alteração n.º 53D do GT.
- 159 Debate no GT; parlamentos nacionais.
- 160 Debate no GT; CR e CESE; Kantar Final Report, p. 85.
- 161 Alteração 58B do GT.
- 162 Alteração 59B do GT.
- 163 Debate no GT; parceiros sociais e outros membros.

- 164 Alteração 63A do GT, redação de compromisso.
- 165 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: Painel dos Cidadãos Europeus n.º 4 (PCE 4) n.º⁶, 7, 9, 28 e 30, Lituânia n.º 9.
- 166 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: Painel dos Cidadãos Europeus n.º 4 (PCE 4) n.º 8 e 27, Lituânia n.º 10, Países Baixos n.º 3.
- 167 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: Painel dos Cidadãos Europeus n.º 4 (PCE 4) n.ºs 10, 35 e 38.
- 168 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: Painel dos Cidadãos Europeus n.º 4 (PCE 4) n.ºs²⁹, 31, 33, 36, 37, 38, 39 e 40, Itália n.os^{3,8}, 4.4 (p. 15) e 5.6 (p. 11), Lituânia n.os² e 3, Países Baixos n.os 1 e 2.
- 169 Recomendações dos cidadãos em que se baseia a proposta: Painel dos Cidadãos Europeus n.º 4 (PCE 4) n.º 7 e 32, França n.º 13.
- 170 PCN francês, alteração 6.
- 171 Recomendação 37 1 da CEP.
- 172 Recomendação 3 do PEC. PCN francês, alteração 6.
- 173 Recomendação 41 1 da CEP.
- 174 Esta questão é debatida mais pormenorizadamente pelo Grupo de Trabalho para a Democracia Europeia. Ver Recomendação n.º 24 do PEC 2, Recomendações 1.1, 1.2 e 2.12 do PCN belga e a Recomendação italiana relativa às «Políticas de Inclusão».
- 175 Recomendação do PCN italiano sobre «políticas de inclusão».
- 176 Esta questão é debatida mais pormenorizadamente pelo Grupo de Trabalho para a Transformação Digital. Ver recomendações n.os 8 e 34 do PEC 1.
- 177 Recomendação do PCN italiano «Encorajar os jovens a estudarem temas científicos».
- 178 Recomendações 33 e 48 1 do PCE. Também abordado pelo Grupo de Trabalho sobre Transformação Digital. Ver Recomendação 47 da PEC 1 sobre uma utilização saudável da Internet.
- 179 Recomendação n.º 5 do PEC 1.
- 180 Recomendações n.os 15 e 18 do PEC 1.
- 181 Recomendação do PCN italiano sobre «A Europa no mundo»
- 182 Recomendações n.os¹⁸ e 41 do PEC 1 e recomendação do PCN italiano sobre «Investir na formação de formadores».
- 183 Recomendação n.º 17 da PCE 1 dirigida na íntegra ao Grupo de Trabalho Digital.
- 184 Recomendação n.º 15 1 da PEC. Recomendação do PCN alemão sobre uma «plataforma de informação para o intercâmbio de conhecimentos e experiências a nível da UE».
- 185 Recomendação 6.1 do PCN belga. PCN francês, alteração 7.
- 186 Recomendação 7.2 do PCN belga.
- 187 Recomendação 4 do PEC 1.
- 188 Proposta de complemento das^{recomendações} n.os 1 e 30 da PEC 1 abrangidas pelo Grupo para uma Economia, Justiça Social e Emprego mais fortes.
- 189 Proposta de complemento da Recomendação 25 do CEP 1 abrangida pelo Grupo para uma Economia, Justiça Social e Emprego mais fortes.
- 190 Recomendação n.º 28 4 da CEP. PCN neerlandês («A nossa visão para a cultura, a juventude e o desporto»), Recomendação 1. PCN francês, alteração 6.
- 191 Recomendação 6 do PEC 1.
- 192 PCN neerlandês («A nossa visão para a cultura, a juventude e o desporto»), Recomendação n.º 2.
- 193 Recomendação 36 1 da PEC. PCN francês, alteração 6. Recomendações n.os 2.10 e 2.11 do PCN belga. PCN alemão, «Criar mais oportunidades de intercâmbio para estudantes na Europa». PCN dos Países Baixos («Nossa Visão para a Cultura, a Juventude e o Desporto»), Recomendações¹ e 3. PCN italiano, recomendação para «Fazer um escritório de confluência entre Oriente e Ocidente, promovendo intercâmbios culturais e iniciativas culturais conjuntas».
- 194^{Recomendações} 32 e 38 1 da PEC. PCN neerlandês («A nossa visão para a cultura, a juventude e o desporto»), Recomendação 3.
- 195 Recomendação do PCN italiano sobre «A Europa no mundo»
- 196 PCN francês, alteração 7. Recomendações^{2,5}, 6.1 e 8.7 do PCN belga. PCN italiano, Recomendação sobre o «Reforço dos valores e características culturais europeus, bem como das especificidades regionais».

- 197PCN neerlandês («A nossa visão para a cultura, a juventude e o desporto»), Recomendação n.º 2.
- 198 Recomendação do PCN italiano de «Exceder o modelo de produção do século passado»
- 199Recomendação n.º 29 1 da CEP.
- 200Recomendação 36 1 da PEC.

